

PROPOSTA

Revista Trimestral de Debate da FASE • Ano 30 • Junho/Novembro de 2002 • Nº 93/94 • Preço: R\$ 10,00

orge Eduardo S. Durão
ândido Grzybowski
Rosemary Gomes & Euclides André
Mance
lmerico Lima Biondi
Henri Acselrad
salvador Werneck Vianna
Maria da Conceição Tavares
ayme Benvenuto Lima Jr.
Regina Leite Garcia
ão Pedro Stédile
Grazia de Grazia
dalberto Moreira Cardoso
loizio Mercadante
ugusto Boal
ilvio Caccia Bava
adauto Lucio Cardoso
ueli Carneiro
Haroldo Baptista de Abreu
lavia Piovesan
Profª. Ermínia Maricato
eila Linhares Barsted
Laura Tavares Soares
Carlos Aguiar de Medeiros
alcides Faria
César Benjamin
Luiz Eduardo Soares
ean-Pierre Leroy
Cristovam Buarque
Marina Silva
Fátima V. Mello & Sérgio Haddad
Victor Vincent Valla
Maria Elena Rodriguez
Márcio Libar
Rodrigo Baggio
A Sociedade Civil Brasileira e a
Cúpula Mundial da Alimentação:
cinco anos depois'



Um Novo Brasil é Possível

FASE Nacional

Rua das Palmeiras, 90, Botafogo
22270-070, Rio de Janeiro - RJ
Tel.: (021) 2286-1441
Fax.: (021) 2286-1209

FASE-RIO

Rua das Palmeiras, 90, Botafogo
22270-070, Rio de Janeiro - RJ
Tel: (021) 2286-1441
Fax: (021) 2286-1209

FASE-VITÓRIA

Rua Graciano Neves, 377/2º pav.
29015-330, Vitória-ES
Tel. (027) 3322-6330
Fax: (027) 3223-7436

FASE-RECIFE

Rua Viscondessa do
Livramento, 168 Derbi
52010-060, Recife-PE
Tel/Fax: (081) 3221-5478

FASE-BELÉM

Rua Bernal do Couto, 1329,
Umarizal
66055-080, Belém - PA
Tel.: (091) 242-0318
Fax.: (091) 241-5310

Projeto Gurupá

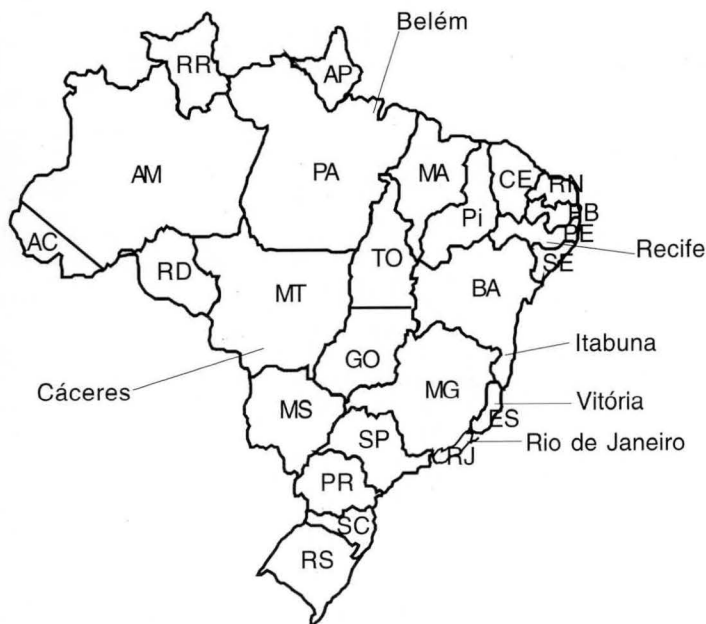
Travessa Quintino
Bocayuva, 1259 Nazaré
66053-240 Belém - PA
Tel./Fax: (091) 242-6379

FASE-CÁCERES

Rua 06 Qd. 03, casa 18
Monte Verde,
78200-000 Cáceres - MT
Caixa Postal 10
Tel.: (065) 223-4615

FASE-ITABUNA

Rua Rio Branco, 93
Califórnia,
45600-000 Itabuna - BA
Tel: (073) 613-9129
Fax: (073) 613-9076

**Proposta**

Nº 93/94 – Junho/Novembro de 2002

Uma publicação trimestral da FASE

Conselho Editorial

Alberto Lopez Mejía
Ana Clara Torres Ribeiro
Grazia de Grazia
Haroldo Baptista de Abreu
Jean-Pierre Leroy
João Ricardo Dornelles
Jorge Eduardo Saavedra Durão
Leandro Valarelli
Luis César de Queiroz Ribeiro
Márcia Leite
Maria Emília Lisboa Pacheco
Orlando dos Santos Junior
Paulo Gonzaga
Pedro Cláudio Cunha Bocayuva
Ricardo Salles
Rosemary Gomes
Sandra Mayrink Veiga
Virgínia Fontes
Regina Leite Garcia

Editora Responsável

Sandra Mayrink Veiga

Organização do Nº 93/94

Sandra Mayrink Veiga/ Pedro Cunha
Bocayuva/Marcelo Ficher

Assistente de Publicações

Silvia Helena Matos Brandão

Revisão

Marcelo Ficher e Sandra Mayrink Veiga

Ilustrações

Marta Strauch

Projeto gráfico/editoração/diagramação

Pedro Veiga

Capa

Pedro Veiga/Silvia Brandão

Foto da Capa

Stock Photos

Informações e Vendas

Setor de Publicações
Rua das Palmeiras, 90 Botafogo, 22270-070
Rio de Janeiro, RJ
Tel.: (021) 22861441/ Fax: (021) 22861209
E-mail sbrandao@fase.org.br
www.fase.org.br

Todas as opiniões emitidas nos artigos assinados
são de inteira responsabilidade de seus autores.

Editorial	5
Lutar contra a Desigualdade num Cenário de Desigualdade entre as Nações <i>Jorge Eduardo S. Durão</i>	6
Globalização e Desigualdades Sociais <i>Cândido Grzybowski</i>	10
Construindo a Socioeconomia Popular e Solidária no Brasil <i>Rosemary Gomes & Euclides André Mance</i>	14
Desigualdades Regionais, Educação e Movimentos Sociais <i>Almerico Lima Biondi</i>	18
A Pobreza Política na Agenda Hegemônica de Combate à Pobreza <i>Henri Acselrad</i>	22
Reforma Tributária e Justiça Social <i>Salvador Werneck Vianna</i>	28
Transformação Social como Eixo do Desenvolvimento <i>Maria da Conceição Tavares</i>	34
O Programa Nacional de Direitos Humanos e o seu Potencial (ainda) Inexplorado <i>Jayme Benvenuto Lima Jr.</i>	36
Depois da festa, trabalho para todos <i>Regina Leite Garcia</i>	38
O Brasil Precisa de um Projeto Popular para a Economia e para a Agricultura <i>João Pedro Stédile</i>	42
Reforma Urbana e Estatuto da Cidade: uma lógica para o enfrentamento da desigualdade <i>Grazia de Grazia</i>	45
Desigualdades, redistribuição e democracia no Brasil <i>Adalberto Moreira Cardoso</i>	50
Social com eixo no desenvolvimento <i>Aloizio Mercadante</i>	53
O Banquete de Macbeth <i>Augusto Boal</i>	56
Gato por Lebre <i>Silvio Caccia Bava</i>	60
Desigualdades Urbanas e Políticas Habitacionais <i>Adauto Lucio Cardoso</i>	63
Pela Construção da Igualdade Racial <i>Sueli Carneiro</i>	68

A Igualdade Como Suposto da Liberdade <i>Haroldo Baptista de Abreu</i>	71
Ações Afirmativas e o Combate às Desigualdades <i>Flavia Piovesan</i>	77
Erradicar o Analfabetismo Urbanístico <i>Prof. Ermínia Maricato</i>	81
Gênero e Desigualdades <i>Leila Linhares Barsted</i>	85
A Previdência Social no Brasil: os riscos da contra-reforma neoliberal <i>Laura Tavares Soares</i>	88
Reduzir as Desigualdades Promovendo o Crescimento Econômico <i>Carlos Aguiar de Medeiros</i>	95
Água, um bem comum <i>Alcides Faria</i>	100
Refundação da Nação <i>César Benjamin</i>	103
A Crença Popular, Latente e Obstinada, na Igualdade <i>Luiz Eduardo Soares</i>	106
Por um Brasil Sustentável e Democrático Pavimentando um Pedaco de Caminho <i>Jean-Pierre Leroy</i>	110
Produzir o Brasil <i>Cristovam Buarque</i>	114
Amazônia, meio ambiente e estratégia de desenvolvimento <i>Marina Silva</i>	116
Fórum Social Mundial: o desafio de ser contra-hegemônico <i>Fátima V. Mello & Sérgio Haddad</i>	121
Saúde e desigualdade: na teoria e na prática <i>Victor Vincent Valla</i>	124
Os Direitos Humanos como instrumento de luta contra a desigualdade <i>María Elena Rodríguez</i>	127
Arte Social na luta contra a desigualdade e por um outro Brasil <i>Márcio Libar</i>	130
A Inclusão Digital e a Cidadania <i>Rodrigo Baggio</i>	133
A Sociedade Civil Brasileira e a 'Cúpula Mundial da Alimentação: cinco anos depois'	136

O momento nacional é de busca de soluções para a formulação do projeto nacional de desenvolvimento alternativo ao neoliberalismo. As desigualdades estruturais estão no centro das preocupações das forças democráticas e populares em nosso país. A construção de uma República Social, a bandeira dos anos 1848, ganha atualidade na cena brasileira. As esperanças dos revolucionários franceses no século XIX reaparecem nas demandas e nas proposições dos atores sociais do início do século XXI. Ao lado dos constrangimentos e pressões derivados dos limites estruturais e conjunturais do capitalismo financeiro, a crise fiscal, o endividamento e o minimalismo social deixaram o país fragilizado para enfrentar as necessidades de financiamento do desenvolvimento sócio-sustentável.

A retomada de políticas ativas de desenvolvimento e do planejamento estatal deve estar ligada ao tema da construção de novas esferas públicas e dos instrumentos de democracia direta que permitam mobilizar as grandes maiorias para a universalização dos direitos econômicos, sociais e culturais.

O processo político para a primeira década do século XXI deve objetivar a construção de uma nova centralidade do trabalho, ampliar o potencial de agenciamento de redes socioprodutivas e buscar elementos de cooperação e autonomia dos produtores e dos cidadãos realizando as reformas sociais e a democratização substantiva pela via de um processo radical de distribuição de renda, propriedade e poder na sociedade brasileira.

A democracia de massas só se realiza como República Social, mas depende de uma plataforma de direitos sociais e da participação ativa dos sujeitos coletivos na cena pública. Como em 1848, a reaproximação da questão econômica com a questão social exige uma nova política centrada no direito ao trabalho e à renda apoiada no cooperativismo, no mutualismo e na autogestão. As experiências de participação e controle nas políticas públicas e na gestão governamental, as redes e sistemas de informação, a inteligência coletiva e as pressões sociais das multidões podem apoiar uma transformação social e produtiva na perspectiva da igualdade. A redefinição do direito ao desenvolvimento baseado na concepção de direitos de acesso ao trabalho e à renda, coloca no binômio ético da *solidariedade e cooperação*, as bases para uma incorporação das classes que vivem da venda do seu trabalho, assim como dos pequenos e médios produtores, ao novo pacto político.

A construção de uma República Social aparece desenhada no conjunto de metas e questões específicas que são tratadas nos artigos desse número especial de **Proposta**, como uma espécie de plataforma da pluralidade de políticas e ações que devem orientar a formulação do projeto de transformação social e política.

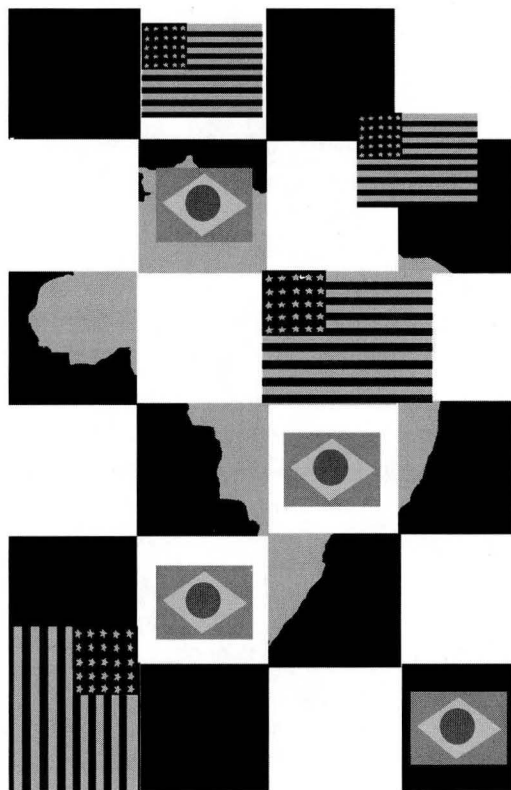
As bases da sustentabilidade socioambiental no território, a articulação e indivisibilidade dos direitos humanos para todos e todas, a cooperação socioprodutiva, a superação das múltiplas desigualdades raciais e de gênero, o direito à cidade, à cultura, à segurança alimentar, à educação e à saúde gratuitas e de qualidade, a política de segurança cidadã, o novo modelo energético etc., dependem da estratégia de construção de uma nova democracia.

A criação progressiva de um novo bloco de alianças, de uma nova hegemonia, pode redefinir os objetivos do desenvolvimento nacional questionando o projeto globalitário. Isso, sem perda das alianças internacionais e das oportunidades de articulação de um bloco de países e de forças sociais dispostas a romper com o ciclo de guerra econômica e de geopolítica imperial.

Essas propostas vão sendo desenhadas pela soma das reflexões contidas nessas páginas cuja diversidade e pluralidade pode apoiar o esforço de revolução nas prioridades e de mobilização de idéias para que o Brasil possa mudar. Entre análises críticas, plataformas de lutas, programas e experiências, vai se desenhando o conjunto de questões para a superação da desigualdade no Brasil. Qualificar as políticas e resgatar as experiências acumuladas na luta política e social travada no Brasil nos marcos da Constituição cidadã de 1988, que definiu as normas jurídicas favoráveis aos direitos sociais e individuais dentro de uma perspectiva programática. O processo constituinte e o grande ciclo de lutas sociais e greves de massas no Brasil lançou os fundamentos para a ampliação das bases políticas para um projeto de reformas estruturais e para a superação da desigualdade. Nas páginas de **Proposta** esse projeto se converte em perspectiva de ação prática e se materializa num esboço de plataforma de mudança social.

Lutar contra a Desigualdade num Cenário de Desigualdade entre as Nações

*Jorge Eduardo S. Durão**



A redução das desigualdades é um objetivo primordial para a sociedade brasileira e nós acreditamos que seja possível encontrar um caminho para alcançar esse objetivo. O terrorismo eleitoral protagonizado pelo mercado financeiro internacional (pontuado pelas contraditórias declarações de George Soros sobre a relação entre a democracia no Brasil e o mercado financeiro¹), a reunião de FHC com os candidatos à presidência da República em torno do acordo com o FMI, visando claramente a constranger os candidatos da

oposição, tudo isso mostra que o caminho para as mudanças (sem as quais não haverá redução das desigualdades) será atravessado por poderosos obstáculos externos.

¹ Depois de ter dito que os brasileiros não poderiam votar contra a vontade do mercado financeiro, Soros voltou atrás e disse que, se o mercado não era capaz de absorver o processo eleitoral no Brasil, isso mostrava uma incompatibilidade entre o sistema financeiro e a democracia, o que seria uma falha do sistema.

*Advogado, pós-graduação em Antropologia Social/PPGAS/Museu Nacional/UFRJ, diretor executivo da FASE e Secretario Geral da Abong – Associação Brasileira de Organizações Não-governamentais.

A experiência histórica nos ensina que a realização desse objetivo passa necessariamente pela criação, por uma via democrática, de um amplo bloco de forças internas favorável a essas mudanças e pela constituição de uma correlação de forças que anule a possibilidade de intervenção de forças internacionais contrárias a elas. Há diversos antecedentes históricos na América Latina – no próprio Brasil em 1964, no Chile, Guatemala, Nicarágua etc. – e em outras partes do mundo, de intervenções externas que ajudaram a barrar processos democráticos de reformas sociais, que punham em cheque privilégios de elites alienadas dos interesses nacionais, das necessidades das grandes maiorias da população, e comprometidas com a presença dominante do capital internacional e dos seus associados internos. Hoje, no contexto de uma nova dependência essencialmente financeira, para reduzirmos as desigualdades sociais, lidando com a irreversível presença do capital transnacional na esfera produtiva interna, será preciso constituir uma ampla base de apoio na sociedade brasileira para que os conflitos inerentes ao processo de mudanças não levem à repetição desses precedentes históricos.

A subordinação do Brasil ao processo de acumulação financeira que caracteriza a atual globalização liberal constituiu-se nas duas últimas décadas, em um dos principais mecanismos de produção de desigualdade. Para reduzir as desigualdades é preciso desmontar a máquina rentista que articula a economia brasileira com a economia internacional. Essa máquina requer a manutenção de alguns mecanismos absolutamente contraditórios com a redução das desigualdades, como é o caso do chamado superávit primário – alcançado sempre em detrimento das políticas públicas (tanto das políticas sociais como dos investimentos necessários à retomada do crescimento econômico) –, imposto pelo FMI para assegurar a tranquilidade dos credores internacionais e dos beneficiários nacionais da constante expansão da

dívida pública interna. O fato de que o futuro presidente da República (seja ele quem for dentre os quatro principais candidatos) já tenha se comprometido com o superávit primário de 3,75% para 2003 mostra que o caminho das mudanças será longo e tortuoso. A meu ver, não há alternativa para a atual situação de endividamento do país que não passe previamente por uma revisão radical das prioridades nacionais na relação do país com a economia mundial, o que não quer dizer isolamento, mas controle flexível e pragmático dos fluxos financeiros e do comércio internacional.

As alternativas econômicas que podem levar à redução das desigualdades evidentemente existem, mas esbarram, sobretudo, na questão da sua viabilidade política. Um forte obstáculo à redução das desigualdades é o déficit democrático inerente a esses mecanismos de subordinação do país ao mercado financeiro globalizado: o verdadeiro poder de veto do capital financeiro sobre as políticas públicas. É preciso resgatar a capacidade autônoma do Estado para realizar políticas públicas com alto teor distributivo. Isso se torna ainda mais importante ao reconhecermos que o poder que os mercados financeiros detêm de impor vetos e restrições à formulação autônoma de políticas representa um enorme desgaste e ameaça potencial à legitimidade e à consolidação do processo democrático, de cujo fortalecimento depende a política de redução da desigualdade.

A renúncia à autonomia nacional na condução da política econômica, portanto, a qualquer coisa que possa se chamar de desenvolvimento, e a adoção permanente de políticas de ajuste têm levado nosso país à estagnação econômica e à recessão. Para avançarmos no rumo da definição de uma agenda de redução da desigualdade, é preciso enfrentar preliminarmente esta problemática política que bloqueia a adoção de novos caminhos de mudança social voltada para a construção de uma sociedade solidária, como resposta à atual desordem social, pobreza e desigualdade. O primeiro passo para a viabilização da agenda de que estamos falando é criar novas modalidades de regulação social, isto é,

de controle político das normas, das instituições e das políticas que operam a repartição dos bens e serviços produzidos pela sociedade.

A criação dessas condições políticas – e de novas relações democráticas de poder no interior da sociedade brasileira (diriam alguns de novos blocos sociais hegemônicos) – passa necessariamente por uma verdadeira reforma do Estado que o liberte das cadeias dos movimentos especulativos do capital financeiro, e lhe devolva a capacidade de desenvolver políticas autônomas calcadas em um pacto político democraticamente constituído. Mudanças que propiciem uma re-apropriação socialmente justa, ambientalmente sustentável, e democrática do território do nosso país – ao invés da privatização dos recursos naturais e da homogeneização do território pela lógica da acumulação de capital – requerem novos pactos políticos democráticos embasados em atores da transformação e, a meu ver, discutir essa agenda é também procurar identificar os sujeitos sociais dessa transformação.

E aqui esbarramos numa falácia que deve ser desmistificada se quisermos enfrentar a desigualdade sem criarmos um profundo abismo político na sociedade brasileira. A responsabilidade da desigualdade vem sendo atribuída pelos governantes dos anos 90 e deste início de século à classe média e aos trabalhadores assalariados do setor formal da economia. Paradoxalmente, esse diagnóstico aparentemente radical da desigualdade é muito conveniente para esses políticos e analistas neoliberais, já que tal leitura da realidade favorece a estratégia de jogar os excluídos contra os trabalhadores que lutam para preservar direitos que deveriam ser estendidos ao conjunto da população, ao invés de serem estigmatizados como privilégios. Ora, já que não se trata de liquidar a nossa frágil classe média, mas de integrar milhões de excluídos no mercado consumidor, garantindo o seu acesso à cidadania e aos direitos, é preciso encarar a evidência de que distribuir renda no Brasil implica em mexer com os ganhos do capital (que continuam aumentando sua participação no Produto Interno Bruto – PIB – em detrimento dos ganhos do

trabalho, que continuam encolhendo). Além disso, a redução das desigualdades passa necessariamente pela redistribuição de ativos, principalmente a terra, cuja apropriação totalmente desproporcional entre a massa de excluídos e uma minoria de privilegiados, além de ser historicamente injusta, favorece a transferência de riquezas do país para o exterior, em função dos termos de intercâmbio desfavoráveis aos produtos primários exportados pelo Brasil e por outros países menos desenvolvidos, com a internalização de elevados custos sócio-ecológicos de produção. Por outro lado, uma política consistente de distribuição de renda, com uma elevação sustentada da participação dos trabalhadores e dos pobres na renda nacional – sem que os ganhos dos setores mais pobres sejam tragados pela inflação – requer um intervencionismo estatal capaz de orientar os investimentos para a ampliação significativa da produção de bens e serviços destinados ao consumo dos assalariados e das parcelas mais pobres da população brasileira. Tudo isso requer uma dramática recuperação da capacidade da sociedade e do Estado de regular a acumulação de capital, o qual no Brasil é majoritariamente internacional, o que não se fará sem o enfrentamento de conflitos políticos e uma ampla mobilização política da sociedade.

As resistências políticas à redução das desigualdades têm assim uma dimensão internacional e precisamos estar conscientes disso se quisermos estar preparados para enfrentá-las. A imposição de políticas pelo sistema hegemônico de poder, internacional, está na origem dos impasses atuais vividos pelo Brasil e por outras sociedades latino-americanas. A globalização dos mercados tem resultado na imposição pelos organismos financeiros internacionais de um elenco de políticas que franqueiam às grandes corporações transnacionais e aos capitais especulativos os mercados dos países antes denominados “em desenvolvimento” e otimizam nestes territórios suas possibilidades de ganhos.

O grande desafio para mudar o Brasil – e nós acreditamos que outro Brasil é possível – é o de abrir caminho para um projeto nacional

de uma sociedade mais justa e solidária enfrentando um cenário internacional que é, talvez, o cenário mais adverso que o capitalismo mundial já ofereceu aos países da sua periferia. Aliás, não só a estes, se considerarmos a passagem do poder hegemônico para o poder imperial dos EUA, nos termos da análise feita por Maria da Conceição Tavares (ver entrevista concedida ao caderno EU& do jornal Valor Econômico, em 28.03.02), que mostra como a brutal imposição de regras e políticas pelo governo norte-americano levou à liquidação da economia japonesa na década de 90 e se prepara agora para tentar fazer o mesmo com a Europa. Portanto, é evidente que não faz parte da estratégia americana facilitar em nada o desenvolvimento do Brasil na medida em que este constitui o único possível rival à sua influência hegemônica no continente e possui uma economia mais competitiva do que complementar à economia norte-americana.

A primeira consequência desta análise, que devemos ter presente ao formularmos uma estratégia de redução das desigualdades, é que não podemos contar com financiamento internacional para uma política consistente de desenvolvimento econômico e social. A ação norte-americana de esvaziamento prévio do alcance da conferência de Monterrey (cujo tema era o “financing for development”), como bem o demonstrou o Embaixador Rubens Ricupero (secretário geral da UNCTAD), é mais uma prova de que a retomada do crescimento econômico e a luta contra a desigualdade (o primeiro, é óbvio, não garante a segunda, mas esta, nas condições do capitalismo, se torna quase impossível sem crescimento econômico) terão de se fazer basicamente com a mobilização dos recursos internos, de que efetivamente disponha a sociedade brasileira. Trata-se, é claro, de um árduo desafio, mas acredito que o Brasil seja um dos poucos países do mundo que dispõem de uma base econômica, territorial e populacional para enfrentá-lo.

A realização desse projeto nacional brasileiro, democrático e popular, contrariará inevitavelmente alguns desideratos da potência

hegemônica, ou melhor, imperial. Será preciso enfrentar seu unilateralismo e desprezo pelo direito internacional. Mudanças no Brasil ferem vários aspectos da estratégia do “Império”: seus interesses financeiros (o país vai deixar de ser uma vaca leiteira para o mercado financeiro, que só na crise da desvalorização do real (98-99), propiciou um ganho de cerca de 20 bilhões de dólares a bancos norte-americanos); seus interesses comerciais defendidos com a mais cínica combinação de protecionismo e discurso a favor do livre comércio; sua política contrária aos acordos internacionais em relação ao meio ambiente; sua cobiça em relação à Amazônia etc.

A conclusão deste artigo só pode ser uma: alianças societárias em âmbito internacional são um elemento fundamental de uma estratégia voltada para a redução das desigualdades. A sociedade brasileira já está no caminho certo na montagem dessas alianças. É fundamental o papel das redes, como a Aliança Social Continental, o papel do Fórum Social Mundial, que o Brasil teve a capacidade e a honra de acolher, o diálogo entre as sociedades civis da Europa e da América Latina, e muitas outras iniciativas e alianças que temos de construir.

Só a combinação de uma frente interna relativamente coesa – ou seja, com uma ampla base de apoio social ao objetivo de redução da desigualdade, uma sociedade civil organizada e mobilizada e um Estado efetivamente voltado para um projeto de democracia social (isto é, de uma democracia orientada para uma democratização substantiva da vida social através da redução das desigualdades) – com aquelas alianças com sociedades civis de outros países, assegurando a legitimidade internacional do projeto de mudanças, pode afastar o risco de eventuais pressões e intervenções externas, características de um cenário internacional em que uma única superpotência estabelece as regras do jogo durante o próprio jogo, definindo segundo as suas conveniências o grau de soberania nacional atribuído a cada Estado-nação.

Globalização e Desigualdades Sociais

*Cândido Grzybowski**



O que traz de novo o Fórum Social Mundial para o debate sobre a globalização? Em termos muito diretos e de forma sintética, diria que é a radicalidade da visão social. O Fórum Social Mundial põe em questão a economia como prática, como ciência e, sobretudo, como construção ideológica-política expressa no neoliberalismo. Por isto, ao visar o Fórum Econômico Mundial como o pólo antagônico de um grande movimento de idéias, para o

qual o Fórum Social Mundial quer ser um dos grandes suportes, estamos na verdade definindo a própria radicalidade da perspectiva que nos anima.

Vale a pena deter-se um instante nesta questão, pois ela atravessa o Fórum como um todo e é um dos elementos difusos que, como cimento, liga as coisas. Tanta gente adere ao Fórum Social Mundial porque ele repõe princípios e valores éticos como base da crítica ao processo de globalização econômico-

*Sociólogo, diretor do Ibase

financeira, regulada pela lei selvagem do mais forte em nível de mercado e pela repressão policial-militar, se necessário for, a serviço da estratégia de busca de lucros e acumulação dos grandes conglomerados multinacionais. Mais, tais princípios e valores éticos recolocam visões utópicas como referência na luta social e alimentam a construção efetiva de uma “outra globalização” no aqui e agora. Trata-se da consciência de humanidade na diversidade do que somos e da consciência dos limites e possibilidades de nosso maior patrimônio e bem comum, a natureza que nos dá vida. Consciência que se expressa na radicalidade de reconhecer-nos todas e todos como portadores dos mesmos e iguais direitos, nossa comum cidadania no Planeta Terra. Diante da diversidade de culturas, religiões e estilos de vida, de situações geográficas, processos e estruturas, diversidade de gênero e etnias, de idade e opções que nos caracterizam, pela primeira vez na história humana temos possibilidades reais de nos reconhecermos na qualidade comum de cidadãs e cidadãos, compartilhando os mesmos recursos. Isto em escala planetária. A força motriz do Fórum Social Mundial é a emergência política de tal consciência, atravessando novos e antigos movimentos sociais, organizações e entidades da sociedade civil, redes, alianças, coalizões e campanhas mundiais.

Com tal base comum e dada a conjuntura mundial de crescente insatisfação com o rumo do processo dominante de globalização, o Fórum Social Mundial é, antes de tudo, um convite para que voltemos a sonhar e a construir utopias, acreditando que um outro mundo é possível. Qual é este outro mundo? Certamente plural e diverso como somos, incluyente e solidário para dar lugar a todos, de liberdade e participação como condição da afirmação da dignidade humana para todos, democrático e multipolar. Enfim, frente à

homogeneidade dos mercados e do pensamento único da globalização que aí está, buscamos um mundo em permanente construção, fundado na promoção de todos os direitos humanos para todos os seres humanos e no acesso e uso solidário, responsável e sustentável dos recursos naturais de que dispomos. Uma utopia? Sem dúvida! Mas transformadora e criadora, ao mesmo tempo, de um mundo a dimensão humana, para gente, toda gente. Aí reside a força de empuxe do Fórum Social Mundial. Mas ele é apenas um Fórum, um espaço de encontro, uma encruzilhada, um esforço no sentido de estabelecer o diálogo possível entre sujeitos coletivos diversos, cada um com suas plataformas de ação e luta. Como fórum, quer ser apenas uma universidade aberta que alimenta um grande movimento de idéias.

A globalização econômico-financeira é, sem sombra de dúvidas, questionada pelo Fórum Social Mundial exatamente no seu calcanhar de Aquiles: a hegemonia da economia sobre a sociedade. Na verdade, vivemos num mundo invertido. Ao invés da economia servir à sociedade, é a sociedade que se vê subjugada pela economia. O divórcio é tão radical que nunca, na história humana, se produziu tanto e com tal produtividade, mas de forma totalmente desconectada das necessidades humanas. A expressão máxima da globalização em curso é o seu lado cassino, jogatina mesmo, onde se acumula riqueza sem nada produzir, simplesmente especulando sobre a saúde de setores e até povos inteiros. Nada mais absurdo do que ver as ações de um conglomerado multinacional crescer nas bolsas de valores do mundo pelo simples anúncio de reestruturação dos seus negócios, com demissões em massa de trabalhadores. Isto sem falar no cinturão de paraísos fiscais que cercam os principais centros econômico-financeiros mundiais, onde se lava o dinheiro sujo desta economia do único direito: o direito dos detentores de dinheiro.

O Fórum Social Mundial começa aí mesmo, questionando a supremacia do direito do dinheiro, do comércio, das bolsas, dos mercados, sobre todos os outros direitos. Desmontar, reduzir, flexibilizar direitos humanos, que a humanidade levou tempo para estabelecer como seus princípios e regras sociais, parece ser a única real política deste sistema, deste modo de pensar e fazer o mundo próprio da globalização econômico-financeira. Usa-se o Estado para, ora vejam, destruir a capacidade do próprio Estado em regular. Atinge-se de morte a democracia como ideal, como institucionalidade e como processo de vida em coletividade. A globalização que aí está é essencialmente um problema de poder, de um fazer econômico que não é outra coisa que puro poder unilateral dos detentores do dinheiro.

O Fórum Social Mundial tem uma tarefa gigantesca pela frente, que não poderá executar sozinho. Temos que ver tudo como um processo coletivo, como onda a ser alimentada por todos e todas que acreditam que a sua ação cidadã pode e faz uma enorme diferença no curso da história. Estamos diante de uma encruzilhada de civilização e não só de um problema econômico. Pela primeira vez, não é a escassez o nosso problema, mas o modo de produção e distribuição da abundância. Ou seja, a desigualdade social, expressa como desigualdade econômica no acesso e uso dos recursos naturais e dos bens e serviços produzidos, é na verdade um problema de poder. Não faltam recursos. Pelo contrário, está em questão o modo de gestão. Por isto é a desigualdade, e não mais a pobreza em si, o grande e central problema. O maior engodo é acreditar, como nos querem fazer crer os defensores da globalização em curso, que precisamos crescer para enfrentar os nossos problemas. A pobreza que temos não é fruto da escassez, da falta de crescimento econômico, mas da injustiça social. Portanto, nosso problema político central é combater a desigualdade. Ou seja, temos uma questão de

poder desigual nas diferentes relações, relações que geram e explicam a desigualdade em termos econômicos e culturais. Um problema de múltiplas e articuladas desigualdades sociais.

As últimas décadas foram particularmente elucidativas do problema. Segundo dados do *Le Monde Diplomatique* (nov.1998, 14), os 20 % da população mundial, que vivem nos países mais ricos, viram sua renda crescer entre 1960 e 1995 de forma fantástica, aprofundando o fosso da desigualdade no mundo. Ela passou 30 a 82 vezes superior à renda dos 20% da população mundial dos países mais pobres. Os 20% mais pobres do Planeta Terra têm que dividir entre si 1,4% da renda mundial (PNUD, 1997). Sobram alimentos no mundo, no entanto 800 milhões de seres humanos passam fome, dos quais 500 milhões sofrem de subnutrição crônica (PNUD, 1966).

O importante é visualizar as várias formas em que se manifesta a desigualdade. As caras das desigualdades são o nosso problema central. A globalização só fez tornar mais evidente tal nó, ao mesmo tempo em que nos mostrou o seu caráter profundamente social, de produto humano. Reproduzo aqui alguns indicadores das desigualdades, que, em dezembro de 2001, me mandou um ativo militante dos direitos humanos na região da América Central da Guatemala. Trata-se de um exercício de imaginar o nosso mundo – toda a população mundial segundo as proporções atuais – resumida numa única vila de 100 pessoas. A vila seria assim:

57 asiáticos

21 europeus

14 do Norte e Sul do Hemisfério Ocidental

9 africanos

Será que os recursos no mundo estão repartidos assim? Na vila de 100 haveria:

52 mulheres

48 homens

É assim que se repartem riqueza e poder em termos de gênero? Em termos étnicos seria dividida em:

70 não brancos

30 brancos

Por que então a globalização e a riqueza são tão brancas? Identidades religiosas são parte do entrincado das desigualdades sociais no mundo. A hipotética vila de 100 seria assim:

70 não cristãos

30 cristãos

Nada conforme à visão de Bush e do sistema imperial dominante do fundamentalismo dos mercados contra fundamentalismo religioso. Quanto às opções sexuais seríamos:

89 heterossexuais

11 homossexuais

É possível ignorar tal diversidade transformada em desigualdade real? Mas isto não é tudo. Quanto à apropriação da riqueza, o quadro parece uma tragédia:

6 teriam 59% de toda a riqueza (os 6 dos Estados Unidos)

80 estariam vivendo em casas abaixo dos padrões

Levando em conta que vivemos numa sociedade de conhecimento e informação, nossa vila teria as seguintes desigualdades:

1 teria educação universitária

70 não teriam capacidade de ler

1 possuiria um computador

Que quadro! Este é o mundo que temos a tarefa de encarar e mudar. A coragem de definir a possibilidade de reconstruir o mundo-vila, em múltiplas formas igualmente legítimas, libertárias e igualitárias, de solidariedade e participação, buscando o máximo desenvolvimento humano democrático e sustentável possível, é uma espécie de missão do Fórum Social Mundial. Esta é a mensagem forte que o Fórum fixou, juntando capacidade de pensar e de se emocionar, mente e coração. Na verdade, outro mundo é possível, outra globalização é possível, um mundo mais igualitário é possível, se a gente quiser... como lembra o refrão cantado por milhares de pessoas no encerramento do Fórum Social Mundial 2002.

Brasil 2002: a sustentabilidade que queremos

Fórum Brasileiro de ONGs e Movimentos Sociais para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento



Brasil 2002: a sustentabilidade que queremos

Fórum Brasileiro de ONGs e Movimentos sociais para o Meio Ambiente e Desenvolvimento - Projeto Brasil sustentável e Democrático/

CUT/FASE/WWF/Vitae Civilis, 2002, 200p.

R\$20,00

Este livro é obra coletiva do Fórum Brasileiro de ONGs e Movimentos Sociais para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, que preocupado com as próximas eleições já em outubro no mês seguinte a Joanesburgo, entendeu ser fundamental a elaboração de propostas que pudessem ser incorporadas tanto às plataformas políticas, quanto à Rio+10.

Onde adquirir: FASE - Rua das Palmeiras, 90 - Botafogo - 22270-070 Rio de Janeiro RJ. Telefone (0xx21) 2286 1441 ramal 121. E-mail sbrandao@fase.org.br site www.fase.org.br

Tudo ao Mesmo Tempo Agora

Jean-Pierre Leroy [et al.], Editora Vozes, 2002, 208 p.

R\$23,00

O objetivo maior deste livro é refletir e formular proposições para um Brasil sustentável e democrático.

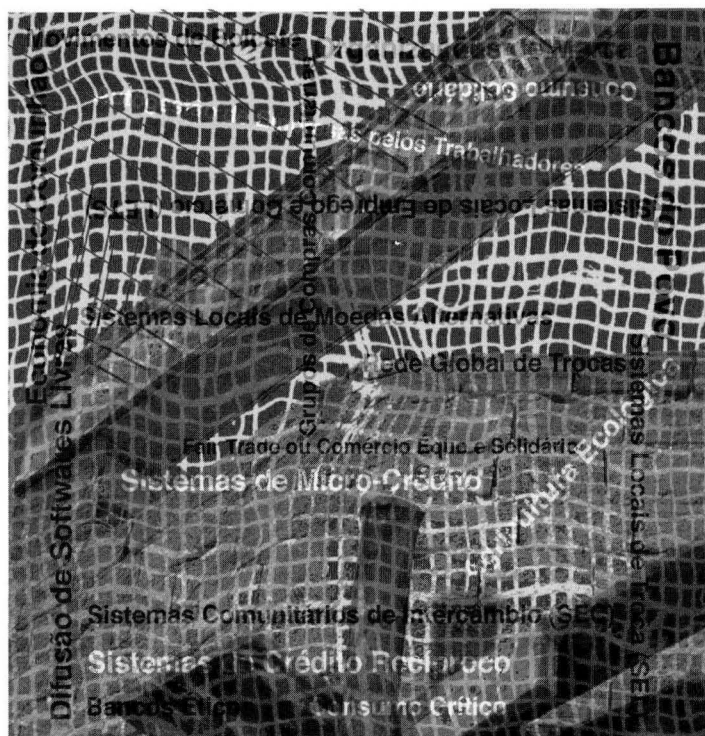
Em um mundo crescentemente economizado, onde quase tudo se transforma em mercadoria, onde solidariedade e justiça se restringem cada vez mais à esfera privada, nosso esforço para pensar e nossa vontade para querer um país diferente precisam se fundamentar em algo mais profundo do que as categorias do desenvolvimento e da sustentabilidade materiais.



Construindo a Socioeconomia Popular e Solidária no Brasil

*Rosemary Gomes**

*Euclides André Mance***



Protagonismo e Globalização da Solidariedade

Os segmentos populares da sociedade civil planetária compostos por contingentes oprimidos, explorados, expropriados, dominados, excluídos e por todos aqueles que lhes são solidários, vêm se organizando internacionalmente não apenas na resistência à globalização capitalista, mas na construção de novas relações sociais, econômicas, políticas e culturais que tenham o potencial de dar

origem a uma nova civilização, multicultural e que desejem a liberdade de cada outro em sua diferença.

Nas últimas décadas inúmeras práticas de solidariedade expandiram-se internacionalmente integrando-se em movimentos de rede. A partir delas pode-se vislumbrar os primeiros sinais do nascimento de uma nova formação social que tende a superar a lógica capitalista de concentração de riquezas e exclusão social, de destruição dos ecossistemas e de exploração dos seres humanos.

Sob a lógica das redes de economia solidária, que são uma parcela desse conjunto todo, a difusão

*Socióloga, assessora da FASE Nacional, animadora da Rede Brasileira de Socioeconomia Solidária.

**Filósofo, autor de *A Revolução das Redes*, Ed. Vozes, Petrópolis, 2000. Sócio fundador do Instituto de Filosofia da Libertação – IFIL, em Curitiba. Animador da Rede Brasileira de Socioeconomia Solidária.

do consumo e do labor solidários, em laços de realimentação, possibilita que os valores econômicos gerados pelo trabalho possam realimentar o processo de produção e consumo, promovendo o bem viver das coletividades e o desenvolvimento ecológica e socialmente sustentável, a expansão do campo de possibilidades de realização das liberdades públicas e privadas.

A nova geração de redes solidárias que começa a surgir carrega consigo características de inúmeras práticas solidárias bem sucedidas, entre as quais elencam-se: os Sistemas Locais de Emprego e Comércio (LETS), Sistemas Locais de Troca (SEL), Sistemas Comunitários de Intercâmbio (SEC), Rede Global de Trocas, Economia de Comunhão, Autogestão de Empresas pelos Trabalhadores, Sistemas de Micro-Crédito, Sistemas de Crédito Recíproco, Bancos do Povo, Bancos Éticos, *Fair Trade* ou Comércio Équo e Solidário, Organizações de Marca, Agricultura Ecológica, Consumo Crítico, Consumo Solidário, Grupos de Compras Comunitárias, Movimentos de Boicote, Sistemas Locais de Moedas Alternativas, difusão de Softwares Livres (*Free Softwares*) e inúmeras outras práticas de sócio-economia solidária que poderiam ser aqui elencadas. O crescimento mundial do Setor Público Não-Estatal indica a ampliação de novos campos de possibilidade para ações solidárias estrategicamente articuladas com o objetivo de promover as liberdades públicas e privadas.

A Rede Brasileira de Socioeconomia Solidária

Os resultados práticos das diversas redes de economia solidária mostram a relevância que essas redes sócio-produtivas têm no combate às desigualdades. No caso particular da Rede Brasileira de Socioeconomia Solidária, considerando-se que ela tem apenas um ano e meio de atividade, fica evidente o potencial desencadeador de ações, pelos fluxos que ela tem mediado, realimentando ações coletivas em distintas realidades que vão de sistemas de compras

coletivas no Rio Grande do Sul a sistemas de cartões de crédito solidário no Ceará, de sistemas de localização de produtos e serviços via *web*, à promoção de feiras de diversos tipos etc.

No caso da plataforma da Rede Brasileira de Socioeconomia Solidária, considerando-se o documento do Encontro de Mendes, em junho de 2000, as atenções estão voltadas no *campo da produção* a garantir grande diversidade de produtos e serviços, a aprimorar a qualidade dos produtos em sua forma e conteúdo, à realização de compras em conjunto de insumos para redução de custos, à reconstrução solidária das cadeias produtivas, iniciando quanto possível pela ponta do consumo, a garantir ofertas sustentadas e respeito ao meio ambiente, à criação de selos de responsabilidade social/ambiental, à afirmação do trabalho emancipado, do conhecimento e da criatividade dos trabalhadores/as como o valor central, à defesa da autogestão como modo de empoderamento da força de trabalho para controlar o processo produtivo e o produto do seu trabalho com ênfase na complementaridade e solidariedade como modo de articulação com outros empreendimentos associativos e cooperativos, à incorporação, criação e compartilhamento de tecnologias sustentáveis.

Estão em curso a identificação e mapeamento de grupos existentes, a partir de bancos de dados em funcionamento e de outros instrumentos, visando melhor entrosamento das cadeias produtivas e a criação de bases de dados regionais e nacional que mapeiem redes de produção e consumo locais, visando articulações de dimensão internacional, que facilite a troca com empreendimentos solidários de outros países e continentes e organização de sistemas de assessoria com o objetivo de subsidiar o desenvolvimento de temáticas específicas como autogestão, metodologia das redes e cadeias produtivas solidárias, legislação, tributação, publicidade, administração etc.

No *campo da comercialização* as atenções se voltam para a qualidade dos produtos, embalagem e frete, compondo custos com sustentabilidade social e ecológica, à produção de catálogo de produtos,

serviços e fornecedores, a localizar as necessidades dos consumidores e produtores, desenvolver logística solidária de distribuição e armazenagem, cultivar a relação produtor-consumidor, a garantir uma intermediação eficiente que seja benéfica tanto para os produtores quanto para os consumidores, referenciada em princípios de cooperação e solidariedade, a gerenciar corretamente a informação, a compreender o encadeamento solidário dos diversos serviços entre o produtor e o consumidor como parte da construção de cadeias produtivas solidárias, a organizar pontos de comercialização permanentes e a desenvolver sistemas de comercialização eletrônica; criação de feiras e mercados da RBSES, do local para o nacional, a identificar e mapear o potencial de compra e venda dos grupos e organizações existentes, à elaboração de guias de orientação sobre a montagem de feiras locais, regionais e nacional (planejamento, gerenciamento e captação de patrocínios); a realizar pressões sobre o Congresso Nacional para a reformulação e elaboração de legislação nas áreas de tributação, fiscalização e afins.

No *campo do consumo*, elenca-se: organizar redes de consumo, considerar as pessoas e entidades que fazem parte das redes e organizações solidárias (sindicatos, escolas, universidades, igrejas, associações de moradores e movimentos populares, governos participativos etc.) em seu potencial de demandas, como consumidores a serem atendidos; cuidar das embalagens, evitando a poluição e criando facilidades ao consumidor pela sua praticidade e informação sobre os produtos; realizar propaganda educativa; planejamento integrando demanda-produção; controle da qualidade de produtos e serviços, para bem atender os consumidores; desenvolvimento de novos produtos; promover a educação para o consumo solidário, iniciando pelos grupos existentes na rede.

No *campo da comunicação e educação*, as atenções se voltam para desenvolver práticas de comunicação horizontal, difundir materiais de informação, instituir centros de referência de comunicação e informação que atuem como facilitadores, aproveitar espaços

nas rádios e TVs comunitárias, ampliar acesso aos sítios da Internet para aceder e distribuir materiais educativos, realizar negócios etc, produzir vídeos populares, realizar visitas mútuas entre os diversos empreendimentos em uma espécie de rede de intercâmbio vivencial entre os grupos favorecendo o processo de aprendizagem, manutenção de fóruns eletrônicos na Internet, jornal informativo, produção de catálogos para divulgar ofertas e demandas das entidades participantes, produção de programas radiofônicos sobre socioeconomia solidária para distribuição na rede, divulgar a rede junto a igrejas, associações de bairro e outras organizações comunitárias, apropriação de tecnologias disponíveis livremente na área de informática para o aprimoramento dos empreendimentos, criação de uma logomarca/selo e certificação dos produtos da rede de socioeconomia solidária, fomento à criação de laboratórios de aprendizagem em âmbito local, como sistema de troca de conhecimento entre os grupos, produção de eventos culturais (festivais, CDs etc.) a partir da diversidade regional, sistematização de experiências dos grupos para registro histórico e apoio a grupos menos experientes, utilização de novas tecnologias (vídeo e teleconferências, programas eletrônicos etc.)

Por fim, no *campo das finanças*, tem-se como plataforma: desenvolver uma estrutura para autogestão do crédito e dos recursos, difundir organizações de crédito ético, estabelecer fundos de poupança interna, garantindo à rede autofinanciamento, autonomia e apoio a novos empreendimentos, difundir as experiências já existentes na Rede, debater o marco legal, interferir no orçamento e programas dos governos (municipal, estadual e federal) para linhas de crédito com melhores condições de financiamento para os pequenos empreendimentos e as iniciativas solidárias, criar iniciativas de microcrédito solidário visando atender a uma massa de trabalhadores e empreendimentos autogestionários que não têm acesso ao crédito, orientar a criação de cooperativas/banco de crédito e poupança da socioeconomia solidária.

Políticas Públicas e Economia Solidária

A observação da convergência entre processos de gestão democrática de governos locais e controle participativo direto das políticas públicas, com as novas redes de economia sócio-solidária que combinam cooperativismo popular urbano e rural com empresas autogeridas pelos trabalhadores, abre a reflexão sobre uma nova abordagem da economia política da transição para novas formas de socialização da riqueza e do poder. Ao lado dos movimentos sociais de todo tipo que agem no terreno dos direitos sociais, econômicos, culturais e ambientais, vemos emergir um conjunto de lutas que traduzem esforços de agenciamento sócio-produtivo e de gestão sócio-territorial que fazem da crise brasileira um processo de disputa orgânica. Novas respostas para velhas questões da relação entre as diferentes desigualdades se abrem nesse cruzamento, onde o tema da produção e da reprodução social dos modos de vida é reposto no terreno de uma esfera pública que anseia por uma nova governabilidade.

Neste contexto a contribuição para essa nova institucionalidade passa por apoiar a formação de redes, intervindo-se nas cadeias produtivas, avançando em uma plataforma própria à economia popular e solidária. Essas dimensões de uma política pública que envolve a sociedade e o Estado na construção de uma área de economia cooperativa e social no interior da diversidade sócio-produtiva brasileira têm um ponto de partida fortíssimo: a emergência de experiências autogestionárias nascidas do colapso de empresas relativamente grandes de setores tradicionais da economia (metalurgia, têxtil, mineração etc), com uma disposição de seus trabalhadores no sentido de converter-se em cooperativados; as experiências de plantio e processamentos agro-industriais em assentamentos rurais ordenados sob a forma cooperativista; a emergência de ações integradas e formas de compartilhamento no tecido microempresarial; a emergência dos fóruns e redes de apoio, fomento e auto-organização de empreendimentos de base

associativa e cooperativa; a emergência de formas locais de apoio em crédito e tecnologia, o desabrochar de redes de economia solidária envolvendo um número progressivamente maior de consumidores e produtores.

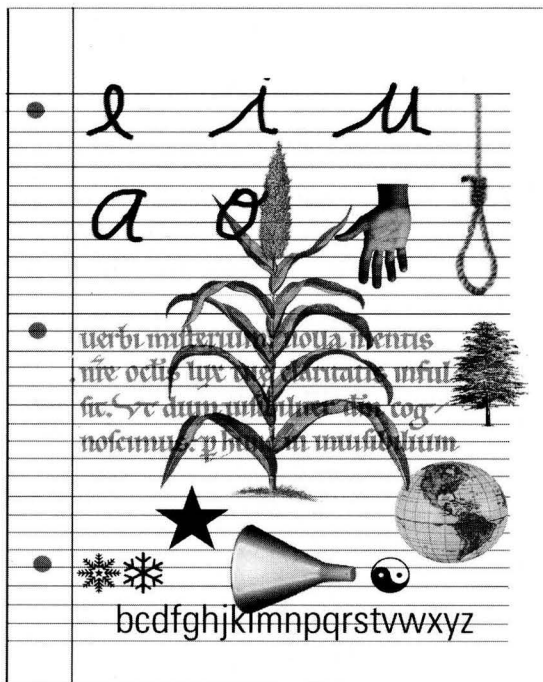
A combinação entre as redes e fóruns, novos sistemas públicos de apoio ao cooperativismo, a criação de centros e estruturas de atendimento com base territorial, a difusão cultural pelas diferentes mídias, e as mudanças legais facilitadoras podem servir de uma verdadeira base de política pública de geração de trabalho e renda. Mas, além do acesso ao mercado e ao crédito, é dos meios de produção, dos equipamentos e infra-estrutura, das formas de qualificação e acesso a tecnologias de gestão de organização de processos e de definição de novos produtos que estamos falando.

A socioeconomia solidária remete aos processos de reprodução social coletiva, implicando em formas de desenvolver as economias locais e suas relações com as diferentes redes e fluxos de relacionamento entre o local, o nacional e o global, aproveitando o potencial de organização do consumo e a iniciativa empreendedora dos de baixo. É na forma da rede tecnológica, informacional e sócio-produtiva, integrada nesses níveis, que se delineiam propostas voltadas ao desenvolvimento sustentável, sendo as redes, portanto, um referencial para as políticas públicas de geração de trabalho e renda no plano local e nacional.

Cabe aos governos implementarem políticas de apoio às redes de economia solidária, respeitando a autonomia dessas organizações. Neste sentido, a prática bem-sucedida atualmente no Rio Grande do Sul revela o potencial desta conduta na promoção do desenvolvimento socialmente justo, ecologicamente sustentável e economicamente viável. Na interlocução democrática entre governos e organizações de economia solidária pode-se avançar, portanto, na elaboração e implementação de políticas públicas de geração de trabalho e renda, de estímulo ao crescimento econômico pautadas em critérios da economia solidária, enfrentando-se com sucesso as desigualdades sociais.

Desigualdades Regionais, Educação e Movimentos Sociais

Almerico Lima Biondi*



Os processos que levaram a constituir o mundo globalizado contemporâneo, sob a hegemonia dos países ocidentais desenvolvidos, não prescindem, como nos processos anteriores, de fortes incursões no terreno ideológico e cultural. Ao contrário, na época atual, estas incursões, verdadeiras “bandeiras”, vêm condenando à extinção culturas milenares, além de estabelecer o *front* ideológico como fundamental para o próprio estabelecimento e sobrevivência da nova ordem.

Tal abordagem não se restringe apenas às classes e camadas sociais, podendo também ser verificada nas relações “centro-periferia” e/ou campo-cidade, desde o bairro a regiões inteiras. Ela se espalha, *como metodologia, hierarquizando espaços, sejam eles geográficos ou sociais*. A transposição de modelos, acrítica e autoritária, sem a adaptação ou reelaboração necessárias, apresenta grande

responsabilidade pelo fracasso nas definições e implantações de questões estratégicas, por exemplo: padrão de desenvolvimento, produção e consumo, políticas públicas, educação etc.

Exatamente nesta busca da hegemonia em um dado terreno é que os agentes sociais, como parte da luta pelo poder político e econômico, estabelecem relações, elaboram discursos, instituem códigos, ou seja, instauram uma luta simbólica permanente. Ao mesmo tempo, é preciso *reproduzir* os construtos simbólicos, tornando-os reconhecíveis por todos, e isto é feito principalmente através dos meios de comunicação e da educação. Assim, os saberes, valores e comportamentos da elite passam a ser considerados *modelos* a serem imitados ou perseguidos.

Este processo garante a reprodução de conhecimentos necessária para a sobrevivência in-

*Educador Popular, Mestre doutorando em Educação da Universidade Federal da Bahia.

dividual e a continuidade material da sociedade (um exemplo típico é a educação profissional), ao mesmo tempo em que permite a reprodução das ideologias dominantes. A educação, portanto, nunca é neutra e não paira acima dos interesses das classes em disputa e, justamente por isso, a educação não é a “salvação da humanidade”. Ao invés, parafraseando Paulo Freire: *a educação é condição necessária para as mudanças sociais, mas não é uma condição suficiente*.

Numa perspectiva contra-hegemônica, as práticas e lutas simbólicas – e os elementos culturais que delas resultam – são fundamentais para a elaboração da estratégia dos movimentos sociais¹, embora muitos deles as utilizem quase que instintivamente, enquanto outros ignorem ou desprezem tal campo de luta. Entretanto, desde a Revolução Francesa, nenhuma transformação social importante prescindiu de um projeto pedagógico firmemente acoplado a um projeto político.

Apesar de diversos pensadores revolucionários de diversos matizes e épocas² terem enunciado o caráter estratégico da educação para a transformação da sociedade, no que se refere aos movimentos sociais, as ações no campo educativo oscilam entre posturas oportunistas, pragmáticas, táticas e estratégicas. Estas posturas apresentam ausência ou graus variados de compreensão da relação dialética entre projeto político e projeto pedagógico³.

Ora, se a ação em educação é estratégica, ela deve significar a retomada do lugar dos movimentos sociais (entre eles o sindical) nas lutas pela educação, seja nas lutas públicas, seja no campo teórico e metodológico. Não basta apenas lutar por “escola pública, gratuita e de qualidade”, mas também por uma escola cujos princípios educativos, currículos e metodologias estejam vinculados aos objetivos dos trabalhadores. Neste sentido, *interessa intervir, para que a visão dos trabalhadores norteie a elaboração, execução e avaliação das diretrizes, planos, programas e demais ações sobre educação*, seja ela básica, superior, profissional, propedêutica, rural, indígena, para portadores de necessidades especiais, para crianças e adolescentes, jovens e adultos etc. Em resumo, é preciso “jogar o jogo”. Não o jogo já jogado pelas classes dominantes,

cujo resultado é conhecido de antemão, mas sim subverter as regras, criando, “jogos não-jogados”, cujo resultado, pelo menos, é incerto ...⁴

Um destes jogos é a educação de jovens e adultos (EJA), extremamente desvelador de diversas desigualdades: regionais; campo-cidade; geração, gênero etc. Apesar do Ministério da Educação e alguns pesquisadores – particularmente os ligados ao IPEA – insistirem na diminuição das desigualdades sociais no Brasil, tais afirmações não resistem a uma análise dos dados disponíveis⁵, tendo como variáveis região/estado, idade, domicílio (urbano e rural), gênero e etnia. A heterogeneidade do espaço brasileiro obriga a diagnósticos mais específicos no que se refere a realidades regionais, estaduais e até microrregionais.

Mesmo reconhecendo o relativo avanço⁶ na educação de crianças e adolescentes no Brasil nos

¹ Evidentemente as lutas não se restringem apenas ao simbólico, mas é indubitável que, na constituição de discursos e na intervenção dos agentes no real, esta é uma dimensão importante.

² Voltaire, Marx, Gramsci, Lênin, Guevara, Paulo Freire e a maioria dos autores anarquistas, entre outros.

³ Os movimentos sociais e os partidos brasileiros de esquerda apresentam, na sua evolução histórica, diferentes posturas em relação à educação. Tomando como exemplo contemporâneo o sindicalismo-CUT, verifica-se que, no processo de sua fundação e anos iniciais (anos 70 e 80 do século XX), a educação é claramente tática, mas a necessidade de elaboração de uma resposta sindical à reestruturação produtiva (a partir dos anos 90) e às reformas educacionais inspiradas no neoliberalismo empurraram para a necessidade de formular uma visão estratégica, ora em debate na Central.

⁴ Ao mesmo tempo, no caso de jogos já iniciados, nada impede que se mudem as regras no decorrer das partidas. Para isto, é preciso conhecer os elementos do jogo: os jogadores, suas estratégias e táticas, as regras já estabelecidas e os terrenos onde os jogos acontecem.

⁵ Os dados utilizados são oriundos do IBGE (Censo e Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílios – PNAD e os provenientes do INEP (Censo Educacional).

⁶ Embora fuja do escopo deste artigo, não se pode deixar de ressaltar os debates acerca da perda de qualidade quando da recente expansão do ensino regular fundamental e médio.

últimos anos, o mesmo não pode ser dito da EJA. Embora com a redução da taxa geral de analfabetismo da população, o seu número absoluto continua muito alto, condenando mais de 16 milhões de brasileiros e brasileiras à condição de estrangeiros em seu próprio país, por não reconhecerem a língua escrita, nem serem capazes de se comunicar com um simples bilhete (tabela 1).

A desagregação dos dados, realizada na tabela 2, demonstra as desigualdades regionais. Os maiores índices estão na Região Nordeste, seguido pelas Regiões Norte e Centro Oeste. Quanto às faixas etárias, verifica-se que existe um forte analfabetismo infantil (5-7 anos), sinalizando a quase inexistência de políticas públicas de educação adequadas a estas faixas etárias. Após uma brusca diminuição, após uma inflexão na faixa de 20-24 anos, encontram-se valores crescentes das taxas de analfabetismo para as faixas etárias maiores, sobretudo no campo. Em particular no que se refere ao meio rural, as taxas chegam a ser de 1,5 a 4,5 vezes maiores que as taxas urbanas, revelando os

efeitos da quase universalidade do trabalho infantil, da sazonalidade do trabalho e das migrações, da inexistência de escolas suficientes, da enorme distância entre comunidades e escolas e da precariedade das escolas e das condições de trabalho de seus professores e professoras.

Em relação à dimensão de gênero, os dados do Censo 2000 revelam uma importante faceta da desigualdade. Embora se comprove parcialmente uma afirmação que tem se tornado comum (“as mulheres estão tendo maior participação que os homens na educação”), verifica-se que, quanto ao analfabetismo, isto só ocorre nas faixas abaixo de 40 anos, sobretudo no campo. Neste caso, a história de opressão cobrou o seu preço, exigindo políticas públicas específicas para a extensão do acesso e permanência às mulheres das faixas etárias mais altas.

Uma análise mais global dos diversos fatores aponta, entretanto, que o problema não se resume ao analfabetismo total, se agravando quando se observam os anos de escolaridade, já que estudos apontam a necessidade de oito anos

Tabela 1 – Evolução do número absoluto de pessoas analfabetas e da taxa de Analfabetismo Total de Jovens e Adultos 1900-2000 (pessoas maiores de 15 anos)

	1900		1940		1980		1991		1996		2000	
		%		%		%		%		%		%
Brasil	6.348.869	65,1	13.269.281	56,0	18.146.197	33,6	18.716.847	25,4	19.233.239	20,1	16.294.889	13,6

Dados compilados pelo autor. Fonte: IBGE/Censo 1900-1991; IBGE/Contagem da população 1996; IBGE /Censo 2000 (maiores de 10 anos)

Tabela 2 – Taxas de Analfabetismo Total 1999, segundo faixas etárias e situação de domicílio

	5 anos		15 anos		20-24 anos		60 anos	
	Urbanos	Rurais	Urbanos	Rurais	Urbanos	Rurais	Urbanos	Rurais
Brasil	13,2%	32,6%	10,3%	29,8%	4,4%	18,1%	29,9%	58,4%
Norte	16,0%	36,5%	11,2%	29,9%	4,8%	18,9%	38,7%	61,5%
Nordeste	22,2%	44,4%	19,5%	42,7%	9,9%	22,7%	48,0%	73,3%
Sudeste	9,8%	21,0%	7,0%	19,3%	2,3%	7,6%	22,6%	32,2%
C. Oeste	8,5%	18,0%	9,4%	19,9%	2,8%	8,3%	35,6%	49,7%
Sul	6,0%	8,2%	6,5%	12,5%	1,8%	4,2%	22,6%	32,2%

Dados compilados pelo autor. Fonte: IBGE/Censo 2000.

de escolaridade para que se possa efetivamente adquirir os conhecimentos necessários para uma inserção cidadã. Cerca de um terço dos/as residentes no Brasil (cerca de um quarto dos moradores urbanos e mais da metade dos moradores rurais) não completaram quatro anos de estudo (o antigo primário). A grande maioria dos/as brasileiros/as (cerca de dois terços na cidade e mais de quatro quintos no campo) não completaram oito anos de estudo, caracterizando um imenso contingente de analfabetos funcionais.

Os dados demonstram não se ter conseguido atingir a meta acertada na Declaração Mundial de Educação Para Todos (Jomtien, 1990). Será cumprido o compromisso, assumido pelo governo brasileiro na Cúpula Mundial da Educação (Dakar, 2000), de reduzir em 50% as taxas até 2015, o que significa alfabetizar cerca de sete milhões e meio de pessoas?

Pode-se explicar a atual situação através da postura de sucessivos governos, com sua exclusiva análise econômica, conduzida e compartilhada com organismos internacionais que financiam a educação. Por esta análise, em tempos de recursos escassos, as prioridades devem ser atribuídas às ações com maior possibilidade de retorno. Ora, a maior taxa de retorno econômico se verifica na educação básica de crianças e adolescentes, principalmente pelo maior tempo restante de vida produtiva. Não haveria sentido em investir recursos na alfabetização, principalmente das faixas etárias mais altas, que, pelo menos em tese, já teriam terminado ou estariam terminando o seu período de vida laboral⁷. Do mesmo modo, esta análise, aplicada aos residentes no campo, desaconselharia investimentos na educação rural, na medida em que não haveria demanda por indivíduos mais escolarizados em um tipo de trabalho tradicionalmente pouco qualificado. Em outras palavras, a educação rural não agregaria valor significativo aos produtos agropecuários, sendo, portanto, um fator relativamente desprezível para a economia rural.

Inúmeros fatores podem ser invocados contra tais argumentos, entre eles os de natureza social e mesmo econômicos. Os argumentos de natureza ético-política repudiam veementemente a visão expressa e praticada pelo atual Ministro da Educação, para os quais a diminuição do analfabetismo no Brasil seria uma consequência de “fatores demográficos”. Ou seja, deveria se cuidar da educação básica de crianças e adolescentes e deixar a taxa de mortalidade “eliminar” os analfabetos. Não se pode esquecer que os jovens e adultos não escolarizados (ou subescolarizados) são brasileiros e brasileiras que tiveram o seu direito subjetivo à educação – este consagrado na Constituição Federal – negado pelo Estado. Este direito não se extingue passada a idade “própria”, permanecendo como *dívida sem prescrição*, durante a vida do cidadão ou cidadã.

Os dados e argumentos expostos anteriormente exigem ações concretas, particularmente no campo, onde o problema é crônico. Os sujeitos sociais do campo demandam educação, mas não qualquer educação, mesmo porque:

“a escola deve ser parte importante das estratégias de desenvolvimento rural, mas para isto precisa desenvolver um projeto educativo contextualizado, que trabalhe a produção do conhecimento desde questões relevantes para intervenção social nesta realidade. Assim entende a necessidade de criação de uma escola do campo, aquela que trabalha desde os interesses, a política, a cultura e a economia dos diversos grupos de trabalhadores e trabalhadoras do campo, nas suas diversas formas de trabalho e de organização, na sua dimensão

⁷ Esta hipótese parece confirmada quando se estabelece 24 anos como idade máxima, para a mais recente iniciativa do governo federal em EJA, o Programa Recomeço, integrante do Projeto Alvorada

de permanente processo, produzindo valores, conhecimentos e tecnologias na perspectiva do desenvolvimento social e econômico igualitário desta população.” (Conferência Nacional por uma Educação Básica no Campo, 1998).

Em resumo, argumenta-se pela necessidade de *uma educação do campo* que, além dos processos escolares formais inclua processos formativos populares, enquanto instrumentos de diagnóstico, formação e suporte para a organização e luta dos/as agricultores/as familiares brasileiros/as. Dois caminhos não excludentes são possíveis: a luta por políticas públicas de educação e a realização de experiências educativas sob o controle dos trabalhadores. A CUT e outros movimentos sociais, como o MST, têm trilhado os dois caminhos, seja apresentando soluções alternativas, em contraponto às propostas de diretrizes nacionais para a educação rural, feitas pelo MEC, seja na experimentação de processos educativos dirigidos pelos próprios trabalhadores. Estas propostas apresentam como pressuposto toda uma compreensão da dinâmica rural brasileira *pela ótica dos próprios sujeitos coletivos e convergem para a necessidade de políticas públicas de educação sob o controle social, não para o campo, mas do campo.*

Outro exemplo são as resoluções da CUT em relação aos seus projetos formativos no meio rural⁸, que reafirmam a importância e a necessidade de se realizarem experiências educativas nascidas das demandas do campo, que: aliem a construção de conhecimento sobre a realidade rural e a formação; sejam suporte para a organização e a ação; contemplem as especificidades regionais e respondam à estratégia organizativa dos sujeitos sociais.

Estas boas novas, aliadas a um maior adensamento e convergência das ações socioeducativas das entidades representativas dos trabalhadores e das ONGs que atuam no campo, com a criação de Fóruns de Educação no Campo, sinalizam, sem dúvida, melhores dias para a educação do campo, com a redução do analfabetismo em todas as regiões e faixas etárias, rumo à sua erradicação definitiva.

⁸ Projeto Semear – BA, Semear-Sudeste (MG/ES e RJ), Semear-SP, Raízes-CE, Raízes-PA, Flor de Mandacaru (Nordeste), Brasil Central (Brasil Central), Vento Norte (Amazônia), Terra Solidária (Sul), CONTAG e a Agência de Desenvolvimento Solidário da CUT.

CÍRCULO DE AMIGOS DA FASE

PARTICIPE

Existem várias maneiras de formalizar nossa amizade. Através do site www.fase.org.br, em *Círculo de Amigos*, você pode se inscrever para acompanhar nossas campanhas e se manter informado; tornar-se um de nossos voluntários militantes; assinar a Revista Proposta ou adquirir publicações; colaborar com o projeto Mais uma Criança na Escola, MUCE, ou com o Fundo na Palma da Mão, apoiado pelo O RAPPA. Mas para se tornar um doador da FASE, basta enviar um cheque nominal à FASE ou realizar um depósito superior a R\$10,00 no Banco Bradesco, ag. 227-5 c/c 91338-3 enviando o comprovante via fax (0xx21)2286 1209 ou correio para Rua das Palmeiras, 90 Botafogo CEP 22270-070, Rio de Janeiro - RJ.

Maiores informações através do e-mail comunicação@fase.org.br ou pelo telefone (0xx21)2286 1441 ramal 113.

A Pobreza Política na Agenda Hegemônica de Combate à Pobreza

Henri Acselrad*



A sociologia dos problemas sociais nos ensina que a agenda pública é objeto de disputa¹. A agenda proposta pelos organismos multilaterais como o Banco Mundial, o BID e o FMI são, em grande parte, indicadores do estado desta disputa. Isto porque cada vez mais o discurso destas agências evidencia a disposição tática de incorporar um certo número de questões levantadas pelos próprios movimentos sociais. Assim foi exemplificado já com a problemática ambiental e, em seguida, com a da “participação”. Absorvidas pelas forças dominantes, tais questões puderam ser reelaboradas, resignificadas e, via de regra, esvaziadas de seu conteúdo transformador, diluídas que foram na pauta hegemônica. A questão da vez é, hoje, sem dúvida, a da pobreza, e da pobreza urbana em particular.

A incorporação subordinada da questão da pobreza, através da qual a agenda hegemônica atribui autoridade para a sua solução, resulta, no mínimo, em ambigüidades. A Agenda Habitat, por exemplo, pretende ser “parte integrante do processo de erradicação da pobreza”². No entanto, aponta, ao mesmo

¹ “A definição de alternativas é o supremo instrumento de poder; os antagonistas raramente podem concordar a respeito das questões da agenda porque o poder está envolvido em sua definição. Aquele que determina os assuntos da política dirige o país; porque a definição das alternativas significa a escolha dos conflitos, e a escolha dos conflitos aloca poder”, cf. Schattschneider, 1960 apud M. Fuks, *Arenas de Ação e debates públicos*, Tese doutoramento IUPERJ, 1997, p.32.

² Cf. Declaration on Cities and the other Human Settlements in the new Millenium, mimeo, 2001, NY. p.3.

* Professor do IPPUR/UFRJ, pesquisador do CNPq, editor do Cadernos IPPUR/UFRJ, membro da coordenação do projeto Brasil Sustentável e Democrático e organizador de “A Duração das Cidades – sustentabilidade e risco nas políticas urbanas”, DP&A Ed., RJ, 2001.

tempo, a própria pobreza como obstáculo à implementação da Agenda Habitat. Encontramo-nos assim ante uma causação circular – a Agenda Habitat combate a pobreza que impossibilita, por sua vez, a Agenda Habitat. A persistência da pobreza, ademais – afirma o Relatório Habitat 2001 – deve-se, ao mesmo tempo, à falta de vontade política e à falta de mercado. Assinala-se assim a insuficiência da ação política, mas propugna-se, contraditoriamente, para o seu enfrentamento, a expansão das regulações do mercado. Ambigüidades e paradoxos são, por certo, esperáveis em fóruns de tal modo amplos, onde discursos tão variados se entrecruzam.

No caso do Banco Mundial, trata-se de uma operação menos ambígua e mais complexa, através da qual a pobreza urbana justifica a necessidade da intervenção do Banco no apoio aos governos locais. O processo de acentuada urbanização das populações e a mudança do papel das cidades configuraria o que o Banco chama de “transição urbana”. Mas trata-se na verdade de uma operação de justificação da transição urbana no *portfolio* do próprio Banco, cujos investimentos em programas urbanos teriam sido até aqui muito pouco significativos. As operações de desenvolvimento urbano seriam estratégicas, afirma o Relatório *Cities in Transition* editado pelo Banco em 2000, criando nas cidades vantagens de mercado que propiciariam a redução da pobreza. Como “reduzir a pobreza é a missão central do Banco”, a persistência da mesma, a despeito dos projetos convencionais de desenvolvimento, justifica a ação urbana desta agência³. Por outro lado, afirmam os estrategistas do Banco Mundial, satisfazer a demanda de conhecimento e financiamento dos governos locais “é um bom negócio para o Banco”⁴. Infere-se, assim, que a redução da pobreza urbana, fim último do financiamento das operações urbanas dos governos locais, é um bom negócio para o Banco. É natural que

assim seja, nos dirão, dado estarmos tratando mesmo de uma instituição financeira. Mas na suposição de que este bom negócio deva dar bons resultados também para a população, cabe perguntar: como o combate à pobreza se daria? Em primeiro lugar, dizem os técnicos do Banco, dando atenção às cidades, porque é nelas “que as políticas encontram o povo”; tornando-as habitáveis, pela garantia da oferta de oportunidades “inclusive para os pobres” e atacando “nos pobres o sentimento de que são destituídos de poder”⁵. Não se trata, portanto, de introduzir os pobres nas asperezas da política e nas possibilidades da ação estratégica do poder, mas de neles reduzir o sentimento de despossessão. Isto faz sentido, pois a persistência deste sentimento, como veremos, pode ser indesejavelmente danosa para a confiabilidade econômica e financeira das cidades – peça central para a inserção das mesmas na economia global – para que elas sejam cidades “bancáveis”, segundo o discurso do Banco Mundial.

Lembre-se que em nome do combate à pobreza, trata-se essencialmente de forjar “cidades de alta produtividade, competitivas e empresariais, aptas a integrar o mercado global”⁶. Não é outro o motivo de se buscar forjar economias urbanas ditas “resilientes” – metáfora biológica que exprime a capacidade dos ecossistemas adaptarem-se aos choques externos. No nosso caso, os sistemas ecológicos em questão são as cidades, cuja estabilidade financeira e social espera-se fazer sobreviver aos trancos dos movimentos súbitos dos capitais globalizados. Preocupa em particular aos técnicos do Banco estabilizar o

³ cf. World Bank, *Cities in Transition – World Bank Urban and Local Government Strategy*, Washington, sept. 2000, pp.5-6.

⁴ Cf. World Bank, *op.cit.*, p.4.

⁵ cf. World Bank, *op.cit.*, pp. 2 e 8.

⁶ cf. World Bank, *op.cit.*, pp. 9 e 10.

estreito entrelaçamento do capital financeiro com a dinâmica dos mercados imobiliários⁷. Pois, para o Banco Mundial, é “sustentável” a cidade dita “bancável”, que não oferece riscos ao sistema financeiro, “por ser gerida economicamente como uma empresa”⁸ e “pela adoção de enfoques comerciais em muitas de suas funções administrativas e de serviços”⁹. Eis enfim o critério de seletividade para a ação do Banco: que sejam apoiadas aquelas cidades que “mostrem determinação em ajudar a si próprias”¹⁰ – entenda-se, a determinação de integrarem-se no mercado mundial, tal como empresas, e de fazerem-se confiáveis ao sistema financeiro.

Ora, já temos podido ver alguns dos resultados socioespaciais de tais estratégias de mercantilização das cidades e de liberalização das políticas urbanas. Em consonância com os imperativos de desregulação requeridos pela acumulação flexível, tem-se fragmentado o tecido institucional e social urbano, tanto numa fragmentação por baixo como numa fragmentação pelo alto. A fragmentação por baixo, sugere-nos Jaglin¹¹, decorre de uma concepção comunitarista de solidariedade, que promove um parcelamento gestor dos bairros pobres, uma descontinuidade física das redes de ilhas selecionadas de atendimento, gerando competição entre as comunidades e no interior das mesmas por recursos escassos. A fragmentação pelo alto, por sua vez, reúne todas as formas de dessolidarização entre áreas ricas e áreas pobres, de renúncia ao compartilhamento fiscal, tarifário e de redes de infra-estrutura, além das práticas de auto-segregação espacial, via condomínios fechados, gradeamento, segurança privada etc.

Trata-se, em suma, de mecanismos de enfraquecimento da coesão social, de desintegração das instituições portadoras de sentido coletivo, processos dos quais a violência urbana é apenas sintoma espetacular. É pois aí que reside o fermento para o florescimento da ideologia da segurança e do

tratamento penal da miséria. Ante as evidências da sociabilidade em crise, uma demanda por ordem ocupa o espaço da contestação crítica do Estado. A política urbana tende a ser substituída por uma polícia das cidades. Enquanto os poderes transnacionais dominam a economia mundial a partir das megacidades, confere-se ao Estado o papel de nelas exercer o controle social e policial sobre as populações marginalizadas¹². Para pacificar o campo urbano, os projetos urbanísticos internalizam a variável segurança, procurando um ordenamento do meio que se volte para a prevenção da criminalidade nas zonas ditas “vulneráveis, sensíveis ou difíceis”, acolhendo uma panóplia de tecnologias de vigilância a serem aplicadas sobre “populações de risco”. Para regular as tensões urbanas, procura-se então “normalizar aqueles que transgridem as normas de um sistema social que, precisamente, os impede de levar uma vida normal”¹³. E para pacificar a democracia de mercado, ameaçada pelas próprias desregulações de mercado, fala-se insistentemente em reconstruir no plano local nas comunidades tudo o que o global vem destruindo em âmbito nacional, a saber, a “solidariedade” e a “cidadania”.

Qual poderia ser o papel das autoridades locais nas novas estruturas institucionais baseadas na comunidade? Ora, o “discurso oficial” sobre as instituições participativas enfatiza que as autoridades locais e as comunidades teriam

⁷ O colapso do mercado imobiliário do sudeste asiático é emblemático da ausência de resiliência na economia urbana contemporânea, cf. World Bank, op.cit., p.2.

⁸ cf. World Bank, op.cit., p.8.

⁹ cf. World Bank, op.cit., p.9.

¹⁰ cf. World Bank, op.cit., p. 14.

¹¹ cf. Jaglin, *La Gestion Urbaine em Archipels em Afrique Australe*, in Les Annales de la Recherche Urbaine, n. 80-81, dec. 1998, p.27-34.

¹² cf. J. Luzzi, *Dialectique de la Dépendance*, in Agone n. 16, 1996.

¹³ cf. J.P.Garnier, *Le Nouvel Ordre Local - gouverner la violence*, L'Harmattan, Paris, 1999, p.18.

os mesmos objetivos e necessidades. Se problematizarmos a própria idéia de “comunidade local”, destacando que o “discurso oficial” constrói a idéia de identidade local, entenderemos porque as autoridades locais e as comunidades freqüentemente entram em choque em torno às questões do desenvolvimento local¹⁴. As comunidades locais não necessariamente existem numa forma já dada. Os ambientes podem ser socialmente construídos em controvérsias específicas, assim como as próprias comunidades, que se formam em torno de suas questões e demandas. As comunidades tenderiam a construir, inclusive, suas identidades locais como parte de campanhas contra projetos de desenvolvimento vindos de fora e entendidos, por vezes, mesmo como ameaça.

A leitura crítica do aparecimento de parcerias locais nos anos 90 sugere que as mesmas têm menos a ver com uma efetiva atribuição de poder às comunidades e mais a ver com a distribuição de fundos do governo central através de programas que enfatizam a competição inter-local, estimulando, assim, a construção de coalizões locais para disputar recursos. Nesta medida, essa nova ênfase no desenvolvimento da comunidade estaria ligada ao objetivo neoliberal mais amplo de promover o apoio mútuo, a iniciativa local e para reduzir a “dependência” dos atores locais em relação aos programas sociais do Estado. Esse tipo de parceira, estabelecido com o objetivo de competir por fundos governamentais, acabaria, ao contrário dos propósitos explícitos que a justificam, por restringir a autonomia dos atores locais no próprio processo de definição das estratégias de regeneração do local.

A efetividade da participação comunitária através de parcerias é por muitos vista como uma “área de ambigüidade”, pois enquanto os representantes das comunidades são formalmente reconhecidos enquanto parceiros iguais, eles freqüentemente não têm o poder, os recursos ou o conhecimento técnico para atuar no mesmo nível que os outros parceiros¹⁵. Assim, as comunidades podem

ser incorporadas para dar legitimidade aos programas públicos, porém costumam dispor de uma influência mínima nos processos de tomada de decisão. Em muitos casos, as comunidades podem mesmo tornar-se “bode-expiatório”, sendo responsabilizadas pelo eventual fracasso das políticas públicas no local, enquanto efetivamente dispõem de poucos poderes e recursos com relação a elas.

O tema do desenvolvimento local é portador de uma mensagem dupla: a crise é global ela vem “do alto” e a solução é local ela virá “de baixo”. Mas esta maneira de opor o global e o local, ou o exógeno e o endógeno, só se justificaria para os fins da persuasão. Pois para que atores ditos exógenos tenham qualquer tipo de atuação local, é sempre necessário algum tipo de mediação dos atores locais para o processo de distribuição de fundos para a reconversão econômica, por exemplo. O exógeno o seria apenas do ponto de vista de sua localização num instante dado - decisão de implantação, de ordenação, aporte de capital, de tecnologia e de mão-de-obra; a partir daí, o endógeno o digeriria, não pelo resultado de gerações espontâneas locais, mas como produto sempre feito de relações sócio-produtivas no seio de um território dado, como também de relações entre este território e aqueles que, em diferentes escalas, o englobam.

Nesta perspectiva, somos, de fato, confrontados a expressões locais de um desenvolvimento que encontra seus recursos numa combinação de fatores situados em escalas variadas. Igualmente, não haveria um poder econômico estruturalmente local, nem do lado privado, nem do público, mas dimensões locais de um poder que se constrói na hierarquia complexa dos tomadores de decisão públicos e privados¹⁶.

¹⁴ cf. M. Raco, *Assessing community participation in local economic development – lessons for the new urban policy*. In *Political Geography* 19 (2000) p. 579.

¹⁵ cf. M. Raco, op. cit.

¹⁶ cf. M. Vanier, *Quel pouvoir économique pour les pouvoirs territoriaux?* In *La pensée* 314 avril-mai-juin 1998, p.99.

A nova territorialidade da política traduz-se, por certo, no fato de que diferentes escalas geográficas: cidades, regiões e Estados-nação encontram-se em concorrência. Utilizando os poderes do Estado, diferentes “grupamentos territoriais”¹⁷ se esforçam por canalizar em sua vantagem os fluxos de capital, afim de otimizar a criação de um “clima favorável aos negócios”. Por este expediente, o poder de disposição sobre os recursos materiais e institucionais passa a situar-se não mais propriamente em instâncias globais ou locais, mas naqueles atores dotados de maior mobilidade espacial e de maior capacidade de efetuar o que se entende crescentemente ser uma política de escalas¹⁸.

É com o fim de caracterizar como “favorável o clima para os negócios”, que as forças hegemônicas buscam conjugar na agenda pública o localismo, a ideologia da segurança e as tecnologias do consenso. Vem se configurando assim, crescentemente, nas políticas governamentais em geral, o modelo que Rancière chamou de “pós-democracia consensual”¹⁹, caracterizado pelo encobrimento dos litígios, pelo “desaparecimento da política” e pela designação de certos segmentos sociais como aptos à negociação com o Estado na nova condição de “parceiros”. Mas se os conselhos e fóruns integram de fato empresários e trabalhadores, poluidores e poluídos, estas figuras híbridas entre Estado e sociedade o fazem na condição homogênea de “parceiros”, de modo a diluir qualquer diferença de papel social, de responsabilidade ou de poder. Reparte-se assim equanimemente, por exemplo, a responsabilidade pela poluição e por sua superação nas chamadas Agendas 21 locais. No entanto, os poluidores tendem a não expor aí as informações sobre o risco que produzem, e muito menos a autorizar o controle social destes riscos²⁰. Os Conselhos tornam-se cada vez mais “participativos” em sua composição, ao mesmo tempo em que tornam-se menos decisórios em sua pauta e mais passíveis de apropriação por

uma política-espetáculo. Tecnologias de formação de consenso são então formuladas de modo a caracterizar todo litígio como problema a ser eliminado. E todo conflito remanescente tenderá, conseqüentemente, a ser visto como resultante da carência de capacitação para o consenso e não como expressão de diferenças reais entre atores e projetos sociais, a serem trabalhadas no espaço público. A vontade de indiferenciação social interna aos espaços de “parceria” tende assim a favorecer o desenvolvimento de uma democracia imagética. Isto porque a aparência de estabilidade obtida por meio dos consensos simbólicos revela-se elemento essencial das políticas de atração de investimentos internacionais. E a necessidade de oferecer vantagens para os capitais internacionais – consenso social, segurança, sustentabilidade ecológica – justifica que todos os projetos em disputa se anulem em favor de uma competição interlocal ou interurbana. Só que o caráter fictício de muitos desses consensos se fará sentir pela crescente visibilidade dos sintomas de ruptura dos laços de sociabilidade, segregação sócio-espacial e violência social.

Localismo, ideologia de segurança e tecnologias de consenso são vertentes fortes da agenda da mercantilização das cidades²¹ e da

¹⁷ cf. K. Cox, Classes, localisation et territoire. In J. Lévy (dir.) *Géographies du Politique*. Paris, Presses de la Fondation Nationale des Sciences Politiques, 1991, p.168.

¹⁸ cf. E. Swyngedouw, Authoritarian governance, power and the politics of rescaling. In *Society and Space*. volume 18, n. 1, february 2000, p.66.

¹⁹ cf. J. Rancière, O Dissenso, in A. Novaes (ed.), *A Crise da Razão*, SP, Funarte/Cia das Letras, p. 367-382.

²⁰ cf. G. N. Bezerra, Sentidos do Local na Agenda 21 do Estado do Rio de Janeiro, Texto para Discussão, Projeto Meio Ambiente, Economia e Política; IPPUR/UFRJ – CNPq; mimeo., Maio 2001.

²¹ cf. O. Arantes, E. Maricato, C. Vainer, *A Cidade do Pensamento Único*, Ed. Vozes, RJ, 2000.

desregulamentação das políticas ambientais e urbanas. Esta é a agenda que vem favorecer os chamados “novos usuários das cidades”, os que buscam reconfigurá-las como hiperespaço dos negócios internacionais. Afinal, a competição interurbana promovida pelos atores da globalização neoliberal – inclusive pelo recurso à noção de “meio ambiente favorável aos negócios” é um importante instrumento da redução dos custos de deslocamento espacial dos capitais. Trata-se, para seus promotores, de instituir um urbanismo *just-in-time* que faça da cidade o espaço-tempo homogêneo necessário à circulação acelerada de mercadorias – materiais e imateriais. Este urbanismo de resultados pretende, por certo, promover a construção simbólica de uma cidade contínua, una, não fragmentada. Mas em nome desta unificação simbólica para os fins da obtenção de possíveis ganhos futuros por via da competição, são justificadas medidas que concorrem para aumentar a segregação sócio-espacial, a desigualdade ambiental e o enfraquecimento político da população residente nas áreas empobrecidas, substrato do que o Banco Mundial chama de “sentimento de que os pobres são destituídos de poder”²².

O avanço da liberalização veio reconfigurar a correlação de forças pertinentes aos processos decisórios, afrouxando as condições de vigência de regulações políticas, de respeito aos direitos sociais, às normas urbanísticas e ambientais. As reformas liberais favoreceram concretamente, no interesse das grandes corporações, ganhos de mobilidade que têm sido decisivos para a prosperidade capitalista em sua etapa flexível. Pois com a desregulamentação, caiu consideravelmente o custo de deslocamento das unidades de produção e serviços de um ponto para outro do espaço produtivo mundial. As grandes corporações puderam assim escolher com

maior liberdade as condições político-institucionais que lhes parecessem mais favoráveis à sua implantação espacial. De onde proviriam estes ganhos associados à maior mobilidade espacial das grandes empresas? Por certo, da enorme transferência de poder que a desregulação produz. Como a ausência de regulações reduz o custo de realocação das empresas, os agentes econômicos mais móveis absorveram muito do poder antes detido por atores sociais menos móveis – como governos locais e sindicatos. É assim que a força econômica das grandes corporações transformou-se diretamente em força política – posto que elas praticamente habilitaram-se a ditar a configuração das políticas urbanas, ambientais e sociais, obtendo a flexibilização das normas com o argumento de sua decisiva capacidade de gerar empregos e receitas públicas.

A agenda do combate à desigualdade ambiental e de democratização das cidades, na contramão da agenda hegemônica, é aquela que propõe a reafirmação da política ante a absorção mercantil dos conflitos, o enfrentamento da segregação sócio-espacial para combater a distribuição desigual dos riscos ambientais²³ e o fortalecimento das instâncias e atores sociais capazes de estabelecer limites à transformação da mobilidade espacial dos capitais em mecanismo de obtenção de ganhos especulativos em detrimento da construção coletiva do direito à cidade e aos recursos do território.

²² cf. World Bank, op.cit., p. 8.

²³ Cf. Deutsch Lynch, B., Instituições Internacionais para a proteção ambiental: suas implicações para a justiça ambiental nas cidades latino-americanas, in Acselrad, H. (org.), A Duração das Cidades – sustentabilidade e risco nas políticas urbanas, Ed. DP&A, RJ, 2001, pp. 57-82.

Reforma Tributária e Justiça Social*

Salvador Werneck Vianna**



Introdução

A sociedade brasileira tem como característica central uma das piores distribuições de renda do planeta, comparável somente, segundo dados internacionais, à da República Sul-Africana. Dadas a riqueza e a pujança de sua economia, este indicador se traduz na estrutura distributiva mais desigual dentre as nações do globo, e se consubstancia, na prática, em elevados níveis de miséria e de todos os males a esta associados: desnutrição, mortalidade infantil, criminalidade, conflitos por terra, para citar

os principais. Ainda que haja divergências, e não apenas de caráter metodológico, entre os estudiosos do tema a respeito da real dimensão e da evolução recente dos indicadores de pobreza e miséria, a verdade é que basta ao interessado percorrer qualquer grande cidade ou algum vilarejo no campo para testemunhar com os próprios olhos as condições absolutamente indignas em que vive parcela expressiva da população brasileira.

É evidente que este quadro possui raízes seculares, que se desenvolveram ao longo de cada etapa da formação histórica nacional. Todavia, é

* O autor é grato aos colegas Fernando Gaiger, Luís Carlos Magalhães e Frederico Tomich, e ao Dr. José Garcia Gasques, Coordenador de Políticas Públicas da Diretoria de Estudos Setoriais do IPEA. Eventuais equívocos são, contudo, de sua inteira e única responsabilidade.

** Mestre em Economia pelo IE/UFRJ. Doutorando da UnB e Pesquisador do IPEA-Brasília.

evidente também que o vertiginoso processo de crescimento econômico experimentado pela sociedade, notadamente durante a segunda metade do século XX, modificou-a profundamente, e trouxe elementos novos que precisam ser incorporados à discussão da desigualdade. Não se está aqui a fazer menção ao papel que os diferentes governos desempenharam neste sentido no decorrer do período citado, mas sim ao próprio processo histórico de evolução da sociedade brasileira. A este respeito, é importante chamar atenção ao caráter absolutamente preponderante que o enfrentamento das desigualdades sociais vem assumindo na vida pública brasileira. Este é um movimento nascido da base da sociedade, e como tal tem tudo para se tornar vitorioso do ponto de vista de sua evolução histórica, assim como foram vitoriosos os movimentos pelo fim do regime militar e pela recondução à liberdade democrática.

Não por acaso, é inegável que no atual governo teve início o processo de atendimento a demandas relacionadas ao enfrentamento da desigualdade. Houve avanços, por certo, ainda que passíveis de qualificações. A cobertura quase universal do ensino fundamental e alfabetizante às crianças brasileiras representa talvez o maior deles – em que pese a inevitável controvérsia a respeito da qualidade do ensino que está a ser oferecido; a redução da mortalidade infantil e a ampliação dos serviços do SUS são também um bom exemplo. Sem esquecer a vitória na luta contra a inflação, que penalizava sem dúvida muito mais as camadas desfavorecidas da sociedade. Não obstante, persistem ainda causas estruturais, sólidas fundações sobre as quais o edifício da desigualdade mantém-se, e manter-se-á indefinidamente, caso não sejam endereçadas políticas efetivas a elas destinadas: as questões agrária e tributária. Em outras palavras, pode o governo, este ou qualquer outro, ampliar o quanto queira seu leque de políticas compensatórias, perdão, sua “rede de proteção social”; sem reforma agrária verdadeira e um sistema de impostos o mais progressivo possível, muito pouco ou quase nada avançará na direção desejada.

Não se tenciona aqui entrar em detalhes sobre a questão da reforma agrária, até por esta ser tema pouco afeito ao autor. No entanto, cabe observar que se houve avanço nesta questão nos últimos anos, este se deu por mérito único e exclusivo dos movimentos sociais que por ela têm lutado (a se destacar, sem dúvida, o papel do MST), o que reforça o ponto acima colocado. O que este artigo pretende, portanto, inclusive tirando proveito da atualidade e da premência de dois temas na agenda política brasileira – o enfrentamento das desigualdades e a reforma tributária – é se propor a discutir o papel que a introdução de uma estrutura tributária efetivamente voltada para promover a justiça social pode vir a ter na diminuição das desigualdades sociais no Brasil.

A Reforma Necessária

O sistema tributário brasileiro historicamente possui características negativas do ponto de vista da equidade, em especial após a reforma realizada em 1967, ainda que poucos tenham sido os estudos feitos no sentido de se avaliar sua incidência no que diz respeito à distribuição de renda nacional¹. Estudos recentes, porém, em que o autor tem tomado parte, apontam para uma alta regressividade do sistema atual de impostos. Com base na Pesquisa de Orçamentos Familiares do IBGE, estimou-se, por exemplo, que para cada real ganho pelas famílias situadas no décimo mais pobre da população pesquisada, praticamente 27 centavos destinam-se ao pagamento de impostos (principalmente indiretos, a se destacar o ICMS); em contraste, o décimo populacional mais rico paga pouco mais de 13 centavos a cada real ganho, sendo que menos da metade desta cifra corresponde ao Imposto de Renda.

¹ A respeito das informações e colocações ora apresentadas sinteticamente dadas as restrições de espaço, ver Werneck Vianna et alli, “Carga Tributária Direta e Indireta sobre as Unidades Familiares no Brasil: Avaliação de sua Incidência nas Grandes Regiões Urbanas em 1996”, IPEA, Texto para Discussão 757. Brasília, setembro 2000.

Por mais estranha que possa parecer tal afirmação, a verdade é que, sob vários aspectos, o fim (ou eufemisticamente, o adiamento) da reforma tributária no curto prazo pode ser visto como um fato positivo.

Não há dúvida que a elaboração de uma nova estrutura tributária é um imperativo na agenda nacional. Tal como hoje se configura, o sistema de impostos brasileiro fere de morte quase todos os princípios de boa tributação que a teoria econômica enumera. Entre os graves problemas que o caracterizam, podem-se destacar:

i) sua alta complexidade, que se reflete na falta de transparência para o contribuinte. Isto é particularmente verdadeiro para a tributação indireta, em que se superpõem diversos impostos, como IPI, ICMS, PIS-Cofins, CPMF e ISS. Em outras palavras, o contribuinte, ao adquirir um bem ou serviço, não sabe quanto está destinando aos cofres públicos através do pagamento dos tributos contidos no preço deste bem ou serviço;

ii) a incidência excessiva de tributos “em cascata” (cumulativos), que oneram sobremaneira os custos no interior da cadeia produtiva, elevando os preços finais dos produtos para o consumidor. Isto tem implicado perdas de competitividade dos produtos nacionais frente aos estrangeiros, tanto no mercado interno quanto no externo, revelando o aspecto tributário do chamado “custo Brasil”; e

iii) que é talvez a questão mais importante, e que tem sido inexplicavelmente negligenciada até agora nas discussões da reforma: o caráter iníquo e injusto de sua incidência do ponto de vista da distribuição de renda. O sistema tributário brasileiro é um dos mais regressivos do mundo. Isto significa que, em média, os segmentos mais pobres da população comprometem parcela muito maior de seus rendimentos com o pagamento de tributos que os mais ricos. Diversos estudos recentes, realizados com diferentes metodologias, têm apontado para este fato.

A rigor, nem o único princípio a que atende, embora de maneira totalmente inadequada, o da

eficiência, na prática é efetivado. Pois se é verdade que o atual sistema tributário logrou gerar níveis recordes de arrecadação (próximos a 34% do PIB em 2001, segundo o BNDES), é verdade também que o faz com custos muito elevados, quando se consideram as distorções geradas na alocação de recursos por parte dos agentes privados e, conseqüentemente, no próprio funcionamento da economia. Outro aspecto também importante que compromete sua eficiência é o alto grau de sonegação fiscal a que o sistema tem induzido.

Parece paradoxal, portanto, que não realizar a reforma tributária, no curto prazo, possa ser entendido como um fato positivo. Explica-se.

Em primeiro lugar, há que se considerar o teor da proposta de reforma atualmente em discussão entre o Governo e o Congresso Nacional – a chamada emenda aglutinativa. É certo que há pontos positivos, em especial no que toca à reformulação da legislação do principal imposto dos estados, o ICMS. A introdução do princípio de destino, juntamente com regras que assegurem sua cobrança da maneira mais uniforme possível nas diferentes unidades da Federação, decerto garantirá maior eficiência e transparência ao tributo – ainda que talvez gerando maiores custos à sua administração. Além disso, tais medidas constituem passos importantes no sentido de se minimizar os incentivos econômicos hoje existentes para a formação de “guerras fiscais” entre os estados.

Porém, em que pesem estes nítidos avanços que a proposta contém, restam ainda problemas cruciais que por ela não serão resolvidos. O mais óbvio, que aparentemente foi o pivô dos desentendimentos entre a equipe econômica e a Comissão Especial da Câmara dos Deputados, se situa no terreno das contribuições sociais, de competência da União. Estas, como se sabe, no sistema atual incidem em cascata sobre os agentes econômicos, onerando todas as etapas da cadeia produtiva. O Governo tem alegado que não seria prudente estabelecer no texto constitucional regras rígidas para as contribuições, uma vez que se abririam brechas para contestações judiciais

posteriores, que se arrastariam em longas pendências nos tribunais por muito tempo. A Cofins, digase de passagem, foi objeto por vários anos de contestações de natureza jurídica, até que o STF desse veredicto favorável ao Governo Federal em 1995, a partir de quando este pôde dispor das receitas oriundas desse tributo. O fato, contudo, é que dificilmente o Governo abrirá mão de tributos que lhe têm assegurado volumosas receitas no passado recente – que possuem a vantagem adicional de não serem objeto de partilha com os demais entes da Federação –, especialmente num momento de ajuste fiscal. Assim, um grave problema da atual estrutura tributária, o da sobrecarga de tributos cumulativos, não é resolvido na proposta de reforma.

Ocorre que além desta questão há outra, menos aparente e, no mínimo, tão importante. Trata-se da ausência de mecanismos que introduzam princípios claros de equidade na tributação. A estrutura tributária atual, em função de sua excessiva regressividade, tem constituído, sem exagero algum, fator importante a contribuir para a manutenção da distribuição extremamente desigual da renda no país.

O debate da reforma tributária, e as propostas em discussão neste debate, tem girado basicamente em torno de dois pontos: as questões federativa e de competitividade das empresas nacionais. Não se pretende aqui discutir a importância destas questões, que é sem dúvida irrefutável. Apenas deve-se observar que um aspecto absolutamente fundamental inerente a qualquer reforma tributária tem sido, ao que parece, preterido no debate. É a questão da justiça fiscal ou, de outro modo, dos impactos distributivos inerentes a qualquer reforma tributária.

A introdução de aspectos de equidade, que reflitam uma deliberação de política pública para promover um processo efetivo de distribuição de renda, no debate da reforma tributária, poderia se dar aproveitando inclusive a atual atmosfera política brasileira, em que os temas da desigualdade e da pobreza vêm ocupando um espaço cada vez maior. Para atender a este objetivo, porém, o

sistema tributário deveria ser transformado basicamente em dois sentidos: aumentando o grau de progressividade da tributação direta – especificamente do IR – e reduzindo a regressividade da tributação indireta.

Todavia, infelizmente é forçoso reconhecer que as discussões da reforma tributária no Brasil têm estado muito distantes dessas questões. Neste sentido, é desapontador constatar que se está perdendo uma rara oportunidade de aproveitar dois movimentos convergentes – a reforma tributária e o clima favorável ao tratamento das questões sociais – para operar transformações de monta na estrutura distributiva brasileira.

Por tudo isso, a não realização da reforma tributária no futuro próximo cria a perspectiva de um maior amadurecimento das propostas em discussão. E torna possível que, no decorrer deste processo, sejam incorporadas novas dimensões ao debate sobre o sistema tributário desejado pela sociedade. Neste sentido, pode ser inclusive conveniente que a reforma seja adiada para a próxima legislatura, pois desta forma os parlamentares eleitos teriam grande legitimidade para discutí-la, na medida em que, como observou há algum tempo, e corretamente, o deputado Emerson Kapaz (PPS-SP), a reforma vai se transformar inevitavelmente em tema de campanha. Mas que fique bem claro: se o país deseja de fato reduzir seus níveis de miséria e de pobreza, tornando mais justa e igualitária a distribuição da renda, não poderá abrir mão de instrumento tão poderoso como uma estrutura tributária orientada para este fim.

À Guisa de Conclusão

A discussão sobre os caminhos a serem percorridos em direção à superação do quadro de desigualdades que caracteriza a sociedade brasileira é longa, árdua e, mais importante, vem de há muito tempo. Em que pese a grande ênfase que o tema vem adquirindo no período recente, e que certamente será ainda maior ao longo do processo político-eleitoral já em curso, houve pelo menos um momento, durante o processo de

industrialização acelerada da economia brasileira, em que, embora sob abordagem distinta, a questão assumiu papel central no cenário político-econômico nacional.

Esse momento remete ao amplo debate, talvez mais relevante até mesmo que o de hoje, que permeou toda a década de 1950 e que tinha como principal formulador teórico Celso Furtado, sobre a necessidade de redução das desigualdades regionais. Este debate tinha como pano de fundo dois eixos centrais: (i) o enorme desequilíbrio entre os processos de desenvolvimento das Regiões Sul e Sudeste, de um lado, e, de outro, das Regiões Norte e Nordeste, e (ii) a ausência de políticas efetivas de desenvolvimento para o interior do país. Tal diagnóstico foi cristalizado e vocalizado para a sociedade, na verdade, por Juscelino Kubitschek, e foi com base em suas propostas de superação de tais problemas que ele se elegeu Presidente da República. Em relação à primeira questão, já em seu primeiro ano de mandato (1956) foram criados os Grupos de Trabalho para o desenvolvimento das Regiões Norte e Nordeste, que se consubstanciariam, três anos mais tarde, nas Superintendências de Desenvolvimento (SUDAM e SUDENE). No que respeita ao segundo eixo apontado, JK simplesmente mobilizou toda a sociedade para levar a capital da República para o coração geográfico do País, em pleno Planalto Central, concretizando a “marcha para o Oeste” e construindo Brasília em quatro anos.

O debate atual difere daquele, evidentemente, e por vários motivos. O primeiro, e certamente mais óbvio, é que não estão ora em tela as desigualdades regionais, e sim as interpessoais. Ou seja, trata-se agora de encontrar formas de melhorar a distribuição de renda da sociedade. A principal diferença, contudo, não é esta. É preciso ter claro que JK atentava para o fato de que o enfrentamento das disparidades regionais e o fortalecimento do interior constituíam elementos centrais no contexto de uma estratégia de desenvolvimento nacional. E foi por acreditar nisso, e por conseguir vocalizar esta crença por toda a sociedade, que ele logrou

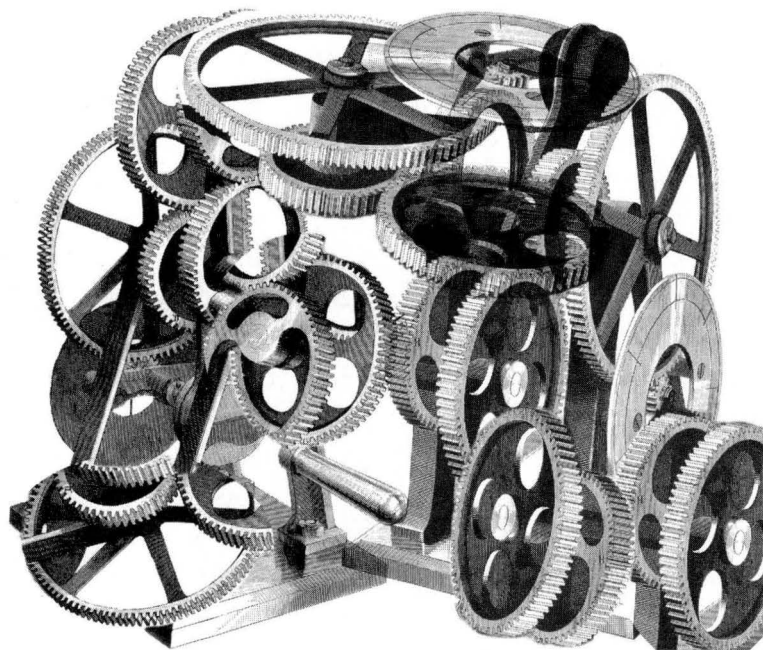
construir o consenso necessário às profundas transformações então implementadas na economia e na sociedade brasileiras.

No contexto atual, em contrapartida, da esquerda à direita do espectro político, a questão do enfrentamento das desigualdades tem sido tratada, sobretudo, como um “imperativo ético” da sociedade brasileira, por estas representarem a “dívida social” que a todos envergonha e humilha – especialmente quando citada em relatórios de organismos internacionais. E essa questão representa muito mais que isso. É crucial que se desenvolva a idéia de que a inclusão efetiva na sociedade e na economia de um contingente de 22 milhões de pessoas (para utilizar as estimativas mais conservadoras acerca da parcela populacional a viver na condição de indigência²) deve ser o núcleo duro de uma estratégia que passe pela expansão do parque produtivo e do mercado internos, e que tenha como finalidade última o desenvolvimento da nação e sua inserção soberana no contexto de um mundo cada vez mais globalizado. Pois é a cristalização desta idéia que vai permitir que se chegue ao consenso necessário para criar e fortalecer os instrumentos que possibilitarão o enfrentamento das desigualdades e, portanto, a absorção dessa massa de excluídos.

² Esta estimativa, equivalente a 13% da população, consta do relatório “A Segurança Alimentar e Nutricional e o Direito Humano à Alimentação no Brasil”, documento elaborado pelo IPEA para a recente visita do Relator Especial da Comissão de Direitos Humanos da ONU sobre Direito à Alimentação, acessível no *site*: www.ipea.gov.br. Indigência, ou pobreza extrema, é definida como a situação em que o indivíduo se encontra quando não dispõe de renda suficiente para satisfazer suas necessidades alimentares e nutricionais básicas. O mesmo documento informa ainda que haveria 54 milhões de brasileiros, ou 32% da população, vivendo abaixo da linha de pobreza, que corresponde ao valor da renda domiciliar *per capita* que assegura o nível mínimo necessário para satisfazer às necessidades básicas do indivíduo (alimentação, vestuário, habitação e transportes).

Transformação Social como Eixo do Desenvolvimento*

*Maria da Conceição Tavares***



A prioridade social tem de ser a essência do desenvolvimento econômico, e não um mero apêndice ou um suposto resultado natural do crescimento. Os macroobjetivos e prioridades sociais são basicamente três: 1) a inclusão de 56 milhões de brasileiros, subcidadãos que sobrevivem em condições de extrema precariedade, sem acesso aos bens e serviços essenciais a uma vida minimamente digna, com atenção preferencial para os setores mais vulneráveis como crianças e velhos; 2) a preservação do direito ao trabalho e da seguridade social de milhões de assalariados e de pequenos e médios produtores rurais e urbanos e a criação de novas fontes de empregos para jovens que buscam ingressar no mercado de trabalho e 3) a universalização dos serviços sociais básicos, com a elevação progressiva

da qualidade dos serviços prestados e o crescente envolvimento da população na sua gestão, em coordenação com as várias esferas de governo.

O desenvolvimento com justiça social implica, portanto, uma ruptura com as tendências históricas do desenvolvimento brasileiro altamente concentrador da renda e da riqueza e gerador de exclusão social. Trata-se também de abandonar as políticas neoliberais da última década que se caracterizaram pela “irresponsabilidade cambial”, mas também pela “irresponsabilidade fiscal” e tiveram como resultados mais visíveis uma explosão do déficit de transações correntes e da dívida pública interna. As conseqüências mais danosas dessas políticas foram as práticas predatórias de “desajuste fiscal permanente” com elevação constante das

* Este artigo foi publicado no Jornal A Folha de São Paulo

**Economista, é professora emérita da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), professora associada da Universidade de Campinas (Unicamp) e ex-deputada federal pelo Partido dos Trabalhadores – PT do Rio de Janeiro.

“contribuições sociais” e seu uso abusivo em pagamento de juros altos em vez de sua aplicação em gastos na seguridade social, como está previsto na Constituição de 1988.

O núcleo da retomada do crescimento sem restrição externa teria de deslocar-se para a ampliação do mercado interno de massas, envolvendo a solução de pontos de estrangulação da infraestrutura e correção de rumo da expansão de serviços públicos de uso universal e dos bens básicos da cesta de consumo popular. Uma mudança radical do modelo de financiamento da economia é fundamental, com a reorientação e aumento da capilaridade das instituições públicas de crédito. A redefinição do papel e da importância do investimento estrangeiro em certos setores industriais e de infraestrutura, em que se tornaram os maiores geradores de déficit nas contas externas, é também necessária. Finalmente, a modificação das formas de intervenção do Estado na economia exige uma coordenação com o setor privado dentro de uma visão inovadora que permita construir uma ética pública de regulação e apoio às políticas prioritárias.

A transformação do social no eixo do desenvolvimento não significa, portanto, só revalorizar, nos planos do governo, os chamados aspectos sociais – a fome, a educação, a saúde, o saneamento básico, a habitação e a cultura –, que são programas em si mesmos meritórios para ampliar o emprego e a cidadania. Significa ir além disso e conceber programas coordenados de investimento nesses setores, na infra-estrutura e nos sistemas logísticos e de crédito interno, transformando-se em vetores do crescimento, da distribuição de renda e do emprego. Deve significar também uma ocupação mais racional do espaço, sobretudo dos recursos naturais e das fontes de água e energia, e conceber e levar à prática uma geopolítica soberana, auto-sustentável e pactuada em todos os âmbitos da Federação.

Vejam os “casos” a “dinâmica econômica” de alguns casos em que o pensamento conservador mais exercita a capacidade de sofismar com as propostas da oposição. A ampliação da produção de alimentos

é essencial já que a elasticidade da demanda diante das políticas redistributivas, em níveis baixos de renda, costuma ser extremamente elevada. A organização do abastecimento desses bens (que não passam pelas redes de exportação das grandes *commodities* agrícolas) é essencial sobretudo no caso dos alimentos produzidos pelos assentamentos da reforma agrária ampliada, que é indispensável para assegurar a eficácia do esforço de aumento de produção e da distribuição da renda e da propriedade.

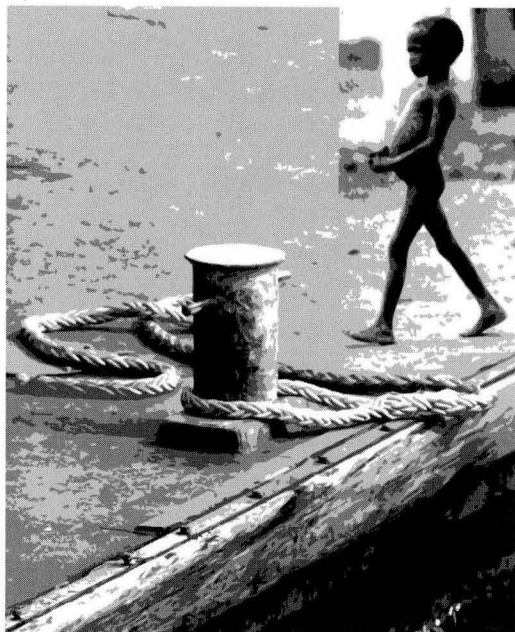
As políticas redistributivas e de emprego levarão também a um aumento de escala dos setores de bens tradicionais que, além de atender ao aumento do consumo popular, permitirão uma especialização e uma diferenciação de produtos favoráveis ao aumento da eficiência de certos complexos agroindustriais, que vão dos recursos naturais ao produto final. Assim, um aumento de escala de produção de bens de uso generalizado cria também condições de aumento simultâneo do consumo interno e das exportações.

Finalmente, a expansão da renda e do emprego permite um aproveitamento seletivo da capacidade ociosa existente nos setores mais modernos da economia, que deixaram de ser dinâmicos. Estes voltarão a crescer por força da demanda induzida sobre bens finais manufaturados mais complexos e componentes de suas cadeias produtivas. Aqui o problema central é o da restrição externa, em que é necessário aumentar simultaneamente a produção, as exportações e a substituição de importações.

Não se trata, portanto, de voltar ao passado, mas, pelo contrário, de avançar com um rumo diferente e estruturalmente mais equilibrado. Essa nova transição democrática requer a ruptura com o padrão patrimonialista de gestão estatal e com a submissão da acumulação interna à lógica do capital financeiro internacional. Não bastam apenas declarações de inversões de prioridades e “falsos consensos” sobre a necessidade de retomada do crescimento. Exige sobretudo a ruptura do pacto das forças conservadoras que vêm governando este país e deturpando sistematicamente a orientação social e o interesse nacional de nossa transição democrática inicial.

O Programa Nacional de Direitos Humanos e o seu Potencial (ainda) Inexplorado

*Jayme Benvenuto Lima Jr.**



Não basta, para que o Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH) seja plenamente realizado, que ele tenha sido um dos primeiros a seguir as recomendações da Conferência Mundial de Direitos Humanos de Viena (1993), nem que tenha sido construído mediante um amplo processo participativo, como se apressam em defender as autoridades federais. Pelo histórico e a intensidade da nossa cultura de violações aos direitos humanos, a tarefa de implantar no Brasil um padrão aceitável internacionalmente de respeito a tais direitos é tarefa das mais difíceis.

Os programas de ação, como as leis, são insuficientes para alterar a realidade, necessitando da definição de indicadores de avaliação, metas e prazos a serem alcançados, assim como de um rigoroso sistema de monitoramento da sua

implementação. Ainda mais quando se trata de um programa amplo como o PNDH, que agora vem a incorporar também propostas relacionadas a direitos humanos econômicos, sociais e culturais, por justa reivindicação da sociedade civil organizada.

A gama de propostas constantes do PNDH sugere um esforço de adequação do país a um padrão internacional de proteção dos direitos humanos em que não haja mais espaço para a impunidade, a tortura, as execuções sumárias, mas também para a fome, a desnutrição, a falta de moradia, o analfabetismo, a saúde precária, entre outras situações que não encontram guarida na Constituição de 1988 (e em tantas leis ordinárias) e na ratificação, pelo país, de inúmeros tratados internacionais de direitos humanos. Aliás, a desconformidade entre o que estabelecem as leis

* Advogado e jornalista, mestre em Direito pela Universidade Federal de Pernambuco, doutorando em Direito Internacional na Universidade de São Paulo. Publicou recentemente o livro “Os Direitos Humanos Econômicos, Sociais e Culturais”, pela editora Renovar.

e a realidade das ruas brasileiras é o que mais inquieta, fazendo com que pensemos em como ultrapassar esse estágio.

Embora a consciência e construção normativa dos direitos humanos sejam relativamente recentes, no âmbito nacional como internacional, podemos afirmar que estamos completando 502 anos de torturas e execuções sumárias, discriminação racial, educação elitizada, fome e abandono da população. A verdade é que pouco temos o que comemorar em matéria de construção de uma cultura de direitos humanos, e por isso mesmo se faz necessário construir mecanismos tendentes a agilizar os processos de implementação de direitos.

A timidez do governo federal em aplicar um sistema de monitoramento da implementação do PNDH talvez se explique pela composição político-partidária entre setores de centro e da direita mais conservadora. A Secretaria de Estado dos Direitos Humanos tem exercido, nesse sentido, um papel limitado sem a adoção de uma política de construção de indicadores, planos e metas claramente definidos para propiciar a implementação do PNDH. Penso que cabe reiterar aqui algumas propostas que tenho feito nessa perspectiva. A começar pela Constituição de um Grupo de Monitoramento do Programa Nacional de Direitos Humanos, que seria formado por setores representativos da sociedade brasileira, com a adoção de uma rotina de reuniões de trabalho clara e regularmente definida e formado por pessoas com disponibilidade de tempo e capacidade de trabalho para a tarefa a ser desenvolvida. Esse Grupo também ficaria responsável por articular as necessárias complementações e revisões relacionadas às propostas constantes do PNDH que se mostrassem necessárias, a partir do processo de participação e controle social a ser desencadeado. Particularmente em relação aos direitos humanos, econômicos, sociais e culturais, exige-se que sejam definidos metas e prazos de realização de direitos. Caso contrário, os DhESC terminarão reduzidos a uma realização progressiva que pode ser entendida como realização *sine die*. É evidente que isso é o que menos se deseja na atual conjuntura de violações aos direitos humanos no Brasil.

O processo de nomeação de Relatores Nacionais em Direitos Humanos Econômicos, Sociais e Culturais é outra proposta que viria no sentido de maximizar a realização de direitos. A proposta é inspirada nos relatores especiais das Nações Unidas e, nesse sentido, proponho que sejam nomeados pela sociedade civil organizada relatores nacionais com o mandato de investigar situações (sobre os direitos constantes do Pacto Internacional de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais) e elaborar propostas em relação especificamente aos direitos humanos econômicos, sociais e culturais, dada a emergência dessa categoria de direitos na nossa realidade. Anualmente, os relatores nacionais deveriam prestar contas em seminário com essa finalidade.

A realização de Encontros Anuais de Prestação de Contas da Secretaria Nacional de Direitos Humanos, com a participação ampla, inclusive de Ministros, Governadores e Secretários de Estado, na perspectiva de promover ajustes no Programa e avançar na sua implementação, seria outra idéia que viria a dar significação prática às mudanças propostas na área dos direitos humanos.

A ausência de Previsão Orçamentária para a realização das propostas constantes do PNDH é outro de seus grandes limites. A previsão orçamentária é elemento essencial de qualquer plano ou programa destinado a realizar direitos. Em se tratando de propostas relacionadas a direitos humanos econômicos, sociais e culturais, a necessidade se amplia, uma vez que tal categoria de direitos deverá exigir um aporte de recursos humanos, financeiros e tecnológicos de maior monta, embora não seja verdade que apenas eles exijam o aporte de recursos financeiros.

Esperemos que o novo governo – já que pouco se pode esperar do atual, em seu final – possa assumir o programa Nacional de Direitos Humanos, que é uma conquista da sociedade brasileira, tanto no conteúdo quanto em sua dimensão histórica, com a perspectiva da sua realização plena, sem distinção de direitos e com a ampliação dos espaços de controle social das ações governamentais. Afinal, é o mínimo que merecemos.

Depois da festa, trabalho para todos

Regina Leite Garcia*



Estou trabalhando neste texto com a perspectiva de ganharmos a próxima eleição, seja por meu desejo e de tantos companheiros e companheiras, seja pelo que as pesquisas anunciam, embora a ação truculenta do governo, ao que parece, tudo fará para transformar em realidade o seu desejo de manter-se no poder por 20 anos.

Sonho com uma festa comemorativa, uma grande festa popular, com o povo deste Brasilzão nas ruas de cada cidade, sem medo de ser feliz e sem perder a ternura. E, no dia seguinte, ao invés de uma ressaca coletiva, que seria broxante, o engajamento na construção de uma nova sociedade, pois ganhar a eleição é apenas o primeiro momento da mudança que, se aí parar, de nada terá valido a vitória.

Como o lugar de onde falo é o da educação, a ver o que nos caberia fazer, os que fazem e pensam educação, a compreendendo como uma questão estratégica quando se pretende mudar a sociedade, o nosso caso, ou mesmo quando pretendem manter o *status quo*, como os que se dizem modernos, embora

queiram, como Lampedusa, mexer muito para nada mudar de fato. Estes, se enfurecem quando o relator especial da Comissão de Direitos Humanos para o Direito à Alimentação da ONU critica as gritantes desigualdades sociais e alerta para uma guerra social que nossas “elites” teimam em não ver e, talvez para se convencerem de sua própria verdade, a apresentam numa vergonhosa propaganda eleitoral mascarada de “dar conta do que foi feito”.

A primeira coisa a ser feita por um governo que se pautar numa atitude ética seria abrir-se para as críticas, venham de onde vierem, pois só refletindo sobre as críticas a nossas ações poderemos redirecioná-las quando necessário, o que de nós exigirá coragem e determinação.

E o que fazer já no segundo dia, o dia seguinte à grande festa popular comemorativa da vitória? Diria eu, abrir todas as escolas deste país, desde as creches e escolas de educação infantil até as mais sofisticadas universidades para que o povo finalmente se perceba com direitos - o direito à

*Professora Titular em Alfabetização da Faculdade de Educação da Universidade Federal Fluminense-UFF.

educação - e se percebendo com este direito, participe da formulação de um projeto político pedagógico orgânico, construído pela primeira vez, de baixo para cima, numa perspectiva emancipatória. Se queremos construir uma sociedade nova não podemos manter a escola tal como tem sido, submetida aos desígnios do Banco Mundial, a serviço do projeto neoliberal hegemônico e da lógica do mercado. Há que reinventá-la, tendo como rumo, horizontes emancipatórios e que nesta caminhada vá sendo incorporado o que foi sendo expulso historicamente pelo cânone da modernidade ocidental que, em sua ação colonialista marginalizava e excluía epistemologias e opções sociais, culturais e políticas alternativas. Os/as que foram dizimados/as ou empurrados/as de suas terras quando os colonizadores aqui chegaram; os/as que foram trazidos/as à força como escravos e escravas e mantidos/as numa situação de semi-escavidão mesmo depois de terem sido “libertos”; os/as que foram explorados/as e oprimidos/as no trabalho e que hoje sequer os direitos conquistados na luta lhes são garantidos; as que numa sociedade machista foram por tanto tempo mantidas numa situação de submissão e dependência; os/as que por sua escolha sexual foram estigmatizados/as e perseguidos/as; os/as que ousaram discordar dos poderosos; os/as que em sua luta por libertar-se foram vencidos/as pela força; as crianças que foram e continuam sendo exploradas em trabalhos aviltantes; todos e todas que foram ensinados e ensinadas a nada saberem e nenhum direito lhes ser devido. Virar de ponta a cabeça esta sociedade que se afirmando democrática apresenta os piores índices de distribuição de renda do mundo.

Um novo protagonista – desta vez o povo – convidado a participar, chamado a falar e decidir de seu destino e do destino de seus filhos e filhas, o povo que com seu voto terá manifestado o seu desejo de mudanças neste país e que agora participará da definição do novo projeto político pedagógico includente.

Perguntas por tanto tempo sem resposta, trazidas à cena para que sejam produzidas respostas, não de uns poucos que sempre se

sentiram detentores do poder de falar e decidir do destino de todos, mas de todos e todas que foram historicamente silenciados e silenciadas – respostas coletivas a questões que a toda a população afetam.

Que escola queremos. Como esta escola desejada pode ser construída. O que se precisa fazer para que a escola se torne realmente pública e portanto includente. O que deve ser uma escola pública de qualidade social. Como recuperar um saber docente construído historicamente e desqualificado por este governo e por tantos que o antecederam. Como romper com o fracasso escolar dos afro-descendentes, como receber os descendentes dos povos da floresta, primeiros habitantes destas terras, como romper com práticas monoculturais e aprender a atuar pedagogicamente numa perspectiva pluricultural.

Desta grande mobilização popular sairá então, um projeto educacional nacional, que provocará uma reforma radical do sistema educacional brasileiro. Não mais Planos Nacionais de Educação, Parâmetros Curriculares Nacionais, Provões e que tais, sempre homogeneizadores, sempre controladores, sempre impeditivos da crítica e da criação, produzidos nos gabinetes refrigerados a partir do que “recomenda” o Banco Mundial e que vem sendo traduzido por quem teve a cabeça feita pelo ideário neoliberal.

Neste movimento se irá resgatando a missão cívica que cabe à escola desempenhar, promovendo uma cidadania ativa, não a cidadania propalada pelo projeto até então hegemônico ... uma cidadania vagamente e mal definida a ser exercida num dia distante no futuro ... mas a cidadania qualificada e exercida no cotidiano da vida, dentro e fora da escola, na comunidade, na sociedade. Cidadania que vai se aperfeiçoando no próprio exercício da cidadania e que da ação local se amplia à responsabilidade que o cidadão do mundo sente em relação ao planeta em que vivemos e a tudo e a todos que neste planeta vivem.

Nesta grande discussão política e pedagógica estaremos dando conseqüência à idéia de que tudo que é político é pedagógico e que tudo que é pedagógico é político, ampliando e aprofundando a

discussão sobre o papel da escola que, uma vez definido por este grande coletivo, nos levará ao *que fazer*, quando será chamado o nosso *saber fazer pedagógico*, construído historicamente por todos os professores e professoras deste país, aprendido e reaprendido por cada nova geração de professores na permanente articulação entre prática – teoria – prática. É com este *saber fazer pedagógico* que poderemos responder ao desafio de abrir a escola para todos e todas em todos os níveis de escolaridade e de transformá-la de modo a, acolhendo a toda a população, sermos capazes de lidar com a diferença sem, mais uma vez, reproduzirmos o perverso processo de discriminação e exclusão, que vai colocando marcas que acompanham cada vida para toda a vida. Marcas de excelência nos que já nasceram com estas marcas e a elas se apegam e marcas de incapacidade nos que lutam desde sempre para sair do mundo da exclusão.

É com nosso *saber fazer pedagógico* que deveremos ser capazes de ir fazendo *traduções pedagógicas* do que aprendemos na luta política que nos terá levado à vitória eleitoral. O que nos possibilitou vencer as eleições – nosso comprometimento, capacidade organizativa, participação, solidariedade, capacidade de ouvir e respeitar o outro, capacidade de persuasão convidando para o engajamento num projeto no qual acreditamos e ajudamos a construir, nossa capacidade de negociação, de realizar rapidamente e coletivamente análises de uma conjuntura tão complexa quanto mutante, nossa capacidade de distinguir o que são problemas estruturais e o que são problemas conjunturais, nossa generosidade coletiva que nos levou a superar o individualismo e a competição tão caros ao projeto neoliberal. Talvez, mais que tudo, deixarmos emergir nosso lado melhor, movidos, homens e mulheres, jovens e velhos por um projeto social generoso, solidário e ético que, aos limites colocados por uma sociedade hegemonicamente conservadora, foi capaz de criar um horizonte de possibilidades e de ampliar as possibilidades de modo a alimentar nosso sonho de mudar o mundo.

Isto fizemos potencializados/as por um imenso e crescente coletivo do qual éramos uma

pequena parte. Agora nos caberá sermos os/as principais protagonistas pois se trata de mudar a escola da qual viemos, na qual nos fizemos profissionais, e a qual tanto criticamos por tantos anos. O que fazer? Como fazer? Como traduzir o que fizemos e como fizemos na luta política, de modo a criar práticas pedagógicas inovadoras, pois que é de construção do novo que se trata?

O quê do que foi denominado cultura universal será selecionado agora como *conteúdos pedagógicos* (no jargão pedagogês) a serem ensinados na escola, desde as primeiras classes até os cursos universitários mais avançados? Como melhor ensinar a partir do fracasso da escola quando se defronta com as diferentes lógicas que se manifestam nos saberes e fazeres populares? Como incorporar a cultura da oralidade, forma de expressão e comunicação de grande parte da população, justamente a que mais sofre a discriminação e a exclusão social e escolar? Como avaliar e com que finalidade avaliar numa perspectiva emancipatória? Que tipo de relações passam a ser as que se darão na escola quando ela se pretende incluída? O que passa a ser uma gestão democrática da escola, passando do autoritarismo gestor a uma gestão cooperativa ou co-gestão? Em que mudam as relações da escola com a comunidade?

E cada pergunta leva a outras indagações. Por exemplo, aquilo que nos ensinaram e foi aceito como verdade – *a cultura universal que caberia à escola transmitir*. Cultura ocidental, eurocêntrica, branca, patriarcal, carregada de conteúdos colonialistas, cultura que guarda uma marca de raça, de classe, de gênero, de uma razão que se apresenta como a única, cultura que silencia tudo que não seja o seu mesmo. Existe uma *cultura universal* enquanto tal ou há inúmeras culturas que representam o esforço de cada povo em cada momento histórico em sua luta pela sobrevivência, em suas múltiplas formas de expressão, tantas vezes destruídas em nome da civilização. E mais, será que o que foi sendo denominado a Cultura Brasileira, por exemplo, incorpora as lutas populares contra a opressão, a exploração, a discriminação e a exclusão? Desta reflexão decorrerá outra pergunta – quem é reconhecido como tendo saberes e quem não é reconhecido como sabendo na sociedade em que vivemos? Quem define

o que é saber? Quem aponta quem sabe e quem não sabe? Que relação existe entre saber e poder, ou melhor dizendo, entre poder e saber? As respostas a estas perguntas provocarão mudanças na escola, seja de que nível for – se a escola se pretende incluyente há que incorporar os saberes populares, os saberes dos afro-descendentes, os saberes dos povos da floresta, os saberes das mulheres, os saberes dos gays e lésbicas, os saberes da prática, os saberes do cotidiano, os saberes dos silenciados historicamente. E esta mudança de perspectiva provocará mudanças políticas, epistemológicas, teórico-práticas ou, para sermos mais coerentes, prático-teóricas.

Os professores ou professoras, que até um tempo deveriam ensinar a quem era avaliado como nada sabendo, passam a se ver no lugar de quem tem algo a ensinar e muito a aprender, o que aprenderam na luta política e encontraram explicado na teoria. Já agora vão compreendendo que só ensina quem é capaz de aprender ao ensinar, pois trata-se de múltiplos sujeitos que trazem diferentes saberes que no encontro/confronto de saberes que se dá na sala de aula todos aprendem e todos ensinam e todos e todas vão tecendo novos conhecimentos a partir dos conhecimentos que já traziam. Saberes instituídos que serão incorporados num processo de interação e saberes instituintes resultados da criação do novo a partir do já conhecido.

O conhecimento que esteve por tanto tempo a serviço do poder desloca-se para se pôr a serviço do povo, para que cheguemos a uma *sociedade do conhecimento*, em que a escola passa a atuar no sentido de eliminar a assimetria de conhecimentos entre regiões, entre grupos sócio-culturais, entre classes sociais, entre gêneros, possibilitando o acesso igualitário ao conhecimento.

Neste processo de descobertas de novas possibilidades de cada um/uma, mudam as relações que de autoritárias, em que um sabia e os demais não sabiam, em que um falava e os outros eram limitados a apenas ouvir e repetir, passam a ser mais democráticas, mais respeitadas, em que cada outro é reconhecido enquanto legítimo outro e cada um/uma vai tendo reconstruída uma auto-estima até então impossível para quem se sentia desqualificado,

discriminado e excluído socialmente e culturalmente. É o momento do povo silenciado tomar a palavra e mudar o mundo mudando o seu próprio destino.

É claro que estas mudanças provocarão radicais mudanças no sistema de avaliação. Ao invés de avaliar as informações que cada aluno e aluna memorizou do que lhe foi transmitido a partir de um modelo de desempenho e de um regime de verdades, professores e professoras, tendo compreendido o que distingue informação de conhecimento, irão avaliar os avanços de conhecimentos, que de muito conhecimento necessitará a nova sociedade que pretendemos construir para resolver os sérios problemas que a ela se colocarão. Ao invés da ênfase na quantidade de informações tal como vinha acontecendo, ênfase na qualidade do conhecimento, no pensamento crítico e criador, na curiosidade por saber, caminho em que o caminhante chega a novos conhecimentos mais solidários e emancipatórios. Ao invés de avaliação a partir de uma única resposta, professores e professoras irão aprendendo haver diferentes caminhos para chegar ao mesmo ponto, seguirão pistas para melhor compreender os acertos em aparentes erros e o novo que tantas vezes não é reconhecido pelo olhar “educado” na lógica da reprodução. Muda assim o enfoque na avaliação, do aluno que é avaliado, classificado, rotulado e tantas vezes excluído, para o professor ou professora que avaliando melhor o resultado de seu trabalho, vai se capacitando a melhor ensinar.

Muda a escola que vai contribuindo para a consolidação da mudança provocada pelo resultado das eleições. Mudam as relações inter-escolares e extra-escolares, pois a escola passa a ser um espaço cultural privilegiado da comunidade, sempre aberta para ensinar e aprender, num rico e permanente diálogo, pois democracia não se constrói com a repetição da mesmice, mas com a ousadia da criação do novo, com a aceitação do divergente, com a coragem de sair das estradas já traçadas e entrar pela aventura de novos atalhos.

Assim como Luther King eu tenho um sonho, que não é só meu, mas de muitos companheiros e companheiras. Que os deuses nos ouçam, e nossas forças nos levem a torná-lo realidade.

O Brasil Precisa de um Projeto Popular para a Economia e para a Agricultura

*João Pedro Stédile**



O atual modelo agrícola, que muitos técnicos e acadêmicos estão chamando do modelo norte-americano de agricultura aplicado ao Brasil, tem como orientação principal o estímulo à modernização das grandes fazendas, que através da monocultura vão produzir grãos mais baratos e outros produtos para exportação; a desnacionalização e oligopolização da agroindústria brasileira, que passou a ser controlada cada vez mais por alguns grupos econômicos transnacionais; a entrega do controle do comércio

agrícola, sobretudo de grãos, para empresas transnacionais; e a introdução de um processo de seletividade dos pequenos agricultores com a inviabilização da pequena agricultura. Por outro lado, o setor público agrícola – com tudo o que poderia representar de apoio para a agricultura como: crédito, assistência técnica, controle de preços, armazenagem e pesquisa – se retira da agricultura. E, finalmente, a transição para um novo modelo tecnológico, baseado agora não no uso intensivo de insumos industriais, mas na

* Membro da direção nacional do Movimento dos Sem Terra - MST.

biotecnologia. Com o detalhe de que a biotecnologia atualmente é controlada também por empresas transnacionais. A empresa pública de pesquisa, a Embrapa, foi sucateada.

Reforma Agrária

Diante desse contexto, há espaço ainda para a reforma agrária? O governo FHC e muitos acadêmicos neoliberais dizem que não. E é verdade. A lógica desse modelo agrícola está vinculada à concentração da propriedade, à concentração do capital e ao domínio das multinacionais. Nesse modelo o papel da agricultura familiar se reduz a apenas uma pequena parcela de agricultura capitalizada e completamente subordinada às agroindústrias. O atual modelo econômico não precisa distribuir terras nem multiplicar unidades familiares de produção para abastecer o mercado para seguir seu processo de acumulação de capital. Logo, a reforma agrária clássica, capitalista, de democratizar a propriedade para aumentar o número de produtores autônomos e desenvolver o mercado interno, não tem mais sentido.

Diante disso, como ficam então os movimentos sociais que lutam pela reforma agrária?

Nosso desafio não é olhar para trás e sonhar apenas com a possibilidade de uma reforma agrária clássica, que apenas divida a propriedade da terra. O desafio agora é perceber que, mais do que nunca, os destinos da agricultura brasileira e da população que vive no meio rural dependem fundamentalmente do modelo econômico geral. E que, portanto, é impossível fazermos mudanças na agricultura, na propriedade da terra, sem concomitantemente mudarmos o modelo econômico.

Agora é necessário se lutar por uma reforma agrária de outro tipo. Certamente tampouco se trata de uma reforma agrária socialista. Mas, sim, de uma reforma agrária que dizemos popular, ou seja, que coloque em primeiro lugar os interesses da população.

E quais são as características fundamentais de uma reforma agrária popular, de novo tipo?

1. Democratizar a propriedade da terra e eliminar o latifúndio

Esse é o primeiro passo. Precisamos mudar inclusive a Constituição, estabelecer regras para o tamanho máximo da propriedade de imóveis rurais (há inclusive em tramitação um projeto de autoria do Fórum Nacional de Reforma Agrária, com apoio de 175 parlamentares que estabelece o tamanho máximo em 35 módulos regionais, que, em média, chega a um limite de aproximadamente 750 hectares para uma fazenda). Essa distribuição massiva do acesso à terra criará condições de fixação do homem na agricultura livrando-o inclusive da relação de exploração atual de empregado/patrão.

2. Reorganizar a produção para o mercado interno

Os índices de consumo de alimentos *per capita* no Brasil são dos mais baixos do mundo. Segundo o último estudo da FGV cerca de 56 milhões de brasileiros passam fome todos os dias e uma grande parcela dos demais se alimenta mal. Há, portanto, uma grande demanda represada. Por isso as áreas mais férteis precisam ser reorganizadas para a produção de alimentos para o mercado interno, ao invés de produzir para exportação (cana, laranja e pecuária extensiva).

3. Garantia de renda mínima

O Estado deve ter políticas de estímulo e garantia da produção através de preços, de subsídios de alguns produtos e da política de crédito rural, para que se garanta a todos os agricultores uma renda suficiente para progredir. E com uma renda garantida pela política do Estado, as famílias que vivem no meio rural deixarão de migrar e terão condições inclusive de educar os seus filhos no campo.

4. Agroindústria cooperativada e sob controle dos agricultores

Os alimentos para chegarem à mesa dos trabalhadores e da população urbana passam por processos agroindustriais. Hoje, a maior parte da margem de lucro e da formação de preços dos alimentos está sob controle de empresas transnacionais que controlam essas agroindústrias. Em alguns setores já temos oligopólios formados.

Em um projeto popular para a agricultura será necessário garantir que as agroindústrias sejam de propriedade cooperativa, onde os agricultores fornecedores das matérias-primas e os trabalhadores das agroindústrias deverão gerir essas empresas e repartir sua renda. Além disso, será necessário descentralizar as agroindústrias existentes no país, diminuir o tamanho da escala e reorientar sua instalação para os pequenos municípios e levá-las para o meio rural. Com isso, descentraliza-se o progresso técnico, criam-se novos tipos de empregos para a juventude do meio rural e garante-se um processo de desenvolvimento mais homogêneo e mais democrático.

5. O setor público agrícola precisa ser reorganizado e atuante

Em todos os países desenvolvidos do mundo, o Estado tem um papel fundamental em gerir políticas públicas de estímulo e proteção à agricultura já que ela não produz uma mercadoria qualquer, ela produz os alimentos, produz a possibilidade de sobrevivência da sociedade, da população. Então, o Estado, em nome de toda a sociedade, deve ter uma série de políticas públicas que garanta os agricultores, que garanta a produção e que promova o bem-estar social. O setor público agrícola deve usar o crédito rural, a política de controle de preços dos produtos, a garantia de assistência técnica gratuita, um sistema de escoamento e armazenagem da produção e apoio à pesquisa agropecuária em função da melhoria das condições de vida e de produção da

maioria dos agricultores e não apenas dos grandes fazendeiros, como é atualmente.

6. Um novo modelo tecnológico

Esse conjunto de reformas, que representam um projeto popular para a agricultura, precisa estar casado com um novo modelo tecnológico que deveria estar baseado nas técnicas da agricultura sustentável para que possa garantir melhorias na produtividade física das lavouras, respeitando o meio ambiente, a preservação dos recursos naturais e a saúde do agricultor e do consumidor. Isso significa também estimular a produção de sementes pelos próprios agricultores e a democratização e controle do Estado das técnicas de biotecnologia para garantir o respeito à saúde dos consumidores e agricultores.

Esses são os elementos fundamentais de um projeto popular para a agricultura. Mas sua aplicação não depende da vontade dos trabalhadores rurais nem apenas do acesso à terra. Por isso, nosso movimento vem defendendo a tese de que a luta pela reforma agrária agora não é somente contra o latifúndio, ou seja, não basta apenas continuar ocupando terras – o que continuaremos fazendo –, mas a luta por uma reforma agrária popular depende também da mudança do modelo econômico geral, depende de derrotarmos as multinacionais que atualmente controlam nosso comércio agrícola, nossas agroindústrias. E, ainda, de derrotarmos esse modelo tecnológico das multinacionais que querem nos impor os transgênicos e o monopólio do controle da biotecnologia.

Mais do que nunca, será necessário mudar a agricultura. Somente com essas mudanças vamos garantir a solução para os problemas fundamentais de nossa sociedade, isto é, a falta de trabalho, de comida, de moradia, de terra, de educação e de cultura.

A reforma agrária popular será fundamental para que a sociedade brasileira consiga garantir a cada brasileiro e, sobretudo, a TODOS brasileiros, o direito fundamental de ter terra, trabalho, comida, moradia digna e escola para seus filhos.

Reforma Urbana e Estatuto da Cidade: uma lógica para o enfrentamento da desigualdade

*Grazia de Grazia**



O Movimento pela Reforma Urbana resgatou, em 1987, uma bandeira que havia sido iniciada na década de 60 e interrompida pelo Regime Militar. Reinicia através de uma articulação ampla de atores ligados aos sindicatos de arquitetos e engenheiros, movimentos populares, ONGs, técnicos de prefeituras e setores da academia.

Colocada em novas bases, a luta pela Reforma Urbana é retomada no bojo do movimento de participação nacional em torno da elaboração da nova Constituição Brasileira. Inicia, portanto, a partir da articulação da Iniciativa Popular sobre

a “Reforma Urbana” que incorpora o acúmulo teórico da questão urbana¹ e o avanço político dos movimentos populares. Esta Emenda Popular

¹ A valorização política da questão urbana inicia nos anos 60/70, dentro de um quadro de profundas desigualdades sociais, degradação ambiental e das condições de vida, a partir da expressão dos movimentos sociais urbanos e, por outro lado, da institucionalização de um planejamento urbano racional e tecnocrata combatido por todos os atores que defendiam a bandeira pela Reforma Urbana.

*Assistente Social, mestre em Planejamento Urbano e assessora da FASE.

contou com cerca de 200.000 assinaturas e contribuiu para a incorporação do capítulo da política urbana no interior da Constituição, bem como do seu detalhamento nas Constituições Estaduais, Leis Orgânicas e alguns Planos Diretores.

As principais capitais do país contaram com emendas populares dos fóruns de Reforma Urbana em cada local, indicando que houve razoável incorporação do ideário da Reforma Urbana nas novas legislações expressa, principalmente, em relação à responsabilidade do poder público em garantir os direitos urbanos e a função social da propriedade, bem como na criação de mecanismos e instrumentos para implementar uma gestão democrática.

O Movimento pela Reforma Urbana visando influenciar na reconstrução institucional do país elabora três princípios básicos para referenciar sua prática²:

1 – Direito à Cidade e à Cidadania, entendido como uma nova lógica que universalize o acesso aos equipamentos e serviços urbanos, a condições de vida urbana digna e ao usufruto de um espaço culturalmente rico e diversificado e sobretudo, em uma dimensão política de participação ampla dos habitantes das cidades na condução de seus destinos.

2 – Gestão Democrática da Cidade entendida como forma de planejar, produzir, operar e governar as cidades submetidas ao controle e participação social, destacando-se como prioritária a participação popular.

3 – Função Social da Cidade e da Propriedade entendida como a prevalência do interesse comum sobre o direito individual de propriedade, o que implica no uso socialmente justo e ambientalmente equilibrado do espaço urbano.

Os princípios da Reforma Urbana estavam baseados numa leitura das cidades cujo padrão de produção, ocupação e gestão, são marcados pela mercantilização do solo, da moradia, do transporte de massa e dos demais equipamentos e serviços urbanos. O Estado, por sua vez, tem tradicionalmente apoiado esses interesses através de políticas, controles e mecanismos

reguladores e discriminatórios. Este é um modo de ver e fazer a cidade que distribui os homens desigualmente no espaço e subordina os direitos políticos, os direitos individuais e a cidadania aos modelos de uma racionalidade econômica. A distribuição dos equipamentos e serviços é realizada conforme o lugar onde melhor são atendidos os critérios de rentabilidade e de retorno do capital investido. Esse modelo excludente deu origem à imensa segregação e exclusão existente nas cidades, em todo o país.

Os princípios, ao contrário, querem enfatizar as seguintes concepções:

- As cidades são produzidas pelo confronto, pela luta e pela apropriação entre diversos agentes econômicos e sociais;

- As políticas e instrumentos jurídicos ou urbanísticos devem levar em conta a cidade real, a partir do reconhecimento da desigualdade e do conflito existentes entre os produtores e consumidores do espaço urbano;

- O Estado é obrigado a assegurar os direitos urbanos;

- Existe a necessidade de uma regulação pública da produção privada, formal e informal, do meio ambiente construído e do uso do solo;

- Submissão do direito da propriedade à sua função social;

- Introduce a noção da necessidade do acesso igualitário aos bens e serviços urbanos e ao direito à cidade, através de instrumentos e mecanismos redistributivos;

- O controle social e a participação da população organizada são condições básicas para a conquista dos direitos, de novas políticas públicas que incorporem os excluídos e de novas referências para as cidades. Através do exercício da participação popular e do controle social do Poder Público as organizações participam da gestão

² A Carta de princípios foi elaborada pelo II Fórum Nacional de Reforma Urbana, em outubro de 1989.

das cidades, daí o nome de Gestão Democrática da Cidade;

- Reconhecer a cidade na sua totalidade e repensar o planejamento a partir da negociação dos agentes e atores sociais que produzem e se apropriam do espaço urbano;

- Assumir a estratégia da construção de uma nova ética urbana contrária à concepção que pensa a cidade como mercado; e

- O fortalecimento dos sujeitos/atores sociais e políticos como condição básica para a construção e implementação das estratégias propostas.

Serão estes princípios que nortearão a luta pela regulamentação do capítulo urbano da Constituição durante 13 anos, pelos atores que compõem o Movimento da Reforma Urbana e principalmente pelo Fórum Nacional de Reforma Urbana, até a aprovação da Lei Federal nº 10.257/01, chamada de “Estatuto da Cidade”.

Estatuto da Cidade

A primeira tentativa de aprovar uma Lei de Desenvolvimento Urbano surge no âmbito da Comissão Nacional de Desenvolvimento Urbano – CNDU, em 1977, visando dar às administrações locais um instrumental urbanístico para enfrentar a especulação imobiliária e a distribuição dos serviços públicos urbanos. Em 1983, surge o PL 775, atrelado à campanha eleitoral de Mario Andreazza. Mesmo com esse apoio político a reação foi grande no Congresso e no setor imobiliário, porém, somente a partir do processo constitucional o projeto é relembrado sob nova ótica: regulamentar a Função Social da Propriedade e da Cidade.

É importante ressaltar que há um consenso no Movimento de Reforma Urbana de que, apesar de ter conquistado um capítulo urbano na Constituição, este não contempla as demandas que já haviam sido formuladas pela sociedade civil e a insatisfação aumentou ainda mais quando foi colocada a função social da propriedade subordinada aos planos diretores. Os planos diretores, na sua grande maioria, estão imbuídos da tradição tecnocrata do

planejamento e priorizam apenas a parte física da cidade, geralmente idealizada, sem partir da realidade existente em cada cidade.

O referido projeto começa a tramitar no Senado, em 1989, e é aprovado em 1990. Em 1991 começa a longa tramitação na Câmara Federal e o projeto só é aprovado e sancionado pelo Presidente da República em julho de 2001, apesar de todos os esforços desempenhados pelos setores imobiliários e sua eficiente representação na Câmara Federal. No início da década de 90 a TFP – Tradição, Família e Propriedade foi outro ator que fez campanhas públicas, com abaixo-assinados nos centros das cidades de São Paulo e Rio de Janeiro contra o projeto de lei a partir da alegação de estar ferindo o direito à propriedade.

A aprovação do Estatuto da Cidade é concebida pelo Fórum Nacional da Reforma Urbana como a conquista de um valioso instrumento de política urbana que, se apropriado pela população organizada e pelos municípios com o objetivo de realizar a função social da propriedade e da cidade, será de grande utilidade na mudança do quadro de desigualdade, exclusão e segregação, bem como será uma grande contribuição na luta por cidades justas, humanas, democráticas. No entanto, sempre entendeu que não é uma panacéia para todos os problemas das cidades.

A lei aprovada, apesar de depender dos interesses políticos de quem a implementará, expressa parte do debate acumulado nos últimos 20 anos e está fundamentada nos princípios estabelecidos no Movimento pela Reforma Urbana. As principais questões contidas no Estatuto da Cidade são:

1. Recupera a noção de direitos urbanos quando garante o direito às cidades sustentáveis, à terra urbana, à moradia, ao saneamento básico, à infra-estrutura, ao transporte, serviços públicos, ao trabalho e ao lazer, para as presentes e futuras gerações;

2. Define através de um capítulo a gestão democrática da cidade, resgatando os instrumentos dispostos na Constituição e

acrescentando os conselhos de política urbana em todos os níveis da Federação, orçamento participativo, conferências sobre assuntos urbanos em todos os níveis, amplia a iniciativa popular de lei para projetos, planos e programas e institui o Estudo de Impacto de Vizinhança;

3. Define a função social da propriedade;

4. Institui instrumentos que poderão combater a especulação imobiliária;

5. O plano diretor é a peça básica para a implementação de todos os instrumentos que dependem do poder público, porém assume uma conotação mais ampliada, visto que resgata o planejamento para o conjunto do município e exige a articulação com o Plano Plurianual, a Lei de Diretrizes Orçamentária e o Orçamento Anual;

6. Define a regularização fundiária, através de direitos subjetivos como da concessão de uso especial para fins de moradia e do usucapião urbano;

7. Define a recuperação, para a coletividade, da valorização imobiliária decorrente de investimentos do Poder Público;

8. Assegura a justa distribuição dos ônus e benefícios do processo de urbanização;

9. Insere a cooperação entre os governos, a iniciativa privada e os demais setores da sociedade no processo de urbanização em atendimento ao interesse social;

10. Penaliza, em algumas questões, os responsáveis que não cumprirem a lei, tais como: o Prefeito incorrerá em improbidade administrativa quando realizar o plano diretor sem discuti-lo com a sociedade, quando não realizar o Plano Diretor ou deixar de revê-lo de 10 em 10 anos.

Desafios para sua implementação

O Estatuto da Cidade tem sido chamado como uma “caixa de ferramentas” de uso do Poder Público municipal e do cidadão³ com o objetivo de garantir os direitos urbanos e a função social da propriedade e da cidade. No

entanto, no seu todo, e pelas características da nossa federação que dá autonomia ao município, não é uma lei que é obrigatória no seu todo, a não ser nos artigos onde o Prefeito e/ou os agentes públicos incorrem em improbidade administrativa. Apesar de ser uma Lei de Desenvolvimento Urbano ela não o é, porque não toca nos eixos nacionais e fundamentais do desenvolvimento urbano visto que são determinados pela política econômica brasileira, mas define alguns instrumentos de indução de Desenvolvimento Urbano nas cidades.

No entanto, trata-se de uma “caixa de ferramentas” que poderá enfrentar vários problemas que são urgentes na realidade das cidades brasileiras. O índice do déficit habitacional divulgado pela Fundação João Pinheiro chega a quase 7 milhões de unidades. Cerca de 50% da população das cidades de São Paulo e do Rio de Janeiro mora em favelas ou loteamentos ilegais e cortiços. Em áreas invadidas, encostas, palafitas e favelas estão 33% dos habitantes de Salvador, 34% de Fortaleza, 40% de Recife e 20% de Belo Horizonte e Porto Alegre. A falta de moradias atinge principalmente as famílias com renda até 5 salários mínimos, que formam 98% do déficit habitacional no país⁴. O Estatuto fornece instrumentos aos cidadãos e ao poder público para ampliar o acesso à terra e à sua titulação e desencadeia processos de urbanização, bem como ao direito à moradia em casos de desafetação como áreas de risco, de preservação ambiental entre outros. Na medida que estas intervenções precisam estar incluídas no Plano Diretor é necessário que estejam integradas com políticas de uso do solo, através das ZEIS – Zonas Especiais de Interesse Social, instrumentos que contribuem para evitar a exclusão ou “expulsão branca”, como é chamada

³ São dois instrumentos que poderão ser acionados pelos cidadãos: o usucapião urbano e a Concessão de Uso Especial para fins de Moradia.

⁴ Índice divulgado pela Caixa Econômica Federal.

popularmente. Esses processos significam contribuir com a incorporação de milhares de famílias na cidade legal, na qual estarão livres de despejos, poderão ter acesso a créditos, conquistar melhores condições de vida e melhores condições para a construção da cidadania.

A maioria das médias e grandes cidades tem imensas áreas e imóveis vazios à espera de valorização. Este patrimônio, portanto, não estão cumprindo a sua função social. Para estes casos existem 3 instrumentos que precisam ser aplicados sucessivamente, até chegar em casos extremos, com a aplicação da desapropriação sansão. O primeiro instrumento é o da edificação compulsória quando a Prefeitura dá o prazo de um ano ao proprietário do imóvel para que ele cumpra a função social. O segundo instrumento é o do IPTU progressivo quando, findo o prazo da edificação compulsória e não cumprida a exigência, a Prefeitura iniciará a cobrança do IPTU progressivo, isto é, será cobrada uma alíquota crescente num prazo de cinco anos sobre o IPTU original. E, finalmente, o terceiro instrumento é o da desapropriação sansão através do pagamento em títulos da dívida pública, baseado no valor do cálculo do IPTU, descontado o valor das obras de infraestrutura. Estes instrumentos apesar de estarem normatizados através de um tempo longo, bem aplicados darão condições a ofertar para o mercado imobiliário, imóveis, provavelmente, com preços mais baixos. Segundo o mesmo estudo da Fundação João Pinheiro, realizado com os dados do censo 2000, os imóveis vazios no Brasil montam 4,5 milhões de unidades. Portanto, é necessário que se cumpra a função social da propriedade em todos esses imóveis.

O Estatuto, no entanto, para ser implementado depende de campanhas públicas, da socialização das informações, da produção de materiais de fácil entendimento, da realização de seminários, cursos para lideranças dos movimentos, ONGs, técnicos de prefeituras e professores universitários para que se construa

um caldo de cultura em todos os municípios para a sua aplicação, bem como a construção do melhor entendimento sobre em quais problemas a aplicação do Estatuto será benéfica e em que condições. É necessário também conquistar as universidades para ampliarem as pesquisas que objetivem o monitoramento da aplicação desses instrumentos visando a reformulação de procedimentos e regulamentações a serem realizadas nos municípios.

Reafirmar a dimensão política já dada no período pós-constitucional a elaboração do “Plano Diretor como Instrumento de Reforma Urbana” torna-se agora um desafio a ser enfrentado pelo poder público e por todos os atores sociais. O plano diretor, por ser o instrumento fundamental para a implementação do Estatuto, necessita estar imbuído das novas funções para deixar de ser tecnocrata e atender às necessidades reais da população em cada cidade. Para isso a nova lei exige do Prefeito uma ampla participação social e divulgação na elaboração e execução do plano diretor, no qual incorrerá em improbidade administrativa se não o fizer com participação de fato com todos os atores sociais existentes.

Na discussão das novas funções do Plano Diretor, visto que deve garantir o direito à cidades sustentáveis, além de tratar do desenvolvimento do meio ambiente construído, o desafio instalado pela nova lei vem de fato resgatar o planejamento de modo integrado de todas as políticas setoriais e construir processos para um desenvolvimento econômico, social, urbano, ambiental e sustentável dos municípios. Esses processos, no entanto, terão como grandes opositores os limites impostos pela política econômica nacional e que exigirá, concomitantemente, dos municípios e dos atores sociais o fortalecimento das articulações nacionais para travar enfrentamentos e/ou construir processos que modifiquem a política macro de desenvolvimento urbano, que atualmente está submetida à lógica econômica do modelo vigente.

Desigualdades, redistribuição e democracia no Brasil

Adalberto Moreira Cardoso*



Em pesquisa recente realizada pelo IUPERJ, sob coordenação de Carlos Hasenbalg e financiada pela FAPERJ, descobriu-se o que parece óbvio: os brasileiros percebem o país como profundamente injusto e desigual. Injusto porque condiciona *ex ante* as possibilidades de acesso a oportunidades de vida, vedando às classes subalternas condições de melhoria de renda, de escolaridade, de moradia, de saúde. Injusto, também, porque reproduz *ex post* as

condições atuais de distribuição de recursos, em razão tanto da ineficácia das políticas redistributivas do Estado, quanto da natureza do mercado capitalista consolidado entre nós: monopolista, anti-produtivista, financeirizado, poupador de empregos e concentrador de renda.

Os brasileiros estão atentos. Revelaram dispor de uma leitura bastante adequada do desenho estrutural das desigualdades no Brasil, isto é, sua natureza e dinâmica,

*PhD em Sociologia pela USP, Professor e pesquisador do IUPERJ.

leitura muito próxima daquela veiculada pela literatura sociológica ou econômica disponível. A distribuição de renda, por exemplo, foi pintada como uma pirâmide magricela de grandes pés de chumbo, com pouquíssimos no topo, um pouco mais no centro e a grande maioria na base. Quando estiver disponível, o Censo 2000 deverá revelar figura semelhante.

E, talvez para a surpresa de alguns, os brasileiros são keynesianos, no sentido de que identificam no Estado o mecanismo redistributivo por excelência, capaz de dar conta das diferenças de oportunidade e renda. Mais de 60% acham que cabe ao governo solucionar a desigualdade, e dentre as políticas capazes disso, mais de 40% apontam a melhoria dos serviços públicos como prioridade, enquanto outros 25% apontam a reforma agrária. Em qualquer caso, medidas redistributivas.

A conexão, no imaginário popular, entre desigualdade e injustiça não é trivial. Ela é, mesmo, bastante sofisticada. Está na contramão daqueles que pensam que os muitos séculos de iniquidade e exclusão teriam produzido a naturalização da condição de pobreza, de sorte que um certo atavismo imperaria naquele imaginário na forma de um diagnóstico fatalista sobre as possibilidades de mudança. Não é assim. Ao identificar no governo a origem das soluções, os brasileiros estão identificando também a origem dos males.

Essa visão é sofisticada, ademais, porque atribui a pessoas de carne e osso o poder de mudar o mundo. Num ambiente intelectual em que o governo, a mídia e uma parte importante da academia pregam a inexorabilidade da globalização, isto é, da submissão necessária dos países às forças cegas do mercado, os brasileiros querem políticas públicas eficazes e reforma agrária. Querem o fim do desemprego e da violência.

Querem que os governantes tomem nas mãos o destino da nação.

A desigualdade é um dos principais problemas do país. Os brasileiros são profundamente desiguais ao nascer, em termos das chances futuras de acesso à educação, à saúde, aos serviços urbanos básicos, aos direitos civis, ao trabalho, à renda. São, também, profundamente desiguais enquanto crescem, em termos de esperança de vida, de mobilidade social, de fruição cultural, de participação política, de acesso a guaridas institucionais no curso da vida. E são profundamente desiguais nas chances de transferência de heranças sociais, culturais e patrimoniais a seus filhos.

A desigualdade é uma síndrome de diferenças em que, quem tem restrições de acesso a uma dimensão, em geral terá restrições em várias outras. A principal delas é, sem dúvida, a renda. Quanto mais pobres as famílias, maiores serão suas dificuldades para garantir a seus filhos acesso a oportunidades de vida que lhes permitam sair da condição de pobreza. Esta é uma constatação algo banal, mas tem conseqüências nada triviais. A primeira delas é que tarefa urgente para qualquer governo comprometido com as causas populares é garantir acesso imediato das famílias à renda. Mas não qualquer renda, e sim uma renda que permita que famílias pobres construam para seus filhos oportunidades de vida compatíveis com um ideal de civilização para além das “necessidades básicas” da sobrevivência. Para esse tipo de coisa, não basta dar dinheiro aos pobres, embora isso seja importante diante da emergência de que há 40 milhões de brasileiros indigentes, pessoas que sobrevivem com menos de três reais por dia. É preciso mais.

É preciso, antes de tudo, coragem para rever prioridades. Gerar condições estáveis

para que os vários segmentos da classe que vive do trabalho possam garantir seu sustento e melhoria de vida, sem depender unicamente da ajuda direta do Estado, é algo que requer a revisão completa do atual modelo de submissão ao capitalismo financeiro globalizado. É preciso que as riquezas que nós produzimos sejam carreadas para a geração de mais riquezas para os brasileiros, não para os bancos internacionais. Antes de tudo, não podemos viver, nós e nossos filhos, para pagar uma dívida externa já tantas vezes amortizada. É preciso rever a negociação que o então presidente do Banco Central Pedro Malan realizou em 1994, que comprometeu a atual e a futura geração com o pagamento de juros e principal da dívida externa por valor próximo ao de face, num momento em que os títulos da dívida valiam 30% desse valor. Esse é o primeiro passo: estancar a sangria das riquezas que produzimos, afirmando nossa soberania diante de um sistema financeiro que mostrou sua “sensibilidade” ao abandonar a Argentina aos ratos. Não há contrapartida, nesse sistema, à subserviência com que nos submetemos a ele. É hora de dar o troco, renegociar a dívida segundo nossos interesses.

Em segundo lugar, crescer. A obsessão pela estabilidade decorre da necessidade de gerar superávits para pagar juros. Devemos gerar superávits *para gerar empregos*, e empregos de boa qualidade, que remunerem adequadamente. Para isso precisamos retomar a rota desenvolvimentista, que estabelece prioridades claras de política industrial segundo nossas vantagens comparativas no mercado global.

Em terceiro lugar, devemos gerar superávits para investir pesado no alívio da carga de pobreza que aflige metade dos brasileiros. O protagonismo do Estado, nesse aspecto, é inescapável, mas não é suficiente. Cumpre tornar universalmente eficiente o acesso ao bem-estar,

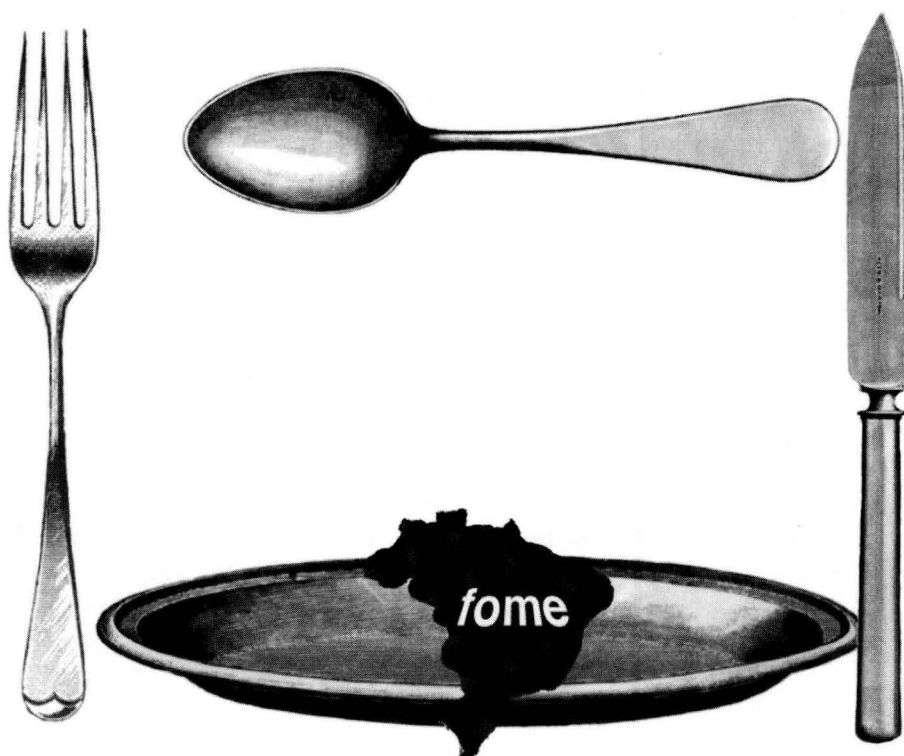
mas o Estado redistributivo necessita do respaldo e da participação da sociedade organizada, que deve ser estimulada a isso. Esta se tem demonstrado a melhor maneira de eleger prioridades, minimizar a corrupção e garantir a eficácia das políticas voltadas para carências gerais ou tópicas.

A reforma agrária é outro passo essencial. Não se trata apenas de dar terra aos que hoje pedem por isso nos acampamentos pelas estradas do país. O MST foi sem dúvida o principal agente social da década de 1990, cumprindo ali o papel que o sindicalismo desempenhou dez anos antes. O MST trouxe à superfície da cena política a massa de excluídos sem rosto, o Brasil que o Brasil não conhecia. Mas a necessidade de terras para o trabalho transcende em muito a capacidade organizativa do MST. Assim como a participação da sociedade na gestão pública urbana deve ser estimulada pelo Estado, também no campo isso deve acontecer. Núcleos cooperativados estruturados com apoio técnico, financeiro e logístico, com participação direta de representantes dos interessados, que garantam a continuidade dos empreendimentos camponeses, assegurando acesso à renda para grupos de famílias: eis o rosto de uma reforma agrária ativa, que incorpore a voz e a disposição de ação do MST e dos outros tantos movimentos pela terra espalhados pelo Brasil.



Social com eixo no desenvolvimento

*Aloizio Mercadante**



No Brasil, não existe caminho para a superação das desigualdades sem antes enfrentar o grave problema da fome. Se já é cruel o estado famélico de populações que não dispõem de comida suficiente para a alimentação básica, crudelíssima é a situação de nações auto-suficientes em produção de alimentos, como a nossa. Aqui, onde o governo anuncia safra recorde de grãos, ultrapassando as 100 milhões de toneladas, um contingente de 53 milhões de brasileiros situava-se, em 1999, de acordo com o IBGE, na linha da pobreza. Destes, 23 milhões são considerados miseráveis.

Com números do IBGE e do Banco Mundial, o Instituto da Cidadania chegou à cifra de 44 milhões de pessoas que passam fome no País, ou seja, não dispõem da quantidade mínima diária de calorias para atender um ser humano. Se o direito à alimentação é inerente à condição humana, independentemente do nível de renda de cada indivíduo, e se dispomos de comida suficiente para atender toda a população, o desafio é revertermos o modelo econômico que perpetua a fome, a miséria e a desigualdade.

*Economista e professor licenciado da PUC e da UNICAMP, deputado federal PT/SP e secretário de Relações Internacionais do PT.

A pobreza é resultado de um padrão de organização social da produção e de acumulação de capital de caráter estruturalmente dependente e excludente, cuja dinâmica conduziu historicamente à conformação de uma estrutura social polarizada, marcada pela concentração da riqueza, da renda, do poder político e dos direitos de cidadãos em mãos de uma elite carente de um projeto consistente de Nação e auto-centrada na defesa e ampliação de seus privilégios.

Sem a ruptura deste padrão de acumulação de capital e riqueza – que em sua forma atual multiplica e amplifica os processos de concentração econômica e exclusão social, inclusive através do desemprego, desconstrói a Nação e potencializa os mecanismos de dependência e transferência de recursos para o exterior – e sem uma transformação política que permita aprofundar e radicalizar a democracia em nosso país, não há nenhuma possibilidade de solução efetiva aos problemas de pobreza e da fome.

Para além da inflação (transformada pelos ideólogos do neoliberalismo na vilã da exclusão social) e da dinâmica da economia, existem fatores estruturais – as relações de propriedade da terra e do capital, as relações de trabalho, as modalidades de organização e de integração do sistema produtivo, o caráter do Estado e seus reflexos nos sistemas de tributação e de utilização dos recursos públicos, por exemplo – que determinam, em última instância, os padrões de apropriação e distribuição da renda e da riqueza.

Portanto, não basta crescer, é essencial mudar o padrão de crescimento tomando como referência fundamental, na definição das prioridades da política econômica, a inclusão social, o atendimento das necessidades básicas das camadas mais pobres da população brasileira, e a extensão a todos do direito ao trabalho e à proteção social. Este é o eixo central do modelo econômico que estamos propondo como

alternativa ao fracasso do neoliberalismo.

Como avançar nesta direção? Mediante políticas redistributivas que incidam sobre os fatores estruturais assinalados, promovam a expansão do emprego e da renda das classes menos favorecidas e criem condições para a formação de um amplo mercado de consumo de massas, que garanta o dinamismo e a sustentabilidade do processo de crescimento.

No entanto, para que se tornem efetivas as mudanças na estrutura de distribuição da renda e da riqueza, é indispensável que elas tenham como contrapartida transformações simultâneas na produção. A criação de um mercado de consumo de massas supõe um redirecionamento paralelo da alocação dos recursos disponíveis que priorize a remoção dos estrangulamentos na infra-estrutura, a expansão dos serviços públicos e o aumento da oferta dos bens básicos da cesta de consumo popular.

Este padrão de crescimento tem a vantagem adicional de afetar relativamente menos às restrições externas existentes, dado que o coeficiente de importações implícito na expansão da oferta de bens de consumo popular e serviços de consumo coletivo é inferior ao coeficiente correspondente ao atual padrão médio de consumo.

No entanto, o aumento da renda dos segmentos mais pobres da população implicará também, a partir de um certo ponto, aumento da demanda por bens industriais, eletro-eletrônicos, por exemplo, produzidos nos setores mais dinâmicos da economia. Embora estimule a expansão da produção também nesses setores, este aumento tende a gerar pressões sobre a balança comercial devido ao elevado componente importado da produção da maior parte destes bens.

Isto nos leva ao segundo elemento central do novo modelo econômico: a redução da dependência e da vulnerabilidade externas. A

dependência financeira foi transformada pelas políticas do atual governo em um mecanismo de internalização da instabilidade do mercado financeiro globalizado e de subordinação do funcionamento da economia nacional às prioridades e interesses dos credores e investidores externos, engessando seu potencial de crescimento.

A modificação desta situação supõe a realização de um esforço consistente de redução do déficit nas transações correntes do balanço de pagamentos e de geração de um saldo comercial substancial. Requer, também, a simultânea reconstrução do sistema de financiamento de longo prazo, que viabilize um novo ciclo de investimentos, tanto em infra-estrutura quanto na produção interna de bens intermediários e de capital.

O salário mínimo é outro instrumento que pode ser usado para, no curto prazo, melhorar a situação dos grupos menos favorecidos. Recorde-

se que, entre aposentados e pensionistas do INSS e trabalhadores ativos, dependem diretamente do salário mínimo cerca de 27 milhões de brasileiros.

O equacionamento destas questões transcende o alcance das políticas tradicionais de ajuste macroeconômico e de suporte ao funcionamento espontâneo dos mecanismos de mercado. Ela se insere necessariamente dentro de uma nova estratégia de desenvolvimento agrícola, industrial, comercial e financeira que possibilite a articulação das ações do Estado e do setor privado dentro de uma perspectiva que integre o curto e o longo prazo. Só esta nova forma de gestão das políticas públicas permitirá a expansão da capacidade e a integração e diversificação do sistema produtivo, a construção das bases tecnológicas de sustentação do desenvolvimento e o aumento da produtividade sistêmica da economia brasileira, simultaneamente à redistribuição permanente dos frutos do progresso técnico.

UMA REDE
A SERVIÇO
DA DEMOCRACIA E
DA JUSTIÇA SOCIAL

A ABONG reúne organizações da sociedade civil que dedicam seu trabalho à consolidação da democracia, à conquista de direitos e à justiça social. Conheça e participe das atividades desenvolvidas em seus Fóruns Regionais. Junte-se a esta missão.

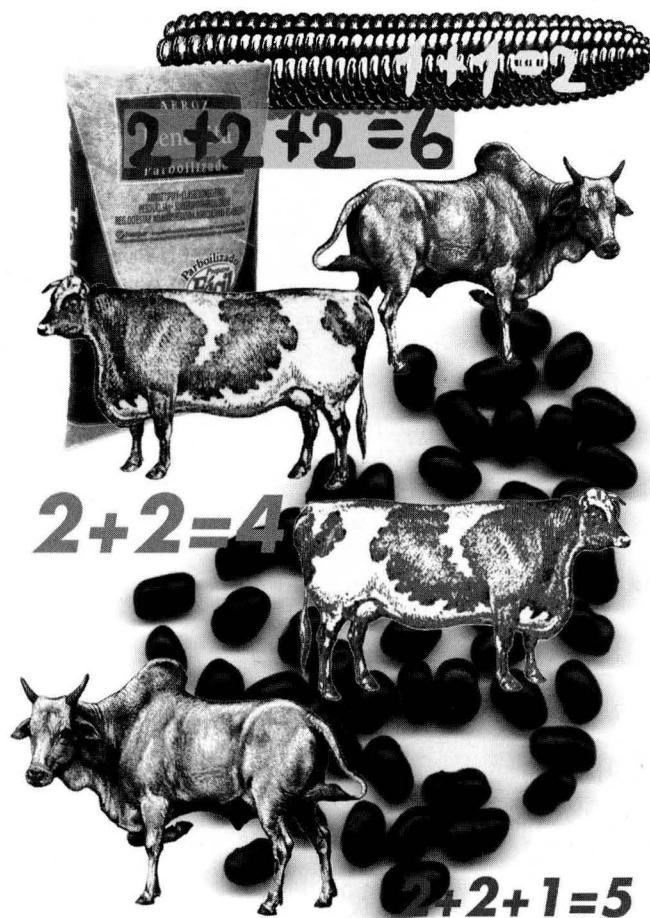
AB **ONG**
associação brasileira de ONGs



ESCRITÓRIO NACIONAL
Rua General Jardim, 690 - 7º
Vila Boa Vista São Paulo/SP
Tel: 11 3287 2122
abong@uol.com.br
www.abong.org.br

O Banquete de Macbeth

Augusto Boal*



Nós queremos Paz, não a guerra! Paz, mas nunca a Passividade! Por isso, fomos a Porto Alegre!

Mesmo que quiséssemos a guerra, seria impossível – a guerra acabou – foi assassinada. Quem a matou foi um general. Collin Powells.

Esse chefe supremo das forças armadas dos Estados Unidos declarou que aquele país não deverá nunca mais se envolver em guerras suicidas como a do Vietnã, quando meio milhão de soldados norte-americanos, armados até os dentes, tiveram que correr do exército vietnamita

descalço e fazer fila nos telhados de sua embaixada, fugindo de helicópteros – foi feio. De agora em diante, o mais poderoso país de todos os tempos, maior potência nuclear e diplomática do mundo, maior potência econômica e industrial que já existiu na face da terra – os Estados Unidos só se envolverão em uma guerra quando suas chances de vitória forem de 100%, as possibilidades de derrota zero absoluto e, mesmo assim, quando as vias de retirada – para situações imprevistas e acidentes inesperados – forem mil vezes seguras.

*Teatrólogo, criador do Teatro do Oprimido.

Esta declaração representa o fim da guerra. Collin Powells matou a guerra e inventou a figura jurídica da Pena de Morte Internacional. Os Estados Unidos, que já eram a maior potência em tudo que existe, tornaram-se o único Juiz Universal, a quem cabe fazer justiça. Qual? A sua!

Esse poder justiceiro não se aplica somente aos países como o Brasil, cujas Forças pobremente Armadas – são os próprios militares que o disseram diante do presidente da República, meses atrás, não eu que, de armas, nada sei! – o Brasil teve o seu insuficiente arsenal sucateado. O submarino atômico *Irkutsk* afundou em serviço nos mares do norte: um dos nossos submarinos convencionais afundou, meses atrás, ancorado no cais do porto – não em combate, mas na hora do recreio.

As forças que Powells comanda podem destruir qualquer outra força neste mundo, onde quer que se esconda. Não ameaça apenas exércitos da Iugoslávia, Granada e Nicarágua. As potências mais sofisticadas estão igualmente no simbólico corredor da morte de uma possível execução sumária: ninguém é forte bastante para adiar, se não por alguns dias, sua rendição incondicional.

Powells, soldado, decretou o fim da Guerra e o fim do Soldado! Em seu lugar, nomeou o Carrasco. Soldado é aquele que luta correndo certo risco, por menor que seja. E o que é o Carrasco senão um letárgico funcionário de tranqüila carreira, apoiado pela lei e pela religião que, confortavelmente, injeta a injeção letal, aperta o interruptor da cadeira elétrica, ou enlaça o pescoço do prisioneiro, que já lhe é entregue com os pulsos algemados e a moral destruída? Powells aposentou o soldado e deu emprego ao Carrasco.

A declaração daquele militar foi feita pouco antes da última reunião dos Economistas Abstratos, na Suíça. Para que tão mortífera ameaça? Só podemos pensar que exista uma relação íntima e subterrânea: foi feita para assegurar que a vontade dos Senhores de Davos se cumpra! Quem são esses senhores?

Para entendê-los, temos que recorrer ao filósofo Pitágoras, o homem que, primeiro, conseguiu esta proeza extraordinária do pensamento humano: dissociou o número da coisa numerada.

Antes dele, é claro, comerciantes sabiam contar seus grãos de feijão e sacos de arroz, potes de mel e espigas de trigo... desde que as mercadorias estivessem diante deles, visíveis, como o ábaco diante da criança que aprende a contar com a ajuda de bolinhas coloridas deslizantes em um arame. Antes de Pitágoras, era necessário que duas vacas e dois bois se apresentassem diante do comerciante para que ele pudesse concluir que aquelas bestas perfaziam um total de quatro animais. Se vacas e bois, cansados de esperar, resolvessem pastar no campo, as aritméticas dos comerciantes iriam à falência.

Veio Pitágoras e disse: – “Façamos abstração dos números, pensemos números em si mesmos, e para si”. O filósofo separou os números abstratos das concretas vacas e deu certo: operações aritméticas podiam ser feitas mesmo na ausência dos animais. Foi um extraordinário avanço para o ser humano... e para as vacas, que puderam pastar em paz.

Quando, em fins de janeiro, reuniu-se o Fórum Social Mundial em Porto Alegre, discutindo os malefícios da globalização selvagem, o que estariam fazendo os Senhores de Davos, naquele preciso momento? Estavam levando Pitágoras às últimas conseqüências – estavam reificando, coisificando os números, dando-lhes vida autônoma, fisionomias próprias, tornando-os sólidos, concretos e... fazendo abstração dos seres humanos.

Os números de Davos são números insensíveis à vida humana; são número cegos que ignoram doentes sem hospitais, crianças sem escolas, cidades sem esgotos, multidões esfomeadas: são números que só conversam com outros números e não nos olham na cara.

Os Senhores de Davos pensam no Lucro Abstrato e esquecem a fome concreta. Os cálculos que fazem são corretos: o que é incorreto, para

eles, é a existência dos seres humanos, mero apêndice desses números.

Em Davos, os números passam a ser o sujeito da História: alíquotas, juros, índices Dow Jones e Nasdaq, dividendos – para eles o mundo existe, não para nós... Para eles nada importam a saúde e a educação, o bem estar e o lazer, porque estas são preocupações humanitárias e não econômicas — não interessam à Economia Abstrata de Davos.

Esta estrábica visão da Economia como abstração opera tremenda divisão da Humanidade, que se parte em três.

A Primeira Humanidade, privilegiada, é a que controla o Deus – Mercado, senhora do mundo – espécie de Paraíso Terrestre, abundante em anjos sexuados e gozos materiais; a Segunda Humanidade é o Purgatório da Classe Média, a Humanidade daqueles que, a qualquer título, estão relacionados com o Mercado e podem, bem ou mal, sobreviver. A Terceira Humanidade, a que vive no Inferno, é a Humanidade Descartável, inútil, encontre-se ela nos extremos da África ou no ventre do Estados Unidos, onde miseráveis existem, quase todos negros e latinos.

Não quero parodiar filósofos, não quero imitar Descartes, mas somos obrigados a dizer: “Eu estou no mercado, logo existo”. Ai de quem não puder pronunciar essa frase terrível: será condenado à Terceira Humanidade, às profundezas do inferno globalizante e será, com ela, descartado!

Um abaixo assinado corre veloz pela Internet, neste momento, que pede ao Papa a abolição imediata do Inferno. Diz a petição, com toda razão, que o Inferno Bíblico é um equívoco das Escrituras: não é possível que Deus, todo bondade, tenha criado esse miserável antro de vinganças, tenebroso calabouço de diabólicas crueldades, obra que só poderia ter sido imaginada por ditadores latino-americanos ou africanos – nunca obra de Deus, soberano da bondade, compreensão e ternura. Deus quer que sejamos bons porque é bom ser bom, não porque seja quente o Inferno!

O abaixo assinado pede a revogação sumária do Estatuto do Inferno e sua extinção imediata, porque o Inferno não pode ser reformado, melhorado num ou noutro aspecto mais escabroso – ele é todo ruim. Não é possível refrescar e tornar amena a temperatura infernal ou anestesiá-la a dor das espetadelas tridentinas. O Inferno tem que ser desativado, destruído por inteiro e para sempre. Delenda Est Inferno Bíblico!

Nesse Inferno que queremos revogar, no entanto, com todo o enxofre que exala e fogo que vomita, com seus tridentes cáusticos e envenenados, tortura-se menos do que nos bolsões de miséria existentes neste mundo terrestre e provocados pela Economia Abstrata do Lucro Máximo, a grande Diaba Universal; bolsões que existem em toda parte nas nossas falsas democracias, onde se tortura com instrumentos mais sofisticados do que espetos de churrasco: tortura-se com alicates do FMI.

Saibam os Senhores de Davos que a tortura continua existindo em nossos países. Se é menos espetacular do que os campos de concentração nazistas, por não estar concentrada mas sim difusa, é tão dolorosa quanto às da Segunda Guerra e provocam a mesma dor.

Não queiram, os Senhores de Davos, ser comparados ao Diabo por provocarem, na terra, os mesmos tormentos que provoca o Coisa Ruim em seus domínios subterrâneos.

E, da mesma forma que se pede pela Internet a revogação do Inferno bíblico, temos que forçar, nas ruas, nos púlpitos, nas cátedras e em todos os círculos do convívio humano, a revogação imediata do Inferno terrestre.

Para isso, no Brasil, é necessário eliminar com urgência seus dois principais Tridentes Diabólicos: o vampiresco vínculo escravatício da Dívida Externa e a loucura de Dom João Terceiro, que presenteou seus amigos com as Capitânias Hereditárias – temos que fazer a Reforma Agrária.

Não basta, é pouco, mas é um passo: o primeiro corajoso passo que inicia a longa caminhada.

Não quero assustar ninguém, mas tenho a certeza de que, no fim do encontro de Davos, o último banquete dos Senhores da Economia Abstrata há de se transformar no Banquete de Macbeth.

Esse personagem shakespeariano queria o poder a qualquer preço, porque três Feiticeiras lhe haviam dito que era um predestinado, como predestinados se julgam os Senhores de Davos: a qualquer preço, querem o Lucro Máximo, como Macbeth queria o Poder Total!

Para obter esse poder, Macbeth assassinou seus inimigos até exterminá-los todos! Quando se pensou sem rivais, ofereceu aos restantes aliados um grande Banquete, e foi esse o clímax da tragédia: entre o aperitivo e o primeiro prato, começaram a aparecer os espectros dos que tinham sido por Macbeth assassinados; entre o primeiro e o segundo prato, mais espectros apareceram e, antes da sobremesa, dezenas de fantasmas espectrais ocupavam as cadeiras e bailavam em cima da longa mesa do letal banquete. Macbeth ficou louco e perdeu a guerra.

Pois sei que assim será o Grande Banquete de Macbeth em Davos: antes da primeira garrafa de champanhe, começarão a aparecer os fantasmas das vítimas do Holocausto da Inanição Africana – da Eritreia, Uganda, Congo, Rwanda! – daquela África onde, ontem, nasceu o ser humano e, hoje, morre de fome.

Depois dos salgadinhos, virão os espectros dos mortos do Haiti, da República Dominicana, do Bangladesh, os párias da Índia e do Paquistão, e todos bailarão esvoaçantes em torno dos convivas assustados, dançando a Valsa dos Números Abstratos e da Fome Concreta.

Depois do *trou normand*, artifício culinário de origem romana que ajuda os comilões a comerem mais, abrindo insuspeitados espaços em seus estômagos, virão os espíritos dos desaparecidos da guerra suja da Argentina, do Uruguai, do Chile e do Brasil, daqueles que morreram assassinados pelos golpes de estado organizados pela CIA – braço armado da mesma ideologia!

E virão os esqueléticos espectros das nossas crianças de rua e os dos militantes do MST que foram mortos desarmados, quando tudo o que queriam era um pouco mais do que os sete palmos, que é a terra que lhes coube neste imenso latifúndio brasileiro!

Antes da sobremesa, subirão à mesa do funesto banquete as vítimas de braços cortados de Sierra Leona e bailarão grotescamente os 30 milhões de cidadãos norte-americanos miseráveis, todos portadores de passaportes do Império!

O Banquete de Davos não vai acabar bem, como não podia ter bem acabado o Banquete de Macbeth!

Nós queremos a Paz, não a guerra! Paz, não Passividade, que é cúmplice da guerra e da fome. Precisamente porque desejamos a Paz, nós nos reunimos em Porto Alegre para denunciar, para fazer lembrar e não permitir que se esqueça, para que ninguém diga: “Eu não sabia!”

Um dia, depois do Banquete de Macbeth em Davos, há de ser realizado o Julgamento do Nuremberg da Economia Abstrata, e é bom que os Senhores de Davos que, com suas plumas de ouro, hoje, assinam sentenças de morte, não digam amanhã o que disseram os nazistas diante do Tribunal que os condenou: – “Eu não sabia. Havia Campos de Concentração em meu país? Ah, eu não sabia. Matavam judeus, comunistas, ciganos e homossexuais em câmaras de gás? Ah, eu não sabia mesmo. Eu não sabia nada!”

Pois saibam enquanto é tempo, Senhores de Davos, saibam que se morre à mingua neste mundo globalizado que globaliza o lucro e não a felicidade, a dor e não o prazer; morre-se às centenas de milhares, no momento mesmo em que suas excelências deliberam a melhor maneira de oferecer os maiores lucros ao menor número de milionários, neste mundo infectado pelo vírus do Lucro Máximo.

Nós sabemos que os Senhores de Davos sabem, sabem tudo – proibidos pois, estão, de dizer: “Eu não sabia...”

É preciso conter a metástase da globalização. Para isso, fomos a Porto Alegre.

Gato por Lebre

*Silvio Caccia Bava**



A globalização é, substancialmente, a globalização dos mercados, isto é, a imposição pelos organismos financeiros internacionais de um elenco de políticas que franqueiam às grandes corporações transnacionais os mercados dos países antes denominados “em desenvolvimento” e otimizam nestes territórios suas possibilidades de ganhos.

Fenômeno que marca a realidade dos anos 90 e o início do novo milênio, a imposição dessas políticas, identificadas pelo nome de “Consenso de Washington”, tem levado os países que as adotam a situações de crise social, de violência crescente e de desorganização produtiva, o que inclui a desorganização do funcionamento do mercado. Tem levado também cidadãos de numerosos países a se mobilizarem e a questionarem de formas cada vez mais radicais as estruturas de poder que impõem a repartição da riqueza e da propriedade em suas

sociedades e na escala planetária. Sucedem-se manifestações que vêm ganhando amplitude e repercussão mundial e têm transformado recentemente cada reunião do Fundo Monetário Internacional, da Organização Mundial do Comércio e de outros órgãos de regulação da economia internacional em verdadeiros campos de batalha, onde milhares de manifestantes tomam as ruas e se opõem às suas políticas.

Não é para menos. Os mais recentes relatórios mundiais produzidos pelas Nações Unidas dão conta de um processo acelerado de ampliação da pobreza e da desigualdade. Se em 1960 a diferença entre os 20% mais ricos e os 20% mais pobres do planeta era de 30 para 1, hoje essa diferença atinge a assustadora proporção de 90 para 1. Em numerosos países houve uma regressão da renda familiar e um aumento da

* Silvio Caccia Bava, 51 anos, sociólogo, é diretor da Associação Brasileira de ONGs – ABONG e diretor do Instituto Pólis.

pobreza absoluta, sendo o Continente Africano o mais afetado por essa tendência.

Esse processo de aprofundamento da crise em escala planetária tem provocado uma crescente mobilização social, que pode ser observada também na América Latina. A Colômbia talvez seja o país que expressa de forma mais dramática essa crise social com a fragmentação política de seu território, a guerra civil, a privatização dos espaços públicos, a infindável seqüência de arbitrariedades fundadas na violência, na lei do mais forte. Mas essa é apenas a expressão mais radical de um processo que atinge de maneira diferenciada a maioria dos países do continente. A insurreição dos indígenas de Chiapas, no México; a marcha indígena que depõe o presidente do Equador; a crise política que resulta na fuga de Fujimori, no Peru; a chamada revolução bolivariana pelas urnas, que depõe do poder as tradicionais oligarquias na Venezuela; o movimento dos trabalhadores sem-terra, no Brasil; a profunda crise política em que se encontra hoje a Argentina; todas essas manifestações fazem parte de uma reação popular à truculência com que a democracia e os direitos dos cidadãos vêm sendo violados por governos submissos às regras impostas pelo Consenso de Washington, em favor das grandes corporações transnacionais.

Neste cenário o combate à pobreza e à exclusão social aparece hoje, curiosamente, como um tema central na agenda tanto dos setores progressistas quanto dos setores conservadores. Como é possível que políticas focalizadas e compensatórias dirigidas às populações mais pauperizadas, tais como programas de renda mínima, micro-crédito, desenvolvimento local, sejam hoje adotadas tanto por governos progressistas quanto pelas agências do sistema financeiro internacional tais como o BID e o Banco Mundial? Quais as razões para essa aparente convergência de propósitos?

Da parte dos setores conservadores, estas políticas, na sua essência, buscam garantir a estabilidade política e a governabilidade em países onde a desigualdade social e a pobreza absoluta

atingem hoje limites sem precedentes, afetam o funcionamento dos mercados e geram crises sociais que ameaçam o *status quo*.

Da parte dos setores progressistas a adoção dessas mesmas políticas expressa a dificuldade de formulações estratégicas, expressa a força do pensamento hegemônico associada à crise de paradigmas de mudança social. Na falta de referências históricas contemporâneas que inspirem projetos de ruptura com a ordem instituída e apontem para a construção de sociedades solidárias, resta no horizonte utópico o mundo das reformas, o propósito de melhorar o que aí está sem, no entanto, questionar os fundamentos da crise atual.

Essa situação é consequência de um particular momento histórico em que nossas sociedades vivem o impacto da crise, mas ainda não são capazes de formular estratégias de ação, nem de engendrar as novas articulações e alianças que lhes permitam tomar a ofensiva. O Fórum Social Mundial pode ser compreendido como uma expressão desse momento de fermentação que, no entanto, ainda não definiu um caminho. Pode-se dizer que nele se ensaia a configuração de um novo campo de alianças, o reconhecimento mútuo dos muitos atores que se opõem à globalização. É o exercício da análise crítica dessa mesma realidade que permitirá o avanço das propostas progressistas.

No que diz respeito aos programas de combate à pobreza e à exclusão social é preciso reconhecer que estes programas, na forma como são implementados, não têm conseguido alcançar seus objetivos. Seu alcance tem sido muito limitado, beneficiando dezenas, centenas, algumas vezes alguns milhares de indivíduos. Esses programas não conseguem alterar o IDH – Índice de Desenvolvimento Humano – das realidades sociais em que operam.

A questão que se coloca a partir desta constatação é se os setores progressistas não estarão tomando gato por lebre, isto é, se ao focalizarem sua atenção em políticas de combate à pobreza e à exclusão não estarão deslocando

sua atenção e seus esforços e deixando de considerar algo essencial.

Recentes estudos da OIT – Organização Internacional do Trabalho – apontam as políticas públicas como responsáveis pelos processos de pauperização. E atribuem também a elas as possibilidades de superação da pobreza. Especialmente no meio urbano as políticas de saneamento básico, habitação popular, educação e saúde são identificadas como as mais eficazes.

Mas, evidentemente, como nos lembra Juan Somavia, secretário geral da OIT, “a significação do trabalho na vida de cada um permanece inalterada. Ele é um elemento determinante de nossa existência, um meio de ocupar a vida e de satisfazer nossas necessidades fundamentais. É também uma atividade graças à qual os indivíduos afirmam sua própria identidade, tanto frente a si mesmo como frente aos que lhe estão à volta. Do trabalho depende a capacidade de exercer uma escolha pessoal, o bem-estar das famílias e a estabilidade das sociedades. É o meio mais seguro de se libertar da pobreza”¹.

Considerar a centralidade das políticas públicas de caráter universal no combate à pobreza e à exclusão social remete a outros desafios e possibilidades. Mesmo países de uma economia de base pobre, como a Costa Rica, podem oferecer exemplos preciosos. Lá existe um décimo quarto salário que permite às famílias mais pobres, quando do início das aulas escolares a cada ano, comprarem o material escolar para seus filhos. Existe também uma doação a fundo perdido, proveniente de fundos públicos, de cinco mil dólares para que as famílias mais pobres possam construir sua casa. Como esse recurso não é considerado suficiente, existem financiamentos complementares, subsidiados, para integralizar o valor necessário. Se a Costa Rica consegue formular essas políticas públicas, o que dizer das possibilidades de um país como o Brasil, que se situa entre as 10 maiores economias do planeta? Simulações matemáticas apontam que 8% da renda dos 10% mais ricos seriam suficientes para retirar do estado de pobreza absoluta os 50 milhões de brasileiros que se encontram nessa situação.

Por essa linha de raciocínio a pobreza é *conseqüência* de uma desigual distribuição da riqueza socialmente produzida. E se são as políticas públicas o mecanismo utilizado pelas elites para a reprodução da desigualdade, o combate à pobreza e à exclusão social perde o caráter filantrópico de que hoje se reveste e necessariamente se politiza. Não será suficiente que ele seja feito através da implementação de políticas como as de renda mínima, residuais, focalizadas e compensatórias.

O marco de referência estratégico dos setores progressistas poderá deixar de ser o combate à pobreza e à exclusão social, vistos dessa ótica como *conseqüência*, para que a elaboração teórica e política e a mobilização social possam enfrentar as suas verdadeiras causas: o controle político das normas, das instituições e das políticas que operam a repartição dos bens e serviços produzidos pela sociedade.

O que está colocado hoje como desafio global é a produção de condições sociais e políticas que criem instituições, políticas e mecanismos de participação e controle social que assegurem uma nova regulação social onde as conquistas da tecnologia e o aumento da produtividade econômica se coloquem a serviço do bem-estar de toda a humanidade e não apenas de uma pequena parte dela.

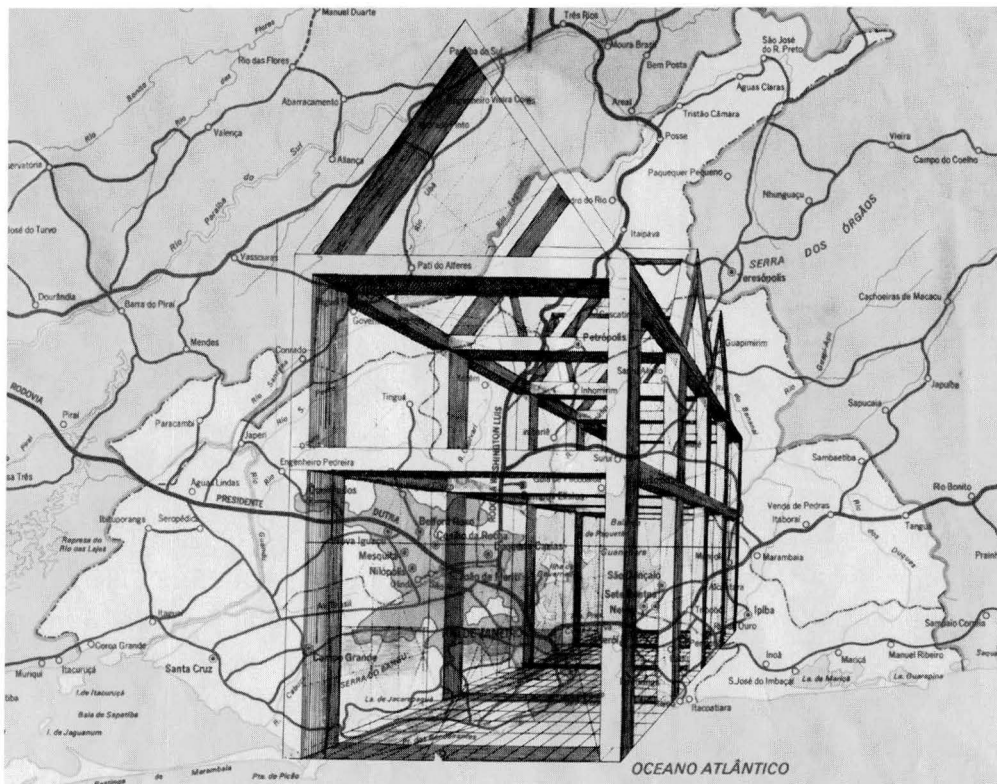
Nos países da América Latina, as pressões e mobilizações populares atuais precisam se objetivar em políticas públicas redistributivas e, para isso, precisam enfrentar o desafio da refundação democrática do Estado, como propõe Boaventura Souza Santos.

Esse novo marco estratégico – a refundação democrática do Estado – busca enfrentar o que parece ser o principal obstáculo ao desenvolvimento nos países da América Latina: a regulação social imposta por nossas elites, de herança oligárquica, clientelista e patrimonial.

¹ Somavia, Juan; “Pour l’instauration de règles du jeu équitables”; *Le Monde Diplomatique*; setembro 2001.

Desigualdades Urbanas e Políticas Habitacionais

*Adauto Lucio Cardoso**



É sabido e reconhecido, mesmo pelos próceres do Plano Real, que o Brasil apresenta uma situação de extrema desigualdade em relação ao panorama internacional, aproximando nossos indicadores daqueles apresentados pelos países de mais baixo índice de desenvolvimento no mundo. Como discutido por outros artigos nesta publicação, essas desigualdades assumem várias dimensões, desde a mais conhecida (e reconhecida) – a da renda – até outras menos aceitas, como a cor, a etnia e o gênero. O debate recente vem trazendo à luz o passivo de desigualdades que, durante muito tempo, foi

obscurecido pelas visões idílicas do “homem cordial”¹ e da “sociedade mestiça”².

Um outro aspecto das nossas desigualdades, extremamente relevante, é o que diz respeito aos problemas gerados pelas diferenças nas formas de produção e apropriação da moradia e do ambiente urbano pelos diferentes grupos sociais.

¹ Conforme a obra clássica de Sérgio Buarque de Holanda, *Raízes do Brasil*.

² Segundo a concepção defendida por Gilberto Freyre em *Casa Grande e Senzala* e em outros escritos.

* Professor do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional – IPPUR/UFRJ e do Observatório de Políticas Urbanas e Gestão Municipal IPPUR/UFRJ-FASE.

Em primeiro lugar é importante que se considere que a sobrevivência na cidade depende fundamentalmente do acesso à moradia. Além da saúde, da renda e da educação, a habitação é também um elemento básico que constitui um “mínimo social”, que habilita os indivíduos e os grupos sociais a fazerem outras escolhas ou a desenvolver suas capacidades. Assim definida, a habitação é um direito básico de cidadania. Essa perspectiva já encontra respaldo no debate internacional, desde a Declaração Universal de Direitos Humanos, de 1948, até a Declaração de Istambul sobre Assentamentos Humanos, de 1996, que reafirmou o compromisso dos governos nacionais com “a completa e progressiva realização do direito à moradia adequada” e estabeleceu como um objetivo universal que se assegure “abrigo adequado para todos e que se façam os assentamentos humanos mais seguros, mais saudáveis e mais agradáveis, eqüitativos, sustentáveis e produtivos”. No Brasil, o direito à moradia foi reconhecido mediante a Emenda Constitucional 26/2000, que altera o art. 6º da Constituição Federal, fazendo constar a moradia entre os direitos sociais.

O exercício deste direito, no entanto, tem como pressuposto a possibilidade de acesso ao solo urbano, que é regulado, juridicamente, pelo direito de propriedade. O solo urbano, por sua vez, deve ser compreendido como um bem de caráter social, e, tal como a habitação, uma condição básica e indispensável para a sobrevivência. Essa afirmação ganha maior relevo quando se verifica que o acesso à terra implica o acesso a um conjunto de equipamentos e serviços que lhe são próximos, física e socialmente. Entende-se a moradia, portanto, de uma forma ampliada, como a habitação em si e também como o solo e o conjunto de equipamentos, serviços e amenidades, cuja acessibilidade ela possibilita.

Por outro lado, a habitação é, direta ou indiretamente, fruto de um processo de produção

capitalista. Este processo de produção, diferentemente de outros setores econômicos, tem como base de sua lucratividade a apropriação dos benefícios gerados pela extrema diferenciação do espaço urbano em termos de equipamentos, serviços e amenidades, diferenças que são reproduzidas e aprofundadas pelo processo de produção. Tendo em vista o histórico déficit na oferta de serviços públicos urbanos que marca nossas cidades, os processos privados de produção habitacional tenderão a adotar um comportamento especulativo, retendo a terra na espera da valorização e apostando sempre na elevação dos preços relativos. O resultado deste processo é que a produção privada atinge apenas um pequeno grupo social, formado pelas camadas de renda alta ou média-alta que se apropriam dos terrenos que apresentam melhores condições de acessibilidade às áreas centrais, melhores ofertas de infra-estrutura e maior nível de amenidades.

Além do grupo de empresas voltado para a produção do parque imobiliário, existe ainda um conjunto de capitais cujo objeto específico de valorização consiste na produção e reprodução do ambiente construído. Estas empresas produzem, em geral, sob a encomenda do Estado, toda a infra-estrutura urbana – sistema viário, redes de abastecimento de energia, água, coleta de esgotos etc. A agenda de contratação de obras públicas pelo Estado responderá, então, entre outros fatores, aos interesses econômicos específicos das empreiteiras. Além destas empresas, existem outras voltadas para a exploração de determinados serviços de interesse público, sob a forma de concessões. Neste caso, é importante destacar o setor de transportes, responsável pelo atendimento a necessidades essenciais das populações urbanas, e onde o interesse público freqüentemente se choca com as necessidades de rentabilização do capital, seja na fixação do valor das tarifas, seja no estabelecimento de rotas e percursos.

O espaço da cidade, além de ser objeto dos

interesses econômicos acima descritos³ é também disputado por grupos sociais, já que o acesso diferenciado a determinados bens, serviços, equipamentos ou amenidades permite o aumento da renda real via valorização do patrimônio imobiliário, assim como maior conforto material e, também, a reprodução material e simbólica de situações de distinção social. Isso gera a identificação de determinados espaços da cidade com certos grupos sociais dominantes, e a exclusão de outras parcelas da população da utilização destes bens.

Podemos então caracterizar o espaço urbano como uma arena onde se defrontam interesses diferenciados em luta pela apropriação de benefícios em termos de geração de rendas e obtenção de lucros, por um lado, e em termos de melhores condições materiais e simbólicas de vida, por outro. Nesta luta pelo espaço, podemos identificar os interesses dos grupos econômicos acima descritos, ligados aos processos de acumulação urbana, as camadas médias e, defrontando-se com estes agentes, as camadas populares, que guardam na sua origem uma desigualdade oriunda da sua inserção no processo de produção e distribuição da riqueza social. Suas estratégias de sobrevivência no espaço urbano têm se materializado nos processos de favelização, encortiçamento e periferação, onde prevalecem a irregularidade e a ilegalidade do acesso à terra e precárias condições de sobrevivência, pela carência quantitativa e qualitativa dos equipamentos e serviços urbanos, e por grandes dificuldades de acesso ao sistema de transportes, impedindo assim sua mobilidade plena no espaço da cidade. A desigualdade de condições urbanas de vida expressa-se ainda como desigualdade ambiental, se consideramos que estas populações tendem a localizar-se em áreas de maior exposição a situações insalubres (contaminação da água, do solo e do ar) e inseguras (riscos de acidentes de diversos tipos).

Mantendo-se, portanto, os mecanismos de

apropriação privada da terra e da moradia, o exercício deste direito básico, garantido pela legislação nacional e internacional, dependerá, necessariamente, de políticas públicas que permitam, através da oferta de financiamento, da oferta de terra, da universalização da infraestrutura e dos serviços urbanos, do controle dos processos de especulação imobiliária e do controle e correção dos processos de poluição, para reduzir o impacto das desigualdades urbanas e ambientais sobre as condições de vida da população.

A política habitacional no Brasil, no entanto, nunca foi capaz de enfrentar este desafio de forma adequada. No período getulista, os Institutos de Aposentadoria e Pensão limitavam-se a atender os trabalhadores inseridos no mercado formal e, mesmo assim, de forma incompleta. Além disso, a postura de privilegiar a saúde financeira dos fundos levou os burocratas dos IAPs a priorizar os empréstimos habitacionais para o mercado médio, estabelecendo uma redistribuição às avessas, em que os recursos dos trabalhadores financiavam as camadas de melhor renda. Esse fato voltou a acontecer durante o período autoritário, quando o Banco Nacional de Habitação, ao garantir as cadernetas de poupanças privadas tendo como lastro os recursos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) desviou recursos destinados às camadas de baixa renda para os grupos de renda média. A política desenvolvida pelo BNH também revelou-se incapaz de atender os setores mais carentes (a faixa de população de renda até 3 salários mínimos), além de ter sido responsável por uma brutal remoção de população favelada para conjuntos mal equipados na periferia da cidade, com graves consequências sociais. Os investimentos

³ E que podemos denominar, sinteticamente como setores ligados à acumulação urbana.

sociais do BNH, no entanto, tiveram algum impacto quantitativo sobre a população na faixa de 3 a 10 salários mínimos⁴ e sobre a ampliação da oferta de serviços de saneamento básico, principalmente de abastecimento de água, o que contribuiu para reduzir, relativamente, as desigualdades espaciais nas cidades.

Com o fim do BNH, em 1986, os recursos do FGTS passam a ser crescentemente objeto de disputa entre os grupos que compunham o governo federal, oscilando entre as tendências a submetê-lo às diretrizes de política econômica e as tendências a utilizá-lo como moeda de troca nas negociações clientelistas para a manutenção da coalizão que dava suporte político à Nova República. O auge do descalabro ocorreu durante o período Collor, quando o Fundo foi dilapidado, em troca de apoio (mal sucedido) contra o processo de impeachment do Presidente. Com o advento da Era FHC, os recursos do Fundo (sempre vistos como o principal instrumento de financiamento à política habitacional) passaram a sofrer um controle mais rígido, do ponto de vista financeiro, restringindo-se o acesso aos Estados ou Municípios que não apresentassem capacidade de endividamento. Apesar desta restrição, várias administrações municipais puderam potencializar os esforços que já vinham empreendendo para desenvolver programas habitacionais para a população de baixa renda, utilizando-se destes recursos. No entanto, após a crise de 1998, o acesso ao FGTS foi restrito para qualquer órgão governamental, por exigência do acordo com o FMI. A resposta do governo federal foi o Programa de Arrendamento Residencial que, como mostram as análises recentes (OLIVEIRA, 2000), vem atendendo apenas às camadas na franja superior do limite de renda permitido pelo Programa, não se

configurando, pois, como um instrumento adequado para o enfrentamento das desigualdades habitacionais e urbanas. Tornaram-se também extraordinariamente escassos os recursos para investimento em saneamento e infra-estrutura, passando os governos estaduais e municipais a depender exclusivamente de seus recursos próprios (já comprimidos pela crise fiscal) ou dos financiamentos de organismos internacionais como o BID e o Banco Mundial.

O vazio institucional na esfera federal e a incapacidade financeira dos governos estaduais geraram um processo de descentralização perversa. Se, por um lado, observa-se que as administrações locais assumem, com maior vigor, a responsabilidade pelo desenvolvimento de uma política habitacional municipal, por outro lado, observa-se que as enormes desigualdades regional e inter-municipal manifestam-se através de um diferencial significativo na performance dos governos municipais, aprofundando portanto as desigualdades já existentes. Estes elementos mostram-se tanto na comparação entre municípios do Sudeste e do Norte-Nordeste, ou entre capital e interior, quanto entre municípios centrais e periféricos das Regiões Metropolitanas. Além das consequências sobre as desigualdades sociais e inter-urbanas, este processo acirra a competição e o conflito federativo, contribuindo para um processo de fragmentação nacional e para a dificuldade, cada vez maior, de construção de um projeto nacional.

Tendo em vista o quadro acima esboçado, deve-se considerar que as alternativas para a construção de uma nova política habitacional e urbana, que contribua significativamente para

⁴ Embora a solução adotada nos conjuntos habitacionais construídos deixasse muito a desejar em termos de qualidade construtiva, custos, e acessibilidade.

a redução das desigualdades urbanas e para a garantia do exercício do direito à moradia, previsto pela Constituição, devem passar pelos seguintes pontos:

1. Recuperação da capacidade de investimento social em todos os níveis de governo, a partir da revisão dos mecanismos de pagamento da dívida externa e da garantia de recursos orçamentários expressivos para possibilitar uma política de subsídio aos setores de menor renda e um financiamento de longo prazo para o acesso à moradia.

2. Descontingenciamento dos recursos do FGTS e estabelecimento de critérios adequados de acessibilidade ao sistema, garantindo a saúde financeira do Fundo (patrimônio dos trabalhadores) mas evitando sua utilização segundo interesses empresariais e priorizando a finalidade social dos investimentos sobre quaisquer outros critérios.

3. Estabelecimento de um padrão claro de redistribuição de recursos e competências entre os diversos níveis de governo, de forma a que a política habitacional se desenvolva de forma descentralizada, porém garantindo aos municípios mais pobres complementações orçamentárias e capacitação técnica para que possam exercer adequadamente suas funções.

4. Recuperação e/ou constituição da capacidade administrativa e técnica dos órgãos habitacionais estaduais e/ou municipais, com investimento em treinamento e desenvolvimento institucional.

5. Estabelecimento de programas habitacionais de diversos tipos (oferta de unidades, oferta de lotes, financiamento, cestas de material de construção, urbanização de assentamentos, programas específicos para população residente em áreas de risco e programas de regularização fundiária e urbanística), articulados entre si e com as outras esferas de atuação dos governos municipais (uso do solo, educação, saúde, emprego e renda, saneamento, meio

ambiente, transportes etc.), visando a maximização da eficácia e eficiência da ação governamental. Nesse sentido, deve-se buscar a revisão e o aperfeiçoamento da legislação urbanística municipal, buscando-se excluir os mecanismos que possam gerar redução da oferta de terra e/ou restrição de acesso por todos os grupos populacionais, sem, todavia, cair-se na armadilha da “flexibilização” da legislação, que só interessa, ao fim e ao cabo, ao capital imobiliário.

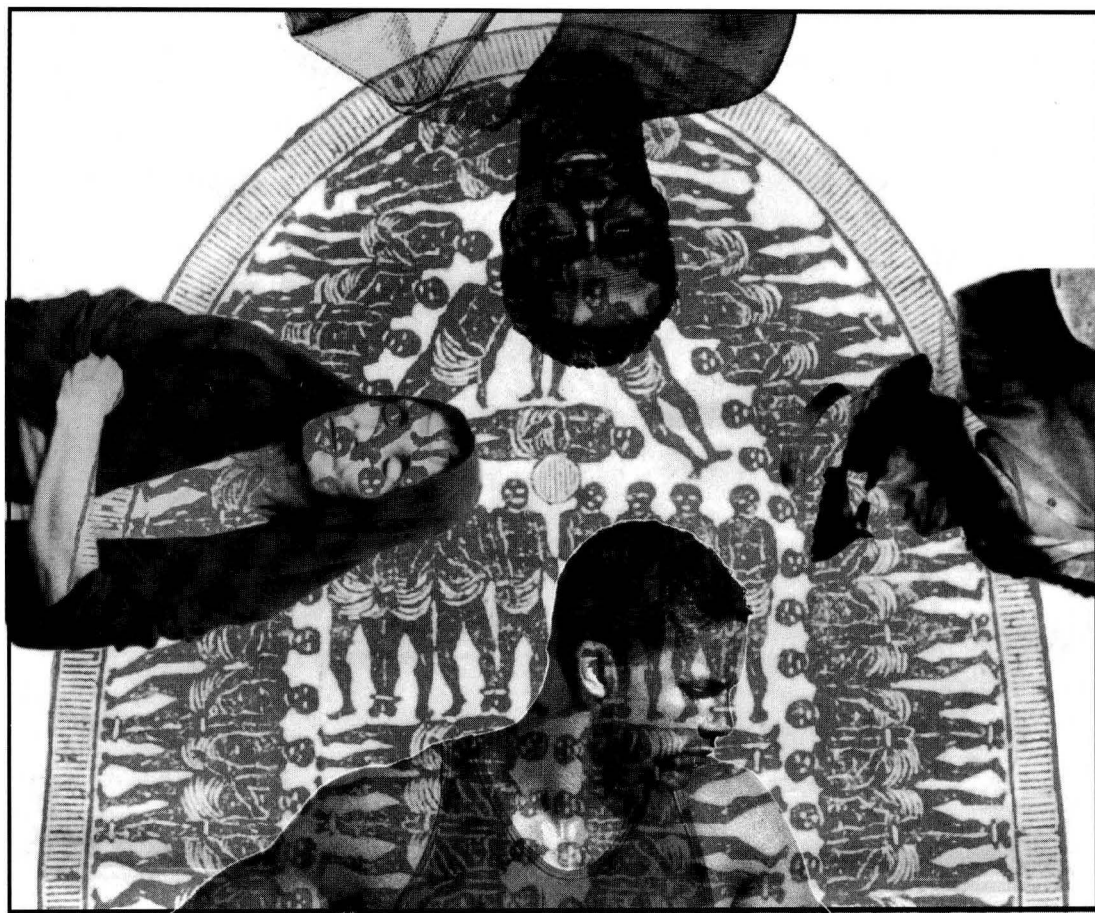
6. Estabelecimento de prioridades de investimento habitacional do ponto de vista dos grupos de mais baixa renda e em situações de maior carência material (famílias com crianças em estado de desnutrição, por exemplo), incorporando as perspectivas de gênero e cor e criando formas de acesso que tratem de forma adequada os deficientes de qualquer natureza.

7. Criação de sistemas de participação que articulem a participação direta da população atingida por programas específicos, a criação de conselhos para a discussão, deliberação e monitoramento dos programas específicos, a criação de conselhos gerais de política habitacional e urbana nos âmbitos municipal, estadual e federal e a realização de conferências de habitação em todos os níveis.

8. Utilização dos instrumentos previstos pelo Estatuto da Cidade, em sintonia com a política habitacional local, visando ao exercício da função social da propriedade através da recuperação da valorização imobiliária e dos instrumentos que viabilizam o acesso à terra. Cabe, todavia, aliar a utilização destes instrumentos com procedimentos de monitoramento e avaliação de suas conseqüências, para a correção futura de algumas distorções presentes na formulação de alguns instrumentos (como as operações urbanas consorciadas e a outorga onerosa do direito de construir), buscando o seu aperfeiçoamento.

Pela Construção da Igualdade Racial

*Sueli Carneiro**



A III Conferência Mundial de Racismo ocorrida em setembro de 2001, em Durban, África do Sul, criou as condições para que um amplo debate sobre a questão racial se instalasse na sociedade brasileira. Dela vem resultando também diferentes propostas de enfrentamento das desigualdades raciais produzidas pelo racismo e a discriminação racial.

Estão em curso iniciativas no âmbito do Legislativo, do Executivo e do Judiciário que indicam uma mudança significativa na atitude do Estado brasileiro frente à problemática racial que

historicamente se manifestou no ocultamento dessa problemática por meio da ampla utilização do mito da democracia racial como ideologia oficial, ou através do seu próprio imobilismo diante das evidências das desigualdades raciais.

Essas iniciativas, apesar de sua inegável importância, padecem de limitações que carecem de correção: em primeiro lugar elas emergem de maneira aleatória, desarticuladas de uma estratégia ampla e sustentada de enfrentamento das desigualdades raciais; elas também apresentam, na maioria dos casos, um foco

* Advogada, diretora do Instituto da Mulher Negra – Geledês – São Paulo.

único numa política de cotas cujos limites para a redução das desigualdades raciais no Brasil são claros, dada a magnitude que o problema alcançou no Brasil, já suficientemente demonstrada em inúmeros estudos dentre os quais, destaca-se, como uma das contribuições mais significativas e contundentes, o estudo pioneiro desenvolvido pela FASE de desagregação por raça/cor, do Índice de Desenvolvimento Humano – IDH, que tornou inquestionável a denúncia histórica do Movimento Negro Brasileiro sobre a existência de dois países racialmente apartados, em que a parcela branca da população apresenta índices de desenvolvimento humano muito superiores aos da parcela negra em todos os indicadores sociais que mensuram a qualidade de vida da população do país.

O que a Declaração e o Programa de Ação de Durban reconhecem e recomendam aos Estados-membros das Nações Unidas, “é a necessidade de uma intervenção decisiva nas condições de vida das populações historicamente discriminadas. É o desafio de eliminação do *gap* histórico que essas populações carregam, problemas para os quais a mera adoção de cotas para o ensino universitário é insuficiente. Precisa-se delas e de muito mais”.

É por isso que, com base nas recomendações da Conferência de Durban, um conjunto de organizações da sociedade civil elaborou o documento *Subsídios Para Uma Política Nacional em Favor dos Afro-descendentes* com o objetivo de oferecer insumos ao Executivo, ao Legislativo e ao Judiciário para a consecução de uma política nacional de promoção da igualdade racial. São signatárias desse documento as organizações: Articulação de Mulheres Brasileiras – AMB, a Articulação de Organizações de Mulheres Negras, Cepia, Cfemea, Comunidade Bahá’í do Brasil, Criola, Escritório Nacional Zumbi dos Palmares, Geledés e IBASE.

O documento *Subsídios para uma Política Nacional em Favor dos Afro-descendentes* busca sensibilizar o Estado e a sociedade para a necessidade de que as recomendações da Conferência de Durban resultem, no plano nacional, num marco legal que oriente, normatize

e assegure a implementação de um programa nacional de promoção da igualdade racial e de combate ao racismo e à discriminação racial, como um objetivo a ser perseguido pela sociedade brasileira, a despeito de qualquer conjuntura e de qualquer coloração política/ideológica que administre o Estado.

Que esse marco legal a ser instituído a partir da plataforma de Durban estabeleça as metas a serem alcançadas por um programa de promoção da igualdade racial e defina um marco temporal para o seu cumprimento. E, sobretudo, indique as fontes de financiamento dessas ações.

Que esse marco legal atenda ao imperativo ético de restituição da plena humanidade aos afro-brasileiros, o que implica no reconhecimento da escravidão como crime contra a humanidade e suas conseqüências para os afro-brasileiros. Nesse sentido, o documento *Subsídios para uma Política Nacional em Favor dos Afro-descendentes* propõe, entre várias medidas, que:

- a República Federativa do Brasil admita que a escravidão, o comércio de escravos e outras formas de servidão praticadas contra os africanos e seus descendentes produziram desigualdades históricas em termos de respeito à dignidade humana, de condição geral de vida, destacando-se cultura, religiosidade, o acesso à educação, ao trabalho, saúde, habitação e ao desenvolvimento, causando uma profunda disparidade no exercício de seus plenos direitos civis, políticos, econômicos, sociais e culturais.

- que a República Federativa do Brasil considere que o racismo e a discriminação racial que, historicamente, afetam a população afrodescendente são as causas da marginalização, pobreza e exclusão em que se encontra a maioria dos indivíduos classificados como pretos e pardos, afetando o desenvolvimento nacional.

- que para a superação das injustiças históricas, do prejuízo racial comprovados nas estatísticas oficiais e com a finalidade de superá-las, e tomando-se como base os valores fundamentais da igualdade de tratamento e oportunidade, da justiça social, do respeito à

dignidade humana, desse reconhecimento decorrem normas gerais para promoção da igualdade em favor dos afro-descendentes que visem equiparar os níveis de desenvolvimento sócio-econômico dos afro-descendentes com os demais segmentos da sociedade, criando-se igualdade de oportunidades, bem-estar pessoal, cultural, social, econômico e político.

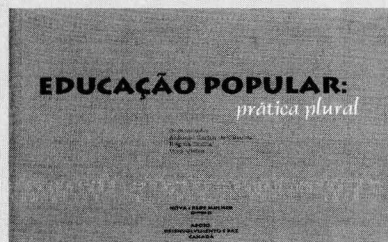
– que, para isso, compromete-se o Poder Público e seus órgãos na criação de mecanismos e programas afirmativos que beneficiem diretamente aos afro-descendentes, assegurando-lhes o acesso à educação, à saúde, ao trabalho, à qualificação profissional, à informação, à habitação, ao amparo à infância e à juventude, aos direitos reprodutivos e sexuais, assim como aos demais direitos básicos decorrentes da Constituição e das leis.

– que nesses mecanismos e programas incorpore-se a perspectiva de gênero em todos os níveis, considerando a carga de discriminação que recai particularmente sobre as mulheres e as meninas afro-descendentes, adotando-se medidas para a eliminação de todos os obstáculos, visando-se a igualdade de acesso e tratamento.”

Portanto, espera-se sobretudo do Congresso Nacional, uma contribuição decisiva em relação ao seguimento da Conferência de Racismo, que ele confira prioridade e urgência para o estabelecimento desse marco legal para uma política nacional de promoção da igualdade racial e de combate ao racismo e à discriminação racial. Tendo em vista todos os dados disponíveis sobre as desigualdades raciais, a correção dessas desigualdades exige um plano dessa abrangência.

Em uma oportunidade, o chefe da delegação oficial do Brasil para a Conferência de Durban disse, melancolicamente, que a sociedade brasileira não reivindicava mudanças nas relações raciais. Com isso ele tentava explicar a indiferença, a omissão e ausência de vontade política que encontrava em sua peregrinação para sensibilizar membros da administração pública para a implementação de políticas específicas para os afro-descendentes. Felizmente essa situação se alterou e parcela do Poder Público vem tomando a iniciativa de implementar algumas ações enquanto, paradoxalmente, percebe-se maior resistência ou omissão, em relação às propostas de promoção da igualdade racial, na sociedade civil e nas suas instâncias de representação.

As instituições que subscrevem o documento “*Subsídios Para uma Política Nacional de Promoção da Igualdade em Favor dos Afro-descendentes*” afirmam através desse documento, encaminhado ao Congresso e demais esferas do Poder Público que há, sim, na sociedade civil demanda pela alteração do padrão desigual de relações raciais e que esse documento reflete a convicção dessa parcela da sociedade civil do país na construção de uma sociedade socialmente justa e racialmente democrática. Espera também que essa proposta seja apoiada decisivamente pelos demais atores políticos que lutam pelos mesmos objetivos.



Hoje, o pensar e o realizar do trabalho de educação popular mostram propostas diferentes, caminhos diferentes e resultados diferentes. Esta pode ser considerada uma das maiores riquezas atuais desta área. **R\$12,00**

Como adquirir: através do site www.fase.org.br; depósito bancário no Banco Bradesco, agência 227-5 conta corrente 95475-6, envie o comprovante pelo fax (0xx21) 2286 1209; cheque nominal à FASE remetido para Rua das

Palmeiras, 90, Botafogo cep 22270-070 Rio de Janeiro RJ aos cuidados do Setor de Publicações. Maiores informações sbrandao@fase.org.br ou tel.: (0xx21) 2286 1441.

A Igualdade Como Suposto da Liberdade

*Haroldo Baptista de Abreu**



Considerações iniciais

Um pouco antes de se encerrar o ano de 2001, Fernando Henrique Cardoso afirmou que o problema social brasileiro não era a desigualdade, mas a miséria de milhões de indivíduos. Em tom resignado, o então presidente da paradoxal república brasileira justificava tal conclusão à moda clássica do conservadorismo positivista e pragmático, afirmando: “a desigualdade é da natureza da sociedade capitalista e o governo não tem como combatê-la”.

Embora esta resignação diante de uma realidade historicamente constituída possa

aparentar uma postura de neutralidade ou de impotência, ela expressa um reconhecimento, ou uma aceitação, que, do ponto de vista histórico-estrutural, pode ser traduzido como um compromisso político e ideológico com a “natureza desigual da sociedade”, frente à qual um governo eleito pela maioria dos cidadãos seria impotente, isto é, deixaria de ser um sujeito da constituição da ordem. Nesta linha de raciocínio, seria uma “heresia”, ou mesmo uma “insanidade”, a maioria dos cidadãos no exercício dos seus ainda limitados direitos democráticos constituir um governo comprometido com a crítica e o combate à “natureza” desigual da ordem social. Certamente

* Professor Adjunto da Escola de Serviço Social da UFF; Doutor em Serviço Social pela UFRJ.

para quem tem os mesmos compromissos de FHC, a política deve ser praticada apenas em conformidade com a “natureza das coisas” como preconizavam os primeiros sociólogos positivistas. A subjetividade humana transfigurada em atividade cidadã estaria “natural ou objetivamente” impedida de transcender a racionalidade instrumental das “ações conforme os fins” delimitados pela “gaiola de ferro” do capitalismo, nas palavras do resignado Weber tão admirado por FHC.

Cabe lembrar que os homens, desde que se separaram da vida símia, desceram das árvores, abandonaram as cavernas, passaram a produzir meios e valores materiais, culturais e institucionais através dos quais passaram a interagir e a desenvolver diferentes relações sociais (inclusive instituindo diversas formas de cidadania), embora o domínio desigual destes meios de existência da vida social e da própria natureza tornasse os homens socialmente desiguais, inclusive com alguns homens dominando a vida e o destino de outros. Porém, basta olhar para a história da humanidade, com seus conflitos, guerras e revoluções, para verificar que essas diferentes formas de domínio desigual dos meios constituintes da vida social jamais foram indefinidamente aceitas. Pois, ao enfrentar as diferentes necessidades de sua existência social, os homens (ou parte deles) tendem a produzir alternativas (individuais e coletivas) com a finalidade de superá-las ou, pelo menos, modificá-las. Movimento social que geralmente se materializa como vontade política e/ou desenvolvimento de novas formas sociais de existência.

O próprio capitalismo floresceu com a burguesia demandando liberdade de iniciativa em seus negócios privados contra o domínio despótico dos aparatos estatais pelos monarcas e os direitos desigualmente possuídos na ordem feudal. Com as revoluções liberais, a livre iniciativa (e o livre arbítrio que lhe é correlato), fundada no domínio privado dos meios e valores materiais e culturais necessários à realização social dos homens, tornou-se a matriz ordenadora da liberdade individual e da igualdade de direitos.

Desde Locke e do *Bill of Rights* de 1688, passando pelas mais influentes Declarações de Direitos até os dias de hoje, expandiu-se como norma moral e jurídica a ideologia de que os indivíduos nascem iguais em dignidade e direitos. Universalizou-se a crença de que, a partir desta igualdade original, todos são “livres para prosperar” com base nas capacidades e faculdades pessoais. Mas abstraindo-se, ou melhor, subtraindo-se desta representação da vida social as suas condições de existência, ou seja, que a liberdade de agir conforme as escolhas individuais depende, sobretudo, dos meios materiais e culturais necessários e adequados à sua realização, dos quais a grande maioria dos seres humanos se encontra objetiva e intersubjetivamente privada.

Com a supremacia do domínio (e do direito) privado sobre a vida social associada à crença de que este domínio é independente da vontade dos homens (como se fosse uma natureza exterior à vida social e imune a qualquer intervenção humana), a liberdade cidadã reduz-se a um nivelamento institucional sendo abstratamente exercida pela maioria alienada dos meios de produção e rendas, como também alijada do conhecimento e informações básicos, da constituição dos valores éticos dirigentes e dos recursos necessários à participação política mais efetiva e permanente. Nestas condições, o cidadão não ultrapassa o limite do *homo economicus legalis*, que vive conforme o que possui e é submetido à soberania jurídico-política do domínio privado transfigurado em direito universal.

Hoje, com o capitalismo configurado como ordem mundial fundada no “livre-mercado” e sem um forte movimento que se lhe contraponha no cenário mundial e na maioria das nações, o domínio privado transcende e se sobrepõe à fictícia soberania nacional-popular da cidadania e dos Estados. Até mesmo o direito individual de dispor do domínio de si (materializado como o direito de alienar a força de trabalho aos detentores de capital) depende do cálculo de custos e benefícios, da lucratividade, da vontade e do arbítrio privados de poucos. A

exploração do trabalho alheio metamorfoseou-se em “benesse”, sobretudo nas nações periféricas e subalternas, no chamado “Terceiro Mundo”. Os direitos sociais (seria certamente mais adequado falar em direitos dos subalternos ao mínimo necessário à sua reprodução social) vêm sendo reduzidos, precarizados ou, pelo menos, estagnados. Com isso, nas duas últimas décadas, o debate sobre a “questão social” desloca-se do enfrentamento das desigualdades (e, em segundo plano, das condições para o exercício da liberdade) para a formulação de alternativas à “exclusão social”, ou mais objetivamente, exclusão do mercado consumidor, do mercado de trabalho, dos direitos ao mínimo necessário à reprodução social. Certamente este deslocamento não se deve apenas à supremacia capitalista e à hegemonia neoliberal em escala planetária. A integração, a institucionalização e o enfraquecimento dos movimentos subalternos, especialmente de seus sindicatos, associações e partidos, aliadas à falácia e à falência do soviétismo (do que se convencionou chamar de “socialismo real”) também contribuíram para subtrair do debate os temas e as questões relacionados às origens, ao desenvolvimento e à possível superação das desigualdades.

Como este pequeno trabalho parte do suposto de que as desigualdades permanecem sendo o núcleo da “questão social” sob o capitalismo, estas considerações tornam-se imprescindíveis para recolocar os termos do debate sobre igualdade e liberdade. Pois, do ponto de vista de um efetivo compromisso com a democratização do conjunto da vida social e com a emancipação social dos homens, é necessário sempre questionar as condições de existência social dos homens, seus limites e suas possibilidades. Por isso, a pergunta que se coloca é se, sem o domínio individual e coletivo dos meios necessários à vida social, os homens podem ser senhores (individual e coletivamente) de seus destinos.

Brasil: liberdade e igualdade em confronto com a tradição

Ninguém nega que o Brasil é um dos líderes mundiais em desigualdades. Não só em termos de renda e patrimônio, mas também em termos de discriminação étnica, sexual, etária, regional, profissional, etc. Todos os indicadores sociais demonstram que o Brasil capitalista, urbano-industrial e integrado subalternamente à acumulação mundial do capital ainda é um efetivo herdeiro da colônia escravista, agro-exportadora, patriarcal e segregacionista. Uma nação cujo núcleo do poder sócio-estatal se constituiu de fora para dentro e de cima para baixo e que vem sendo, ainda hoje, governada por uma elite oligárquico-burguesa, racial e sexualmente excludente, bacharelesca, preconceituosa, sem projeto de nação e que trata os negócios públicos como um prolongamento de seus negócios privados. Mandonismo, patrimonialismo, clientelismo, corrupção e prevaricação parecem se constituir como regra e não exceção. Herdamos, portanto, instituições estatais sem compromisso público, sem cultura democrática, desprovidas de qualquer concepção de universalidade e pluralidade, onde predomina a “lei do mais forte”, dos que detêm os meios de definir e limitar o destino dos seus subalternos. Considerando as relações de poder na sociedade brasileira, para muitos soa como uma verdadeira ironia a afirmação de nossa atual Constituição: “a soberania emana do povo e por ele será exercida...”.

Neste contexto, nossas desigualdades não podem ser reduzidas às enormes distâncias entre ricos e pobres. Elas são muito mais amplas e complexas do que os indicadores que demonstram uma absurda concentração de renda e de propriedade em poucas mãos com a contrapartida da miséria absoluta de dezenas de milhões de brasileiros. As nossas desigualdades carecem

de ser apreendidas como um obstáculo ao exercício da liberdade e ao desenvolvimento das potencialidades humano-sociais do conjunto dos subalternos. Nesse sentido, elas expressam também as relações de poder e submissão que marcam a nossa história.

A maioria dos trabalhadores assalariados – urbanos e rurais, com contrato formal ou informal – não possui uma autonomia real ou a liberdade de gerir (individual e coletivamente) o seu trabalho e os bens que este gera. Concretamente, eles ainda não são senhores de sua vida produtiva, particularmente durante a jornada de trabalho. Nesse sentido, os direitos trabalhistas constituem-se muito mais como uma forma de compensação da alienação do trabalho (e da própria potencialidade humana do trabalhador) ao domínio privado de poucos. Poucos que se tornam senhores do trabalho alheio durante a vigência do contrato e do próprio destino de quem vende a força de trabalho. A realidade demonstra que aqueles que detêm apenas suas capacidades físicas e mentais, especialmente os mais pobres e menos qualificados, não possuem meios sequer para escolher como e para quem aliená-las. O trabalhador fica, deste modo, reduzido a um *homo economicus legalis*, a um cidadão passivo e disciplinado, cujo direito de escolha e cujo poder de deliberar não penetram no processo de trabalho e no exercício de suas potencialidades produtivas. A suposta igualdade jurídica, moral e simbólica entre trabalho e capital no estatuto da cidadania termina nos meios de poder que cada um domina e exerce privadamente.

Este contexto de alienação demonstra que, embora necessárias à sobrevivência e à melhor qualidade de vida, as reivindicações por melhores salários e direitos contratuais ou legais não garantem necessariamente mais autonomia e liberdade ao trabalhador. Crescente poder aquisitivo e ampliação dos

direitos certamente podem implicar um afastamento da pobreza absoluta, com mais liberdade de consumo, ampliação das oportunidades e um maior reconhecimento jurídico, moral e simbólico na vida social. No limite podem proporcionar uma redistribuição da renda socialmente produzida e algumas garantias de bem-estar. Mas, por outro lado, o processo de conflito, negociação e acordo em torno dessas reivindicações pode permitir que as desigualdades e a alienação se reproduzam como socialmente consentidas, particularmente se e quando dissociadas de um movimento crítico das suas condições de existência.

Mais desiguais ainda são as condições de existência dos trabalhadores rurais submetidos ao mandonismo dos que ainda se consideram “donos de terra e gente”. Pois o capitalismo rural no Brasil desenvolveu-se conservando a cultura estamental e as formas políticas de submissão pessoal do coronelismo vinculado aos quase “cinco séculos de latifúndio”. Quanto ao domínio territorial, encontramos uma concentração que provavelmente não existe em lugar algum do planeta, além dos milhões de hectares de terra sem trabalhadores e milhões de trabalhadores sem terra. Os programas de “reforma agrária” implementados com base em desapropriações, assentamentos e créditos seletivos conforme os minguados recursos aportados no orçamento podem no máximo distensionar os conflitos no campo, mas não são efetivamente capazes de reverter as formas de domínio desigual da terra, do trabalho e do poder agrário na sociedade brasileira. Cabe ainda lembrar que, sem a existência do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, a reforma agrária muito provavelmente estaria ausente do debate político brasileiro. Mas só os movimentos dos sem-terra não são capazes de impulsionar um consistente e amplo programa de reforma agrária.

E as condições de vida das mulheres? Apesar do reconhecimento jurídico de diversos direitos, a realidade demonstra que a grande maioria, sobretudo nas classes subalternas, ainda vive uma realidade de submissão familiar, de discriminação no trabalho e nos salários recebidos, de dupla jornada de trabalho, de objeto sexual manipulável, de limitação do direito e do poder sobre o próprio corpo e os desejos íntimos, de discriminação em todas as instâncias (públicas, privadas e interpessoais) de exercício do poder social, etc. As limitações à autonomia e à realização das potencialidades da mulher não são semânticas nem gramaticais: elas são histórico-concretas. Como já afirmava Engels, a opressão do homem pelo homem começou com a opressão da mulher pelo homem, sobretudo quando estes monopolizaram os principais meios de produção e de poder na divisão sexual do trabalho.

A crescente presença feminina no mercado de trabalho, com a correspondente participação no sustento de si e da família, o destaque profissional, intelectual e político de um número ainda reduzido de mulheres, os avanços nas pesquisas sobre o universo social e psíquico feminino e as reformas jurídicas e institucionais em curso nos últimos anos não foram ainda suficientes para romper os grilhões dos valores machistas e patriarcais que dominam o cotidiano. Trata-se de uma história multimilenar que tende a ser reproduzida e internalizada por homens e mulheres como natural – pelo menos enquanto as mulheres não conquistarem um domínio igualitário dos meios constituintes da vida social e não afirmarem suas especificidade e autonomia em suas inter-relações públicas, privadas e íntimas com o sexo masculino.

E quanto às desigualdades étnicas? Como ninguém pode esconder, os negros e mestiços são em sua grande maioria

trabalhadores pobres. Sobretudo os negros, mas não só eles, sofrem com os preconceitos históricos de uma cultura dominante que reproduz os valores do colonialismo europeu assentado na brutal exploração dos escravos de origem africana e na desestruturação e no extermínio das comunidades indígenas. Preteridos no mercado de trabalho, nas escolas e nos serviços públicos, os não-brancos, principalmente os negros, enfrentam mais do que as insuficientes oportunidades de emprego e os salários mais achatados, como se lhes fosse destinado o trabalho mais pesado e desqualificante. Historicamente discriminados nas políticas educacionais e no sistema de ensino, possuem menor escolaridade e qualificação profissional numa sociedade em que a fraternidade social foi deslocada e pulverizada pela competição interindividual, internalizada como natural inclusive entre os trabalhadores pobres. Estigmatizados como “preguiçosos, inferiores e delinquentes”, os negros (e de algum modo o conjunto dos não-brancos proletarizados) são os que mais sofrem constrangimentos e violências por parte dos aparelhos de coerção e controle da ordem.

Embora constituam a maioria do povo brasileiro, os não-brancos são minoria nas universidades e em quase todas as profissões (com exceção de alguns esportes e nichos da música popular), na representação política, em postos de comando, etc. Mas, certamente, eles constituem a esmagadora maioria dos favelados, da “população de rua”, dos vitimados por armas de fogo e dos detentos no sistema carcerário. Se a cidadania do trabalhador branco é limitada, a dos não-brancos, principalmente dos descendentes dos antigos escravos, praticamente não é reconhecida. A cidadania desenvolvida na moderna sociedade capitalista supõe uma igualdade institucional, moral e simbólica sobreposta às condições

de desigualdade no domínio dos meios materiais e culturais. Entretanto, os não-brancos, além de alienados destes meios, não são sequer reconhecidos do ponto de vista prático, moral e simbólico como iguais (em dignidade e direitos).

No que se refere à desigualdade de renda - a mais destacada em quase todas as análises sobre as desigualdades no Brasil - podemos afirmar que esta é inseparável das demais condições de nosso processo histórico. Este sintoma de nosso desenvolvimento socialmente desigual agravou-se quando as precárias formas de participação popular foram alijadas e reprimidas pela ditadura pós-64, mantendo-se estagnado nas décadas de 1980 e 90, quando, apesar da estagnação econômica alternada com baixas taxas de crescimento, houve condições para a mobilização dos subalternos, especialmente nos anos 80.

Cresce, com a atual crise da hegemonia neoliberal, a expectativa de que as desigualdades de renda, principalmente a miséria absoluta, sejam passíveis de serem reduzidas por um desenvolvimento nacional assentado na geração de trabalho e renda e em reformas sociais e institucionais distributivas e provedoras de bem-estar. É importante destacar, porém, que como não existe, no Brasil ou no cenário mundial, uma cultura contra-hegemônica crítica da ordem social enlaçada com fortes movimentos das classes subalternas, não há ainda uma correlação de forças sociais/políticas que permita a implementação de políticas que transcendam as estratégias distributivas de renda e direitos. Até mesmo a objetivação destas políticas por um governo eleito com estas prioridades encontraria uma enorme resistência por parte dos diversos segmentos que dominam os principais meios de produção material e de difusão cultural, dos que ainda exercem um domínio pessoal sobre seus empregados e/ou sobre sua clientela,

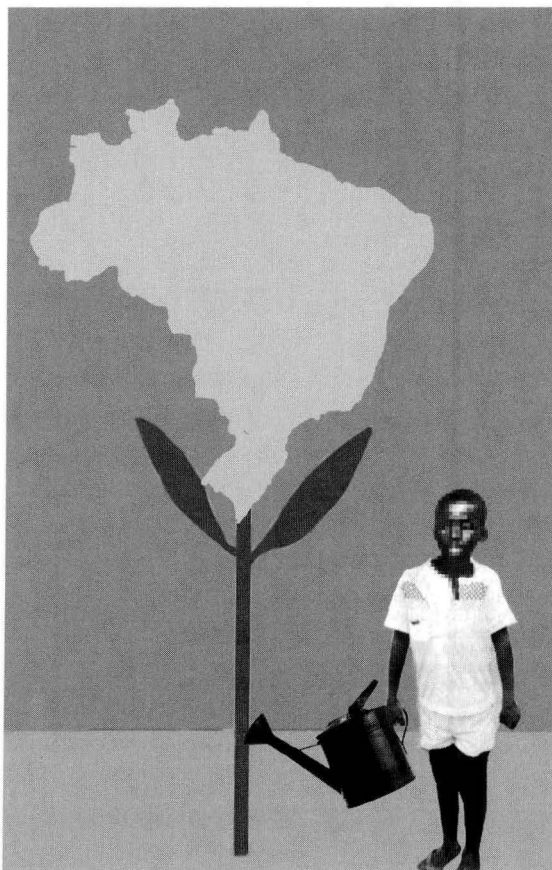
enfim, dos que se consideram “nascidos para mandar”. Não podemos nos esquecer de que a opinião e a vontade destes segmentos dominantes ainda são entendidas e difundidas como a “verdade” e o “bem” por grande parte dos subalternos, especialmente pelos que são fiéis ao patrão, ao “coronel” da região, aos agentes do clientelismo, ao pároco ou pastor conservador, à cultura tradicional, ou que depositam a sua fé nas informações e, principalmente, nos valores transmitidos pelos influentes meios de comunicação de massa.

Na realidade, estamos falando de aparelhos e processos hegemônicos que se constituem como uma ampla rede que cobre eficazmente grande parte do tecido social. Qualquer estratégia de superação ou redução das desigualdades sociais, ou que não se limite a “combater a pobreza absoluta”, não tem, portanto, como abstrair os confrontos ideológicos e culturais, ou seja, a luta pela hegemonia. Devemos ter claro que a hegemonia não se confunde com uma vitória eleitoral, sobretudo numa sociedade com interesses e valores universais (ou universalizadores) tão pouco enraizados na cultura, no cotidiano e nas precárias organizações das massas subalternas. Nestes termos, uma vitória eleitoral de estratégias distributivas e reformadoras pode expressar muito mais circunstâncias momentâneas do que uma efetiva reforma intelectual e moral da sociedade, o que supõe que a maioria dos cidadãos não só eleja, mas que também se comprometa com os objetivos do governo eleito fazendo valer a vontade popular soberana.



Ações Afirmativas e o Combate às Desigualdades

*Flavia Piovesan**



O documento oficial apresentado pelo Brasil à Conferência das Nações Unidas contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlata, em Durban, na África do Sul, de 31 de agosto a 08 de setembro de 2001, defendia a adoção de medidas afirmativas para a população afro-descendente, nas áreas da educação e trabalho¹.

A Declaração e o Programa de Ação de Durban, por sua vez, expressaram, reiteradamente, o consenso internacional a respeito da importância da adoção, pelos Estados e instituições

internacionais (incluindo as agências especializadas da ONU), de ações afirmativas para a promoção da igualdade, em especial no campo da saúde, educação, moradia e trabalho, em benefício dos afro-descendentes². O Programa de Ação de Durban

¹ “Delegação brasileira quer cotas para negros”, Folha de São Paulo, 22 de agosto de 2001.

² A respeito, vale destacar os artigos 5 e 8 da Declaração de Durban, bem como os artigos 98, 99 e 100 de seu Programa de Ação.

* Professora Doutora dos Programas de Pós Graduação da PUC/SP e da PUC/PR, Procuradora do Estado de São Paulo, membro da Comissão Justiça e Paz, do Conselho Nacional de Defesa dos Direitos Humanos e do Comitê Latino-Americano e do Caribe para a Defesa dos Direitos da Mulher (CLADEM).

reconheceu a responsabilidade primária do Estado no combate ao racismo, à discriminação racial, à xenofobia e à intolerância correlata, encorajando os Estados a elaborar planos de ação para promover a diversidade, a igualdade, a equidade, a justiça social, a igualdade de oportunidades e a ampla participação, compreendendo a adoção de ações afirmativas e estratégias positivas visando à plena realização dos direitos civis, políticos, econômicos, sociais e culturais, em todas as esferas e sem discriminação. Também recomendou aos Estados o estabelecimento de programas de ações afirmativas, com base em informações estatísticas, para promover o acesso de indivíduos e grupos de indivíduos, vítimas de discriminação racial, à educação, saúde e moradia.

Na experiência brasileira, o Pós-Durban tem permitido significativos avanços na agenda nacional, no que tange à adoção de ações afirmativas e ao combate às desigualdades – não obstante o Pós 11 de setembro tenha focado as atenções da comunidade internacional na luta contra o terror, suscitando o dilema da preservação do aparato civilizatório de direitos em face do clamor por segurança máxima, o que, para alguns, ensejaria a “Neo Guerra Fria”³.

O primeiro grande avanço Pós Durban atém-se à introdução e à incorporação da temática das ações afirmativas, como mecanismo de combate às desigualdades, na agenda das instituições públicas e privadas. A respeito, destacam-se as inéditas e recentes iniciativas do Ministério do Desenvolvimento Agrário de fixação de cotas para afro-descendentes; do Ministério da Justiça de fixação de cotas para afro-descendentes, mulheres e pessoas portadoras de deficiência; do Supremo Tribunal Federal, de publicação de edital fixando a reserva de 20% das vagas para profissionais afro-descendentes; de Universidades públicas de adoção de cotas para afro-descendentes⁴.

O segundo avanço Pós Durban atém-se a propiciar uma ampla e profunda avaliação acerca dos desafios e estratégias para implementar as conquistas de Durban no cenário local. Daí a constituição de Comissões, Conselhos e Grupos de Trabalho voltados para este fim, bem como para o fim de elaborar planos de ação para combater a discriminação racial e promover a diversidade e a igualdade racial.

Considerando as especificidades do Brasil, que é o segundo país do mundo com o maior contingente populacional afro-descendente (45%

³ No contexto Pós 11 de setembro, com a gravíssima crise do Oriente Médio, o combate ao terrorismo converte-se na preocupação central da agenda internacional, vocacionada à garantia da segurança máxima, na atuação do chamado “Estado Polícia”. O maior desafio contemporâneo, como afirma o professor Paulo Sérgio Pinheiro, é evitar a Neo Guerra Fria, tendente a conduzir ao perigoso “retorno às polaridades, definidas pelas noções de terrorismo e pelos métodos para combatê-lo” (Folha de São Paulo, 31.03.02). O risco é que a luta contra o terror comprometa o aparato civilizatório de direitos, liberdades e garantias, sob o clamor de segurança máxima.

⁴ A respeito, destacam-se recentes avanços, como ilustram as notícias “Ministério da Justiça cria cotas para negro, mulher e deficiente” (Folha de São Paulo, 20.12.01); “Edital do STF prevê reserva de 20% das vagas para profissionais negros” (Folha de São Paulo, 08.01.02); Rio dá a negros e pardos 40% das vagas (em Universidades públicas) (Folha de São Paulo, 10.10.01). Acrescente-se que o próprio Programa Nacional de Direitos Humanos faz expressa alusão às políticas compensatórias, prevendo como meta o desenvolvimento de ações afirmativas em favor de grupos socialmente vulneráveis. Note-se que o Direito brasileiro, ao admitir a adoção das ações afirmativas, está em absoluta consonância com a Convenção sobre a Eliminação da Discriminação contra a Mulher e com a Convenção sobre a Eliminação de todas as formas de Discriminação Racial, visto que ambas prevêem a adoção de tais ações, nos termos dos artigos 4º, parágrafo 1º e 1º, parágrafo 4º, respectivamente.

da população brasileira), tendo sido, contudo, o último país do mundo a abolir a escravidão, indaga-se: Como enfrentar a discriminação racial? Quais seriam as medidas eficazes para romper com o legado de exclusão étnico-racial que compromete não só a plena vigência dos direitos humanos, mas a própria Democracia no país (sob pena de termos Democracia sem cidadania)?

Ressalte-se que a Convenção sobre a Eliminação de todas as formas de Discriminação Racial, aprovada pela ONU em 1965 e ratificada por 157 Estados (dentre eles o Brasil), aponta a uma dupla vertente: a) a repressiva-punitiva, concernente à proibição e à eliminação da discriminação racial e b) a promocional (concernente à promoção da igualdade).

Vale dizer, os Estados-partes assumem, não apenas, o dever de adotar medidas que proíbam a discriminação racial, mas, também, o dever de promover a igualdade, mediante a implementação de medidas especiais e temporárias, que acelerem o processo de construção da igualdade racial. Estas últimas são as ações afirmativas, que, enquanto medidas compensatórias, buscam aliviar o peso de um padrão discriminatório. O raciocínio é simples: a mera proibição da exclusão não necessariamente importará em inclusão de grupos socialmente vulneráveis. Daí a justificativa para o cabimento das ações afirmativas.

Na experiência brasileira constata-se que a Lei Afonso Arinos de 1951 (Lei 1390/51) foi a primeira a tipificar o racismo como contravenção penal (crime de menor potencial ofensivo). Somente com a Constituição de 1988, 100 anos após a abolição da escravatura, o racismo foi elevado a crime, inafiançável, imprescritível e sujeito à pena de reclusão, nos termos do art.5º, XLII. A Lei 7716/89, denominada Lei Caó, veio a disciplinar os crimes resultantes de preconceito de raça e cor, tendo sido alterada posteriormente em 1997 (Lei 9.459/97), para também contemplar a injúria baseada em discriminação racial (ex:

as humilhações, os xingamentos,...) e ampliar o foco para a punição de atos resultantes de preconceito de etnia, religião ou procedência nacional.

Contudo, o aparato repressivo-punitivo, embora relevante e necessário, tem se mostrado insuficiente para enfrentar a discriminação racial. Até hoje, passados mais de dez anos de vigência da Lei, as condenações criminais por racismo não chegam a uma dezena no país. As indenizações por danos morais, na esfera cível, têm se mostrado uma via mais exitosa. Dois parecem ser os motivos: a) a reduzida sensibilidade dos operadores do Direito para responder aos casos e b) a insuficiência de limitar o enfrentamento da discriminação apenas à vertente repressiva.

De um lado, faz-se necessário fomentar a capacitação jurídica para que os diversos atores jurídico-sociais (ex: delegacias, promotorias, advocacia, magistratura) possam, com maior eficácia, inclusive mediante a criação de serviços jurídicos especializados, responder à gravidade do racismo – que pode ser cometido por particular ou pessoa jurídica pública ou privada, mas não pode, em hipótese alguma, contar com a complacência do Estado. No mesmo sentido, cabe aprimorar e fortalecer o aparato repressivo, como sugeriu o documento brasileiro à Conferência de Durban, tornando o racismo, a xenofobia e outras formas de intolerância, agravantes de crimes (o que, nos EUA, é denominado “hate crimes”).

Por outro lado, não basta o mero reforço da vertente repressiva, como comprova a própria experiência brasileira. É necessário transcender a perspectiva punitiva, a fim de que seja aliada à perspectiva promocional. Faz-se, assim, emergencial a adoção de ações afirmativas, que promovam medidas compensatórias voltadas à concretização da igualdade racial.

Em um país em que os afro-descendentes são 64% dos pobres e 69% dos indigentes (dados do IPEA), em que o índice de

desenvolvimento humano geral (IDH, 2000) figura o país em 74^a lugar, mas que, sob o recorte étnico-racial, o IDH relativo à população afro-descendente indica a 108^a posição (enquanto o IDH relativo à população branca indica a 43^a posição, segundo Marcelo Paixão, “Brasil 2000 – Novos marcos para as relações raciais”), faz-se necessária a adoção de ações afirmativas em benefício da população afro-descendente, em especial nas áreas da educação e do trabalho.

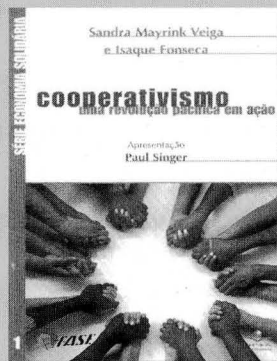
Nesse cenário, as ações afirmativas surgem como medida urgente e necessária. Tais ações encontram amplo respaldo jurídico, seja na Constituição (ao assegurar a igualdade material, prevendo ações afirmativas para outros grupos socialmente vulneráveis)⁵, seja nos tratados internacionais ratificados pelo Brasil. Acrescenta-se que o próprio Programa Nacional de Direitos Humanos faz expressa alusão às políticas compensatórias, prevendo como meta o desenvolvimento de ações afirmativas em favor de grupos socialmente vulneráveis. Note-se que o Direito brasileiro, ao admitir a adoção das ações afirmativas, está em absoluta consonância com a Declaração e Programa de Ação de Durban, bem como com a Convenção sobre a Eliminação da Discriminação contra a Mulher e com a Convenção sobre a Eliminação de todas as

formas de Discriminação Racial, visto que ambas prevêm a adoção de tais ações, nos termos dos artigos 4º, parágrafo 1º e 1º, parágrafo 4º, respectivamente.

Que o Pós Durban possa reafirmar a urgência na adoção das ações afirmativas, como um imperativo ético-político-social, capaz de romper com o legado discriminatório, que tem negado à metade da população brasileira o pleno exercício de seus direitos e liberdades fundamentais. Afinal, somos iguais, mas diferentes e diferentes, mas, sobretudo, iguais.

⁵ A título exemplificativo, basta mencionar a adoção da chamada “Lei das cotas” (Lei 9.100/95), que obrigou que ao menos 20% dos cargos para as candidaturas às eleições municipais fossem reservados às mulheres; da Lei 9.504/97, que, ao estabelecer normas para as eleições, dispôs que cada partido ou coligação deverá reservar o mínimo de trinta por cento e o máximo de setenta por cento para candidaturas de cada sexo; e da Lei 9.799/99, que insere na Consolidação das Leis do Trabalho regras sobre o acesso da mulher ao mercado de trabalho, em cumprimento ao artigo 7º, inciso XX, da Carta de 1988 (que trata da proteção do mercado de trabalho da mulher, mediante incentivos específicos). Também merece menção o artigo 37, VIII da Constituição Federal, que reserva percentual de cargos e empregos públicos para as pessoas portadoras de deficiência.

Série Economia Solidária



1. Cooperativismo: uma revolução pacífica em ação. Sandra Mayrink Veiga e Isaque Fonseca. **R\$14,00.**
2. Princípios básicos para a comercialização de produtos e serviços de cooperativas e associações. Ana Paola Frare e outros. **R\$12,00.**
3. Plano de negócios para cooperativas e associações. Ricardo H. Salles. **R\$12,00.**
4. Associações: como constituir sociedade civil sem fins lucrativos. Sandra M. Veiga e Daniel Rech. **R\$14,00.**

Como adquirir: através do site www.fase.org.br; depósito bancário no Banco Bradesco, agência 227-5 conta corrente 95475-6, envie o comprovante pelo fax (0xx21) 2286 1209; cheque nominal à FASE remetido para Rua das Palmeiras, 90, Botafogo cep 22270-070 Rio de Janeiro RJ aos cuidados do Setor de Publicações. Maiores informações sbrandao@fase.org.br ou tel.: (0xx21) 2286 1441.

Erradicar o Analfabetismo Urbanístico

*Prof^a. Ermínia Maricato**



A desigualdade urbanística é evidenciada pela segregação territorial. Estamos nos referindo aqui à apropriação social diferenciada da cidade, seus edifícios com diversos usos, clubes, equipamentos de lazer e cultura, ruas, calçadas, mobiliário urbano etc. É incorreto, embora seja freqüente, separar aspectos sociais, econômicos, jurídicos e culturais dos aspectos urbanísticos e ambientais. A desigualdade social e econômica (renda, escolaridade, desemprego, violência) tem maior reconhecimento na sociedade brasileira do início do século XXI, do que a desigualdade

urbanística (condições de moradia, saneamento, transporte, por exemplo). Mesmo a agressão ambiental apenas muito recentemente e de modo ainda incipiente passa a ser relacionada com a pobreza urbana. Por ocasião da reunião preparatória Rio +10 e também por ocasião do Fórum Social Mundial II (ambos no início de 2002 em Porto Alegre) encontros sobre meio ambiente e saneamento incorporaram o tema da pobreza urbana. Mas a consciência da inter-relação entre eles ainda é muito restrita embora a falta de alternativas de moradia via mercado privado

* Coordenadora do Curso de Pós-graduação e do LAB HAB - Laboratório de Habitação e Assentamentos Humanos do Departamento de Projeto da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo.

ou via promoção pública seja a maior causa da agressão aos mananciais de água que se localizam nos arredores de grandes e médias cidades. O mesmo acontece com mangues, várzeas, encostas íngremes, beira de rios e córregos etc. A dimensão do comprometimento ambiental decorrente da pobreza urbana é gigantesca e ela é, em grande parte, invisível. Isso se dá porque o país está acostumado a olhar para sua realidade por meio do filtro das idéias externas, ou seja, um país que vive uma “história virtual” como nomeou Florestan Fernandes referindo-se à dependência intelectual e ao mimetismo cultural.

Mas a falta de reconhecimento da dimensão espacial, territorial ou ecológica da desigualdade vai muito além desse detalhe que é a relação entre pobreza e meio ambiente. Apesar do país ter em 2002 82% da população nas cidades, sendo 30% apenas em 9 metrópoles, a falta de política metropolitana, urbana e habitacional não constitui motivo para indignação de muitos. O fato das cidades de porte médio começarem a apresentar favelas ou ambientes pobres e segregados é reconhecido como problema não decorrente da existência desses “guetos” em si, mas, principalmente, devido à luta que parte do Estado brasileiro trava (quando o faz, quando não desiste) com a criminalidade que avança celeremente sobre o território, “liberando” áreas do contrato social que regula nossa sociedade para implantar regras específicas de convivência. A cidade ilegal, que em várias capitais começa a superar em números a cidade legal, é muito desconhecida. Melhor seria dizer que ela é oculta.

Ficará bastante decepcionado quem buscar mapas e tabelas com informações fidedignas e rigorosas sobre o uso do solo e habitação nos cadastros municipais, nos bancos de dados, nas bibliotecas, nos cartórios de registro de imóveis, com raras exceções. Não

temos dados rigorosos sobre o ambiente urbano. Somos analfabetos urbanísticos.

Como interpretar a invisibilidade do universo urbano? Como interpretar a cegueira diante de algo que é tão visível e tão concreto? Quais são as causas que fomentam tantas teorias urbanas, propostas, planos e leis que não se aplicam? E a ausência de dados minimamente confiáveis sobre o universo urbano inclusive no ensino superior? Como interpretar essa ignorância da universidade, do Estado (em especial do judiciário) e da mídia?

Não há respostas simples a essas perguntas. Não se trata também de um processo superficial de simples falta de informação, mas, sim, algo que se relaciona à própria formação da sociedade brasileira. A permanência teimosa da questão da terra (rural, durante cinco séculos e urbana durante um século) sem resolução fornece um manancial abundante de explicações. A demora e a forma como foi “resolvida” a questão da mão-de-obra escrava fornece outro. Refletindo sobre essa história percebemos que a invisibilidade se aplica a uma parte da sociedade, especialmente os negros. As principais mudanças ocorridas no país nunca romperam com heranças arcaicas, como a relação de poder baseada no mando que decorre do patrimônio.

A evolução das favelas no Brasil pode ajudar a elucidar alguns aspectos da questão. Ela acompanhou o processo de urbanização da sociedade, que se deu, praticamente, no século XX. Ela é determinada pelo modo como se deu a industrialização e a reprodução dos trabalhadores a partir da emergência do trabalho livre. Na sociedade escravocrata, a moradia do trabalhador era provida pelo patrão, bem como os demais itens de sua subsistência. Os trabalhadores brancos livres gozavam de uma condição ambígua, num modo de produção marcado

pelo trabalho compulsório e visto como coisa degradante. A política do favor marcou o modo de vida desse trabalhador branco, que vivia à sombra dos chamados coronéis, latifundiários.

A emergência do trabalho livre dá origem ao problema da habitação. O patrão está livre dessa incumbência. A partir da abolição, cabe ao trabalhador providenciar e pagar por sua moradia. Essa mudança não implicaria em generalização do assalariamento e formação do mercado urbano de moradias, como ocorreu nos países capitalistas centrais, não sem muitos conflitos.

Em países periféricos ou semi-periféricos e dependentes, como o Brasil, onde a industrialização se deu com salários deprimidos e grande parte dos trabalhadores não se integrou ao mercado de trabalho formal, a moradia também não é obtida regularmente via mercado imobiliário. Frequentemente, mesmo o trabalhador empregado na indústria fordista não tem poder aquisitivo para comprar sua moradia no mercado legal privado. São por demais conhecidos os expedientes de ocupação de terra e auto-construção da moradia, aos quais apelou a maior parte da população durante o processo de urbanização da sociedade brasileira, com graves consequências sociais e ambientais, conforme já foi mencionado.

No começo do século, as favelas eram presenças mais constantes em cidades que tiveram importância no período da escravidão. Com o progressivo processo de industrialização/urbanização, as favelas se estendem por todas as grandes cidades brasileiras e, nos anos 1980 a 2000, inclusive nas cidades de porte médio. As cidades se modernizaram paralelamente à reprodução da exclusão. O mercado imobiliário evoluiu de modo excludente. Além do capital, via baixos salários, o Estado também pouco se ocupou da questão da habitação social, senão em alguns momentos de mobilização da classe

operária, mas sempre de modo pouco sustentável e abrangente. A mais importante intervenção do Estado brasileiro com a política de habitação, que institucionalmente combinou o BNH- Banco Nacional de Habitação e SFH – Sistema Nacional de Habitação, no período 1964 a 1986, atendeu mais às camadas de renda média e ao capital imobiliário (promotores, construtores, financiadores) do que à grande maioria da população.

A face mais cruel da construção desse espaço excludente, talvez esteja em sua dissimulação ou ocultamento, como já foi destacado. Não há na sociedade brasileira consciência sobre o gigantismo dos territórios de exclusão, que podemos chamar aqui de não-cidade ou amontoado de pessoas, sem lei ou regras de convivência e de ocupação do espaço. Não há dados fidedignos (nem do IBGE) sobre o número de brasileiros morando em favelas. E essa desinformação não é casual. Até mesmo o urbanismo oficial e acadêmico participa da dissimulação dessa realidade ao reforçar a cidade cenário ou cidade mercadoria, cheia dos símbolos indutores do consumo e da alienação, que constituem embalagem do processo de formação das rendas de localização.

O aprofundamento da exclusão social com o desemprego nos anos 90, tem um reflexo na consolidação e extensão dos territórios marcados pela ilegalidade urbanística. Eles começam a se mostrar para uma sociedade que insiste em desconhecê-los. Esse reconhecimento se dá através dos dramáticos índices de violência que podem ser medidos por meio do número de mortes por homicídio, que de tão alta a taxa começa a pesar sobre a vida média do homem brasileiro.

Muitas são as propostas que estão surgindo no contexto das gestões municipais democráticas. As políticas que mais avançam no campo popular e democrático constituem

ou medidas amenizadoras (bolsa-escola, renda mínima) da pobreza que recrudescer nos anos 80 e 90 ou então aquelas que avançam na construção da democracia (o bem sucedido orçamento participativo), mas que dificilmente incorporam a questão do direito à cidade ou da função social da propriedade.

Cabe saudar essas conquistas, evidentemente, mas cabe também destacar alguns aspectos vistos de uma perspectiva mais abrangente.

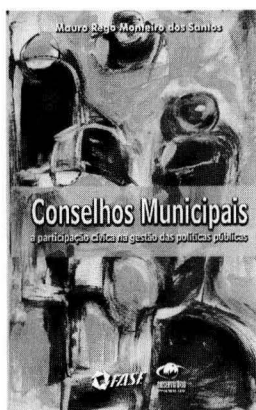
As políticas compensatórias jamais serão bem sucedidas frente à multiplicação do desemprego. Elas injetam com conta-gotas o que a política econômica, de orientação neoliberal, extrai com baldes. Os municípios que assumiram encargos relacionados a ampliar a renda e o emprego são forçados a reconhecer quão modestos têm sido os resultados ainda que importantes para a sobrevivência de muitos.

O orçamento participativo não vive esse cruel processo de “enxugar o gelo”. Ele é de fato uma das formas mais eficazes de afastar o domínio das máfias, dos *lobbys* e do clientelismo sobre os recursos públicos. Durante séculos os investimentos públicos alimentaram interesses privados especialmente no que se refere à valorização fundiária e imobiliária. Um bom exemplo que se repetiu em Salvador, Cuiabá, Campo Grande e atualmente se repete em Goiânia está na reorientação do crescimento da cidade liderado pelos novos edifícios destinados a abrigar a administração pública e vias arteriais amplas em regiões pouco ocupadas. Nesses casos, o próprio governo investiu, prioritariamente, na produção de novas condições e localizações para a especulação imobiliária. Portanto, a mudança não é pequena quando o OP é exercido com democracia e eficácia.

A questão do uso do solo entretanto, não é incorporada ao orçamento participativo apesar de representar uma variável econômica fundamental, além de social e ambiental. Ao invés de estender os recursos em infra-estrutura para áreas ocupadas com baixa densidade, pode ser mais adequado

promover a ocupação de áreas ou imóveis vazios já servidos da infra-estrutura. É preciso direcionar a ocupação do território e não apenas acompanhar com investimentos as tendências que são ditadas pela exclusão social e pelas estratégias de obtenção do lucro imobiliário. Apenas um plano urbanístico associado ao orçamento participativo poderá jogar luz sobre essas questões. (É o que está tentando atualmente a cidade de Belém, sem resultados palpáveis já que a experiência é recente).

Para erradicar o analfabetismo urbanístico, seja na chamada sociedade civil, seja entre técnicos e administradores é preciso resgatar o tema do estreito círculo dos urbanistas e ampliar o vocabulário para além do hermético “urbanês”. É preciso evidenciar para as camadas populares as estratégias das classes sociais na produção e ocupação do espaço, ou seja, nada aí é natural ou fruto do acaso. Junto aos técnicos (especialmente junto aos economistas) e políticos é preciso evidenciar o alto custo que decorre da irracionalidade na ocupação predatória e extensiva do solo urbano.



**Conselhos Municipais
a participação cívica na
gestão das políticas
públicas**
**Mauro Rego Monteiro
dos Santos**
FASE, 2002 - 138 p.
R\$10,00

Este trabalho busca avaliar o modelo de participação institucional nos municípios brasileiros, centrado nos Conselhos Municipais como esferas de representação de interesses e mediação de conflitos, implementando uma nova interação entre Estado e sociedade.

Onde adquirir: FASE - Rua das Palmeiras, 90 Botafogo 22270-070 Rio de Janeiro RJ

Tel.: (0xx21) 2286 1441 ramal 120/121

E-mail: sbrandao@fase.org.br

ou pelo site www.fase.org.br

Gênero e Desigualdades

*Leila Linhares Barsted**



Analisar as desigualdades de gênero importa em compreender como se constituem as relações entre homens e mulheres face à distribuição de poder. Em grande medida os estudos de gênero, desenvolvidos no campo da antropologia, deram ênfase às relações de parentesco, identificando o significado e a dinâmica das desigualdades e do poder no contexto familiar. Posteriormente, tais estudos passaram a lançar luz sobre outras esferas sociais articulando o conceito de gênero aos conceitos de classe e raça/etnia e relativizando

seu peso e significado em contextos sociais diversos e em segmentos populacionais distintos. Sheila Rowbotham¹ (1998) considera que o conceito de gênero possibilita compreender a maneira pela qual o poder é definido, estruturado e exercido, chamando atenção, no entanto, para a necessidade de relativizarmos o seu potencial analítico. Assim, essa autora alerta

¹Ver a entrevista com a escritora inglesa Sheila Rowbotham (1998), realizada por Bila Sorj e Mirian Goldenberg para a Revista Estudos Feministas.

*Diretora da organização não governamental CEPIA, conselheira do Conselho Estadual dos Direitos da Mulher – CEDIM/RJ e membro do Instituto dos Advogados Brasileiros.

para o fato de que “... o conceito de gênero (...) pode congelar nosso olhar tornando difícil enxergar aqueles aspectos da subordinação das mulheres afetadas por outros fatores sociais...”. Com tal perspectiva, na análise das desigualdades de gênero não podemos abstrair as desigualdades de classe, etnicidade e raça que tornam mais dramáticas as vivências dos indivíduos e, mais especificamente, das mulheres.

A análise das desigualdades de gênero tem sido fortalecida pela interpretação dos dados estatísticos que apontam, por exemplo, para a pequena representação política das mulheres e para os seus baixos salários. A interpretação dos indicadores sociais também possibilita a compreensão da dinâmica gênero/classe/raça/etnia na análise dos diferenciais de renda entre homens e mulheres nos setores populares e nas camadas ricas da população, bem como entre mulheres brancas e mulheres negras, com efeitos às vezes mais dramáticos que os diferenciais entre homens brancos e mulheres brancas.

O Programa de População das Nações Unidas – PNUD revelou a preocupação com a invisibilidade das mulheres e com a ausência de políticas voltadas para superar as históricas discriminações e elaborou uma metodologia para medir tanto o desenvolvimento social dos países – Índice de Desenvolvimento Humano – IDH, como para medir os progressos obtidos pelas mulheres – Índice de Desenvolvimento da Mulher – IDM, fundamental para a classificação dos países no cômputo do Desenvolvimento Humano. Segundo o Informe elaborado por essa Agência da ONU “(...) Comparando as categorias segundo o IDM com os níveis de renda dos diferentes países, fica confirmado o fato de que a eliminação da desigualdade entre os sexos não depende do fato de um país ter uma alta renda. A igualdade entre os sexos pode ser promovida sejam quais forem os níveis de

renda de um país. O que é necessário é um firme compromisso político e não uma riqueza econômica”². Esse Informe apresenta, ainda, o chamado Índice de Potencialização da Mulher – IPM, que reflete a representação da mulher nos parlamentos, a proporção feminina nos postos classificados como executivos ou profissionais, a participação das mulheres no conjunto da população economicamente ativa e a proporção da renda nacional que corresponde à mulher.

Além desse Informe, inúmeros diagnósticos elaborados por organismos internacionais apontam para a exclusão generalizada das mulheres, na grande maioria dos países, nas esferas de poder, para a banalização da violência contra as mulheres e para a feminilização da pobreza, dentre outros fenômenos sociais. Da mesma forma que os homens, cresce a proporção da população feminina economicamente ativa que busca seu sustento em trabalhos precários, mal remunerados e desvalorizados. Nesse processo que atinge ambos os sexos, as mulheres chegam com desvantagens tanto no que se refere à conquista de direitos, quanto às diferenças relativas ao recebimento histórico de salários mais baixos. Assim, se as políticas e os programas econômicos acarretam consequências perversas para os homens, têm incidido de forma ainda mais penosa sobre as mulheres.

Em 1998, segundo Relatório sobre Desenvolvimento Humano, elaborado pelo PNUD/IPEA (2000)³, o Brasil registrava um dos maiores graus de desigualdade social no mundo. Enquanto para a grande maioria dos países a renda de um indivíduo do grupo dos 20% mais ricos é, em média, até dez vezes maior do que de um indivíduo do grupo dos 20% mais pobres,

² PNUD/ONU, 1995.

³ Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento-PNUD/Instituto de Pesquisa Econômica e Social Aplicada - IPEA, 2000.

no Brasil, essa proporção é infinitamente mais injusta – a renda média dos 20% mais ricos é 25,5 vezes maior que a renda média dos 20% mais pobres, ficando atrás de alguns poucos países. Esse Relatório destaca que tais desigualdades sociais são acrescidas de fatores que interferem sobre o poder de barganha dos indivíduos e que explicam a existência de diferenciação de salários. Dentre esses fatores incluem-se gênero e raça.

De fato, no Brasil, apesar dos significativos avanços legislativos a partir de 1988, no que diz respeito às mulheres, ainda vigoram, com muita força, padrões, valores e atitudes discriminatórias. Assim, por exemplo, as mulheres recebem, em média, apenas 63% do salário dos homens. Na esfera política, do total dos deputados federais eleitos em 1998, apenas 7,6% eram mulheres, o mesmo ocorrendo no Senado Federal. Apesar das mulheres se destacarem em todas as profissões, apenas uma mulher ocupa o cargo de ministra do Supremo Tribunal Federal e somente duas são ministras no Superior Tribunal de Justiça, apesar da grande presença de mulheres nos cursos jurídicos e no Poder Judiciário de primeiro grau em diversos estados brasileiros.

Outros dados oficiais demonstram que é ainda muito alta a mortalidade materna no Brasil, comparável a países extremamente pobres do continente africano. Em média, morrem 124 mães para cada 100.000 nascidos vivos, sendo que em estados mais pobres do país esse número chega a 300 óbitos maternos.

Os dados de diversas secretarias estaduais de segurança pública confirmam o Suplemento Especial da PNAD sobre “Justiça e Vitimização”, de 1988, que revelou que as mulheres constituem 66% das vítimas das agressões físicas cometidas por parentes, em especial por marido ou companheiro, no espaço do lar.

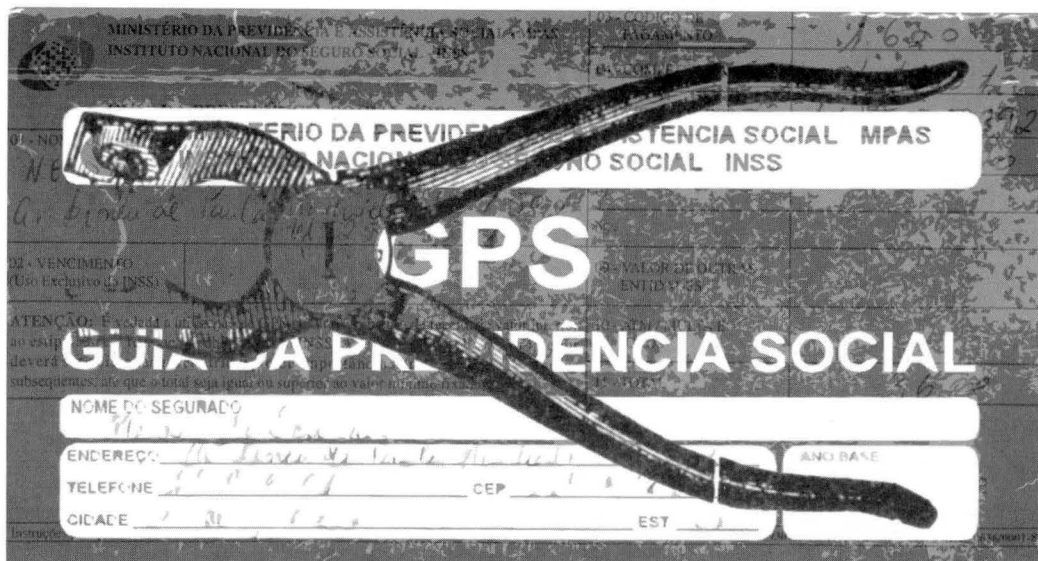
Apesar do Superior Tribunal de Justiça, em decisão histórica de 1991, ter rejeitado como argumento jurídico a tese da “legítima defesa da honra”, classificando-a como a defesa da “autovalia, da jactância e do orgulho do Senhor que vê a mulher como propriedade sua”, em muitos estados brasileiros os Tribunais de Júri continuam a absolver homens que assassinaram suas mulheres com esse mesmo argumento.

Grande parte das discriminações e violências cometidas contra as mulheres é estimulada pela complacência ou indiferença social frente a essas atitudes e, em muitos casos, o Estado ainda mostra-se omissivo diante do desrespeito aos direitos das mulheres e, mesmo, diante da violência contra as mulheres, apesar de alguns avanços importantes implementados por ação governamental. Trata-se, pois, de compreendermos como a construção social das diferenças entre homens e mulheres, entre brancos e negros, tem contribuído para uma distribuição desigual do poder e para a geração de discriminações.

Constatar a existência dessas discriminações e atuar de forma propositiva para sua superação tem sido uma árdua tarefa assumida pelo movimento de mulheres no Brasil. As ações desse movimento não têm ficado restritas às denúncias contra as discriminações e a violência de gênero. Organizações não-governamentais e o movimento de mulheres têm sido ativos no levantamento de dados que possibilitam dar visibilidade a esses fenômenos, atuando na formação/informação da opinião pública para romper com a indiferença e a cumplicidade social que propiciam a naturalização das desigualdades e a permanência de práticas e os valores discriminatórios. É necessário, no entanto, ampliar essa atuação, envolvendo homens e mulheres que têm um compromisso histórico na defesa dos direitos humanos.

A Previdência Social no Brasil: os riscos da contra-reforma neoliberal

Laura Tavares Soares*



A Previdência Social no contexto da Seguridade Social

Na Constituição de 1988, a Previdência Social foi incluída no capítulo da Seguridade Social, junto com a Saúde e a Assistência Social. Tradicionalmente responsável pelo Seguro Social *stricto sensu*, ou seja, pelas aposentadorias, pensões e outros benefícios sociais dirigidos aos trabalhadores formais (com carteira assinada), a Previdência passava a fazer parte de uma concepção mais ampla e mais generosa de Proteção Social, baseada na universalidade e no direito social de todos os cidadãos. Para garantir esses princípios, a nova **Seguridade Social** precisava dar uma unicidade e uma organicidade institucional e financeira a essas três áreas sociais, que são as

mais relevantes do ponto de vista da sua cobertura e dos recursos que envolvem.

No entanto, com a ruptura neoliberal a partir do início dos anos 90, nenhum desses princípios foi cumprido na sua totalidade. Tanto do ponto de vista institucional quanto financeiro a unicidade da Seguridade Social não foi implementada.

O **Financiamento** da Seguridade Social passou a ser seu ponto mais vulnerável. A Constituição de 1988 preconizava que a Seguridade Social, como uma totalidade, deveria ser financiada por “*toda a sociedade*”, de forma “*direta e indireta*”, mediante recursos dos orçamentos da União, Estados e Municípios; das contribuições sociais (empregadores – folha de salários, faturamento e lucro – e empregados); e das receitas de concursos de prognósticos. Apesar

* Professora da UFRJ. Pesquisadora do Laboratório de Políticas Públicas da UERJ. Doutora em Economia do Setor Público, área de Política Social. Autora dos livros “Ajuste Neoliberal e Desajuste Social na América Latina” (RJ: Ed. EEN/UFRJ, 1998) e “Os Custos Sociais do Ajuste Neoliberal na América Latina” (SP: Ed. CORTEZ, 2000; 2ª. Ed. 2002). E-mail: laurats@uol.com.br

da criação formal de um **Orçamento da Seguridade Social**, este nunca foi implementado na prática do ponto de vista da vinculação das receitas e da destinação dos recursos. A partilha de recursos entre os três setores – Previdência, Saúde e Assistência Social – tem sido negociada a cada lei orçamentária anual. Desde 1990 o que tem ocorrido é uma “especialização” das fontes, resultando, pela primeira vez desde os anos 70, em uma divisão aonde os recursos contributivos vão praticamente todos para a Previdência Social – com alguma contribuição (mínima e residual) para a Assistência Social – sobrando os recursos fiscais, somados a uma Contribuição “Provisória” sobre a Movimentação Financeira, o CPMF, para a Saúde. A retirada de recursos contributivos sobre a folha de salários desde 1992 para esse setor representou uma substancial redução (mais de 40% em termos reais) dos recursos para a Assistência Médica no país.

A *especialização* das fontes de recursos, além de fragmentar os setores componentes da Seguridade, deixa-os sujeitos ao comportamento cíclico de cada fonte da qual dependem. Em oposição a essa especialização, estão as propostas, oriundas principalmente de setores que querem preservar a unicidade da Seguridade Social, de **vinculação** de recursos. Esta vinculação se daria basicamente de duas formas: através de percentuais diferenciados das receitas de impostos e de contribuições ou através de percentual único do conjunto das receitas que compõem o Orçamento da Seguridade Social. Esta última forma, além de dar maior unicidade e visibilidade ao Orçamento Único da Seguridade, garantiria que o impacto das possíveis flutuações cíclicas de cada uma das fontes fosse distribuído de forma mais equânime pelos setores, diminuindo sua vulnerabilidade.

Em síntese, o que se quer destacar nesta aqui é o fato de que a Seguridade Social nunca se constituiu na prática no Brasil, apesar da sua “existência” legal e formal; tornando-se desgarrada do ponto de vista de suas ações e de seu financiamento e totalmente constrangida do ponto

de vista dos seus gastos. Boa parte do que está inscrito na Constituição a respeito da Seguridade Social **não** foi cumprido, o que torna os “ímpetus reformistas” sobre a mesma, no mínimo, apressados e superficiais, não indo à raiz dos problemas e, sobretudo, sem um processo de debate político suficiente que permitisse amadurecer sobre suas graves conseqüências sociais.

As chamadas “reformas” no âmbito social não cumpriram sequer com o papel esperado pelos seus mentores, qual seja, o de minimizar aquilo que eles consideram como “seqüelas transitórias” do ajuste. Nesse processo “reformista” pode se constatar fortes indícios de *retrocesso*, sobretudo quando se levam em consideração alguns avanços obtidos no passado com respeito à Educação Pública, à cobertura e à concepção universalista da Seguridade Social, e ao acesso a uma infraestrutura de serviços públicos básicos, que fizeram com que a situação social brasileira não se agravasse ainda mais.

A Seguridade Social brasileira ainda possui a maior cobertura, tanto urbana como rural, da América Latina, bem como o único sistema público de saúde com acesso universal para os não segurados. Além disso, o Sistema Previdenciário brasileiro incorpora, desde a sua conformação, um corpo de benefícios sociais de natureza assistencial muito importante para uma parcela relevante da população brasileira não segurada. É o caso da proteção social dirigida à velhice¹, alternativa para diminuir a precariedade da inserção deste segmento da população através da incorporação nos chamados circuitos da cidadania materializados em direitos sociais. Estes circuitos são absolutamente essenciais em países como o nosso, já que deles depende o segmento da população que não tem outras

¹ Traduzida no benefício de amparo aos idosos com mais de 70 anos que possuem uma renda familiar *per capita* inferior a um quarto do salário mínimo vigente. Esse benefício está incorporado na Lei Orgânica da Assistência Social.

alternativas de incorporação. Em inúmeras cidades de pequeno e médio porte, os benefícios previdenciários, sobretudo as aposentadorias, se constituem hoje na única e/ou principal fonte de renda das famílias de baixa renda. A ampliação dos benefícios previdenciários para os trabalhadores rurais, implementada em meados dos anos 80 e garantida posteriormente na Constituição, significou uma importante medida de proteção social para esse segmento da população historicamente abandonado. Dessa forma, a **Previdência Social (ainda) representa uma poderosa política social para amplos e desfavorecidos setores no Brasil.**

As reformas em curso – sobretudo a da Previdência – têm provocado importante redução dos direitos sociais conquistados no âmbito da Seguridade Social. **Caso sejam mantidas ou “aprofundadas” (como é o desejo manifesto pelo atual governo e seus seguidores), suas consequências sociais serão catastróficas para as próximas gerações de brasileiros.**

A Contra-Reforma Neoliberal da Previdência Social

Uma das primeiras medidas adotadas pelo governo Fernando Henrique Cardoso (FHC) foi a de propor modificações radicais na Constituição, no que se refere aos direitos previdenciários dos trabalhadores. Em março de 1995, foi enviada ao Congresso a Proposta de Emenda Constitucional nº 33/95, amplamente divulgada como a **“Reforma da Previdência”**. Esta Proposta foi aprovada pela Câmara dos Deputados em dois turnos de votação, tendo sido remetida ao Senado Federal no final de agosto de 1996. O Substitutivo aprovado no Senado Federal, a partir do relatório do Senador Beni Veras em outubro de 1997, e aprovado pela Câmara dos Deputados em primeiro turno na apreciação da matéria a partir de janeiro de 1998, resgata, no seu aspecto central, a emenda proposta pelo governo FHC em março de 95, a qual fora

substancialmente modificada pela Câmara na sua avaliação inicial.

A partir da aprovação da Emenda Constitucional nº 20 sobre a Reforma da Previdência, promulgada em 15 de dezembro de 1998, é que realmente se dá início à implementação da Reforma.

A partir do início de 1999, no entanto, foram apresentadas umas séries de destaques à Emenda Constitucional muitos dos quais, segundo o Governo, “emperraram” o andamento do processo da Reforma. Note-se que esses destaques foram colocados, em sua maioria, pelos Partidos de oposição ao Governo Federal, numa tentativa de modificar alguns pontos da Reforma considerados cruciais (tanto pela oposição quanto pelo governo).

Finalmente, o Poder Executivo enviou para o Congresso o **Projeto de Lei nº 1.527, de 1999**, que dispõe sobre a contribuição previdenciária do contribuinte individual, o cálculo do benefício, altera dispositivos das Leis nºs 8212 e 8213, ambas de 24 de julho de 1991, e dá outras providências. O Executivo, em sua justificativa, argumenta que a apresentação da proposta tem por objetivo dar continuidade ao processo de regulamentação da Emenda Constitucional nº 20, de 1998, buscando aprimorar o sistema previdenciário dos trabalhadores da iniciativa privada.

Além da mudança proposta no período de cálculo da aposentadoria, introduz-se, através do presente projeto, outros fatores no cálculo do benefício. É apresentada pelo governo uma nova fórmula para o cálculo. Entre os componentes a serem levados em conta na nova fórmula destaca-se o **“fator previdenciário”**, que leva em consideração: a expectativa de sobrevida na data da aposentadoria, o tempo de contribuição até a data da aposentadoria, a idade no momento da aposentadoria e a alíquota de contribuição (definida como 0,31).

Segundo diversos analistas, **“o projeto de reforma do INSS enviado pelo governo à Câmara pretende dar um caráter atuarial à aposentadoria, ou seja, o aposentado receber em função do que contribuiu. Com**

isso, equilibraria as contas no médio prazo. Não faz uma coisa nem outra”²

Segundo o Secretário-executivo do Ministério da Previdência, José Cechin, ao encaminhar um relatório opcional que criaria regras “mais brandas”, como a transição de um ano para a entrada em vigor da mudança no cálculo dos benefícios, o Governo não negociará mais nada: “*Não há mais espaço para ceder. O fator previdenciário ficou optativo para quem se aposentar por idade. Ceder mais nisso significa anular o projeto*” - afirmou.³

A “fórmula matemática” introduzida pelo *Fator Previdenciário*, desconhecida pela quase totalidade dos brasileiros, na realidade, reintroduz o critério de idade no cálculo da aposentadoria, conforme nos apresenta de maneira clara o DIAP (Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar):

“A idade ao aposentar-se, assim, é decisiva: é a partir dela que se considera durante quanto tempo o benefício será pago, e quanto maior for esse período, menor será o Fator Previdenciário, já que afeta duplamente o requisito de tempo de contribuição. Para compensar essa redução, o indivíduo será obrigado a permanecer mais tempo em atividade, tanto para que acrescente tempo de contribuição quanto para que reduza o número de anos a serem considerados na expectativa de sobrevida. E, evidentemente, é beneficiado quem ingressa tarde no mercado de trabalho, cumprindo em idade mais avançada os 35 ou 30 anos de contribuição exigidos. Essa perda decorrente do Fator Previdenciário, no entanto, é uma perda adicional, que se acresce à perda que de imediato resulta da ampliação do período de cálculo do benefício. Alguma vantagem haverá, por exemplo, para quem, tendo começado a trabalhar aos 15 anos, chegue aos 65 anos de idade. Após 50 anos de contribuição, esse trabalhador terá um Fator Previdenciário de 2,02, ou seja, o seu benefício apurado com base na média sofrerá um acréscimo de 102%. No entanto, o período do

gozo do mesmo terá se reduzido a praticamente a metade daquele que era o previsto quando completaram os 35 anos de contribuição. Onde está, portanto, o ganho? Trabalhar mais, para receber o mesmo, significa trocar seis por meia dúzia – embora seja evidente o propósito de iludir o trabalhador com a possibilidade de “dobrar” o valor do benefício. Se esse trabalhador vier a falecer antes de completar sua expectativa de vida, na verdade, nada terá ganhado, embora tenha perdido mais de 10 anos de contribuição adicional sem gozo do benefício.”⁴

As propostas da oposição ou as alternativas

Em painel que tratava das Propostas de Reforma da Previdência Social⁵, estas foram organizadas em três grandes grupos. Um primeiro grupo propõe uma reforma mais radical, na linha do modelo chileno, onde se inserem setores do empresariado e setores ligados ao Partido e ao Instituto Liberal. Um segundo grupo defende, essencialmente, o modelo da Seguridade Social consagrado pela Constituição de 1988, grupo que incluiria os partidos políticos de oposição ao governo atual; algumas centrais sindicais e outros setores de trabalhadores e aposentados organizados; os funcionários públicos; a Igreja Católica e outras entidades da sociedade civil organizada, como a Ordem dos Advogados, a Associação Brasileira de Imprensa, entre outras. Um outro grupo, colocado como “intermediário”, proporia uma reforma do sistema atual, sem cair na linha do modelo chileno, propondo modificações que, ao invés de transformar tudo

² Celso Pinto, analista do Jornal “Folha de São Paulo”, em 19/9/99.

³ Jornal Folha de São Paulo de 23 de setembro de 1999.

⁴ Boletim DIAP, dez.1999.

⁵ Ver *Propostas de Reforma da Previdência Social* in: MPAS/CEPAL, Brasília, 1994.

em previdência privada, propõe uma previdência complementar (privada, no caso), mantida a previdência “oficial”.

Note-se que, no entanto, nem sempre os atores sociais “reais” se encaixam perfeitamente nessas três posições, embora sigam suas linhas fundamentais.

Contrariamente às sistemáticas acusações de que a oposição ou os setores sociais que se opõem à atual política neoliberal “não possuem propostas ou alternativas”, trazemos uma parte⁶ do debate propositivo e das críticas feitas à Reforma da Previdência.

O Partido dos Trabalhadores, PT, principal partido da oposição em âmbito nacional, possui, desde a campanha de seu candidato à presidência da República (Luiz Inácio Lula da Silva), em 1994, uma proposta para a Previdência no Brasil. Especialmente por meio de sua Bancada na Câmara dos Deputados, tem manifestado posição contrária ao projeto governamental de Reforma da Previdência em sucessivas oportunidades, através dos mais diversos meios, e insistentemente denunciado o fato de que essa proposta não se configuraria “*numa efetiva e verdadeira reforma da previdência social no Brasil, mas é uma tentativa ilegítima e injustificada de supressão de direitos.*”⁷

Durante o processo de reforma constitucional no Congresso Nacional, no entanto, o PT não tem se recusado a negociar as alternativas que julga mais próximas de seu programa partidário. Desta forma, além de insistir nas mobilizações daqueles que julga prejudicados com essa Reforma da Previdência, continua as negociações com o Executivo e com o Congresso Nacional em torno das propostas que considera necessárias para uma reforma mais profunda.

Os pontos essenciais, dos quais não abre mão, seriam, sinteticamente, os seguintes⁸:

1) Fortalecimento da Previdência Pública: o elemento chave é a centralização da arrecadação de todas as contribuições sociais federais, sob o controle da própria seguridade, dando consequência à seu *orçamento exclusivo*.

2) Gestão pública: não mantê-la meramente

estatal como hoje. Explicitar na atual emenda a gestão quadripartite com trabalhadores, aposentados, empresários e Estado.

3) Regime básico universal: iguais direitos e deveres para todos, inclusive servidores civis e militares, na faixa entre um e dez salários mínimos.

4) Previdência complementar: pública ou privada, nas faixas acima de dez salários mínimos. No caso dos fundos de pensão [Refere-se aos fundos de pensão das estatais] preservar a proporção 2/1 nas contribuições patrões/empregados.

5) Financiamento da Seguridade: só pode ser pensado junto com a **Reforma Tributária**. [ou seja, entende que não se pode discutir o financiamento da Previdência de forma isolada ao da Seguridade Social, e que este, por sua vez, está profundamente articulado com uma reforma tributária⁹ que permita ampliar, diversificar e vincular fontes de financiamento para a Seguridade].

6) Transição: coloca a necessidade de uma transição mais gradual [do antigo para o novo regime de Previdência], sem que se cometa injustiças e que seja viável política e juridicamente.

A CNBB também tem se posicionado de forma crítica sobre a política econômica adotada pelos últimos governos desde o início da década de 90. Sua posição com relação às Reformas do governo FHC e, especificamente, à **Reforma da Previdência**, fica clara nos trechos a seguir¹⁰:

“Reformas e momento político: O

⁶ Infelizmente bastante reduzida tendo em vista os limites de tamanho deste artigo.

⁷ Ver documento “Reforma da Previdência” elaborado pela Assessoria Técnica da Liderança do Partido dos Trabalhadores na Câmara dos Deputados em agosto de 1997, atualizado em maio de 1998.

⁸ Idem. Comentários entre [] em caixa alta são da autora deste trabalho.

⁹ Ver debate sobre esse tema no artigo “Financiamento da Previdência Social no contexto de uma nova Reforma Tributária”, de Sulamis Dain, Laura Tavares e Marta Castilho, in: MPAS/CEPAL, 1993.

¹⁰ CNBB - Análise de Conjuntura, novembro - dezembro de 1997, janeiro - fevereiro de 1998.

momento político nacional vai adquirindo contornos preocupantes. Desemprego crescente, conflitos sociais adquirindo aspectos de radicalização, seca e fome no Nordeste, resultado crônico da ausência de projetos políticos adequados e duradouros, greve dos universitários contra o desmanche da escola pública universal e de qualidade, enfim um sem número de questões, bastante difíceis de serem encaminhadas, particularmente num ano de eleições majoritárias. A **REFORMA DA PREVIDÊNCIA** e a regulamentação dos planos de saúde mexem com a vida de milhares de pessoas. Caminha-se em direção da Previdência e Assistência Médica restritas às elites privilegiadas, capazes de contribuições e à mercê das leis inexoráveis do mercado financeiro, caso queiram garantias na aposentadoria e atendimento de saúde efetivo e de qualidade. As decisões políticas estão restritas ao âmbito do Congresso Nacional, das articulações entre Governo, Ministros da área econômica e financeira e lideranças políticas que lhe dão sustentação. Passa longe uma ampla e democrática discussão, envolvendo todos os segmentos da sociedade.”

Considerações Finais

A *contra-reforma* da Previdência não pode ser vista isoladamente de um contexto maior de reformas as quais, por sua vez, estão situadas num processo de ajuste estrutural ainda mais amplo. Este processo de ajuste de caráter neoliberal possui determinações e implicações econômicas, sociais e políticas. As de natureza econômica são as mais evidentes e são a base para os principais argumentos da necessidade da reforma por parte do governo. Este vem afirmando sistematicamente, por meio de documentos oficiais e pela mídia, que a “Reforma da Previdência” seria absolutamente fundamental para a estabilização econômica, considerada prioridade absoluta pelo Presidente da República e pelas autoridades econômicas. A “Reforma” reveste-se de um fundamento “técnico”, apresentado pelos tecnocratas da Previdência, mas, sobretudo, pelos do

Ministério da Fazenda, através de fórmulas e equações extremamente complicadas, praticamente incompreensíveis por parte da grande maioria da população (como é o caso do **Fator Previdenciário**, apresentado como a “fórmula mágica” que resolveria todos os problemas da Previdência).

O corolário político dessa postura é evidente: o Congresso tem que aprovar a Reforma da Previdência proposta pelo Governo, sem a qual o país estaria correndo enormes riscos; e a sociedade tem que compreender e aceitar essa Reforma, sem pretender modificá-la. Qualquer manifestação contrária à Reforma tem sido considerada praticamente uma “traição” à pátria. Neste sentido, os movimentos sociais organizados contra a Reforma, apontados neste trabalho, tem tido uma reduzidíssima – quase nula – margem de manobra nas negociações com o governo nessa matéria. A pressão desses movimentos sobre o Congresso, por outro lado, tem esbarrado na maioria governista que tem apoiado, com algumas exceções, a proposta reformista oficial. Para tal, o Executivo tem utilizado todos os recursos políticos e materiais, uns legítimos e outros nem tanto (como por exemplo, as denunciadas “compras de voto” dos parlamentares), para fazer aprovar todas as Reformas consideradas essenciais.

A Previdência Social brasileira é o maior Sistema de Seguro Social da América Latina, possuindo a maior cobertura tanto urbana como rural. Além disso, desde os anos 70, mas, sobretudo, a partir da Constituição de 1988, possui características de Seguridade Social ao incorporar a Saúde – com um sistema de acesso universal, único na América Latina – e a Assistência Social, com programas também de base universal. Com isto, o Sistema Previdenciário brasileiro possui, desde a sua conformação, um corpo de benefícios sociais de natureza assistencial muito importante para uma parcela relevante da população brasileira não segurada. Em inúmeras cidades de pequeno e médio porte, os benefícios previdenciários, sobretudo as aposentadorias, se constituem hoje na única e/

ou principal fonte de renda das famílias de baixa renda. Dessa forma, a Previdência representa uma poderosa política de proteção social para amplos setores sociais no Brasil.

Ao analisar-se a *contra-reforma* no marco proposto pelos Organismos Internacionais para as Reformas da Seguridade Social na América Latina, o Brasil, de um ponto de vista bem geral, estaria adotando um sistema misto, mantendo uma Previdência Pública Básica e abrindo espaço para uma Previdência Complementar predominantemente privada. A aplicação mecânica desses modelos, no entanto, na maioria dos casos não leva em consideração nem a evolução histórica nem a composição estrutural de cada sistema de seguridade social, desrespeitando, portanto, as especificidades de cada país. O caso brasileiro não foge a essa regra.

O modelo previdenciário misto, aparentemente tão claro e tão lógico, na complexa realidade brasileira reveste-se ainda de múltiplas interrogações e indefinições. As principais questões que estão postas e que constituem pontos problemáticos seriam:

- O tamanho da Previdência Pública: qual será a abrangência da previdência estatal e sua cobertura. Se mantidos os atuais tetos (de contribuição e de benefícios) em dez (10) salários mínimos, a cobertura se manteria mais ou menos como está hoje, ou seja, com uma abrangência ainda relevante dada à distribuição salarial da população empregada, mas sem cumprir um papel redistributivo na medida em que apenas reproduz a atual estrutura salarial. Caso esses tetos sejam rebaixados, a Previdência Pública se tornaria excludente, ao reduzir sua cobertura e excluindo parcela importante da classe média, jogando-a nos braços da Previdência Complementar Privada (classe média essa com cada vez menos condições de pagar por um seguro privado, como já se verifica nos Seguros-Saúde privados).

- Qual o preço pago pela Sociedade, em termos

de subsídios e incentivos fiscais, para financiar a expansão da Previdência Complementar Privada.

- A baixa taxa de contribuição para a Previdência: hoje, apenas metade da população ocupada no Brasil contribui para a Previdência, o que tende a agravar-se com o aumento da informalidade e o desemprego.

- O problema anterior associa-se à grave, e não resolvida na Reforma, questão do **Financiamento**. Dadas as tendências apontadas de aumento da informalidade e do desemprego, não se pode manter a folha de salários como base quase exclusiva do financiamento da Previdência. O princípio da multiplicidade e diversidade de fontes – combinando recursos contributivos (baseados no lucro) com recursos fiscais (baseados numa Reforma Tributária progressiva) – já apontado na Constituição, não está previsto na atual Reforma.

- O corte de benefícios, que além de não resolver esse problema estrutural do Financiamento, traz conseqüências sociais graves, sobretudo em situações de ajuste e recessão.

- E, finalmente, mas não menos importante no atual debate, desmascarar de uma vez por todas o falso “déficit da Previdência”¹¹, que sempre foi o principal argumento daqueles que defendem a atual reforma neoliberal.

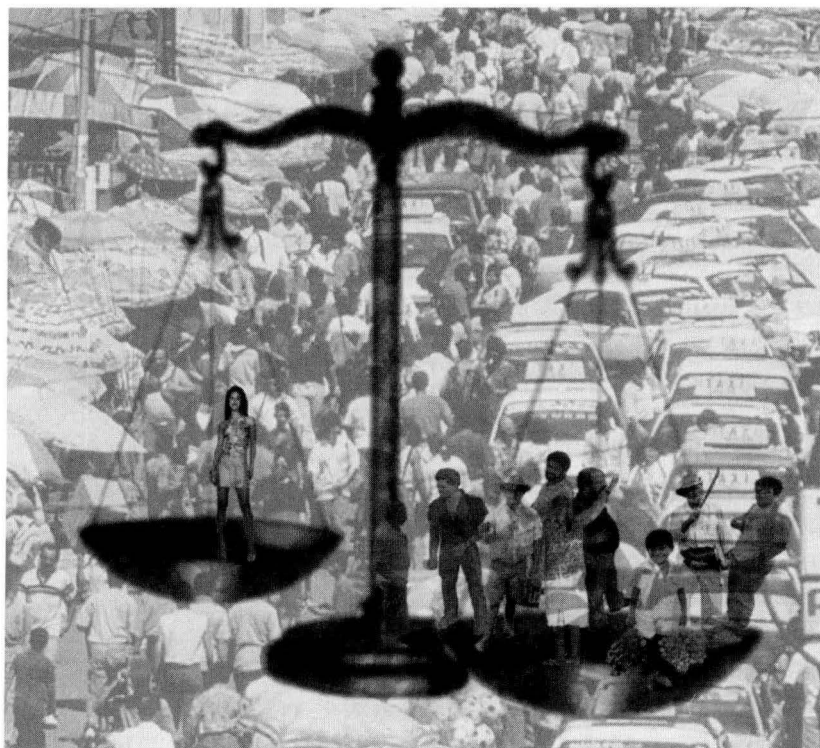
Lamentavelmente essas e outras questões não encontraram até agora nem canais de expressão nem foros de debate político amplos e eficazes. O Congresso, principal *locus* de discussão e decisão (formal) em torno da Reforma, encontra-se, como vimos acima, totalmente controlado e manipulado pelo Executivo.

A esperança é que neste ano eleitoral de 2002 o debate em torno à Previdência Social no contexto da Seguridade Social se renove, retomando as críticas e as propostas já construídas pelos setores de oposição ao projeto “reformista” neoliberal.

¹¹ Sobre o qual tampouco teremos espaço aqui para debater. Recomendamos a leitura de outros autores a respeito do tema, como Sulamis Dain e Aloísio Teixeira.

Reduzir as Desigualdades Promovendo o Crescimento Econômico

*Carlos Aguiar de Medeiros **



É hoje consensual a percepção de que uma elevada e persistente desigualdade na distribuição da renda e no acesso aos bens públicos distingue a economia e a sociedade brasileiras no confronto internacional. Muito menos consensual é o entendimento dos fatores subjacentes a esta realidade e, conseqüentemente, sobre o desenho de políticas públicas que permitam inaugurar uma via de desenvolvimento em que a inclusão social assuma verdadeira prioridade no país.

Segundo a corrente de pensamento amplamente dominante entre economistas no Brasil e no exterior vinculados a agências como o IPEA ou a organismos internacionais como o Banco Mundial, para retirar os indivíduos de sua

situação de privação e diminuir a iniquidade distributiva é necessário habilitá-los através de uma melhor distribuição de ativos (em particular o educacional). Como a ênfase é posta essencialmente no lado da oferta, as implicações econômicas que decorrem desta abordagem são, sobretudo, microeconômicas voltadas a um melhor funcionamento dos incentivos de mercado. As políticas sociais praticadas pelo Estado brasileiro ao longo da última década são apontadas como as principais responsáveis pelo atual *status quo* distributivo. A distribuição de renda depende, em conseqüência, de uma ampla reforma nas prioridades focalizando os programas sociais efetivamente nos pobres.

* Professor Adjunto do I.E. da UFRJ.

Apesar da distância política e ideológica com o pensamento dominante é bastante representativa no pensamento crítico atual a opinião comum de que o Brasil não é um país pobre, mas, sim, injusto e que políticas generosas de complementação e distribuição direta de renda podem alterar imediata e efetivamente o *status quo* distributivo.

Emerge deste diagnóstico não apenas uma relativização do crescimento econômico como estratégia de redução da pobreza, mas um crescente ceticismo sobre a sua importância. E isto após duas décadas marcadas pelo declínio da renda *per capita* nos anos 80 e sua estagnação nos anos 90! Entre outros aspectos está a nossa experiência dos anos de alto crescimento entre 1950 e 1980. Nestes houve elevada e crescente desigualdade, persistente pobreza e exclusão social. Esta *performance* constitui uma importante peça na retórica do pensamento dominante que busca afastar os fatores macroeconômicos e a estrutura produtiva da discussão sobre a distribuição da renda limitando-a a uma escolha de metas dentro de um dado e restrito orçamento social do governo.

Defende-se aqui na tradição da economia política clássica e dos economistas estruturalistas do desenvolvimento econômico, uma perspectiva alternativa. Não somos uma sociedade somente injusta. Somos uma sociedade em que não apenas há uma insuficiência de renda, mas uma sociedade em que o acesso aos bens públicos, como saúde, educação de qualidade, saneamento básico e infraestrutura, está confinado a uma minoria. Somos uma sociedade em que os pobres brasileiros são, para usar uma expressão inglesa, *pobres laboriosos* ou pertencem a famílias de pobres laboriosos, mas ocorre que não há suficiente emprego, ou quando há, a remuneração paga é insuficiente para superar as condições de pobreza. Conseqüentemente,

sem alterar estas condições materiais não é possível alterar de forma consistente a distribuição de renda.

De forma telegráfica é necessário responder às seguintes questões: por que entre os anos 1950 e 1980, malgrado o crescimento econômico e elevada mobilidade estrutural num país de tão alto desemprego, o crescimento econômico foi tão concentrador? Quais são, considerando as experiências nacionais conhecidas, as condições que ao lado do crescimento econômico viabilizam uma melhor distribuição de renda? Quais foram as conseqüências da interrupção do crescimento econômico sobre a distribuição de renda? E, finalmente, quais são as implicações para uma via de desenvolvimento menos desigual?

Consideremos brevemente a realidade brasileira. A observação geral a fazer é que os anos de alto crescimento não deixaram de gerar uma grande queda na pobreza absoluta e uma elevada mobilidade social, principalmente através da mobilidade estrutural. Mas, a alta taxa de urbanização ocorrida não foi simplesmente conseqüência da industrialização, mas da combinação de explosão demográfica e formidável migração de milhões de residentes rurais e de pequenas vilas – ainda hoje impropriamente denominadas de cidades – principalmente do Nordeste do país, expulsos de uma agricultura segmentada e de elevadíssima concentração fundiária. Até os anos 70, a agricultura moderna era essencialmente voltada para a exportação concentrada em poucas *commodities* e ocupando poucos e subremunerados trabalhadores. Graças à concentração da propriedade fundiária e o aprisionamento das políticas públicas aos interesses dos grandes proprietários, os milhões de residentes rurais (e pequenas vilas) permaneciam vinculados às atividades de subsistência ou deslocavam-se para as

grandes cidades. Não obstante o elevado ritmo de crescimento do emprego moderno este permaneceu abaixo da elevada expansão da oferta de trabalho urbana. Desse modo, a industrialização aumentou a heterogeneidade da estrutura produtiva e a polarização entre o campo e as grandes cidades.

O regime macroeconômico no período de alto crescimento foi caracterizado por uma estável, mas crônica inflação, indexada taxa de câmbio e juros e salário mínimo real declinante. Assim é que a nossa “idade de ouro” do crescimento econômico foi acompanhada por alta pobreza rural, intenso fluxo migratório, permanente aumento no preço dos alimentos, insuficiente investimento na expansão dos serviços públicos e repressão política da classe trabalhadora nas grandes cidades. Neste contexto os salários pagos aos trabalhadores qualificados, a taxa de lucro da grande indústria, as rendas financeiras e das propriedades (rurais e urbanas) modelaram uma distribuição de renda fortemente concentrada. Ainda assim, é possível dizer que se afirmou no período um processo de simultânea incorporação e exclusão social.

Compare-se brevemente esta experiência com a ocorrida em alguns países como no sudeste da Ásia. Lá, a aceleração do crescimento e do emprego industrial se deu simultaneamente a ampla reforma fundiária e modernização e proteção da agricultura de alimentos através de políticas públicas. A despeito de políticas autoritárias voltadas ao trabalho e um sistema previdenciário baseado essencialmente nas empresas, tanto os salários urbanos quanto a renda dos residentes rurais cresceram de forma articulada gerando um perfil distributivo muito menos polarizado do que qualquer experiência latino-americana ou africana.

Durante os anos 70, algumas mudanças começaram por transformar o nosso perverso

estilo de desenvolvimento. O crescimento econômico persistente liderado pela indústria diminuiu o desemprego estrutural, ampliou o poder de barganha dos trabalhadores e uma melhor política salarial estabelecida no meio da década permitiu aumentos reais no salário mínimo. Como resposta a uma crescente demanda urbana por alimentos, novos investimentos privados no campo, na indústria alimentar e na comercialização ao lado de uma moderna infra-estrutura, começaram alterar as relações agricultura/indústria.

A pobreza reduziu-se amplamente, a tendência à concentração da renda foi interrompida e a parcela salarial aumentou. Estes fatos sinalizavam que o Brasil estava no limiar de um padrão de desenvolvimento menos excludente. Talvez seja possível especular que se os anos 80 tivessem prosseguido a trajetória de expansão dos anos 70, em que o alto crescimento da produtividade se deu conjuntamente com a expansão do emprego assalariado, o país teria entrado na década de 90 com uma significativa inflexão na sua trajetória de desenvolvimento caracterizada por amplo excedente estrutural de mão-de-obra.

A crise macroeconômica dos anos 80, e o instável e baixo crescimento dos anos 90, abortaram esta inflexão. Nestes últimos vinte anos, graças ao declínio do crescimento da renda e do emprego moderno e a despeito da forte redução do ritmo de crescimento da oferta de trabalho, sub-emprego, i.e., o excedente estrutural de mão-de-obra expandiu-se fortemente.

Do início dos 80 até 1995, a alta taxa de inflação teve poderosos efeitos distributivos sobre os primeiros decis da distribuição dos indivíduos e famílias. Além deste fato, causado por abruptas mudanças nos preços relativos, a alta volatilidade no crescimento, pronunciada redução do

salário mínimo real e a estagnação na renda *per capita* foi acompanhada por forte concentração no mercado formal de trabalho, afetando especialmente os trabalhadores não qualificados. Como a taxa de crescimento do produto caiu mais intensamente que a taxa de crescimento do emprego, observou-se na década de 80 uma redução da produtividade da economia brasileira. Ao lado da redução da mobilidade ascendente estrutural ocorreu que os trabalhadores mais qualificados e protegidos e os donos dos ativos mais protegidos contra a inflação tiveram amplos ganhos de capital.

A desigualdade na renda poderia ter sido ainda mais ampla nestes anos se algumas políticas sociais não estivessem em ação. De longe a mais importante foi a extensão da aposentadoria para os trabalhadores rurais e o aumento do pagamento mínimo de aposentadoria.

Com o Plano Real, precedido por intensos fluxos de capital e abertura comercial, diferentes movimentos ocorreram. Em primeiro lugar, a queda na taxa de inflação extinguiu o principal fator prévio de concentração de rendas. A maior queda dos preços dos alimentos em relação a outros preços foi de fato a “âncora verde” do Plano e gerou significativa queda na pobreza absoluta. Mas o baixo e instável crescimento que se seguiu ao Plano exerceu um efeito distributivo oposto. Ao lado do declínio do emprego industrial, a estagnação e o declínio no emprego público resultaram em encolhimento do setor organizado da economia. Em menos de dois anos, a influência positiva dos preços relativos sobre a distribuição de renda foi mais do que compensada em S. Paulo por um efeito distributivo negativo causado pelo aumento do desemprego, declínio do rendimento médio dos ocupados e expansão de atividades de baixa renda. Além deste fato, uma taxa de juros elevada e

estável resultou em elevados ganhos de capital para os detentores de ativos financeiros.

No campo duas forças diferentes e opostas estiveram em ação. Graças aos investimentos em infra-estrutura dos 70s e das inovações técnicas que expandiram as terras agricultáveis a agricultura brasileira passou por intensa modernização especialmente nas culturas voltadas ao mercado interno. Esta transformação reduziu a heterogeneidade estrutural que caracterizou até aqui o desenvolvimento econômico brasileiro. A principal e positiva consequência deste processo foi o barateamento dos alimentos favorecendo os assalariados urbanos e rurais. Secundariamente começou-se a desenvolver em certas áreas do país (como no centro-oeste) uma relação dinâmica entre agricultura e indústria muito mais equilibrada do que a que existiu historicamente no conjunto do país. Mas o outro lado do processo de modernização foi o vasto crescimento do desemprego rural e da polarização entre os estabelecimentos rurais. Não apenas o progresso técnico, mas o declínio da massa real de salários urbanos e a desregulação da agricultura fortaleceram esta tendência excludente. Como resultado global destas transformações a produtividade da economia ficou estagnada nos anos 90, em que pese o crescimento da produtividade de alguns setores da indústria, agricultura, serviços financeiros e serviços públicos privatizados que se beneficiaram extraordinariamente das reformas. Conseqüentemente, a heterogeneidade estrutural da economia aumentou: a maioria do emprego deslocou-se para o setor informal ou para atividades de baixos salários. O excedente estrutural de mão-de-obra é hoje maior do que nos anos 80.

Duas questões emergem desta experiência. Em primeiro lugar, é importante observar que a persistente concentração da renda observada

no longo prazo na economia brasileira não decorre de um único e mesmo processo, mas resulta de movimentos econômicos e políticos contraditórios. Em segundo lugar é importante reconhecer que a diminuição do excedente estrutural de mão-de-obra, não apenas rural, mas crescentemente urbano, constitui um fator essencial em qualquer política voltada a combater a pobreza e melhorar a distribuição de renda.

Retomar o crescimento econômico sustentado de forma a reduzir continuamente o desemprego e o sub-emprego constitui assim desafio central e iniludível. É evidente que a elevação da renda *per capita* possui fortes efeitos sobre o declínio da pobreza e nas receitas públicas necessárias à expansão do gasto social. No entanto, dado os desníveis extraordinários que caracterizam a economia brasileira é desejável e é possível ampliar os efeitos sociais do crescimento possível.

Dado o padrão de consumo dos preceptores de renda baixa, intensivo em alimentos, produtos industriais de consumo de massa e serviços básicos, um padrão de crescimento com maior inclusão social pode ser liderado pelo consumo interno – o que não traz nenhum *trade-off* no médio prazo com o crescimento necessário das exportações – e se não for sistematicamente interrompido por choques e medidas contracionistas poderá expandir a demanda de trabalhadores manuais numa taxa muito superior a dos 90.

Com efeito, não é possível resumir a questão da iniquidade distributiva à apropriação desigual da renda. As carências na sociedade brasileira de habitações, saneamento básico, saúde e educação de qualidade não podem ser supridas se não por um amplo esforço de investimentos induzidos pelo setor público. A difusão destes bens é objetivamente um programa de distribuição de renda e centrar o desenvolvimento econômico em sua provisão é buscar uma

articulação até então ausente ou precariamente construída no país. Investimentos em construção civil, saneamento básico e demais serviços e bens públicos não apenas em grandes cidades, mas nas pequenas vilas possuem um formidável impacto sobre o mercado interno em bens de consumo de massa.

Esta questão é essencial para o processo de reforma agrária. O sucesso dos arranjos e políticas voltadas à sustentação da agricultura familiar (cooperativas, titularização, crédito, subsídio, etc.) dependem da expansão dos mercados locais, da provisão de infra-estrutura e da difusão de conhecimentos técnicos.

Desse modo, e concluindo, uma retomada do crescimento sustentado e dirigido prioritariamente à infra-estrutura, saúde, educação, habitação, acompanhada de elevação gradual, mas segura do salário mínimo real e medidas voltadas à pobreza (preferencialmente em renda e universais) constitui todo um programa de desenvolvimento econômico em que a demanda por justiça distributiva não fique restrita a uma equação de trocas de um contido orçamento social do Governo.

Democracia e Governo Local Dilemas da Reforma Municipal no Brasil

Orlando A. dos Santos Jr.
Revan/FASE, 2001, 248 p.
R\$28,00

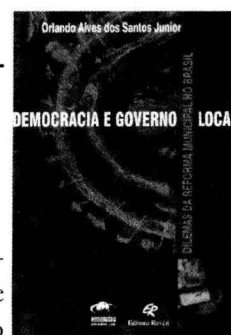
Este livro analisa as transformações nas instituições de governo local no Brasil, tendo em vista o processo de descentralização das políticas sociais, impulsionado a partir da nova Constituição Brasileira de 1988 por leis e programas de âmbitos federal e estadual.

Onde adquirir: FASE - Rua das Palmeiras, 90 Botafogo 22270-070 Rio de Janeiro RJ

Tel.: (0xx21) 2286 1441 ramal 120/121

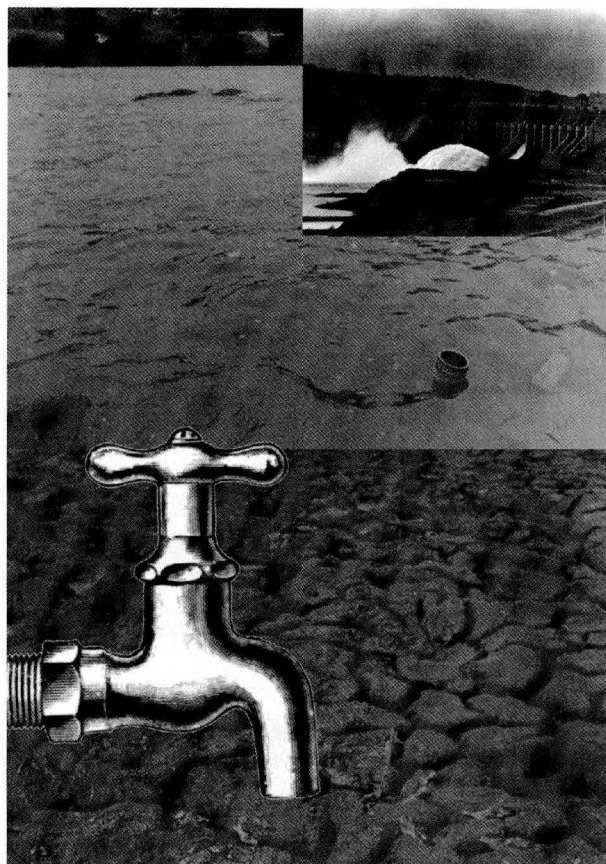
E-mail: sbrandao@fase.org.br

ou pelo site www.fase.org.br



Água, um bem comum

*Alcides Faria**



O debate sobre água em quantidade e com qualidade de modo a atender às necessidades humanas básicas e como insumo econômico deve, inevitavelmente, ser transversal ao debate sobre as desigualdades sociais e distintos modelos de produção e organização social. Faz-se necessário o desenvolvimento de processos consistentes que levem a mudanças de paradigmas, as quais devem considerar uma paradoxal combinação de conservação e mudança cultural. Os atuais sistemas de uso da água, determinados pelos modelos econômicos e organizações sociais, são insustentáveis e seguirão afetando a cada dia mais fortemente os sistemas de apoio ambiental.

Água é uma das mais críticas questões de segurança humana, as populações de várias regiões do mundo vivem um quadro de escassez, o qual sem dúvida, tende a agravar-se nos próximos anos. Isto parece inevitável, pois os modelos predatórios de uso dos bens naturais seguem fortalecendo-se.

Os desafios que se apresentam são, por um lado, fazer com que mais de 1,1 bilhão de pessoas consigam acesso à água em quantidade e com qualidade mínimas para sua sobrevivência e, por outro, promover a contenção dos processos de poluição, contaminação, assoreamento dos cursos d'água e de super exploração. A soma destes problemas pode provocar abalos econômicos com repercussões planetárias.

*Biólogo formado pela Universidade de Brasília, atualmente é Secretário Executivo da Coalizão Rios Vivos

Algumas das mais fortes evidências neste sentido são apontadas por Lester Brown (World Watch Institute) em “O Estado do Mundo” a partir da situação vivida por alguns países. Na China, Índia, África do Norte, Arábia Saudita e Estados Unidos o uso da água excede a capacidade de recarga dos aquíferos em 160 bilhões de toneladas por ano. Dos 6 bilhões de habitantes do mundo, 480 milhões estão sendo alimentados com os grãos produzidos pela excessiva extração de aquíferos. A China pode se ver forçada a importar grãos numa escala que poderá desestabilizar o mercado mundial do produto. Lá ocorreu um aumento do uso da água de aquíferos para abastecimento dos centros urbanos e irrigação muito além do limite de uso sustentável, levando-os à exaustão.

Na América Latina a situação é grave em várias regiões. No México a administração e manejo da água já são um problema de segurança nacional. Mais de 70% das bacias estão deterioradas e cerca de 80% dos aquíferos têm algum tipo de contaminação. Apenas 12% dos esgotos são tratados. Na agricultura a perda de água é de mais de 60%. A epidemia de cólera de 1991-92 levou as pessoas a uma mudança cultural: o país tornou-se o segundo consumidor *per capita* do mundo de bebidas engarrafadas.

No Brasil, apesar da relativa disponibilidade de águas superficiais e subterrâneas na maioria das regiões do país – o que levou à disseminação de uma cultura de despreocupação e desperdício –, os problemas são evidentes e graves: poluição por esgotos; poluição industrial; poluição agrícola principalmente a partir de biocidas; eutrofização de lagos e represas; assoreamento e mesmo desaparecimento de cursos d’água e a falta de proteção para os principais mananciais. Na cidade de São Paulo, uma das maiores do mundo e o coração econômico do país, cerca de 4 milhões de pessoas estão

sujeitas a racionamento. As enchentes trazem grandes problemas sociais e econômicos.

Na agricultura o modelo é calcado no desperdício de água, no uso de agro-químicos e de energia fóssil, em uma vertente, e na outra, na construção de grandes obras de infra-estrutura, fazendo avançar a fronteira agrícola para novas regiões do Cerrado e da Amazônia. Isto apenas beneficia empreiteiras e uma casta de agricultores e pecuaristas. É na análise deste processo que se revela uma lógica perversa para o país: cerca de 50% das áreas de Cerrado de ocupação antiga estão abandonadas quando deveriam estar sendo aproveitadas, pois a maioria já dispõe de infra-estrutura básica. Caso considere-se que as grandes obras de infra-estrutura e os investimentos nas novas áreas agrícolas são bancados principalmente por recursos públicos ou empréstimos subsidiados, temos aí claramente um mecanismo de transferência de riquezas para os setores mais abastados. Apesar de ampliar a produção de grãos os empregos agrícolas, entre 1990 e 2000, diminuíram de 7,641 para 6,185 milhões (Estado de São Paulo, maio de 2000).

Nas áreas já desmatadas estima-se a perda de solos em US\$ 5,9 bilhões ou 1,4% do PIB (Ipea, 1997). Este número está relacionado diretamente com “água” e o manejo dos territórios que a “produzem”. O ciclo chuvas / infiltração / cursos d’água não se realiza quando ocorre o desmatamento, os solos ficam descobertos e são compactados por máquinas, não são feitas curvas de nível e a vegetação marginal de córregos e rios não é respeitada. Assim a água da chuva lava o solo levando nutrientes e sedimentos para os cursos d’água, assoreando-os.

No sistema de tratamento e distribuição de água para o consumo comercial, industrial e domiciliar no Brasil as perdas são calculadas em 45%, o que significa 2,08 bilhões de m³/ano (Sabesp – Agenda 21).

Logicamente que as companhias cobram por toda a água produzida, onerando o consumidor como aumentando custo das empresas. Até mesmo na indústria automobilística isto pode ter reflexo: um carro gasta 45 mil litros de água para ser produzido.

Pode-se considerar que nos últimos anos têm ocorrido alguns avanços no trato da questão “água”, mesmo prevalecendo nas políticas públicas a visão “recurso hídrico”, com uma dimensão meramente economicista frente a uma necessária abordagem do tema como um bem natural fundamental para a vida e que está na base dos ecossistemas. As leis, por exemplo, não trazem em seu bojo uma explícita defesa dos ecossistemas aquáticos como elemento central para garantia de água com qualidade e está distante de questões como a da biodiversidade. Em razão deste quadro será alcançado um resultado menor se apenas determinados aspectos das políticas de manejo da água – como privatizar / não privatizar ou investimentos em infra-estrutura de produção – estiverem sobre a mesa como as soluções dos problemas. A necessidade maior é a de que sejam estabelecidos novos paradigmas, tendo como maior desafio alterar os modelos econômicos para que os sistemas de apoio ambiental não continuem sendo destruídos e sigam prevalecendo lógicas calcadas em interesses de alguns grupos, essência do declínio social e produtora de desigualdades.

Um dos elementos para a segurança da existência em qualidade e quantidade da água é o manejo territorial integral. A água disponível atualmente é progressivamente menor não somente porque cada vez se usa mais, mas, também, porque cada vez se tem menos em condições de ser utilizada devido à degradação nas áreas de captação e também à contaminação. É preciso trabalhar pela recuperação das bacias e seus ecossistemas como suporte para o avanço econômico e social. É necessária a preservação dos ecossistemas aquáticos e de sua diversidade biológica. Este necessário manejo territorial não ocorrerá sem a constituição de um processo de

participação social tanto no meio urbano como rural, envolvendo a pobres e ricos e sem esquecer todo o conhecimento acumulado pelas populações tradicionais e indígenas em muitas regiões, logicamente apropriando-se de novas técnicas e tecnologias.

Nos debates desenvolvidos a partir da sociedade civil alguns princípios estão postos a partir de diferentes iniciativas:

- A água é uma herança comum da humanidade e da vida, não podendo ser reduzida simplesmente a uma mercadoria;

- É um direito humano individual e coletivo;

- A democracia inter-generacional deve ser considerada para a tomada das decisões hoje; e

- A sustentabilidade deve ser a base, inclusive para fixação de pagamento pelo uso da água.

Algumas propostas:

- Ação em favor de uma Convenção Mundial da Água (ou um Tratado, ou Contrato);

- Ampliação dos investimentos nas alternativas energéticas para que os rios não sejam mais barrados. “Repontecialização” de barragens antigas;

- Campanha internacional contra o desperdício na agricultura e em outros usos da água. Que sejam constituídos sistemas mais eficientes para uso e reuso;

- Adaptação às condições naturais para o uso no transporte, não permitindo as grandes intervenções como as previstas para hidrovias Araguaia Tocantins e Paraguai Paraná;

- Promover a proteção especial das zonas de recarga dos aquíferos; das áreas úmidas e dos lagos;

- Promover um amplo processo de capacitação da sociedade para participar da gestão territorial, permitindo que instrumentos como os Comitês de Bacias tenham participação qualificada;

- Apoiar a organização social independente que trabalhe com o tema água, particularmente ONGs e movimentos sociais.

Refundação da Nação

César Benjamin *



Um eventual governo de esquerda fracassará se não diminuir substancialmente – e não apenas marginalmente – a pobreza no Brasil. Ela não pode ser explicada nem por problemas de população (cujo tamanho é adequado ao nosso território e cujas taxas de crescimento são baixas), nem por falta de recursos naturais (abundantes) ou de capacidade produtiva instalada (suficiente). Somos a décima economia do mundo, temos uma renda *per capita* média, mas, no que concerne aos indicadores de pobreza, como se sabe, estamos atrás de países muito mais pobres e muito mais frágeis. Na concentração da renda e da riqueza está o $\times$ da questão. Neste aspecto, somos campeões mundiais.

Não é necessário repetir aqui estatísticas que todos conhecem. Para que possamos pensar maneiras de enfrentar o problema, três especificidades brasileiras devem ser destacadas.

A primeira: a concentração de riqueza – ou seja, do estoque de bens, na forma de imóveis, fábricas, terras, etc. – é maior que a da renda. Os exercícios disponíveis mostram que 1% da população brasileira detém cerca de 53% do estoque de riqueza do país. Isso evidencia que as questões da pobreza e da desigualdade não dizem respeito apenas ao fluxo monetário, tal como ele ocorre no presente. Elas nos remetem também à criação da riqueza no passado, à forma como ela se cristalizou e foi apropriada

* Da Coordenação Nacional da Consulta Popular, responsável pela editora Contraponto.

ao longo do tempo. Será, pois, insuficiente qualquer política que se limite a gerenciar fluxos de renda, sem alterar a distribuição do estoque de riqueza já criada.

A segunda: a curva da concentração se acelera bruscamente quando nos aproximamos do topo da escala. Se representarmos a população brasileira em um segmento de reta, com os mais pobres numa ponta e os mais ricos na outra, havendo uma transição gradativa entre os extremos, e estudarmos como a concentração vai se dando ao longo do espectro, perceberemos que a velocidade dessa concentração está dentro dos padrões internacionais, até atingirmos um ponto muito perto do topo. Ali, quando encontramos o grupo mais rico, inferior a 5% da população, a concentração dispara. Os pobres e remediados brasileiros perdem longe para os pobres e remediados dos países desenvolvidos, mas os ricos brasileiros não perdem para os ricos de lá. As políticas de desconcentração enfrentarão, pois, interesses poderosos, claramente localizados em grupos detentores de grande capacidade de ação política eficaz.

A terceira: quando comparamos os dados dos últimos censos, constatamos que nossos níveis de concentração de renda e riqueza são crescentes em todas as últimas décadas. Por exemplo: a renda dos 10% mais ricos era 34 vezes maior que a dos 10% mais pobres em 1960; essa relação passa para 40 vezes em 1970, 47 vezes em 1980 e atinge 78 vezes no censo de 1991 (os dados para 2000 ainda estão incompletos). Outras metodologias, como o índice de Gini e a curva de Lorenz, dão resultados coerentes com este. Isso demonstra uma tendência de longo prazo, que parece ser imune ao formato das instituições políticas, às ações de governo e ao desempenho da economia. Pois, nesses períodos, vivemos experiências muito diferenciadas entre si, tanto do ponto de vista político-institucional (democracia, regime militar “brando”, regime

militar “duro”, redemocratização) quanto do ponto de vista econômico (recessão, reestruturação, “milagre”, baixo crescimento). Como norma geral, quando a economia entra em recessão, a renda se concentra; mas, quando entra em um ciclo expansivo, a renda também se concentra! As instituições políticas se alteram sem afetar esse processo, cuja dinâmica não parece ser atingida por essas variáveis mais mutantes, visíveis e superficiais.

Em síntese: temos renda e riqueza altamente concentradas, essa concentração chega ao paroxismo no topo da escala e tende a agravar-se no tempo. Trata-se de um cenário que existe há décadas, desde que começamos a produzir estatísticas nacionais. Ele mostra tendências profundas da nossa sociedade. Os resultados preliminares do censo de 2000 apontam que essas tendências se mantiveram durante a década de 1990, apesar do controle da inflação. O efeito positivo do Plano Real esgotou-se em mais ou menos um ano, retomando-se em seguida a dinâmica fortemente concentradora.

O resultado mais grave desse processo é a expansão da pobreza absoluta, principalmente em áreas de desemprego e subemprego estruturais dentro dos aglomerados urbanos, e em áreas do interior que combinam alta densidade demográfica e agricultura estagnada, com amplo destaque para as do Nordeste. Nas cidades, a rigor, não há mais bolsões isolados, e nem a pobreza decorre necessariamente da inserção das pessoas em atividades de baixa produtividade. Hoje, os pobres se espalham por todos os setores da economia, inclusive entre os servidores públicos e os empregados de empresas privadas modernas.

Não devemos ter ilusões: reverter isso não será fácil. Muitos subestimam as dificuldades que teremos, se desejarmos de fato alterar uma trajetória histórica tão consolidada. Por isso, é preocupante o amplo

predomínio, na esquerda brasileira, de correntes de opinião que centram sua preocupação programática apenas em alterações na condução da política macroeconômica, combinadas com políticas sociais compensatórias. Não se dispõem sequer a questionar seriamente a herança deixada pela década de predomínio de políticas neoliberais (privatizações, dívidas, etc.). Implícita ou explicitamente, aceitam o diagnóstico de que a crise brasileira é antes de tudo uma crise do Estado, devendo ser tratada e resolvida nesse âmbito. Esse caminho, embora aparentemente mais fácil para quem quer “credenciar-se” a chegar ao governo, fracassará rotundamente. Entregaremos o governo, provavelmente para a direita, sem ter modificado o perfil de concentração que encontramos.

Se quisermos enfrentar a questão, precisaremos de soluções de natureza estrutural, que alterem o sistema de poder que comanda o Brasil. Que isso quer dizer? Detêm o poder aqueles grupos que controlam recursos e instituições decisivas na organização da vida social, fazendo com que a sociedade funcione de forma subordinada aos seus interesses. Alterar o sistema de poder é transferir o controle desses recursos e instituições a outros grupos sociais, o que, em nosso caso, significa democratizá-los. A pergunta, então, passa a ser: o que precisaria ser democratizado no Brasil para dar início a uma reorganização da sociedade, que rompa com sua trajetória histórica de exclusão social? A meu ver, quatro coisas: a propriedade da terra, principal recurso natural do país; o controle do sistema financeiro, que determina a alocação dos recursos líquidos disponíveis; os meios eletrônicos de comunicação, que, em uma sociedade de massas, são a base de formação de opiniões e valores; e o acesso à educação e à cultura, elemento impulsionador da cidadania. O diagnóstico básico, neste caso, é de que as raízes da crise brasileira estão na

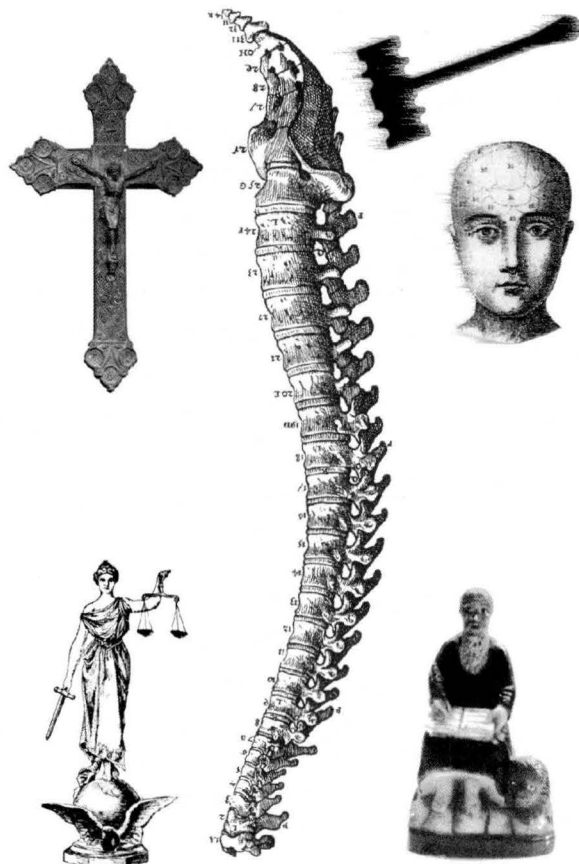
forma de organização da sociedade. A crise do Estado se subordina a uma crise maior, cuja superação é necessária para reverter a rota de degradação do país. Por isso, a meu ver, a oposição não precisa de um programa econômico, *stricto sensu*, mas de um programa de refundação da nação, que retire os instrumentos de poder da nossa burguesia de negócios – cada vez mais rentista e internacionalizada – e os transfira aos grupos sociais que vivem no mundo do trabalho e da cultura, comprometidos com o futuro do país.

Ambas as posições não se excluem completamente: os chamados “moderados” podem falar em reformas estruturais, enquanto nós também defendemos alterações na política econômica. Mas a predominância de uma opção ou de outra demarca caminhos bem diferentes.

A principal diferença é a seguinte: se limitarmos nossa proposta a alterações nas políticas de governo, estamos dando, às elites, a garantia de que seu sistema de poder não será questionado. É como se um general declarasse que deseja derrotar o exército inimigo, mas não pretende retirar dele seus fuzis, seus tanques e sua aviação de combate, nem desmobilizar suas tropas, nem desorganizar sua cadeia de comando. A proposta dos “moderados” é assim: as elites “derrotadas” continuarão controlando os recursos e instituições mais importantes da sociedade. Poderão perder um pouco aqui e ali. Porém, mantendo o controle da terra, da riqueza, da informação e da cultura, manterão a capacidade de organizar e comandar a vida social, conservar-se fortes e organizadas, impor limites, reagir, exigir concessões, destruir a coerência sistêmica de qualquer política alternativa e, finalmente, vencer. Tem sido assim ao longo da nossa história. Tudo indica que será assim no futuro que nos aguarda, se não houver drástica correção de rumos.

A Crença Popular, Latente e Obstinada, na Igualdade

*Luiz Eduardo Soares**



Quem negaria que a desigualdade é o grande problema brasileiro ou o retrato sintético mais dramático do conjunto de nossos problemas? Se excluirmos os cínicos e os liberais radicais, adeptos do anarquismo conservador neo-Lockeano de Robert Nozick, talvez todos reconheçam a importância moral, social e política do tema, entendido como condicionante ou consequência de nossas mazelas mais graves. Há vários modos de abordar essa

problemática angustiante, tão desafiadora nos planos existencial e intelectual. As abordagens mais comuns são políticas, econômicas e sociais, todas absolutamente indispensáveis. O ângulo cultural tem sido menos freqüente. Talvez porque os antropólogos estejam paralisados ante a interessantíssima tese dumontiana que desnaturaliza o igualitarismo e que se tornou dominante na arena acadêmica brasileira especializada.

*Professor do Depto. de Ciências Sociais da UERJ e Professor licenciado do IUPERJ.

Segundo essa leitura do Brasil, nossa sociedade seria vertebrada pela hierarquia, sobre cujo eixo dispor-se-iam as pessoas com seus atributos funcionais e suas qualidades relativas - não os indivíduos, iguais perante a lei. Classes sociais ou estratos estamentais corresponderiam a estruturas simbolicamente alicerçadas nas crenças matriciais, em cujo âmbito a diferença hierárquica seria compreendida como um valor. Posições superiores e inferiores indicariam diferenças de poder, mas, sobretudo, retratariam disposições axiológicas e cósmicas. O paradoxo desse processo de relativização crítica do igualitarismo tem sido sua conversão em paradigma naturalizador da desigualdade, sob os auspícios da justa mas arriscada valorização da autonomia dos símbolos.

O marxismo, hegemônico nas ciências humanas brasileiras até meados dos anos 80, empobrecia a interpretação da cultura ao reduzir a especificidade da dimensão simbólica e valorativa a estratégias de poder, dissimulação e manipulação. Nosso culturalismo contemporâneo tende a dissolver as tramas políticas e econômicas em traçados supostamente neutros, preservando a autonomia do símbolo e do valor a qualquer custo. A questão-chave da desigualdade, por exemplo, era vista, na tradição marxista mais vulgar, como objeto de ocultamento e deslocamento por parte de determinadas “ideologias religiosas”, que remetiam o fiel a recompensas posteriores à morte, graças à mediação do Juízo Final reparador de todos os males e injustiças.

Proponho a reconsideração dessa leitura, de tal maneira que se possa combinar o respeito à especificidade do simbólico e, portanto, nesse caso, à linguagem teológica, com a sensibilidade para as estratégias ideológico-políticas. Pretendo fazê-lo em dois passos: em primeiro lugar, expondo, muito breve e superficialmente, a pregnância

pervasiva da perspectiva religiosa, seu poder de imantação semântica e sua autonomia lógico-argumentativa, presente nos ambientes discursivos mais diversos e aparentemente distantes; em segundo lugar, apontando, ainda que de forma sumária e simplificadora, o potencial politicamente criativo e crítico dessa perspectiva.

A noção de justiça como aplicação do princípio de equidade, institucionalizada nas democracias ocidentais, tipicamente individualistas e igualitárias (ainda que com os hibridismos próprios aos tropicalismos sincréticos), remete ao conceito de reparação. Sempre que houver danos impostos por transgressões ao princípio matricial, haverá reparação, por intervenção da autoridade do Estado, mediadora na restauração do equilíbrio rompido. A justiça contempla, conseqüentemente, o lapso temporal imanente ao circuito que encerra seu exercício. Esse circuito equivale ao encadeamento de práticas e procedimentos ditados pelas normas instituídas, em nome do cumprimento do preceito axial. O desequilíbrio instaurado pela ação que fere a equidade - por exemplo, ferindo o direito à liberdade que, por ser universal (em razão da extensão determinada pela equidade, isto é, pela igualdade de todos ante a lei), é limitado pelo direito alheio a essa mesma liberdade - é restabelecido pela atribuição da pena, que corresponde a um custo, ou seja, a um desequilíbrio artificial na distribuição de responsabilidades perante a lei. A realização da justiça apresenta-se como reafirmação da equidade, no caso em que esse princípio é atingido. Enquanto reafirmação da equidade, estende-se, empiricamente, como série de atos e deliberações, cujo *telos* é a reparação, para efeito da fé social em seu princípio ordenador elementar ou para compensar a vítima do logro, da agressão, do prejuízo

imposto por ação alheia evitável. O móvel pode ser a sinalização prospectiva, inibidora das práticas transgressoras, mas o destinatário da reparação não é só o direito, como patrimônio social, é também o indivíduo lesado, o titular de direitos vitimado. Mas o fato é que atos e deliberações radicam-se no espaço e no tempo. Se suspendermos o espaço ou incorporarmos ao modelo um espaço cósmico, mitológico, e se espicharmos o tempo para além do período de vida do cidadão, para além do período de vida da própria sociedade, encontraremos a figura escatológica da redenção, como reparação absoluta ou justiça divina.

Essa descrição sublinha a homologia estrutural entre dois conceitos de justiça: a razão laica, fundada na equidade e no movimento voltado para a reparação, e a *ratio* demiúrgica, fundada na igualdade dos seres humanos ante o criador, fonte suprema da justiça absoluta, cuja obra é a grande reparação cósmica. Nos dois paradigmas, o tempo constitui uma variável pertinente, interna à categoria justiça, porque intrínseca à sua realização enquanto prática reparadora ou redentora, restauradora do equilíbrio original perdido. O mais interessante a observar, entretanto, é o papel de duas noções tacitamente implicadas: reversibilidade e compensação.

A reversibilidade supõe tempo e pode produzir-se pela aplicação diligente da virtude ou pela intervenção mediadora e reparadora da justiça (humana ou divina). Note-se que são distintas as idéias de desigualdade quando a reversibilidade entre as posições relativas aos atores comparados é considerada possível e impossível. Sabendo-se que a noção de impossibilidade não abrange o campo de intervenção do divino, identifica-se uma das conexões significativas entre justiça e tempo histórico-político, acessível ao engenho humano: a reversibilidade das posições ou dos estados

desiguais. Em segundo lugar, depreende-se que apenas são reversíveis o estado e a posição dos respectivos sujeitos, não suas identidades ou seus traços identitários singularizantes, os quais constituiriam diferenças que, por definição, não participariam do cálculo mundano das desigualdades. Nesse sentido, diferenças não são desigualdades e justiça alguma se confundiria com mútua conversibilidade ontológica.

Compensação distingue-se da reparação por realizá-la apenas simbolicamente e sem que se reduza a incomensurabilidade entre os bens subtraídos e concedidos por operação da justiça. Por isso, diferencia-se de procedimentos institucionalizados. Alguém comete um crime e perde um familiar em um acidente: a sabedoria popular veria aí, por vezes, o trabalho da mão invisível das compensações cósmicas, essa espécie de reciprocidade não-codificada que só se revela aos olhos dos que a reconhecem. Além da incomensurabilidade entre os bens e a agramaticalidade dos movimentos, está presente no microuniverso simbólico da compensação o conceito da pluralidade dos mundos da vida ou a multidimensionalidade existencial: perdas vividas em um domínio são como que compensadas, segundo essa linguagem cultural, por ganhos paralelos em outras áreas da vida. Nesse sentido, uma perspectiva teísta que se articulasse na linguagem da compensação, interpretaria cada evento como presságio de uma justiça oculta agindo acima da compreensão humana, respondendo a circunstâncias situadas, por exemplo, em vidas pretéritas.

Ambas as noções latentes, reversibilidade e compensação, distinguem-se da naturalização da desigualdade, que a considera fruto do acaso natural ou do arbítrio dos deuses, vistos como os demiurgos-jogadores da mitologia grega, sem compromisso com a equidade, que se divertem privilegiando e depreciando seres humanos, aleatoriamente. Nesse quadro, a desigualdade também se naturaliza e penetra a substância dos seres humanos, impregnando sua conformação

ontológica e se confundindo com a diferença identificadora, definida, acima, como instituinte das singularidades, mas ostensivamente entendida como não-contraditória com a teleologia e a antropologia da igualdade, enquanto sustentáculos do princípio da equidade.

Reversibilidade e compensação, em níveis distintos e com implicações diversas, são categorias tácitas, ordenadoras de formações culturais relevantes, em nossa sociedade, que se inscrevem na problemática da justiça como equidade, isto é, que se incluem na visão de mundo, cujo valor axial é a igualdade dos seres humanos ante a sociedade e seus benefícios, ante a vida coletiva e o rigor de suas exigências.

Isso significa, em suma, o seguinte: esperar que se faça justiça na “outra vida”, depois da morte, não implica, necessariamente, renunciar à justiça laica, alienar-se; implica, sim, de um modo peculiar, crer na justiça como equidade, crer em uma certa justiça homóloga àquela que deveria vigorar nas sociedades verdadeiramente democráticas; implica, sim, valorizar a justiça - e seu par, a equidade -, contar com ela, temer seus efeitos e desejar seus frutos.

Apostar na justiça, algum dia, mesmo que ela seja esperada apenas como obra e graça de Deus, significa manter viva a idéia, em certa medida contraintuitiva, da igualdade entre os seres humanos que compartilham o cotidiano de iniquidades, desigualdades e injustiças – nesse mundo, em nosso mundo, até hoje irreversíveis. Significa investir na reversibilidade e delegar ao tempo a função de portador prospectivo ou potencial da reparação. Não haveria aí, embutido na aparente capitulação ignorante, mistificante e alienante, um sentido extraordinariamente rico e politicamente fecundo para a história? Bastaria pensar o tempo na dimensão da história para que o *telos* reparador se convertesse no objeto do engenho humano coletivo; para que a

escatologia da reversibilidade se transformasse em um a-fazer ao alcance de nossa comum e precária humanidade.

Eis o que gostaria de demonstrar: a cultura pode ser reaproximada da política por uma via original, que se recusa a reduzi-la a epifenômeno, mas que identifica e retém, analiticamente, seus vínculos com as questões estratégicas de nossa experiência política cotidiana.

O breve exercício interpretativo exposto nesse artigo, pretende sugerir que algumas visões aparentemente naturalizadoras e resignadas da desigualdade, típicas do Brasil tradicional e ainda presentes no Brasil contemporâneo, podem guardar um tesouro cultural que inverte a compreensão desqualificante, tão freqüente, abrindo perspectivas para a afirmação de uma filosofia prática resistente, por isso contraintuitiva, que teima em crer no que o presente nega: a igualdade. Que teima em crer no que o passado nega: a reversibilidade. Que teima em subverter, na convicção serena e obstinada, sempre utópica e inspiradora de esperança, porque contraintuitiva (daí crítica, reflexiva, resistente), o que a história tem sido: tempo de reversão, reparação, transformação, reordenação sob o compasso da equidade.



Ensaio sobre o Desenvolvimento Brasileiro: heranças e urgências

IPPUR/FASE/REVAN, 2000
R\$35,00

O livro abrange, em sua primeira parte, questões específicas sobre políticas e planejamento regional e local, e questões voltadas para o conteúdo ou *estilo* do desenvolvimento que ocorreu no Nordeste, envolvendo o processo de industrialização, o papel desempenhado pelo setor público, a crescente heterogeneidade da região, além da seca e a fome sempre presentes, em sua segunda parte.

Por um Brasil Sustentável e Democrático

Pavimentando um Pedaco de Caminho*

Jean-Pierre Leroy**



Há décadas, sucessivos governos repetem a crença nas virtudes do crescimento. Suas promessas não foram feitas ao Bom Jesus da Lapa ou ao “Padim” Cícero, mas ao FMI e à nebulosa do poder mundial. O que existe hoje é um mercado arrasador que submete tudo e todos ao seu jugo.

Não queremos desenvolvimento e crescimento *per se*, mas, sim, uma sociedade sustentável, democrática, igualitária que construa a sua economia doméstica, a sua casa (*oikos*). Na falta de outra palavra, é a isso que chamaremos a seguir de desenvolvimento.

Embora não preguemos o isolamento internacional, reafirmamos a necessidade de um país continental como o Brasil, com os recursos e a população que tem e com a sua abismal desigualdade, se voltar para um desenvolvimento

mais endógeno. Porém, novas e autênticas políticas de desenvolvimento que dêem prioridade ao mercado interno só serão viáveis a partir de um novo encaminhamento que faça frente ao estado de crise permanente das contas do setor externo brasileiro. A revisão dos acordos relativos à dívida externa segue sendo condição básica para o desenvolvimento nos termos desejáveis.

Por sua vez, a produção industrial¹ deve ser orientada através de claras e permanentes políticas de estímulos ou desestímulos à produção, conforme o caso. Impostos, créditos e

¹ Ver Schlesinger, Sérgio. Indústria brasileira: caminhos para a sustentabilidade e a democracia. Rio de Janeiro, Projeto Brasil Sustentável e Democrático, FASE, 2001, Série Cadernos Temáticos n° 7.

* Essa reflexão é fruto do trabalho produzido pelos participantes do Projeto Brasil Sustentável e Democrático. Retoma a apresentação feita no Seminário sobre Sustentabilidade norte-sul, organizado pela Fundação Heinrich Böll, Amigos da Terra e o Programa Cono Sur Sustentable, realizado em outubro de 2000, em Berlim, Alemanha.

** Assessor da Fase, coordenador executivo do Projeto Brasil Sustentável e Democrático.

outros instrumentos que envolvam recursos públicos devem servir a este fim. Deve ser eliminado todo e qualquer subsídio ou outra forma de incentivo à produção de bens que não gere quantidade significativa de empregos, que requeira o consumo intensivo de recursos naturais, que seja de natureza altamente poluidora ou ameace a saúde dos trabalhadores envolvidos. Por outro lado, segmentos produtivos que atendam positivamente a estes requisitos deverão ser estimulados. Caso contrário, poderão ser fortemente taxados pelos danos causados à população e ao meio ambiente.

Tecnologias industriais de risco comprovado e de alto conteúdo energético devem ser objeto de restrições progressivas ou de abandono. A introdução de novas técnicas e padrões de produção não pode permanecer subordinada à lógica do mercado e da rentabilidade financeira de curto prazo. A legislação e os recursos públicos podem viabilizar o desenvolvimento da ciência e tecnologia voltadas para este objetivo. A reutilização e reciclagem de sucatas e materiais, resíduos e subprodutos do próprio processo, bem como a redução do consumo de energia, água, matérias-primas e outros insumos em processos industriais devem ser objeto de estímulos específicos e as empresas responsabilizadas quando for o caso. Deve ser visado o prolongamento da vida útil dos bens de consumo.

A Reforma Agrária Sustentável² continua sendo um imperativo social e de desenvolvimento para o país. Os assentamentos promovidos pelo Ministério do Desenvolvimento Rural não passarão de mitigadoras de uma situação explosiva se não estiverem inseridos num conjunto de políticas voltadas para o fortalecimento da agricultura familiar. Agricultura familiar, Reforma Agrária, reservas e assentamentos extrativistas, territórios indígenas (sendo que a importância e o lugar destes últimos ultrapassa em muito a reflexão feita aqui) têm que ser vistos também hoje, para além da função produtiva, como promotores da descompressão urbana, como

fatores importantes da segurança alimentar e nutricional por garantir potencialmente a diversidade fitogenética, a diversidade e qualidade alimentar, como prestadores de serviços ambientais, pela produção e manutenção das águas, da biodiversidade etc.

Precisamos urgentemente adquirir, do poder público à sociedade, uma visão que pense o território e as forças sociais atuantes nele, para que as políticas e as ações possam ser decididas numa perspectiva mais totalizante e pactuada. Contra a lógica desterritorializante da globalização, queremos a sustentabilidade dos lugares, o que exige regulação social sobre o uso dos lugares e pactos territoriais. A permanência dos povos e populações rurais e florestais, na sua grande diversidade, é particularmente importante neste sentido de re-equilíbrio do território e vitalização de um desenvolvimento local e regional endógeno e incluyente. Quanto às políticas industriais, especial atenção deve ser dada aos padrões de localização da indústria. Por um lado, pode ser incentivada a desconcentração geográfica da produção, de modo a estimular atividades compatíveis com cada uma das regiões do país, combatendo-se ao mesmo tempo o deslocamento em busca de vantagens comparativas danosas para a sociedade, os trabalhadores e o meio ambiente. Por outro, deve ser impedida a nociva concentração de indústrias altamente poluidoras, como vimos no caso da cidade de Cubatão.

Contra o cerceamento do meio ambiente em áreas circunscritas a Unidades de Conservação, deixando o resto do território livre para a exploração e depredação, queremos uma política que perceba o meio ambiente como inserido na trama do território, nos espaços de produção, de residência, de deslocamento, de serviços. A gestão do meio ambiente não pode estar, de um lado,

² Ver Mazetto Silva, Carlos Eduardo. Democracia e sustentabilidade na agricultura brasileira. Rio de Janeiro, Projeto Brasil Sustentável e Democrático FASE/AS-PTA, 2001, Série Cadernos Temáticos nº 4.

restrita a um Ministério e, do outro, entregue, como no caso da produção de grãos no Cerrado e da água na Amazônia, a interesses econômicos. Em particular, a gestão da água não se resolverá por acordos entre “usuários” em instâncias em que os interesses difusos da sociedade e do país não estejam ativamente representados.

A necessidade vital de dispor da energia suficiente para um desenvolvimento endógeno e a supressão das enormes desigualdades existentes exige também uma visão de território e o debate societário mais amplo e esclarecido possível³. O desenvolvimento do transporte público de massas, do transporte de cargas por via marítima e ferroviária deve ocupar boa parte do espaço hoje ocupado por automóveis e caminhões.

Em discordância com o *Avança Brasil*, que privilegia eixos de desenvolvimento mais aparentados a corredores de exportação, afirmamos que uma perspectiva integradora deveria articular o todo nacional, subordinando a inserção competitiva aos propósitos da distribuição da renda e da redução das desigualdades regionais⁴. Nesta linha, propomos, por exemplo, “reduzir a taxa de expansão das novas fronteiras, pois elas inviabilizam a consolidação e o desenvolvimento nas áreas de fronteira antigas” e “promover a renovação de fronteiras antigas”⁵. E quando a expansão se dá, que seja a partir dos atores locais, das suas tradições e experiências acumuladas, como defendem e experimentam os governos do Amapá e do Acre. As cidades não podem ser vistas como plataformas que viabilizam nossa “globalização”, subordinando todas as questões urbanas a essa estratégia. É preciso resgatar o sentido da cidade como lugar da vida, individual e societária, ao qual o desenvolvimento deve estar subordinado, e lugar de vivência de uma cidadania mais igualitária. Precisamos de políticas nacionais que ajam sobre a construção do urbano no conjunto do território e que promovam as necessárias mudanças de estrutura de poder e de gestão nas metrópoles.

As proposições formuladas aqui supõem mudanças profundas na cultura política. Em particular, sublinhamos aqui a necessidade de enraizar

a prática do controle público e da sociedade sobre as instâncias que travam discussões e tomam decisões que afetam nosso futuro⁶.

No que diz respeito ao processo de privatização dos serviços públicos – que envolve setores como os de energia elétrica, telecomunicações, petróleo, construção e manutenção de rodovias, portos e aeroportos, saneamento básico, abastecimento de água, transporte urbano e suburbano, entre outros –, o fato de o Estado deixar de ser o responsável direto pelo desenvolvimento econômico e social como produtor de bens e serviços e de abdicar de parte das suas funções; impõe a necessidade de assegurar o controle público sobre esses serviços. Isso supõe uma redefinição do seu papel, no sentido da sua capacitação para assumir as atividades de regulação e fiscalização destas atividades: criação ou fortalecimento de agências, conselhos, comissões etc., com quadros da função pública preparados para isso, recursos próprios e mais a participação de setores da sociedade civil que tenham legitimidade para representar os interesses difusos da sociedade. As representações do setor privado, da área científica, das ONGs e das organizações sindicais e populares deveriam passar por órgãos

³ Ver Bermann, Célio. *Energia no Brasil: para quem? Crise e alternativas para um país sustentável*. São Paulo: Livraria da Física: FASE, 2001.

⁴ Acselrad, Henri e Silva, Geraldo. Eixos de articulação territorial e sustentabilidade do desenvolvimento no Brasil. Rio de Janeiro, Projeto Brasil Sustentável e Democrático, FASE, 2001, Série Cadernos Temáticos nº 10.

⁵ Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia – IPAM, Instituto Socioambiental – ISA. *Avança Brasil: Os custos ambientais para a Amazônia*. In: *Sustentabilidade e democracia para as políticas públicas na Amazônia*. Rio de Janeiro, Projeto Brasil Sustentável e Democrático/Ipam, 2000, mimeo

⁶ Fórum Brasileiro de ONGs e Movimentos Sociais para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento. *Brasil Século XXI. Os caminhos da sustentabilidade cinco anos depois da Rio 92*. Rio de Janeiro, Fase, 1997.

colegiados cuja representatividade fosse reconhecida ou, quando não houver, por consultas tão amplas quanto for possível.

Embora o Estado se tenha desfeito da produção direta de bens, não pode renunciar a seu papel orientador de políticas de desenvolvimento econômico e social nos termos definidos acima. Mas não cabe mais que tais políticas, que colocam em jogo o futuro do conjunto da sociedade, de um lado sejam totalmente subordinadas à política financeira e cambial e, do outro, sejam discutidas unicamente pela tecnoburocracia supostamente especializada, pelo “núcleo duro” da alta administração, do executivo federal e da parte do setor privado que mais se afina com a abertura comercial desmedida. Cabe reforçar os órgãos públicos especializados voltados para isso, mas também submetê-los – assim como às políticas e propostas de desenvolvimento – à discussão pública, o que começa pela disponibilidade de informação e pela transparência.

A Comissão de Políticas de Desenvolvimento Sustentável e Agenda 21 – CPDSA21 – não deve pensar que esgotou a sua missão com a produção da Agenda 21 brasileira. Deve se fortalecer, ou o que lhe suceder, como instrumento privilegiado de debate e de definição de orientações estratégicas entre os vários setores da sociedade brasileira: Estado/governo, setor privado, sociedade civil organizada, academia, ampliando-se inclusive para incorporar os governos estaduais e locais, os partidos políticos e os legislativos.

Tais reivindicações são inócuas no quadro atual de precarização e desmoralização da função pública, de fragilização da universidade, de tentativas de desmoralização das oposições e da contestação democrática, de enfraquecimento das ONGs ou sua diluição em tarefas de emergência e assistência. É preciso antes de tudo, fortalecer os atores que possam contrapor-se à lógica e ao poder do mercado, sejam quadros da função pública dos três poderes, da academia, do setor privado, das associações profissionais, dos movimentos sociais e das ONGs. Em particular, é precisa publicizar a existência e as ações das organizações da sociedade

civil de interesse público. Que se realizem campanhas para que outros setores da sociedade se associem a estas organizações e que, desta forma, fortaleçam a sua legitimidade e sua capacidade de intervenção. Como já foi dito, é preciso reforçar a capacidade de ação coletiva em redes e outros coletivos, em verdadeiros “mutirões da cidadania”.

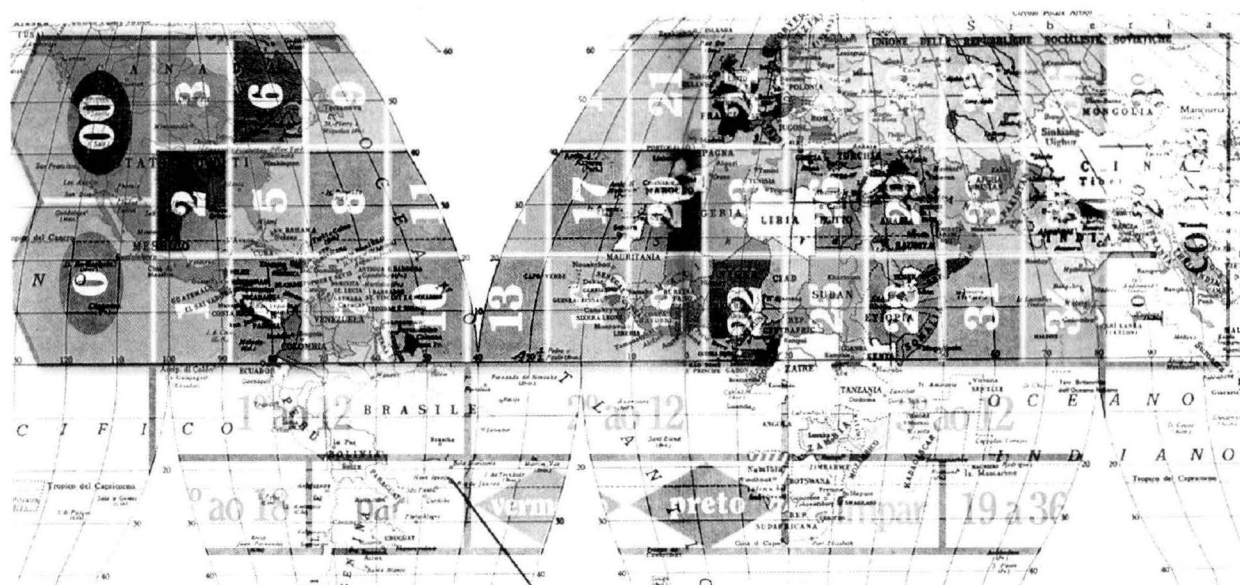
Se o esforço de empresários para modificar padrões de produção é louvável, as suas organizações ainda são na sua quase totalidade estritamente corporativas. Existem muito poucas associações de empresários voltadas para as questões sociais e o exercício da cidadania. Precisamos encorajar a criação de organizações de empresários que possam refletir sobre a sua responsabilidade com um desenvolvimento sustentável, que proponham caminhos inovadores, para além do marketing verde ou social, e aliar-se com setores da sociedade civil na renovação das políticas públicas.

Esperamos, no caso do próximo governo, que facilite estratégias de reforço da sociedade civil que busca mudanças profundas. Por isso, esperamos que coloque limites ao crescimento econômico concentrador de riqueza, poder e predador do nosso meio ambiente e que construa as bases de uma economia alternativa. Porém temos certeza que está capacidade se encontra no povo e na possibilidade deste se conscientizar e superar as situações de opressão, de exploração, de marginalização e de amesquinamento cultural e ético aos quais está sendo reduzido. Por isso, é fundamental reforçar os movimentos sociais existentes, sejam fortes ou fracos, objetivamente cobertos de razão e totalmente afinados com os nossos anseios ou não, e colocar muitas das nossas energias para que outros nasçam, pois as mudanças só poderão vir de movimentos profundos da sociedade. Só uma sociedade mobilizada e barulhenta poderá se fazer ouvir.

Velha utopia? Nova crença? Experiências, projetos, idéias em todo lugar dizem que não. Milhares de centelhas se acendem e, se não chegam a transformar a noite em dia, clareiam o caminho dos que aprendem a enxergar.

Produzir o Brasil

*Cristovam Buarque**



Ao longo das últimas décadas, os industriais brasileiros deram provas de imensa competência para produzir no Brasil, mas não foram capazes de produzir o Brasil. Apesar de seu enorme PIB, o país continua incompleto. É uma pena que, no recente debate com os empresários, os candidatos a presidente tenham oferecido suas propostas para aumentar a produção, sem convocar os empresários à tarefa de produzir um novo Brasil.

Produzir no Brasil é fazer os produtos industriais, produzir o Brasil é fazer com que a população tenha acesso aos produtos e com eles construa uma sociedade eficiente, justa, mais rica, sem pobreza, com renda melhor distribuída,

respeitando o meio ambiente e promovendo a soberania.

Produzir no Brasil é fazer bancas de escola, produzir o Brasil é fazer com que nenhuma criança esteja fora dessas bancas; produzir no Brasil é fabricar carros, produzir o Brasil é fazer com que todos possam se locomover eficientemente; produzir no Brasil é fazer equipamentos médicos, produzir o Brasil é garantir a todos um atendimento médico de qualidade. Produzir no Brasil é fabricar armas e carros blindados, produzir o Brasil é construir uma sociedade pacífica.

Os empresários brasileiros, reunidos em Brasília, queriam as propostas dos

* Ex-governador do Distrito Federal pelo Partido dos Trabalhadores - PT, é professor da UNB e autor de diversos livros dentre estes *A segunda abolição — um manifesto pela erradicação da pobreza no Brasil*.

candidatos para como aumentar a produção no Brasil, mas, como lideranças nacionais, eles queriam ouvir também as idéias dos candidatos para a produção do Brasil. Um país com uma economia dinâmica e uma sociedade justa, integrada internacionalmente e soberana; um país que seja capaz de construir o novo sem destruir o que já foi construído.

Para manter o que já foi construído, produzir o Brasil significa cuidar para que nenhuma mudança provoque instabilidade financeira ou monetária. O povo brasileiro sofreu demasiado com décadas de inflação e quer ouvir do seu próximo presidente que a estabilidade monetária será mantida. E esse objetivo, no instável emaranhado das finanças internacionais do mundo globalizado, não permite mudanças precipitadas nas regras econômicas, ambigüidades de discursos, medidas populistas e irresponsabilidade fiscal.

As finanças brasileiras foram transformadas em um centro de especulação do capital internacional, mas a transformação do atual *cassino global* em um centro produtivo terá que ser feita sem afugentar o capital que permite manter, instavelmente, o equilíbrio. As mudanças terão que ser feitas ao longo do tempo, na medida em que a economia for sendo fortalecida.

Mas, se a economia não mudar bruscamente, a produção do Brasil vai exigir medidas imediatas na mudança do trágico quadro social. Faltou aos candidatos assumirem o compromisso de realizar uma nova abolição: das necessidades essenciais para toda a população brasileira. Os empresários brasileiros precisam ser convocados para darem apoio às medidas e gastos necessários para um programa consistente e abrangente que permita erradicar a pobreza no Brasil, dentro de um curto prazo.

Nada impede que o Brasil possa fazer esse esforço, mesmo dentro do atual quadro de restrições internas e externas, se houver vontade

política nacional para usar os recursos já disponíveis. Estudos do Ipea, do Banco Mundial, de órgãos das Nações Unidas e de analistas brasileiros mostram que um programa de erradicação da pobreza custaria uma pequena parte da receita atual do setor público brasileiro. Por meio de incentivos sociais, como o Brasil já conhece, como a bolsa-escola, é possível garantir em menos de 15 anos que todas as crianças brasileiras tenham concluído o ensino médio com qualidade, todas as famílias tenham acesso a eficiente sistema de atendimento médico, moradia em casas com água, esgoto e coleta de lixo, ninguém passe fome e todos disponham de um competente sistema de transporte público.

Pode ser pouco para um país que tem a obrigação de sonhar com um futuro de riqueza e abundância de bens, mas já seria um passo decisivo na produção do Brasil.

Se esse sonho de uma segunda abolição não for trazido com competência e seriedade ao debate, a primeira eleição presidencial do século XXI estará menos ética do que as eleições parlamentares da segunda metade do século XIX. Naquele tempo, pessoas como Joaquim Nabuco, deputado por Pernambuco, usavam seus mandatos na luta pela abolição da escravidão. Hoje, os candidatos se limitam a propor a volta do crescimento; no máximo defendem, todos eles, a distribuição da renda, que, se ocorrer, beneficiará apenas aqueles que já estão dentro da modernidade, sem chegar aos excluídos, sem erradicar o quadro de pobreza, sem produzir o Brasil, mesmo que se retome o crescimento da produção no Brasil.



Amazônia, meio ambiente e estratégia de desenvolvimento

*Marina Silva**



A Cúpula de Joanesburgo – ou Rio+10 – que se reúne na África do Sul com o objetivo formal de avaliar o estado da arte das questões postas pela Conferência da ONU sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento-Rio 92, carrega desde sua fase preparatória um interessante dilema. Posta a questão da pobreza como tema central da agenda, contrapôs-se a pergunta: e o meio ambiente?

Pendengas políticas à parte, o fato é que a discussão faz vir à tona o grande paradoxo que acompanha o crescimento da temática ambientalista desde a segunda metade do século passado. Reconhecida conceitualmente a ligação umbilical entre proteção ambiental, opções econômicas, situação social e ethos cultural, restou o desafio de operar na prática essa ligação. A Rio+10 mostra que ainda há dificuldades profundas para transformar em substrato inovador da ação o amálgama de

significados atribuído à alternativa do desenvolvimento sustentável. Este é meu ponto de partida para tentar contribuir no esforço de reflexão proposto pela FASE.

Se existe hoje relativo consenso sobre a impossibilidade de soluções ambientais dissociadas de seus contornos sociais, econômicos e culturais, a consequência lógica seria deixar de colocar ênfase naquilo que não se pode fazer para proteger o meio ambiente e enfatizar o como se deve fazer para chegar a uma sociedade sustentável na qual seja possível o pleno equacionamento da variável ambiental. Para isso, é preciso traduzir a sustentabilidade nos mais diferentes níveis que a condicionam: social, ambiental, cultural, econômico e político. Daí decorre que uma análise sustentabilista deve ser necessariamente estratégica e integrada, mas, ainda em boa medida, é um discurso para, sob um

*Senadora pelo Acre do Partido dos Trabalhadores – PT

nome-fantasia, acomodar camadas de interesses, contradições e casuísmos.

Tomando-se como exemplo a Amazônia, é positivo que o Brasil seja o detentor do maior símbolo da demanda de equilíbrio ambiental global, a floresta amazônica. Por outro lado, a forma como o mundo percebe esta realidade quase suprime a existência do humano. A Amazônia tem que ser vista também como portadora e geradora de muitas respostas sociais e econômicas para sua própria sobrevivência e para alternativas sustentáveis de vida em geral. As populações que estão na floresta têm contribuição a dar não apenas quanto à preservação do ecossistema, mas pelo seu valor cultural, conhecimento científico, forma de pensar, capacidade de inovação institucional e política e pela diversidade de interações com a natureza para satisfazer suas necessidades de sobrevivência sem destruí-la.

A Amazônia mostra, em primeiro lugar, a falta de visão estratégica de sucessivos governos brasileiros. A atitude frente a ela oscilou entre abandono e exploração equivocada - à base da expansão tradicional de fronteiras - nas tentativas de reproduzir lá o modelo de desenvolvimento do Sul e do Sudeste. O movimento de Chico Mendes nasce da resistência à opção desenvolvimentista da ditadura militar na Amazônia. Na década de 70, o governo militar passou a incentivar nova ocupação da região, especialmente Rondônia e Acre, por pecuaristas do Sul e Sudeste do país.

O resultado foi o agravamento das disputas pela terra, o vicejar do interesse especulativo, dada a promessa de estradas e infra-estrutura, e a violência para “limpar” a área para os novos proprietários, expulsando os extrativistas para a periferia das cidades. A reação dos trabalhadores, apoiados pelas Comunidades Eclesiais de Base e pela Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura - CONTAG começou em 75, com a criação dos primeiros sindicatos de trabalhadores rurais. Os dois maiores líderes da época foram Wilson Pinheiro e Chico Mendes, ambos do Acre. O primeiro,

assassinado em julho de 1980, na sede do sindicato; o segundo, em dezembro de 1988, no quintal de sua casa.

As lutas das décadas de 70 e 80, sobretudo no Acre, foram um laboratório de descobertas. Foram colocadas em cheque, no mínimo: as concepções da esquerda sobre o valor político, social e econômico das demandas ambientalistas; as concepções do movimento ambientalista sobre a primazia da proteção ambiental como valor isolado; a eficácia de grandes projetos impostos a partir de um planejamento centralizado, sem interlocução com as populações atingidas. Além disso, ficaram demonstrados o poder da organização de pequenas comunidades diante da violência e da força da aliança poder econômico-governos; a potencialidade da intervenção política de comunidades e lideranças populares agindo diretamente em rede nos planos nacional e global, fora dos canais e trâmites políticos convencionais; a viabilidade de um desenvolvimento alternativo para a Amazônia baseado em conservação ambiental, economia cooperativa e atendimento de demandas sociais, especialmente saúde e educação; a necessidade de criação de modelos novíssimos para a dimensão econômica da sociedade, com parâmetros e indicadores diferenciados para designar desenvolvimento, progresso, bem estar, felicidade.

Uma das principais heranças deixadas por Chico Mendes e o movimento dos seringueiros daquele período foi o exemplo de que as questões social e ambiental caminham juntas, ainda mais quando se trata da realidade brasileira. Do final dos anos 80 até hoje, é notável a mudança em curso na cultura política para incorporar a chamada “questão ambiental” e, depois, “socioambiental”. Na própria Amazônia, nos últimos anos, pode-se observar a absorção desse tema. Nas pesquisas qualitativas da campanha eleitoral do PT em 1998 no Acre, 75% dos entrevistados das “classes” C e D queriam o desenvolvimento do estado sem a destruição da

floresta. Dez anos antes a maioria pedia o progresso a qualquer custo. Algo que se parecesse com São Paulo, Rio, Minas. Cada vez mais pessoas se convencem de que a conservação ambiental é garantia para o desenvolvimento e não o contrário. Começa a se ampliar a compreensão de que é possível conviver economicamente com a floresta e tirar enormes vantagens disso. Ou seja, que desenvolvimento de fato e conservação não apenas são compatíveis como um depende do outro.

O grande desafio para o País avançar no rumo que essas lições apontam envolve uma postura estratégica que falta a sucessivos governos. No centro dela está o aproveitamento da fantástica biodiversidade existente em território brasileiro, aliada a uma riqueza também incomparável em recursos hídricos. Quando se trata de biodiversidade, é preciso considerar que ela não se presta à busca de resultados rápidos e pragmáticos. O primeiro passo é ter o aparato legal adequado¹ para seu uso, que ainda não temos graças a intervenções do governo de Fernando Henrique Cardoso no processo legislativo que resultam no contínuo adiamento dos passos que levariam à definitiva aprovação de uma lei de acesso aos recursos genéticos, já exaustivamente debatida na sociedade. O motivo principal dessa ação protelatória parece ser justamente a preocupação de manter nas mãos do Executivo as rédeas do uso da biodiversidade, com liberdade para negociar casuisticamente esse patrimônio, ao sabor da orientação geral de “fazer caixa” para compromissos de ajuste fiscal. Talvez pelos mesmos motivos, o governo procura retirar da lei o direito das populações tradicionais de terem participação nas decisões sobre o uso de seu conhecimento ancestral a respeito de recursos genéticos.

O problema aí colocado, que ultrapassa seu significado restrito, é o embate entre uma visão economicista da biodiversidade – basicamente como negócio – e a compreensão de que o ganho

dela advindo deve ser necessariamente também científico, social e ambiental.

Embora os governos usem cada vez mais a expressão “desenvolvimento sustentável” em seus discursos, a prática oficial é, muitas vezes, visceralmente insustentável. Projetos oligárquicos e especulativos vivem à sombra dos incentivos e créditos estatais, minando recursos públicos, sem que sequer seja avaliado seu retorno social ou punidos seus crimes ambientais. Projetos de grande alcance social ficam travados pela burocracia e pela falta de prioridade real. Institutos de pesquisa morrem à míngua. Isso tudo leva a constatar a ausência de um elemento fundamental para construir um desenvolvimento sustentável: a política sustentável.

O que se chama de “Questão Ambiental” na Amazônia sempre foi um desafio de desenvolvimento, um embate entre duas concepções, sobretudo a partir dos anos 70, tendo como eixo a exclusão social e o uso da terra e dos recursos naturais. O que a Amazônia denuncia permanentemente, com seus dilemas próprios, é a falta de estratégias para o País e a evolução das táticas de manutenção de poder político e econômico oligárquico, por um lado; por outro, a capacidade de a população se organizar, fazer

¹ Em 1995 a senadora Marina Silva apresentou projeto de lei (306/95) ao Senado, regulamentando o acesso ao uso de recursos genéticos. Esse texto foi amplamente debatido em reuniões em várias regiões do País, do que resultou o substitutivo apresentado pelo relator, senador paranaense Osmar Dias, e aprovado no Senado. Seguiu para a Câmara dos Deputados, tendo-se juntado a ele posteriormente propostas análogas dos deputados Jacques Wagner (PT/BA) e Silas Câmara (PTB/AM) e outra do próprio Executivo federal. Esse conjunto está com sua tramitação paralisada, até o momento, por sucessivas manobras do Executivo, que preferiu editar Medida Provisória sobre o assunto. É de se ressaltar que, dada a natureza e a complexidade do patrimônio em questão, o instrumento MP é totalmente inadequado para sua regulamentação.

alianças, criar soluções e mudar a cultura política.

Meu mandato faz parte do campo dos grupos e indivíduos que procuram viabilizar instrumentos estruturais para uma transição para o desenvolvimento sustentável. A partir de minha experiência amazônica, nos termos aqui colocados, vejo o espaço parlamentar como um instrumento para atuação conjunta – o que chamamos de legislador coletivo – que vai além dos limites do processo legislativo e procura contribuir para a consolidação das alianças capazes de mostrar, na prática, que é possível um desenvolvimento mais justo, mais humano, com respeito à natureza. Assim, um dos investimentos políticos do mandato tem sido o de formular, juntamente com parceiros e colaboradores, instrumentos econômicos e políticos inovadores para concretizar o desenvolvimento sustentável, aliando estruturalmente crescimento, conservação ambiental e eliminação da exclusão social.

Uma dessas propostas é a do “FPE Verde” (projeto de lei do Senado nº 53/2000). Cria, dentro do já existente Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal (FPE), reserva específica de 2% para estados que detêm, em seu território, unidades de conservação ambiental (inclusive reservas extrativistas ou projetos de assentamento extrativista) ou territórios indígenas demarcados. Esse recurso adicional será destinado ao investimento no setor produtivo, mediante critérios de manejo sustentável, nas atividades ligadas à pecuária, à exploração madeireira, ao extrativismo, à agricultura, desde a de grande porte até a agricultura familiar. A orientação básica é dotar o Poder Público de verbas para implementar programas sustentáveis de sua própria iniciativa ou para financiar, em condições favorecidas, projetos desenvolvidos pelo setor privado ou por organizações comunitárias. E, embora a tramitação desse projeto mostre as dificuldades

de fazer valer tal idéia, o que se quer também é mostrar que as vantagens comparativas de cada região dentro da totalidade do país devem ser intercambiáveis. Assim, se ainda temos regiões com patrimônio natural relevante, mantê-las com um tipo de desenvolvimento não destrutivo dessa característica e capaz de gerar soluções socioambientais paradigmáticas é um interesse nacional estratégico, para o qual as demais devem contribuir, ainda que não sejam beneficiárias financeiras diretas num primeiro momento.

Outro foco correlato do mandato está na ação dos agentes públicos, especialmente em sua responsabilidade social e no uso do orçamento público. São duas as principais propostas nesse sentido. Uma institui o Conselho de Gestão Fiscal e Responsabilidade Social e cria o Índice Brasileiro de Responsabilidade Social (projeto de lei do Senado nº 205/2001), com o objetivo de garantir metas de desenvolvimento social nas ações dos governantes e a exigir deles responsabilidade social, assim como já se exige responsabilidade fiscal. A segunda, por meio da Proposta de Emenda Constitucional nº 9/2002, cria o Orçamento Social, entendido como o conjunto de receitas e despesas referentes às áreas de educação, saúde, assistência social, saneamento, habitação popular e reforma agrária, hoje dispersas na estrutura orçamentária brasileira, entre os orçamentos fiscal e da seguridade social.

O orçamento fiscal em vigor abarca desde a representação do Brasil no exterior até a construção de habitações para população de baixa renda. O da seguridade social abrange as ações do sistema previdenciário – um complexo sistema de seguro – e a manutenção do Sistema Único de Saúde, cuja lógica é totalmente diversa. As decisões tomadas sobre essa base são ineficientes e permitem toda sorte de dispersões e maquiagens, a um alto custo

para o bem estar da população. Milhões são destinados anualmente à área social, mas a aplicação é fictícia. Ao longo do exercício orçamentário, esses recursos vão sendo drenados para outras atividades que nada têm a ver com o combate à exclusão social.

O Orçamento Social proposto tornará evidente o volume e a trajetória dos gastos públicos no Brasil e obrigará que, ao contrário do que hoje acontece, os recursos destinados a gastos sociais sejam efetivamente despendidos com essa finalidade. A questão social passa a ser um eixo estruturante e não apenas objeto de políticas compensatórias. Isso implicaria, para a inserção dessas populações dentro do processo produtivo e sua progressiva autonomia, alto investimento em saúde, educação, reforma agrária, habitação, enfim, nos aspectos fundamentais para que a inclusão se dê de uma forma definitiva e não apenas paliativa.

Essas políticas sociais não se firmarão, porém, sem o envolvimento dos mais diferentes setores da sociedade. É equivocada a idéia de um domínio hegemônico do Estado, seja de que setor social for. A busca do Estado democrático, na realidade atual, é a da essência do Estado negociador – na concepção mais aberta de espaço público, sinônimo da política sustentável – e protetor do interesse da maioria, sem fechar o espaço das minorias. É menos o Estado ideológico e mais o espaço da cidadania. A responsabilidade social é, portanto, conjunta. Sem alta visibilidade das ações públicas – seja de parte de governos ou de grupos organizados da sociedade –, e avaliação também visível da sua efetividade, o que se terá será apenas um engodo de política social.

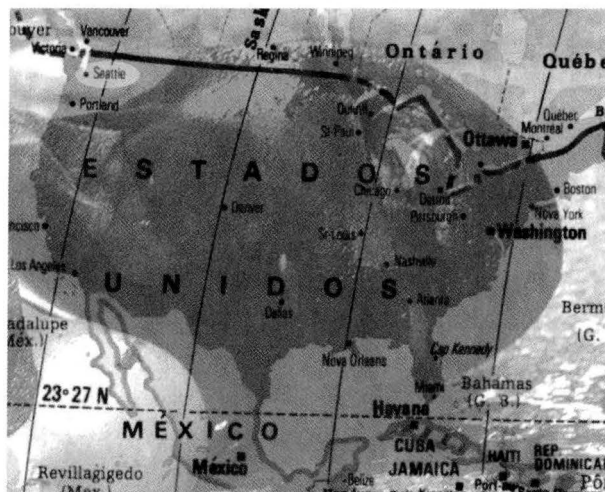
A matriz da mudança para políticas sociais efetivas e estruturais pode ser encontrada nos trabalhos de comunidades espalhadas por todo o Brasil, com as novas formas de organização, mobilização e

aprendizado político em âmbito local. Essas experiências comunitárias surgem como desconstituição e desmoralização do mito da eficácia totalizante das grandes estruturas políticas e econômicas. Há um novo fazer histórico que afirma as virtudes da pequena economia em contraponto às macro estruturas que concentram poder, riqueza e meios de existência. Hoje, as formas comunitárias horizontalizadas, agindo em rede, ganham escala e importância nos meandros do ambiente da alta tecnologia, da sociedade da informação e da globalização, e surgem como alternativa real de organização das prioridades da sociedade. Ao contrário da pecha de atrasadas e residuais que se costuma aplicar às soluções do pequeno, há aí um foco de renovação que coloca em dúvida os conceitos de moderno, antes monopólio das ações de ponta dos setores que concentram riqueza e poder. No exemplo da Amazônia, o avanço se dá a partir da aceitação de que a própria floresta e sua diversidade biológica e social são motor de desenvolvimento.

Aos argumentos aqui expostos poder-se-ia contrapor que o desenvolvimento assim formulado padeceria da impossibilidade de ganhar escala compatível com a sociedade atual. Porém, é preciso considerar que as principais barreiras à sua expansão, a partir das experiências consolidadas, estão na ideologia concentradora e excludente do Estado e na política impregnada da lógica da competição, antes de tudo, pelo poder em si, cada vez mais afastado do interesse público enquanto tal. Deve-se levar em conta, ainda, que em locais onde a proposta de desenvolvimento sustentável chegou ao centro das instituições do poder público, como é o caso dos estados do Acre e do Amapá – as conquistas, apesar das limitações, são significativas a ponto de afirmarmos que não estamos tratando mais de teorias e, sim, das dificuldades da prática.

Fórum Social Mundial: o desafio de ser contra-hegemônico

*Fátima V. Mello e Sérgio Haddad**



Em novembro de 1999 as ruas de Seattle, nos EUA, inauguraram um novo ciclo na política internacional. Após anos de aparente incapacidade de dar respostas suficientemente abrangentes ao ideário neoliberal, que durante a década que se seguiu à queda do muro de Berlim levou alguns a argumentarem pelo “fim da História”, os protestos de Seattle significaram muito mais do que a oposição à agenda da reunião ministerial da OMC que se realizava naquela cidade. Além de terem conseguido catalisar as insatisfações sociais e de governos do Sul, e explorado as brechas deixadas pela ausência de acordo entre os países do Norte, evitando assim a inauguração da Rodada do Milênio, aqueles protestos foram o primeiro passo de uma trajetória de manifestações que conformaram a identidade de um novo movimento social de natureza global.

As manifestações que se sucederam a partir de então, em Washington, Praga, Gotemburgo, Gênova, entre outras, promovidas pelo que foi batizado de movimentos antiglobalização neoliberal, revelavam

que havia entre as organizações sociais e sindicais em diversas regiões do mundo uma demanda latente de construção de novas formas de ação política que fossem capazes de unir setores sociais diversos em torno de uma agenda global unitária.

A realização da primeira edição do FSM, no início de 2001, veio precisamente atender a esta demanda latente. Por que o FSM 2001 foi tão bem sucedido em sua convocatória, tendo conseguido reunir cerca de 20 mil pessoas em torno de 400 oficinas, dezenas de conferências e inúmeras outras atividades formais e informais? Em primeiro lugar, porque o FSM convocou os movimentos sociais a se reunirem em torno de uma ampla agenda anti-Davos, contra seu sentido simbólico. Ou seja, a unidade do evento foi dada pela luta contra a globalização neoliberal. Em segundo lugar, porque o FSM soube captar a necessidade de se construírem métodos de ação política distintos dos tradicionais, e, para tanto criou uma dinâmica aberta, onde toda/os tinham espaço para organizar atividades – o que favorecia

*Fátima Mello é assessora de relações internacionais da FASE e Sérgio Haddad é presidente da ABONG (Associação Brasileira de ONGs).

um sentimento de que toda/os eram co-organizadores – e onde não se pretendia deliberar nada – o que fazia os participantes perceberem que estavam testemunhando algo de fato qualitativamente novo. Ou seja, inaugurava-se uma dinâmica que se propunha a reunir desde o movimento sindical com suas formas piramidais de organização até os chamados novos movimentos sociais e ONGs com suas dinâmicas horizontais e fontes de legitimidade e representatividade pouco tradicionais.

O FSM 2001 foi, assim, marcado pela novidade do encontro da diversidade e da pluralidade, onde o Fórum Econômico de Davos foi a referência e o contraponto utilizados para a realização de um evento de caráter propositivo. Constituiu-se como um espaço, sem pretender ser o único, na trajetória inaugurada em Seattle, onde os movimentos se encontram para debater suas agendas e identificar possíveis convergências. Ao mesmo tempo em que se apresenta como oposição ao modelo atual de globalização e às suas políticas neoliberais, mostra-se também como um espaço de proposição de alternativas, de debate de idéias.

Após a realização de sua primeira edição, inúmeras avaliações apontavam para a necessidade de se consolidar o espaço FSM, e para tal era preciso enfrentar o desafio, por um lado, de transcender sua característica exclusiva de evento e construir um processo que de fato seja capaz de mundializar a agenda e os atores sociais envolvidos e, por outro lado, operar esta dinâmica mantendo a natureza aberta, não-diretiva e de valorização da pluralidade de perspectivas.

Para enfrentar este duplo desafio, os organizadores brasileiros convocaram, em junho de 2001, uma reunião para a criação de um conselho internacional do FSM. Afastando os riscos de criação de uma nova Internacional ou de uma espécie de comitê central internacional dos movimentos sociais, a criação deste conselho visava precisamente contribuir com o processo de mundialização através da radicalização do método inaugurado pelo FSM, de envolver no debate a pluralidade sem visar a diretividade ou a deliberação de posições. Para tal,

foi aprovada pelo conselho internacional uma Carta de Princípios do FSM, que é o documento estruturante e de referência para todo o processo.

Os atentados de 11 de setembro e os novos desafios colocados ao FSM

Os atentados de 11 de setembro de 2001 representaram um marco neste processo. Ao radicalizar as tendências de polícia global inauguradas com a eleição altamente suspeita de Bush – e com seus desdobramentos na Ásia Central, na Palestina e na América Latina, vide o apoio da Casa Branca ao golpe na Venezuela – os atentados resultaram, para o processo FSM, em sua segunda edição, em um grande desafio político; retomar a iniciativa dos movimentos sociais antiglobalização neoliberal, e ao mesmo tempo dar claras demonstrações de oposição à violência e ao terrorismo, apostando na política como método. Naquele momento, observava-se uma tendência à reversão da trajetória ascendente dos movimentos desde Seattle, e ao mesmo tempo seu enquadramento dentro da difusa definição de terroristas imposta pelos falcões do Pentágono. É preciso lembrar, inclusive, que a tendência à criminalização destes movimentos é até mesmo anterior ao 11 de setembro, já que em Gênova o aparato repressivo montado por Berlusconi, e que resultou na morte de Carlo Giuliani, já revelava a disposição de se deslegitimar e esvaziar algo que vinha ganhando crescente legitimidade junto à opinião pública internacional.

A segunda edição do FSM revelou-se capaz de retomar a iniciativa dos movimentos antiglobalização. Estiveram presentes em Porto Alegre mais de 50 mil pessoas entre delegados de organizações e participantes individuais, foram realizadas mais de mil oficinas e seminários, 28 grandes conferências estruturadas para confrontar as visões e propostas das redes internacionais, inúmeros testemunhos, manifestações, uma grande marcha contra a ALCA, tribunais, atos públicos que reafirmaram a necessidade deste espaço e a disposição de consolidá-lo.

Apesar deste sucesso e da tendência à ampliação do processo FSM revelada pela

previsão de realização de FSMs, até o final de 2002, em diversas regiões do mundo (Américas, Ásia, Europa, um FSM Pan-amazônico e um sobre a Palestina, além da perspectiva de realização de um FSM sobre a Argentina e um na Nova Zelândia ou abrangendo toda a Oceania), novos desafios de natureza política vão se colocando.

Em primeiro lugar, há que se reconhecer que o 11 de setembro e a respectiva radicalização do unilateralismo imperial deveriam ter resultado em uma maior centralidade, no FSM 2002, dos temas da guerra, da paz e do poder no sistema internacional. Ou seja, ao lado dos debates sobre as alternativas às políticas neoliberais, a discussão sobre arquitetura do sistema internacional e alternativas democráticas à ordem mundial atual deveriam ganhar maior relevância na pauta de Porto Alegre. É preciso, mantendo-se a diversidade e a natureza não-diretiva do FSM, dar visibilidade a este tema e ao debate sobre as estratégias para que o FSM torne-se de fato uma força contra-hegemônica na política internacional.

Ao mesmo tempo em que é preciso dar mais centralidade à agenda sistêmica e aos temas relacionados ao poder, parece claro também que a consolidação e mundialização do FSM exigem que o processo tenha maior capilaridade e enraizamento em nossas sociedades, e que portanto, seja capaz de dar mais visibilidade a temas cruciais para a construção da cidadania como gênero, raça, sexualidade, as perspectivas da juventude, o debate intercultural e inter-religioso. Não há como negar que os dois eventos de Porto Alegre tiveram um perfil marcadamente branco e de classe média e que, embora tenha sido realizado em um país do Sul, ainda há muito a fazer para que os excluídos situados na linha abaixo do Equador alcancem maior visibilidade e importância na agenda.

O processo FSM também precisa clarear as fronteiras entre diversidade e fragmentação. Até que ponto é possível e desejável que a diversidade de iniciativas se realize sem que haja um mínimo de ordenamento? Talvez uma solução seja combinar o amplo espaço para a diversidade com a busca de

acúmulos em debates que possibilitem identificar convergências ou questões que demandam discussões mais organizadas. Este é o caso, por exemplo, do rico debate entre, por um lado, os defensores de perspectivas como a da desglobalização (Walden Bello) e alguns outros “soberanistas”, que argumentam que as melhores perspectivas para a democracia estão no retorno às instâncias nacionais; ou seja, o fortalecimento dos Estados Nacionais, obviamente mediados e condicionados por regimes democráticos, poderia resultar em um cenário mais equitativo na política internacional. E, de outro lado, os defensores de formas de democracia no plano global, que se somam a visões mais institucionalistas; ou seja, os que apostam na democratização do sistema pela via da consolidação de instituições globais capazes de enquadrar a ação dos Estados.

Outro debate que merece ter mais centralidade na agenda do FSM é entre as chamadas perspectivas reformistas e outras que propõem um grau mais profundo de ruptura com o sistema. Este debate está, inclusive, articulado a um outro que também demanda maior espaço na agenda, que são as perspectivas e estratégias dos movimentos antiglobalização neoliberal. Quais seriam as possibilidades de convergências, campos comuns de atuação, e quais seriam as formas mais adequadas de organização de algo que é caracterizado, e deve seguir sendo, por uma dinâmica aberta e com múltiplas referências e pólos de organização? Trata-se de discutir as estratégias de implementação de alternativas e de mudanças estruturais no atual modo de organização das sociedades.

Outro desafio colocado à frente é como manter a dinâmica do FSM articulada por uma combinação entre espaço de debates e espaço para a mobilização e a ação. A combinação entre reflexão e mobilização, entre unidade e diversidade, e entre evento e processo requer a consolidação do método inovador proposto pelo FSM, e sua efetivação através da mundialização dessa iniciativa. É este o desafio colocado pelo FSM para toda/os que desejam conformar um campo político democrático, não-violento, e disposto a compartilhar uma agenda global a partir do respeito e da valorização da pluralidade.

Saúde e desigualdade: na teoria e na prática

Victor Vincent Valla*



A pergunta é: por que discutir formas de saúde alternativa quando uma grande parcela das classes populares não tem um atendimento satisfatório nos locais de saúde pública?

É fato que os graves problemas de desemprego e crescente pobreza, indicam os limites do sistema de saúde atual. Há um questionamento que se difunde entre profissionais de saúde: se a maneira que o atendimento de saúde se estrutura no Brasil é capaz de lidar com o que alguns chamam de *sofrimento difuso* apresentado pelas classes populares. Alguns profissionais estimam que quase 60% das consultas tratam de problemas psicossomáticos, onde o tempo necessário para lidar com cada paciente não coaduna com a relação eficiência-eficácia.

As múltiplas expressões de saúde mental que cobrem uma gama de sintomas que vão desde o que a classe média se refere como “ansiedade” ao que as classes populares chamam de “nervos” atinge a milhões de brasileiros. Dados recentes de

Argentina e Brasil indicam que mais de 50% dos medicamentos consumidos pela população são psicofármacos. É nesse contexto que surgem as propostas de saúde alternativa. Será que se trata exclusivamente de uma crise de recursos, ou é também uma discussão dos limites do modelo biomédico? De fato, trata-se de um conjunto de preocupações que inclui questões como as de que muito do que tem a ver com a saúde hoje não se relaciona estritamente com a medicina.

No entanto, há de se ter cuidado com a palavra “alternativa” que quase sempre trata a biomedicina como sua referência. Na realidade, a biomedicina é também uma alternativa.

Muitas das propostas de saúde alternativa hoje se baseiam na categoria do “apoio social”, cuja definição é dada como sendo qualquer informação, falada ou não, e/ou auxílio material, oferecidos de uma forma sistemática por grupos e/ou pessoas que já se conhecem, que resultam em

*Professor e pesquisador da Escola Nacional de Saúde Pública, Fundação Oswaldo Cruz.

efeitos emocionais e/ou comportamentos positivos. Trata-se de um processo recíproco, isto é, que tanto gera efeitos positivos para o recipiente, como também para quem oferece o apoio, dessa forma permitindo que ambos tenham uma sensação de coerência de vida e mais sentido de controle sobre a mesma. Uma das premissas principais da teoria do apoio social é que tende a aumentar a capacidade das pessoas a lidar com o estresse. Em momentos de muito estresse, o apoio social contribui para manter a saúde das pessoas, pois desempenha uma função mediadora. Assim, permite que as pessoas contornem a possibilidade de adoecer como resultado de determinados eventos da vida, como, por exemplo, a morte de alguém da família, a perda da capacidade de trabalhar, ou um despejo da casa onde se reside por muitos anos.

Uma parte importante da teoria do apoio social é a de que as doenças têm sua origem num desequilíbrio emocional. Neste sentido, a médica Hu Pan Yu trabalha com a perspectiva de que cada órgão do corpo humano está intimamente relacionado com uma determinada emoção. Por exemplo, o pulmão com tristeza, o fígado com irritações e os rins com medo. Neste sentido, afirma que as doenças surgem porque inicialmente as emoções interferem de uma forma prejudicial nos órgãos.

Comprovações científicas têm demonstrado a contribuição de técnicas orientais no combate às doenças relacionadas com problemas cardiovasculares, estresse, insônia e ansiedade. Um estudo realizado nos Estados Unidos revelou que a técnica de meditação teve o efeito de diminuir os níveis de pressão arterial, dessa forma eliminando o estresse e reduzindo o risco de problemas renais e derrames.

O psicanalista e psiquiatra Carlos Garrido Pereira chama atenção para o fato de que pessoas competitivas, ansiosas e centralizadoras são mais suscetíveis às doenças do coração e recomenda que uma das saídas seja a de ser menos competitivo e de agir de uma maneira desarmada, franca e aberta nas relações cotidianas.

Garrido recomenda que se pratique o ato de desabafar. Teme que o que se fala é visto como sendo

mais importante do que o próprio ato de falar. Com isso, quando não se fala ou reclama, é como se o corpo acumulasse um veneno que um dia sairá de outra forma: diarreia, impotência ou enfarte.

A cardiologista Lígia Barros chama atenção para o perigo de “engolir sapos”, fazendo com que o ato de sofrer sem desabafar resulte num acúmulo de tensões que mais tarde podem gerar problemas de saúde.

Bermann discute o efeito ideológico do termo “estresse”. Normalmente a discussão desse termo se desenvolve em torno do resultado, e não em torno do processo em si que é mais importante. Tratar os sintomas transmite a ilusão de que o problema está no mal-estar que a pessoa sente quando procura assistência. Neste sentido esconde o desgaste excessivo que o trabalhador se submete para não perder o emprego, como também os horários irregulares que impõe o trabalho precário e terceirizado. Quem não tem emprego fixo que coaduna com seus interesses, dificilmente escapa do mercado informal e um “trabalho frustrante”.

Embora teoricamente a prática de meditação não seja impossível em qualquer circunstância, certamente um lugar relativamente espaçoso e quieto facilita a concentração. Uma tarefa difícil para quem trilha o que Chuai chama o “caminho estreito”, isto é, uma vida de pouco dinheiro, espaço e tempo livre.

Num país cujos serviços de saúde são tão moldados pelo modelo biomédico, dificilmente as atividades propostas na área de saúde alternativa são da área pública, dessa forma exigindo algum tipo de pagamento.

McEwen lembra que pesquisas mostraram que quanto mais pobre uma pessoa, pior é sua saúde, não importando se ela tem ou não acesso a tratamento médico.

Como vimos anteriormente, as recomendações de Garrido têm pouco a ver com o cotidiano das classes populares. Como ser menos competitivo e ansioso no mundo onde as ofertas do trabalho formal estão rapidamente declinando e onde o mercado informal está se saturando? Assumir uma postura desarmada, franca e aberta

se relaciona pouco com uma parcela da população que como forma de sobrevivência emprega uma linguagem permeado do “duplo código”, onde o “dizer e desdizer” na mesma frase é um constante

Garrido e Barros chamam atenção para a importância do desabafo e do não “engolir sapos” pois estes fazem com que o veneno se acumule no corpo e acabe sendo expulso de outras formas. Mas o que pode significar “engolir sapos” ou desabafar para a maioria das classes populares? Desabafar na hora pode significar várias coisas para as classes populares: pode significar perder o emprego, seja no trabalho da fábrica, seja como empregada doméstica. Numa cultura machista, desabafar na hora, ou seja “não engolir sapo”, “não levar desaforo para casa”, pode terminar num enfrentamento com fim incerto.

Estas questões podem ser uma pista de como compreender melhor o “uso” que as classes populares fazem das igrejas, especialmente as igrejas que desenvolvem cultos onde o gritar e o cantar alto é uma constante.

Dentro de uma perspectiva de uma educação popular transformadora, é necessário distinguir entre propostas de saúde alternativa “indivualizantes” das classes média e alta e os caminhos coletivos das classes populares.

O estudo de Finkler sobre 500 centros espiritualistas e cinco milhões de fiéis no México, trata do sucesso das curas espirituais com sofrimentos crônicos de uma forma que a biomedicina não é capaz de igualar, diminuem a dor, quando não a eliminam, e ajudam as vítimas do sofrimento a tornar as suas vidas mais toleráveis. Refere-se à símbolos emocionalmente densos que são derivados da experiência coletiva daqueles que sofrem. Há de se perguntar se a própria coletividade presente nesses espaços, se relaciona com a discussão de apoio social acima apresentada.

Na realidade o que está em discussão é como as classes populares se apropriam de formas de lidar com seus problemas de saúde, quando as propostas biomédicas não satisfazem. Parece, então, que não cabe tanto um julgamento de antemão sobre os caminhos escolhidos, mas muito mais o porquê desses caminhos. Isso talvez seja a tarefa da educação popu-

lar, investigar esses caminhos que parecem apontar para uma vida “mais tolerável e significativa”.

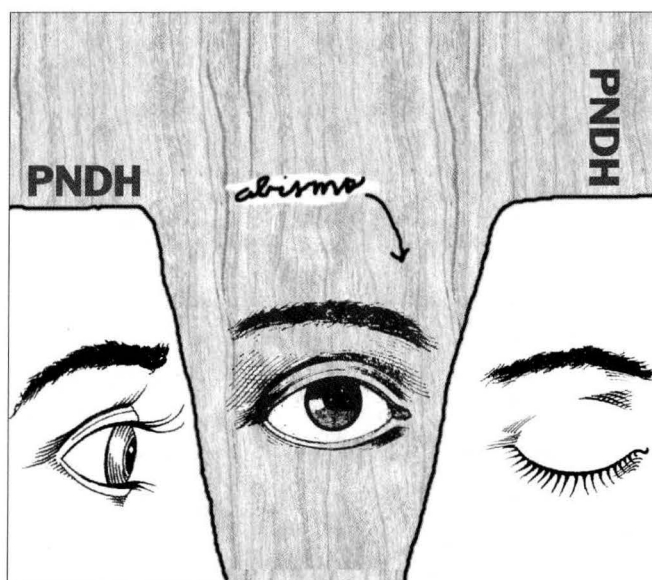
Corten afirma que a própria proposta teológica se subordina à “experiência emotiva partilhada” pelos crentes. Há uma reivindicação de que haja uma “experiência emotiva” e esse desejo aponta para o encanto e alegria demonstrados nos cultos, onde os crentes são vistos como pessoas simples, tanto é o júbilo e entusiasmo. A grande contradição para muitos dos observadores da classe média, é que são pessoas que freqüentemente vivem na miséria, na doença e em ambientes repletos de violência, e, no entanto, experimentam essa intensa alegria de estar viva. Corten conta que alguns pastores acreditam que as curas tratam de males que geralmente não são físicos e que se localizam na esfera psicossomática, onde a resolução não passa unicamente por medicamentos. Freqüentemente se trata de emoções de consolo em face de males que não podem ser mudados e, assim, a dignidade do ser humano é o que acaba se afirmando.

O intuito de discutir emoção com pentecostalismo é o de apontar para uma discussão sobre melhorias da saúde a partir de exemplos de apoio social e/ou terapias que procuram desenvolver uma paz de espírito, uma melhor auto-estima e uma visão otimista da vida. A idéia corrente na sociedade de que o pentecostal vira suas costas para o “mundo”, de fato significa virar as costas para o demônio, que freqüentemente é um termo utilizado como uma metáfora para rejeitar as doenças, a pobreza e desigualdade, a violência, não significando necessariamente uma posição fatalista. Virar as costas para o mundo capitalista de competição e modernização, para construir redes de solidariedade onde, segundo Corten, se doam roupas e alimentação, acham empregos para os pentecostais mais necessitados e convidam regularmente os irmãos esmagados pela pobreza para jantarem em sua casa. Surgem cursos de alfabetização nas igrejas onde os fiéis analfabetos sentem o desejo de ler os salmos que cantam. Lowy aponta que também é criado um ambiente de segurança no meio dessas atividades religiosas e assistenciais, fato que também não deve ser menosprezado hoje em dia.

Os Direitos Humanos como instrumento de luta contra a desigualdade

Maria Elena Rodriguez*

*O que é o direito? É a igualdade.
E é para lutar contra a desigualdade é que o direito foi inventado.
As leis justas são as que engenham fazer com que homens, mulheres,
crianças, doentes e ignorantes sejam, todos, iguais.*
(Alain "Propos d'un Normand")



Vivemos um momento decisivo. Assistimos atônitos à consolidação de um modelo econômico que opera uma concentração de poder e de riquezas sem precedentes. É uma época de crescimento das desigualdades tanto nos países do Norte quanto do Sul, quanto entre o Norte e o Sul. É exatamente por isso que precisamos reconhecer o caráter universal e interdependente dos direitos humanos, para que estes possam contribuir no combate às desigualdades.

Uma verdadeira sociedade democrática raramente tem o mercado como seu único

instrumento de regulação da vida social. É somente nas sociedades onde seus membros são portadores de direitos cidadãos, civis e políticos, e, também, de direitos sociais, que é possível praticar a inserção de todos na sociedade à margem dos resultados de sua participação no mercado. Nesse sentido, é importante lembrar que o Brasil não é um país pobre, mas um país injusto e desigual, um país com muitos pobres e alguns muito ricos. A desigualdade no Brasil não resulta apenas da injusta distribuição da riqueza gerada, de políticas econômicas que beneficiam grupos

*Advogada, mestre em Direito Internacional pela Universidade de Genebra, Suíça. Técnica da FASE no Projeto Direitos Econômicos, Sociais e Culturais.

privilegiados ou de circunstâncias ligadas à conjuntura econômica. Ela também tem relação com processos sociais de longo prazo, com estruturas sociais de exclusão dos direitos bem arraigadas e sedimentadas, que restringem o gozo pleno da cidadania.

Quando o Estado não cumpre com seu dever social, ou seja, o de garantir a cidadania e a justiça social, abandona sua função central. A obrigação dos Estados é eliminar todas as formas de discriminação, oferecendo a todos uma igual distribuição das possibilidades e oportunidades, de tal modo que os direitos possam ser efetivamente exercidos pelos cidadãos.

Já em 1997, a Organização dos Estados Americanos (OEA), em relatório apresentado sobre a situação dos direitos humanos, aponta o Brasil como um dos países mais injustos do mundo, devido à grave desigualdade na distribuição de renda. O Relatório enfatiza que *“a agudez dessa desigualdade no Brasil leva à obrigação de colocar todo o aparato do Estado e a vontade política de seus dirigentes para o desaparecimento tão rápido quanto possível desta situação”*. Ainda segundo o mesmo relatório, o Estado *“não tem oferecido as garantias necessárias a setores importantes da população brasileira, através de esforços institucionais para minimizar a discriminatória desigualdade de oportunidades sócio-econômicas e culturais”*.

Para alcançar estas metas, a ênfase deve ser colocada na questão do respeito estrito aos direitos, pois é justamente nas situações de maior desigualdade social e pobreza onde mais se verificam ofensas aos direitos humanos. As pessoas mais desfavorecidas desfrutam, ainda que parcialmente, de seus direitos econômicos e sociais, tais como educação, trabalho e saúde, da mesma forma precária na qual exercitam seus direitos civis e políticos. Mas o pleno reconhecimento dos direitos certamente habilitaria estes grupos sociais marginalizados a ir muito além e conquistar um desenvolvimento pleno. O mínimo respeito aos direitos sociais e econômicos poderia contribuir decisivamente para por um fim às piores

consequências da pobreza. Além disso, as normas dos direitos humanos, que pressupõem e sustentam a democracia, proporcionam ainda uma base para a estabilidade política e social.

Ter o sistema de direitos humanos como referência para a luta contra a desigualdade social é crucial, pois toca na questão da titularidade. A linguagem dos direitos estabelece um patamar e deixa claro que o pobre não é assunto de caridade ou benevolência, mas, muito pelo contrário, é titular de um direito, estando apto, portanto, a gozar de um nível de vida adequado.

As reivindicações sociais baseadas nos direitos humanos vêm sendo cada vez mais efetivas para pressionar os governos no sentido de que estes adotem políticas públicas de desenvolvimento social. É possível verificar um alargamento considerável da gama de titularidades dos cidadãos, transformando as pessoas de suplicantes em cidadãos.

Trata-se aqui, portanto, de acabar com a tese redundante que mostra como essa igualdade, que formalmente já existe, desaparece no momento que nos transportamos para a realidade social, convertendo-se numa desigualdade legitimada pelas práticas nas quais confluem tendências coercitivas e voluntárias e nas quais todos estamos mergulhados. Na verdade, são cada vez mais necessárias políticas que vinculem os direitos à igualdade social, que estimulem a mobilização e a participação da sociedade civil, e que, enfim, definam as obrigações do Estado.

O Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH) lançado em 1996, se reconhecido como a ferramenta privilegiada para a luta contra a desigualdade e a pobreza, funcionaria perfeitamente como um quadro de referência para as ações governamentais e para a parceria do Estado (e governos) com as organizações da sociedade civil. A iniciativa de elaborar o PNDH foi bastante elogiada, tanto na esfera nacional quanto internacional, conseguindo mobilizar amplos setores da sociedade civil para o desafio de inserir o Brasil nos parâmetros internacionais de respeito aos direitos humanos. O apoio a esta proposta foi

motivada pela constatação de que a ratificação dos Pactos internacionais, por si só, não tem sido suficiente para garantir compromissos e definição de propostas concretas que visam reduzir efetivamente a desigualdade.

Entretanto, como em muitas outras ocasiões, o governo acabou por desperdiçar uma das melhores oportunidades para proteger e garantir os direitos de todos. Passados seis anos do lançamento do PNDH, o Programa não consegue sair do papel e das boas intenções, limitando-se a um conjunto de propostas soltas que não mobilizam nem criam consensos junto às diferentes instâncias do governo.

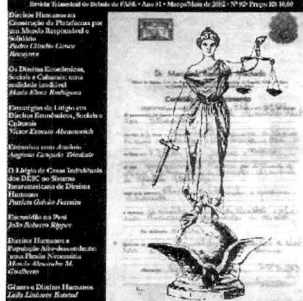
A política de direitos humanos deve integrar todas os níveis de governo e não ser apenas uma preocupação de algumas esferas e setores isolados do poder público. Isso pressupõe a realização de todos os direitos humanos, entendidos na sua integralidade e indivisibilidade, transformando-os efetivamente em políticas públicas de desenvolvimento social, requisito primordial para uma democracia que inclua a todos os cidadãos.

Até agora, o PNDH permaneceu no plano da retórica e da formulação de recomendações, sendo a implementação ainda uma tarefa esquecida. Existe um abismo entre as promessas do Programa

e os resultados das políticas. Por exemplo, o PNDH não indicou soluções que possam contribuir para uma melhor redistribuição de recursos ou para a construção de uma base institucional que favoreça a justiça social. Não basta que, a cada ano, o governo lance um novo plano com novas reivindicações e novas promessas se o PNDH não servir como referência para a definição do orçamento, se ainda não tiver força moral e política para servir como parâmetro de controle para as ações dos funcionários públicos, e, muito menos ainda, se o Programa não ultrapassar o plano dos discursos e se transformar numa força motriz das políticas públicas nacionais.

A principal preocupação atual é que a implementação do PNDH depende principalmente da vontade política dos governantes, pois ainda não existe um mecanismo institucional que obrigue o governo a cumprir, dentro dos prazos determinados, aquilo que foi estabelecido pelo Programa. Desta maneira, cabe à sociedade civil assumir a responsabilidade de denunciar o não-cumprimento dos compromissos assumidos e exigir mecanismos mais eficazes que garantam o monitoramento, a implementação e a execução do Programa. É preciso estar alerta para que esta conquista não seja simplesmente esquecida.

PROPOSTA



Direitos Humanos: novos sujeitos e novas práticas

ASSINE PROPOSTA

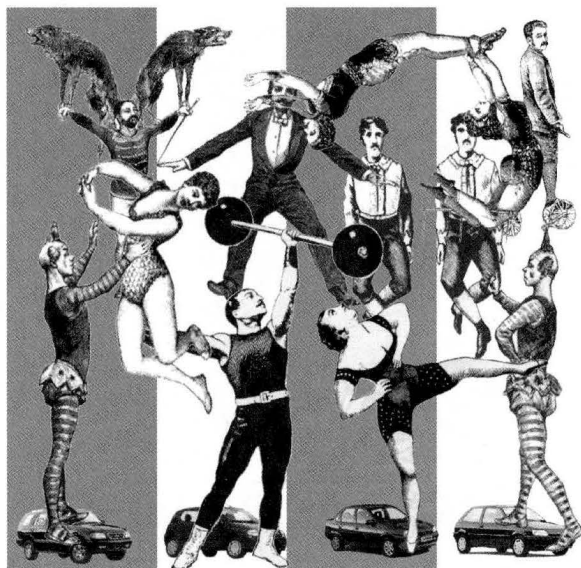
Publicada há 30 anos pela FASE, a Proposta é um instrumento da nossa luta contra a desigualdade e por direitos humanos fundamentais negados à maioria dos brasileiros: o direito à informação e à cultura, o direito à água, o direito à Amazônia, o direito à infância e à juventude e o direito ao trabalho e à renda. Faça como Celso Furtado, Eduardo Suplicy, Tânia Bacelar, Abdias do Nascimento, Amélia Cohn, Paul Singer, Maria Ciavatta, Alba Zaluar e tantos outros: apóie e divulgue a revista Proposta.

O valor da assinatura anual (4 exemplares) é R\$32,00.

Formas de pagamento: depósito bancário no Banco Bradesco SA. agência 227-5, conta corrente 95475-6, envie o comprovante juntamente com seus dados via fax (0xx21) 2286 1209 ou envie cheque nominal à FASE para Rua das Palmeiras, 90 Botafogo CEP 22270-070 Rio de Janeiro RJ a/c Setor de Publicações. Maiores informações sbrandao@fase.org.br ou pelo telefone (0xx21) 2286 1441.

Arte Social na luta contra a desigualdade e por um outro Brasil

Márcio Libar*



Nós do Teatro do Anônimo entendemos como arte social, aquela que fortalece o Estado de Direito, e isso inclui o cidadão e a cidade e, nesse caso, como somos trabalhadores da cultura, estamos nos referindo diretamente ao direito à cultura. Estamos dizendo ainda que pelo simples fato de ser direito, é obrigação do Estado e, por constar na Declaração Universal dos Direitos Humanos, é uma preocupação mundial.

Afirmamos que a arte e a cultura podem exercer um papel fundamental na conquista da cidadania e costumamos utilizar a nossa própria história de grupo para justificar isso. Quando nos formamos, em 1986, éramos um bando de jovens da periferia, que pelo fato de termos nos encontrado numa escola pública de segundo grau (Colégio Estadual Visconde de Cairu) que nos possibilitou o acesso aos esportes e às artes como, por exemplo, o teatro e o coral, fez com que fôssemos contaminados pelo desejo de nos tornarmos profissionais dessa área.

Tínhamos entre 16 e 20 anos e foi a *Escola Pública* que nos criou esse acesso (olha o papel do Estado

aí). A partir de então, foi só “pedreira”, pois, para nós, fora do espaço público, não haveria nenhuma outra possibilidade de desenvolvimento. Outras escolas públicas contribuíram na formação de nossos atores: Uni-Rio, Martins Penna e Escola Nacional de Circo. Mas é importante dizer que sempre nos apropriamos de maneira cidadã das oportunidades geradas por um Estado de Direito.

Como diz o meu amigo *Sidney Cruz* (Diretor Teatral), a gente faz uma arte pública, voltada para o cidadão e para a cidade e foi justamente essa noção de arte associada à *coisa pública* que determinou toda nossa trajetória de teatro de rua, circo e comicidade popular. Hoje o “Anônimo” cresceu, e o caráter de exceção do nosso trabalho está justo no fato de articularmos uma prática que é ao mesmo tempo **Arte, Política e Negócio**, essa é a abrangência de nosso projeto.

Hoje tanto empresas privadas quanto órgãos públicos de cultura, estão interessados em apoiar projetos sociais ligados à arte e vejo isso com bons olhos, porém, não posso eliminar a crítica. O risco é

* É palhaço, diretor artístico do Teatro de Anônimo, coordenador de Teatro de Rua e Circo pelo RioArte, além de prestar assessoria técnica a diversos programas sociais na cidade.

de confundir ou mesmo restringir, tanto a idéia de “social” quanto de “arte”, mas no fundo é papel do artista cidadão ajudar a desenrolar esse nó. Pensando novamente na experiência do “Anônimo”, por exemplo: nós não fazemos *assistencialismo cultural* quando desenhamos nosso projeto de teatro popular, apenas direcionamos nossos projetos ao público das ruas e periferias e pronto. Também não trabalhamos sistematicamente com o público-alvo de favelas como a “Cia Étnica”, “Nós do Morro”, “Jongo da Serrinha” e o “Afroreggae”, nossos grandes parceiros nessa área. Somos artistas, profissionais da arte e da cultura e esse investimento não deveria nos excluir. Só queremos saber qual é a finalidade da verba, se é uma verba voltada para a cultura, concorremos a ela porque temos direito, se for voltada para o campo social, abrimos mão de disputá-la. É uma questão de clareza.

Somos artistas sociais pela nossa própria natureza, isso está ligado a nossa ética, a nossa cultura de grupo. No momento, estamos envolvidos, junto com outros grupos e artistas, na criação de uma cooperativa que chamamos de **CASA – Cooperativa de Artistas Sociais Autônomos**, pois também queremos ter um suporte jurídico que nos permita visar uma sobra econômica, pois o CNPJ do grupo é sem fins lucrativos. Por si só, a cooperativa já é uma idéia que alia política e negócio.

Nossa produção está toda apoiada numa idéia de *Cidadania Cultural*, não de *Indústria Cultural*. Não falamos de um *Mercado Cultural* necessariamente, queremos, sim, discutir a *Economia da Cultura* sobre a perspectiva do desenvolvimento social. Isso é uma posição política, o que não significa que empreendedores da chamada indústria devam estar desprovidos de políticas públicas, ao contrário, pelo simples fato de se tratar de um setor produtivo do país, que gera trabalho e renda, necessita de uma política pública séria.

Queremos que o poder público, no âmbito federal, estadual e municipal pense a cultura dentro do modelo de desenvolvimento econômico do país. A questão da cultura é tão séria, que não poderia deixar de ser pensada junto com políticas econômicas por exemplo, pois a cultura é o elemento que garante a identidade de uma nação; trás na sua estruturação o

potencial da auto-sustentabilidade e além de envolver o capital financeiro, agrega, ainda, o capital humano e o capital social.

Dentro dessa visão mais ampliada da cultura na sociedade, o que caracteriza um projeto social ligado à cultura é, em primeiro lugar, a idéia da cultura como direito inalienável do cidadão. Mas não podemos esquecer que no Brasil os problemas sociais mais graves, embora pouco se fale nisso, deriva da absurda concentração de renda que existe nesse país. Essa é a origem de todas as mazelas, por isso, devemos pensar nossos projetos sempre considerando esse fato grave. Então, para nós, os pontos mais importantes de uma política pública, privada ou de um projeto dentro desta concepção da arte social na luta contra a desigualdade e por um outro Brasil seriam os seguintes:

- **Descentralização das verbas.** Elas deveriam circular em projetos que sempre foram tradicionalmente excluídos. Uma empresa quando descentraliza verbas já está fazendo uma grande ação social.

- **Criação de acesso aos bens culturais da cidade.** Isso é básico.

- **Descentralizar espaços de apresentações e exposições.** Criar outras vias de acesso, portanto, projetos que atuem em áreas tradicionalmente desprovidas de atividades artísticas e culturais, devem ser considerado de cunho social.

- **Inclusão de Público.** É diferente da idéia de formação de platéia, não estamos falando de futuros consumidores de cultura, estamos falando de um público que nunca foi e nunca irá ao teatro, cinema ou show, caso não haja uma política de preços e distribuição de ingressos.

- **Garantir o direito ao desenvolvimento e à expressão cultural e artística.** Isso está ligado à criação e manutenção de espaços de formação, iniciação e reciclagem em técnicas artísticas.

- **Geração de Trabalho e Renda.** Projetos com boa capacidade de sustentação financeira, que gerem trabalho e renda de maneira equânime e justa, também devem ser compreendidos pelo seu cunho social, pelo simples fato de que todo trabalhador tem direito ao trabalho.

Em síntese, penso que essa visão ajuda a ampliar a idéia de arte social. Nesse sentido, Projeto Social seria aquele que está comprometido com o desenvolvimento da sociedade como um todo, que ajuda na construção de uma cultura de paz e justiça, contribuindo com a criação de um Estado de Direito e de Fato, considerando toda sua complexidade e diversidade, sempre.

Um projeto pode abordar um, dois ou até mesmo todos os pontos, não é o formato que importa, é o compromisso com o desenvolvimento da sociedade. O projeto *Território Cultural*, que realizamos esse ano é um exemplo interessante. Sobretudo por se tratar da primeira verba privada a que tivemos acesso (fora o SESC, é claro). Isso significa então, descentralização de verba.

Esse projeto que realizamos com os artistas da **CASA**, circulou em cinco comunidades onde nossos parceiros atuam com importantes programas de arte e cidadania: Morro do Andaraí (Cia. Étnica), Vidigal (Nós do Morro), Morro da Serrinha (Jongo da Serrinha), Nova Holanda/Complexo da Maré (CEASM) e Ilha de Guaratiba (Movimento Fé e Amor). Isso dá conta da descentralização de espaços de apresentações, logo, inclusão de público.

Durante os dez dias que passávamos em cada comunidade, onde o Cirquinho Tomara Que Não Chova era montado, com direito a todo equipamento de palco, som e luz de alta qualidade, apresentávamos oito espetáculos em dois finais de semanas e uma média de três oficinas artísticas durante a semana. Com isso criamos outra via de acesso aos bens culturais da cidade, além de garantirmos o direito ao desenvolvimento e expressão artística e de ter gerado trabalho e renda para cerca de oitenta pessoas entre artistas, técnicos e prestadores de serviços afins. Ou seja, esse projeto tem “Cidadania Cultural”.

E, finalmente, penso que há três pontos que deveriam ser mais desenvolvidos: o primeiro é combater essa visão de que o único público-alvo de projetos sociais seja a favela. É claro que aí está um dos focos que mais necessitam de trabalhos, pois trata-se de uma exclusão histórica, porém, não podemos deixar de lado os bairros do subúrbio e da periferia.

Moradores do asfalto e conjuntos habitacionais, até podem ter saneamento básico, televisão, telefone e vídeo, mas isso não significa acesso à cultura.

Se nos últimos dez anos a classe média empobreceu, a classe média baixa virou pobre mesmo, ainda que tenha acesso a alguns bens de consumo, isso não significa garantia de cidadania plena, pois até mesmo a qualidade do ensino público decaiu vertiginosamente e isso está forjando uma juventude extremamente desqualificada para o trabalho. Por isso a necessidade de se expandir esse público-alvo.

Um outro ponto, é a questão da responsabilidade social das empresas. Quando a empresa trabalha com o seu próprio capital ela tem o direito de realizar o projeto que quiser, pois a iniciativa é privada. Agora, se ela se utiliza dos benefícios de isenção fiscal garantidos pelas leis de incentivo, ela e toda a sociedade devem ter a clareza que esse recurso é uma concessão do Estado, é dinheiro de impostos, logo, dinheiro público, portanto tem a obrigação de atender o beneficiário principal que é a população.

O artista que tem acesso a esse tipo de subvenção também não está livre dessa responsabilidade, pois é inadmissível que mesmo ganhando um patrocínio que garante toda a produção, ainda venha a cobrar 20, 30, 40 Reais de ingresso. O raciocínio é simples, a meu ver: se a produção estava paga com dinheiro de isenção fiscal (público) e não chegou ao beneficiário principal que é a população, que me desculpem os “coleguinhas”, alguém concentrou renda.

E por fim, gostaria muito que houvesse uma mudança de mentalidade geral em relação ao papel do artista e da arte por parte dos quatro poderes: o Público, Privado, Sociedade Civil e Imprensa. Pois, um cidadão, uma cidade, um país, em tempos de globalização, que não privilegia o acesso à arte e à cultura está fadado ao desaparecimento. O grande negócio desse novo século é a informação e a produção de idéias e subjetividades, portanto, é fundamental que o artista seja pensado, não como um mero produtor de eventos, e sim como um trabalhador, talvez, uma das “mãos-de-obra” mais importantes nesses novos tempos.

A Inclusão Digital e a Cidadania

Rodrigo Baggio*



Ninguém é cidadão! Cantaram Caetano Veloso e Gilberto Gil na polêmica canção Haiti. Chocados com a violência da PM baiana, com a chacina do Carandiru, com o preconceito racial e com todas as violações dos princípios de convivência, tolerância e ética, os tropicalistas alertavam para a possibilidade do caos social.

Pelo que parece, a mensagem precisa ser reforçada. Desde que a música foi composta, no início da década de 90, ampliou-se ainda mais as desigualdades sociais. A distribuição da renda,

assim como do conhecimento, concentram-se ainda mais nas mãos de poucos. Somos milhões de analfabetos, milhões de desempregados e milhões de famintos. A economia brasileira, que conseguiu frear parcialmente a inflação, não teve a mesma competência para acelerar os avanços sociais, levando-os a todos os segmentos da sociedade. As comunidades de baixa-renda multiplicaram-se, tragando não só a qualidade de vida de seus moradores, como de toda a cidade. A globalização esqueceu de globalizar o bem-estar.

* Fundador e diretor-executivo do CDI – Comitê para Democratização da Informática, uma organização não-governamental que hoje está presente em 19 estados brasileiros e 9 países totalizando 588 Escolas de informática e Cidadania.

Contato: rodrigob@cdi.org.br - www.cdi.org.br - Tel. (21) 2557-8440 ramal 31

Vivemos uma crise da cidadania? Sua prática está esquecida, talvez desacreditada, desestimulada? O certo é que temos participado muito pouco dos fóruns coletivos. O voto parece ser nossa única obrigação cívica. Nem mesmo as instâncias onde nossos interesses pessoais estão em jogo, como a segurança, são capazes de nos mobilizar. Ao contrário, preferimos manter distância da política, não percebendo que nossa omissão faz com que gradualmente se restrinjam os espaços de convívio, os direitos mais que fundamentais, como o de ir e vir, por exemplo.

Poderíamos buscar causas históricas para justificar a falta de participação do brasileiro nos rumos de seu país: o início colonial, o ranço assistencialista e a opressão ditatorial de significativa parte do Século XX. Mas nada disso pode nos servir como válvula de escape ou muleta que nos conforte com o atual estado em que vivemos. Como diria o saudoso Herbert de Souza, é preciso indignar-se.

Quando iniciamos o trabalho que desembocaria no Comitê para Democratização da Informática (CDI), tínhamos como objetivo provocar um diálogo entre as duas frações desta sociedade partida e, assim, encontrar soluções que pudessem cicatrizar as feridas. O veículo seria a internet, plural, democrática e sem fronteiras. Levar a informática para as favelas, visto inicialmente por alguns interlocutores como supérfluo, nada mais era do que o entendimento de que sem oportunidades, a juventude empobrecida seria um alvo fácil para o assédio dos traficantes.

A primeira Escola de Informática e Cidadania (EIC) foi implementada em março de 1995 na Favela Santa Marta, no Rio de Janeiro, conhecida por seu histórico de violência e pela inusitada visita de Michael Jackson. O cantor escolheu o local para gravar o clipe “They don’t care about us”, a letra da música soa hoje profética, sua tradução (“Eles não se importam conosco”) é a principal conclusão para o aumento

da violência: o abandono das áreas de menor poder aquisitivo. Deixadas à própria sorte, estas regiões foram gradativamente mudando de mãos. Assistimos, em uma passividade suicida, o nascer do poder paralelo.

O modelo das EICs foi imaginado como uma ferramenta transformadora desse cenário. No início, a expectativa era a de abrir 3 ou 4 escolas em outras comunidades do Rio de Janeiro, mas antes de completar um ano de atuação, o CDI já tinha uma rede de 10 EICs. Estava demonstrado que o mundo da tecnologia também se configurava como uma ferramenta de inclusão social.

O diferencial do projeto do CDI foi perceber que a informática e a internet poderiam ir muito além de suas funções técnicas. As novas tecnologias trazem em si um potencial transformador, um meio de promoção e construção da cidadania, possibilitando o acesso a fontes de informação e espaços de sociabilidade, contribuindo também para o desenvolvimento comunitário. Buscando identificar as capacidades locais, fornecendo ferramentas para que os talentos aflorassem, acreditávamos que seria possível criar empreendimentos sociais auto-sustentáveis capazes de andar com as próprias pernas.

As novas tecnologias, em particular a internet, vêm alterando substancialmente o comportamento da sociedade – como um dia fizeram o telefone, o rádio e a TV. Somos hoje a sociedade da informação, tendo em nossas mãos uma infinidade de soluções digitais cada vez mais surpreendentes e poderosas.

É ainda cedo para avaliar quais as implicações resultantes das transformações sociais e econômicas produzidas com a chegada destas tecnologias, que já afetam o modo de vida individual e coletivo. As formas *on-line* de trabalho, lazer, cultura, relacionamentos pessoais, contato com administração pública, participação política e transações comerciais concorrem para a aceleração das alterações

culturais e do sistema educacional, transformando também os espaços sociais na família, na escola e na empresa.

A sociedade da informação deve ser democrática, possibilitando que toda a população tenha acesso aos seus produtos e benefícios, e que possam utilizá-los em todo o seu potencial. Tanto o governo quanto a sociedade devem participar no sentido de minimizar a exclusão digital, para que o cidadão de menor poder aquisitivo não fique à margem desta revolução. O desafio igualmente se estende aos portadores de deficiência, não apenas por uma questão de solidariedade, mas por constituir um aspecto estratégico desta evolução, permitindo que todos participem de acordo com suas peculiaridades.

Mas é na economia que o impacto da revolução tecnológica vem crescendo e ganhando força. Não devemos cair na armadilha de que as novas tecnologias irão gerar desemprego, temos, sim, uma fonte criadora de postos de trabalho. A ampliação do comércio eletrônico demanda a formação de uma mão-de-obra capacitada na linguagem digital, visto que hoje o consumidor pode conferir seu saldo bancário, fazer aplicações, pagar contas ou comprar bens e serviços através de seu computador.

Inclusão Digital é um tema de relevância mundial. A Organização das Nações Unidas acaba de incluir as novas tecnologias como facilitadoras de avanços sociais em seu Relatório Anual de Desenvolvimento Humano, elaborando inclusive um novo indicador criado para avaliar a produção e disseminação tecnológica e seu aproveitamento pela população: o Índice de Avanço Tecnológico – IAT.

O índice leva em conta a capacidade de inovação de um país em novas tecnologias, a difusão das mais recentes conquistas, assim como das tecnologias mais antigas (eletricidade e telefonia, por exemplo) e a habilidade intelectual, ou seja, a taxa de escolaridade. Foram analisados 72 países onde houve acesso à dados confiáveis, o Brasil ficou em 43º lugar. O delicado ranqueamento brasileiro, atrás de países como

Panamá, Trinidad e Romênia, mostra que precisamos investir muito mais tempo e recursos.

É fundamental a mobilização de esforços para a criação de condições à expansão da internet no país. Ações coordenadas da sociedade civil, empresas e governo capazes de estimular uma política tarifária para a transmissão de dados, prevendo inclusive uma taxa social, ampliar a infra-estrutura (pouco mais de 350, dos 5507 municípios brasileiros dispõem de estrutura local adequada para a internet), criar linhas de crédito com juros baixos para a compra de equipamentos e locais públicos de acesso à internet. Para um efetivo progresso, é necessária a elaboração de uma Política de Informática.

Hoje com 7 anos de atuação, o modelo do CDI se consolidou. Estamos presentes em 19 estados brasileiros e em outros 9 países tendo atendido a cerca de 237 mil pessoas. Uma avaliação de impacto externa, realizada recentemente, mostrou que 87% dos jovens que passaram pelas Escolas de Informática e Cidadania tiveram sua vida modificada de alguma forma, seja no retorno à escola pública, na conquista de um emprego ou no afastamento da criminalidade. Este resultado nos dá a satisfação de saber que o trabalho vem atingindo seu objetivo, mas, acima de tudo, que estamos conseguindo efetivamente contribuir para uma sociedade mais justa e participativa.

Acreditamos que democratizar a informática é reafirmar a democracia e a liberdade. Temos a visão de que as ações de auxílio às populações marginalizadas não devem se limitar apenas à assistência social, mas sim criar oportunidades reais para o desenvolvimento da capacidade empreendedora de cada indivíduo e de sua comunidade, fazendo com que tenham condições de trilhar seus próprios caminhos.

Somos cidadãos, devemos exercer nosso papel na sociedade. O Haiti não é aqui, e não será se efetivamente participarmos da construção de uma sociedade mais justa e fraterna.

A Sociedade Civil Brasileira e a ‘Cúpula Mundial da Alimentação: cinco anos depois’

Em reunião organizada pelo Fórum Brasileiro de Segurança Alimentar e Nutricional (FBSAN), em 20 de maio de 2002, na cidade do Rio de Janeiro, os integrantes das entidades da sociedade civil brasileira abaixo listadas aprovaram a presente declaração pública relativa à próxima realização do ‘Fórum ONG/OSC sobre a Soberania Alimentar’ e da ‘Cúpula Mundial da Alimentação: cinco anos depois’, em Roma, no período de 08 a 13 de Junho de 2002.

Entre os objetivos destes eventos estão a realização de um balanço da situação alimentar mundial e a avaliação das ações desenvolvidas nos últimos cinco anos, à luz dos compromissos assumidos na Cúpula Mundial da Alimentação, em 1996. Cabe também avaliar o cumprimento desses compromissos por cada um dos países signatários, a começar pela recomendação da CMA, de que fosse instaurado um processo de acompanhamento das ações em interação com as devidas representações da sociedade civil.

Fome e insegurança alimentar no mundo pós-Cúpula Mundial

Gostaríamos de poder estar testemunhando, nesse momento, a superação dos graves problemas que provocam a fome e que levam à insegurança alimentar de muitos milhões de pessoas no planeta. Porém, decorridos pouco mais de cinco anos da CMA, observa-se com grande frustração que o compromisso de redução da fome em todo o mundo não está se realizando. Apesar de extremamente modesta, a meta fixada para 2015, de redução para a metade do número de pessoas que passam fome, já é reconhecida pelos próprios governos como impossível de ser atingida.

Diante do fracasso no cumprimento desse compromisso, é imperioso que o problema seja enfrentado nas suas verdadeiras causas, sem subterfúgios. A fome não é o simples resultado de fenômenos naturais, ou uma condição irreversível da natureza humana. Nem se trata, apenas, da falta de vontade política para o seu enfrentamento. No presente, já estão reunidas todas as condições para que o flagelo da fome seja erradicado do planeta. Mas para isto, é necessária uma corajosa revisão do modelo econômico aplicado em suas diferentes

nuances em quase todo o mundo. Um modelo que traz na própria lógica que o constitui a produção de intensa desigualdade e exclusão de contingentes significativos da população mundial. A fome e a miséria que atingem massivamente os países menos desenvolvidos, alastram-se agora também para o chamado mundo desenvolvido, comprovando-se que, dentro desse modelo, não há saída para a construção de condições de dignidade e de paz aspiradas pela espécie humana.

Outros problemas não menos graves e que produzem situações de grande risco para a segurança alimentar dos povos, não têm sido objeto de ação firme dos governos no seu enfrentamento. Este é o caso do emprego de padrões tecnológicos incompatíveis com a preservação dos recursos naturais, bem como a forma irresponsável do uso de novas tecnologias sem comprovação de sua inocuidade para o meio ambiente e a saúde. A água, alimento essencial e um bem comum a todos os seres vivos sofre o impacto de um sistema econômico que provoca sua poluição e torna-a escassa, além da crescente transformação deste bem em fonte de lucro através não apenas do comércio de água, mas também pelo controle dos recursos hídricos e do saneamento básico por parte de empresas privadas.

Diversas fontes oficiais vêm revelando o agravamento dos problemas nutricionais como, por exemplo, as carências de micro-nutrientes e o aumento de incidências de doenças crônicas relacionadas à alimentação inadequada como a obesidade, o diabetes, as doenças cardiovasculares, o câncer, as alergias alimentares, etc.

Esses problemas nutricionais, tanto estão relacionados ao consumo insuficiente de alimentos, quanto à indução de hábitos alimentares pouco saudáveis, em um contexto de promoção de produtos alimentícios danosos à saúde, sem uma normatização eficaz que permita prevenir o consumidor dos riscos existentes. Por outro lado, não há uma preocupação mais efetiva do Estado com a educação do cidadão em relação aos alimentos e às questões nutricionais, de modo a prevenir problemas que são oriundos da falta de cuidado e da desinformação.

Presenciamos, assim, a crescente perda pelos povos de suas culturas alimentares, a partir da imposição de um padrão que não considera e respeita a diversidade, enquanto elemento primordial para a constituição de sistemas alimentares sustentáveis.

No momento em que se inicia um novo ciclo de negociações comerciais internacionais, cabe reafirmar que, contrariamente ao que vêm sustentando a OMC e mesmo a FAO, o comércio internacional já revelou não ser fonte de segurança alimentar para os países menos desenvolvidos. Não se verificou o esperado incremento das exportações destes países que deveria resultar na criação de oportunidades de trabalho e na geração de renda. Enquanto que a alegada disponibilidade de produtos alimentares a baixos preços no mercado mundial esconde os problemas de incapacidade de acesso aos mesmos pelos países de baixa renda e o fato da maioria deles ter se tornado importador líquido dos alimentos que consome. Não aceitamos a redução dos alimentos à condição de simples mercadorias e instrumento de potencialização de lucros. Alimento não é negócio, mas condição primordial do direito à vida.

De todo este contexto, de tão profundas preocupações para toda a humanidade, emerge a necessidade de afirmação da concepção da soberania alimentar dos povos, já manifestada em 1996, durante o fórum da sociedade civil que se realizou concomitante à Cúpula Mundial da Alimentação. Ela se expressa como *“o direito dos povos a definir suas próprias políticas e estratégias sustentáveis de produção, distribuição e consumo dos alimentos”*. Confrontando-se com um projeto de globalização determinado exclusivamente pela lógica comercial, ela se afirma enquanto condição fundamental para a erradicação da fome e da desnutrição e para a garantia da segurança alimentar para nosso país e todo o universo.

Fome e insegurança alimentar e nutricional: dois flagelos brasileiros

Em um país com condições privilegiadas para assegurar uma alimentação de qualidade para o seu povo, é inadmissível que a fome, a desnutrição e a alimentação inadequada, atinjam severamente a maioria de nossa população. Os compromissos assumidos na Cúpula Mundial da Alimentação, em 1996, deveriam ter se constituído

em inquestionável prioridade para o país. Nesta direção, não era de pouca importância o processo de acompanhamento do cumprimento desses compromissos, por parte do governo e da sociedade civil. Lamentavelmente, o Governo Brasileiro interrompeu os trabalhos que levariam à criação do Comitê de Seguimento da Cúpula. Apenas, há alguns meses da realização da Cúpula + 5, um novo comitê foi constituído, de forma restrita e apressada, visando a elaboração do relatório nacional para este novo encontro de cúpula, procedimento que levou à recusa em participar, por parte do FBSAN e de várias entidades representativas da luta contra a fome e pela segurança alimentar e nutricional no Brasil.

No momento em que são avaliados os resultados obtidos desde a Cúpula Mundial da Alimentação de 1996, vale resgatar o fato de que, em período prévio àquela Cúpula, entidades da sociedade civil brasileira foram convidadas para integrar o comitê tripartite (governo, sociedade civil e iniciativa privada) que elaborou o Relatório Nacional Brasileiro. O relatório continha um diagnóstico das situações alimentar e nutricional do país, bem como apresentava os pontos de convergência entre os participantes do comitê, expressos num elenco bastante detalhado de políticas e ações a serem implementadas. Infelizmente, a manifestação oficial do Governo Brasileiro, na plenária da Cúpula, ignorou e mesmo contraditou o conteúdo do referido documento. Não obstante, aquele relatório, em conjunto com as deliberações da própria Cúpula de 1996, deveria ter constituído o ponto de partida para a avaliação dos encaminhamentos dados aos compromissos cinco anos após eles terem sido assumidos.

Estes fatos levam os signatários da presente declaração a manifestar sua concordância com a proposição, já apresentada pelo FBSAN, no sentido do estabelecimento de um comitê nacional de caráter permanente, com clara definição do interlocutor governamental e composição paritária, sendo a representação da sociedade civil estabelecida por fórum próprio da mesma. Será responsabilidade desse comitê o acompanhamento vigilante do quadro alimentar no país, à luz das metas estabelecidas na Cúpula de 1996 e das deliberações que vierem a ser adotadas na 'Cúpula + 5'.

O Fórum Brasileiro de Segurança Alimentar e Nutricional e as demais organizações sociais que referendam essa declaração estão convictas que a superação da fome e da condição de insegurança alimentar que ainda perduram no país, não ocorrerá sem a construção de uma ação integrada do poder público (executivo, legislativo e judiciário), desde o nível federal até o municipal, com a sociedade civil brasileira, considerada aqui em toda a sua diversidade. Por isso, há que se denunciar o retrocesso que representou a extinção do Conselho Nacional de Segurança Alimentar (CONSEA), em 1995, encerrando promissora experiência de parceria, que se continuada poderia ter alçado o país a uma nova e melhor condição de sua segurança e soberania alimentar.

O que se viu, a partir de então foi a incapacidade e mesmo a recusa do Governo Brasileiro em assumir a política nacional de segurança alimentar e nutricional como elemento estratégico do desenvolvimento nacional, conforme as conclusões da Primeira Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. A falta de definição da segurança alimentar como elemento estratégico de uma política de desenvolvimento converte as ações governamentais em iniciativas isoladas, parciais e compensatórias, por não enfrentarem as múltiplas dimensões dos problemas alimentares e não promoverem as alterações necessárias na condição de vida dos beneficiários destas ações. Mais grave, deste modo elas se tornaram um alvo fácil do contingenciamento orçamentário resultante das políticas de ajuste aqui praticadas, levando a uma implementação irregular e muito aquém das metas anunciadas.

É na perspectiva de construção da parceria acima mencionada que estranhamos o recente lançamento do Conselho Nacional de Promoção do Direito à Alimentação e Nutrição. Após haver extinto o CONSEA e secundarizado por anos o tema alimentar, a iniciativa de criar um novo conselho no apagar das luzes de um mandato de oitos anos pode ser interpretada como estando associada ao atual contexto marcado por cobranças de organismos internacionais ligados aos direitos humanos, pela realização de uma nova Cúpula da Alimentação e pelas próximas eleições presidenciais no país.

É inaceitável que a criação do referido Conselho haja sido decretada sem consulta prévia às organizações da sociedade civil ligadas ao tema quanto à definição da composição, dos objetivos e do modo de funcionamento de um conselho desta natureza, sob pena de repetirem-se procedimentos anteriores que comprometeram o efetivo enfrentamento da problemática alimentar e nutricional através da ação articulada entre o governo e a sociedade civil. Reafirmamos a proposta do Fórum Brasileiro de Segurança Alimentar e Nutricional/FBSAN, que o Conselho funcione segundo os *Princípios de Paris*, adotados pela ONU, aplicáveis a instâncias nacionais de promoção e monitoramento da realização dos Direitos Humanos.

Além disso, o Programa Nacional de Direitos Humanos- PNDH/II, em sua elaboração no tocante ao direito à alimentação, cujo Plano de Metas propõe a criação do Conselho, não aborda a questão do combate à fome como ação prioritária, tampouco aponta para políticas públicas concretas que visem garantir o acesso aos meios de produção e eliminação da miséria e da fome.

Por uma agenda de compromissos e ações efetivas

Dentro do espírito manifestado no início da presente declaração, apresentamos, a seguir, uma agenda de questões que seguem carecendo de um amplo debate e de receber a atenção prioritária do governo e da sociedade brasileira, com vistas aos objetivos estratégicos da soberania e da segurança alimentar e nutricional. Entendemos por soberania alimentar o direito dos povos de definir suas próprias políticas e estratégias sustentáveis de produção, distribuição e consumo de alimentos que garantam o direito à alimentação para toda a população, baseada na pequena e média produção, respeitando suas próprias culturas e a diversidade dos modos camponeses, pesqueiros, quilombolas e indígenas de produção agropecuária, de comercialização e de gestão dos espaços rurais, nos quais a mulher desempenha um papel fundamental e estratégico.

À frente de todas as demais questões a serem apresentadas, reivindicamos que as mesmas sejam construídas sob a égide da implementação do direito humano à alimentação. Porém, não basta mais o reconhecimento desse direito em declarações de intenção ou em fóruns internacionais aonde o país se faz representar. Uma primeira condição para sua implementação é alçar as políticas diretamente relacionadas à segurança alimentar e nutricional à condição de objetivo estratégico do governo e da sociedade brasileira, acima das restrições impostas por um modelo injusto e excludente.

Temos consciência do papel que deve ser desempenhado pelo Brasil em âmbito internacional no que se refere ao direito à alimentação, o que nos leva a propor que o país se engaje na luta da sociedade civil internacional e de vários governos pela adoção de um Código de Conduta Internacional sobre o Direito Humano à Alimentação Adequada, conforme preliminarmente sugerido no item 7.4 do Plano de Ação da Cúpula de 1996. Faz parte deste engajamento o estabelecimento de um código de conduta em nível nacional, como já existe em países como Chile, Venezuela e Cuba.

Os objetivos da soberania e da segurança alimentar e nutricional constituem eixos estratégicos da necessária modificação dos rumos da política econômica. Estatísticas oficiais recentes têm revelado os impactos perversos da política macroeconômica adotada em nosso país nos últimos anos, incapaz de melhorar a elevada desigualdade social que nos caracteriza, com destaque para os altos índices de desocupação e o empobrecimento das camadas de menor renda. Não é preciso insistir quanto aos efeitos deste tipo de política econômica sobre o acesso à alimentação e sobre as condições nutricionais de um elevado contingente da população, através do crescimento do desemprego e da precarização das condições e direitos trabalhistas entre outros.

Consideramos essencial a revisão do posicionamento que vem sendo adotado pelo país nas negociações comerciais internacionais relativas à agricultura. Este posicionamento tem se pautado pela defesa estrita do livre-comércio e dos interesses dos grandes exportadores e grandes corporações agroalimentares, sem conferir qualquer atenção para questões de soberania alimentar que vêm recebendo crescente reconhecimento mundial,

além de retirar legitimidade à adoção de políticas domésticas de apoio diferenciado para os pequenos produtores. Manifestamos, ainda, a necessidade de estabelecer mecanismos de tomadas de decisão da sociedade brasileira - que incorporem os diferentes segmentos e atores sociais - acerca das iniciativas relativas a tratados continentais e internacionais e à criação da Associação para o Livre Comércio nas Américas - ALCA, pelos evidentes riscos colocados por esta proposta, aí compreendida a soberania e segurança alimentar e nutricional dos países latino-americanos e caribenhos.

O modelo agrícola em implantação no Brasil reproduz e amplia a insegurança alimentar e nutricional, ao se submeter às políticas do “livre-comércio”, ao excluir milhões de trabalhadores rurais sem-terras e expulsar outros milhões de pequenos agricultores de suas próprias terras. Esta situação de exclusão e insegurança alimentar só poderá ser revertida, através das seguintes medidas: - implantação de uma verdadeira e ampla reforma agrária, que garanta a distribuição das terras monopolizadas pelos latifúndios; uma política de crédito aos pequenos agricultores que não seja paliativa; a retomada do sistema público de pesquisa e assistência técnica agrícola, atualmente desmontado; uma política efetiva de estoques reguladores capaz de intervir e equilibrar o mercado de alimentos; a consolidação da previdência social, garantindo a manutenção e ampliação dos direitos previdenciários aos trabalhadores que são considerados segurados especiais (trabalhadores rurais, pescadores e garimpeiros), bem como a implantação de políticas de Educação e Saúde para estes trabalhadores.

As políticas de abastecimento alimentar ocupam lugar central e nucleador de diversas ações de Segurança Alimentar e Nutricional, e estão presentes na maioria dos municípios brasileiros como uns dos principais instrumentos de ação local, voltados para estes objetivos. Ao lado da adoção de um enfoque de abastecimento alimentar nacional que valorize a produção diversificada de alimentos de qualidade a baixo preço, é fundamental apoiar e implementar ações locais de abastecimento, de modo que elas sejam capazes de ampliar o acesso da população a alimentos de qualidade, oriundos da pequena produção local e incorporar elementos de educação para o consumo alimentar saudável.

Nesta mesma linha, é preciso privilegiar o fortalecimento de políticas de combate à desnutrição, à mortalidade materno-infantil e as políticas de proteção e promoção da saúde de grupos biológica e socialmente vulneráveis, como as crianças, as gestantes, as nutrizes e os idosos. E, também, as políticas públicas emergenciais de alimentação e nutrição para as áreas que apresentam maior vulnerabilidade.

O Setor Pesqueiro no Brasil, que ao longo dos anos 70 e 80 foi considerado como um dos setores primários, continua hoje sendo o terceiro setor econômico, porém não consta das prioridades do Governo, nos últimos doze anos. Os movimentos dos pescadores vêm chamando atenção dos governos e da sociedade de um modo geral, para a necessidade de criação de uma política pesqueira, que inclua o monitoramento e disponibilização de informações sobre a quantidade e potencial de captura das áreas pesqueiras existentes. Além disso, esta política precisa ser implementada no mais curto período de tempo, levando em consideração o desenvolvimento da pesca artesanal, a proteção da fauna e flora, garantindo a participação dos pescadores no processo de descrição da elaboração e aprovação final da mesma.

Uma política de Segurança Alimentar e Nutricional depende, portanto, de um conjunto de decisões voltadas para a construção da cidadania e para o aumento da capacidade do Estado em dar respostas às demandas na área alimentar. Isto, certamente, exige uma reformulação e um reordenamento da gestão pública no âmbito federal.

A diversidade e heterogeneidade das experiências das políticas locais e regionais na área alimentar no Brasil refletem o potencial criativo do poder público estatal nesta área. Mas a falta de uma política nacional, que articule e integre estas experiências com diretrizes e definição de atribuições das diversas instâncias da administração pública, traz constrangimentos para uma efetiva implementação de políticas sintonizadas com um conceito amplo como o da Segurança Alimentar e Nutricional.

É essencial, ao se construir políticas públicas para os diversos setores, que se considere a promoção de equidade entre homens e mulheres, dando ênfase a questões que atingem de maneira mais direta a população feminina (por exemplo, garantia de acesso das mulheres a terra, ao crédito, à educação e à tecnologia). Além disso, devem ser reconhecidos a sabedoria milenar, o trabalho e a contribuição das mulheres na área de alimentação e nutrição.

Endossamos a posição adotada por dezenas de organizações não-governamentais brasileiras ligadas à proteção do meio ambiente, à defesa dos direitos do consumidor e à promoção da agroecologia e do desenvolvimento rural sustentável, articuladas na Campanha “Por um Brasil livre de transgênicos”. Exige-se uma moratória internacional por tempo indeterminado à liberação de organismos transgênicos para o cultivo, a comercialização, o consumo e a experimentação a céu aberto, devido aos riscos que eles representam para a saúde humana, para o meio ambiente, para a sustentabilidade da agricultura e para a economia nacional. A moratória deve durar até que pesquisas científicas independentes garantam a segurança destes produtos.

Por último, mas não menos importante, é essencial garantir a água como um bem comum que não comporta princípios como o do seu “valor econômico”, e muito menos a privatização que a torna uma simples mercadoria sob controle de uns poucos. O acesso água, em quantidade e qualidade, está incluído no direito humano à alimentação. A concessão de uso e a terceirização também devem ser analisadas à luz do processo de privatização. O controle dos recursos hídricos pelas grandes corporações expulsa pessoas de suas terras, atinge diretamente a produção dos pescadores e dos pequenos agricultores, destrói os cursos de água doce, e dificulta cada vez mais o acesso à água para a maioria da população. O projeto de privatização da água está sendo levado adiante por instituições financeiras internacionais, pela OMC e, certamente, estará incluído nos acordos e legislações no âmbito da retomada da ALCA.

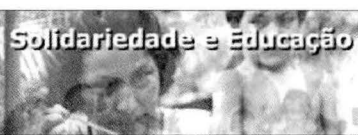
Queremos encerrar esta declaração com um apelo eloquente ao Governo Brasileiro, às entidades da sociedade civil e às organizações internacionais, no sentido de atuarmos de modo a converter a ‘Cúpula Mundial da Alimentação cinco anos depois’ num momento de estabelecimento de compromissos efetivos e metas relativas ao combate à fome e à promoção da soberania e da segurança alimentar e nutricional dos povos. Não podemos permitir, mais uma vez, que o descompromisso de governantes, a ganância das elites econômicas e o descaso da sociedade nos causem, no futuro próximo, a mesma frustração que hoje sentimos após cinco anos da Cúpula Mundial da Alimentação.

Rio de Janeiro, 20 de Maio de 2002

Assinam esta declaração:

FMSA - Forum Mineiro de Segurança Alimentar; MNMTR – Movimento Nacional das Mulheres Trabalhadoras Rurais / Articulação Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais; MONAPE – Movimento Nacional Dos Pescadores; Contag – Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura; Conselho Regional de Nutricionistas – Região 4 – RJ/MG/ES e SES/CES/RJ; Consea – Mg – Conselho de Segurança Alimentar de Minas Gerais; Instituto Polis; FASE – Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional; CPDA/UFRJ; Consea – Mg – Conselho de Segurança Alimentar de Minas Gerais; Aliança Mundial Pela Alimentação e Direito Humano; IBASE – Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas / FBSAN – Fórum Brasileiro de Segurança Alimentar e Nutricional; CCAP – Centro de Cooperação e Atividades Populares; Grupo de Segurança Alimentar do Rio de Janeiro; UFF – Universidade Federal Fluminense; Fian Brasil – Rede de Informação e Ação pelo Direito a se Alimentar; CPDA/UFRJ – Curso de Pós Graduação em Desenvolvimento Agrícola; FBSAN – Fórum Brasileiro de Segurança Alimentar e Nutricional / CNBB – Conferência Nacional dos Bispos do Brasil; Comitê Gaúcho de Cidadania/FESANS-RS -Foro Estadual de Segurança Alimentar do RS; MST – Movimento Sem Terra; Cese – Coordenadoria Ecumênica de Serviço; CNBB – Conferência Nacional dos Bispos do Brasil; Redcapa/UFRJ; CPT – Comissão Pastoral da Terra; PAC/Ceris – Centro de Estatística Religiosa e Investigações Sociais; Manhã – Movimento Ativo pelo Nascimento Humanizado e Amamentação; IBASE – Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas.

Venha visitar e conhecer o site da **FASE**



Sobre a Fase Demonstrativos Redes e parcerias Ações da Fase Regionais Círculo de Amigos Fale conosco



Busca

OK

Agenda
Lançamento do livro "Diálogos entre as esferas global e local": dia 10/9, no Rio e dia 12/9, em São Paulo
Curso Restruturação Social das Grandes Metrôpoles e o Papel das "Novas Classes Médias"
Seminário Brasil e Mato Grosso Sustentáveis e Democráticos - Reconstruindo Paradigmas, 12 e 13 de setembro, em Mato Grosso
Outros eventos ▶

Outros Editoriais ▶▶

Círculo de Amigos
Conheça!
Revista Proposta
Outras Publicações


Destaques
Encontro Nacional de Agroecologia aponta caminhos para o desenvolvimento sustentável

Fique por dentro
Presidenciais respondem à enquete da Campanha Por um Brasil Livre de Transgênicos

Números atrasados, catálogo de publicações,

fóruns de debates, agenda, notícias, parceiros, articulações, campanhas nacionais e internacionais ...

Quem quer mudar e precisa de informação tem encontro marcado em

www.fase.org.br

Conselho Deliberativo

Presidente

Leilah Landim Assumpção

Vice Presidente

Márcia Pereira Leite

1ª Secretária

Revd. Paulo Pena Schutz

2ª Secretário

Luis Carlos Delorme Prado

3º Secretária

Décio Lima de Castro

Suplentes:

Leila Linhares

Liszt Benjamin Vieira

Neide Esterci

Regina Leite Garcia

Virgínia Fontes

Conselho Fiscal

Jorge Vicente Muñoz

Carlos Bernardo Vainer

Ricardo Gouveia Corrêa

Suplente

José Moreira Bartholo

Associados Efetivos

Alexandre Sgrecia * Ana Clara Torres

Ribeiro * Braulio Rodrigues da Silva *

Cândido Grzybovski * Ênio Candotti *

* Fernanda Carísio * José Ricardo

Peret * José Sérgio Leite Lopes * Luiz

Eduardo Soares * Luiz Gonzaga Ulhoa

Tenório * Maria Lúcia Karam *

Marinete Valentim * Otávio Guilherme

Cardoso Alves Velho * Otilia Silva

Leite * Renato Maluf * Sérgio Góes de

Paula * Sívio Caccia Bava * Uri Gomes

Machado * Wanda Engel Aduan

Representantes dos Funcionários

Matheus Otterloo

Diretor Executivo

Jorge Eduardo Saavedra Durão

Diretores de Áreas Temáticas e

Programas

Maria Emilia Lisboa Pacheco

Orlando Alves dos Santos Jr.

Pedro Cláudio Cunha Bocayuva

FASE- Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional

Os objetivos permanentes da FASE

Contribuir para a construção de uma alternativa de desenvolvimento fundada na justiça social, na preservação do meio ambiente e na ampliação da cidadania. Apoiar, com uma visão e atuação própria, através de ações educativas e de projetos demonstrativos, a constituição, o fortalecimento e a articulação de sujeitos coletivos do desenvolvimento

Os objetivos estratégicos da FASE no triênio 1999-2001

Através das ações empreendidas em torno dos eixos acima descritos, pretendemos, ao longo do próximo triênio:

- contribuir para o questionamento público do modelo de desenvolvimento nacional, evidenciando sua insustentabilidade social, cultural, econômica e ambiental, buscando, ao mesmo tempo, desenvolver projetos demonstrativos públicos e contra-modelos possíveis e viáveis, tendo por beneficiários, sobretudo, os excluídos em cenários críticos;

- ter realizado um balanço das perspectivas do desenvolvimento atual, a partir de problemáticas setoriais, criticando o tipo de desenvolvimento e as alternativas propostas pelos movimentos sociais e organizações da sociedade civil em suas lutas sociais, contribuindo para colocar a sustentabilidade na agenda política (sociedade civil, partidos políticos e Estado), na agenda de diálogo entre organizações da sociedade civil na América Latina e no diálogo Norte-Sul;

- integração do conjunto das áreas em instâncias de trabalho sobre Desenvolvimento Local.

- ter contribuído para que o Fórum de ONGs e Movimentos Sociais para o Meio Ambiente e Desenvolvimento seja reconhecido como ator público, como espaço de trabalho democrático e como espaço de reflexão e formulação de propostas;

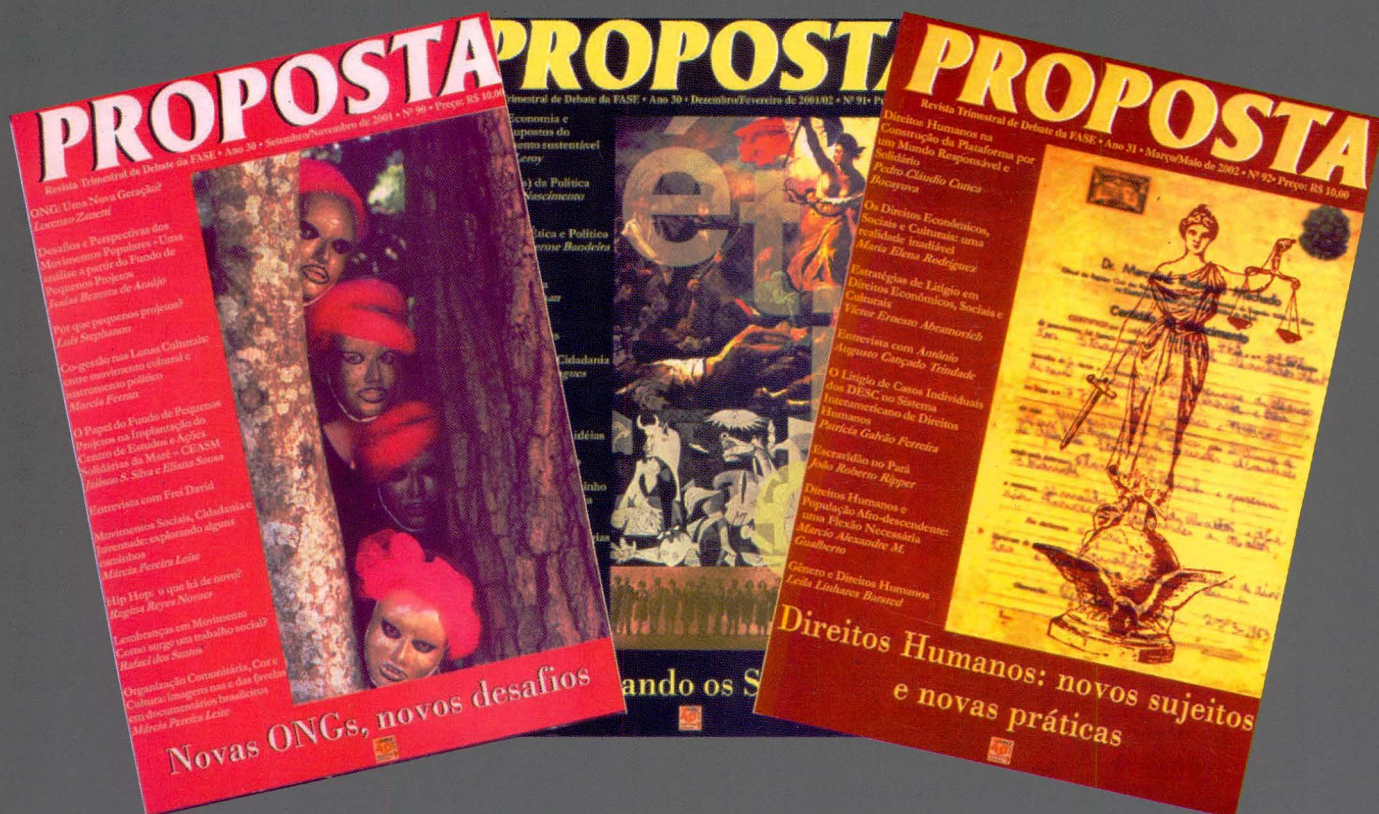
- fomentar políticas que efetivem o acesso dos setores excluídos da população a direitos econômicos e sociais, em âmbito nacional e regional;

- difundir metodologias de monitoramento de políticas públicas, através da produção de indicadores de desenvolvimento social e humano fundados nas noções de direitos econômicos e sociais e de sustentabilidade democrática;

- contribuir para o fortalecimento dos movimentos sociais e das esferas públicas não estatais, através do apoio a elaboração de Plataformas que sintetizem e unifiquem as demandas populares e do fortalecimento das redes formadas em torno de questões como meio ambiente e desenvolvimento sustentável; saneamento sócio-ambiental; alternativas de trabalho e renda ou pela reforma agrária.

- desenvolver uma nova *Carta Compromisso* evidenciando os eixos, conceitos e valores que nortearão a atuação da FASE na passagem do século.

- viabilizar um novo *mix* de sustentação financeira que amplie a base de legitimação da FASE na sociedade brasileira, em especial junto a setores médios da população e formadores de opinião.



Em **PROPOSTA**, você vai encontrar artigos que trazem diferentes perspectivas, a análise mais apurada sobre a realidade brasileira e o retrato extraído diretamente da experiência dos movimentos populares. Você vai ler e refletir em profundidade sobre um Brasil que discute, luta, se organiza e encontra soluções alternativas, em inúmeras experiências em diferentes regiões e cidades do país, para a construção de uma sociedade justa, democrática e sustentável.

Valor da Assinatura Anual
• R\$ 32,00 (trinta e dois reais).

Como Fazer sua Assinatura de **PROPOSTA**

- Fazer um depósito no valor acima à **FASE** no Banco Bradesco, na conta 95475-6, agência Botafogo 227-5.
- Enviar o comprovante de depósito com seu nome e endereço para o fax (021) 2286-1209. Em breve você receberá a Revista em sua casa pelo correio.

Ou então,

- Enviar um cheque nominal à **FASE** no valor de R\$ 32,00, juntamente com seus dados, para o endereço:
Rua das Palmeiras, 90 Cep - 22270-070, Botafogo, Rio de Janeiro, RJ
Para maiores informações: (021) 2286-1441 ou sbrandao@fase.org.br.